

A ACÇÃO NAVAL E DIPLOMÁTICA PORTUGUESA NA GRANDE CRISE DA CHINA

(1925-1928)



João Freire



ACADEMIA DE MARINHA

João Freire

**A ACÇÃO NAVAL
E
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
NA
GRANDE CRISE DA CHINA
(1925-1928)**



ACADEMIA DE MARINHA

2020

FICHA TÉCNICA:

Título

A acção naval e diplomática portuguesa na grande crise da China (1925-1928)

Autor

João Freire

Assessor de edição

José Manuel dos Santos Maia

Capa

NRP *Pátria* em Hong-Kong, visita do governador de Macau, 1925.

Cortesia BCM-AH

Edição

Academia de Marinha

Publicação e Distribuição

Academia de Marinha

Edifício da Marinha

Rua do Arsenal

1149-001 Lisboa

Execução Gráfica

Página Ímpar Lda.

Tiragem

200 exemplares

ISBN

978-972-781-158-8

Depósito Legal

474669/20

Data de edição

Setembro de 2020

ÍNDICE

Apresentação: intenção, justificações, fontes e método	7
1. A CHINA, CHEGADA AO SÉCULO XX	
1.1 Do passado às guerras do ópio e à queda do imperador	13
1.2 As ameaças externas e os casos especiais da Inglaterra e do Japão	21
1.3 A situação de Macau	27
1.4 O caos da República chinesa	39
2. O PROCESSO DA GUERRA CIVIL E DA OFENSIVA ANTI-IMPERIALISTA DE 1925-28	
2.1 Um contexto xenófobo e anti-imperialista	55
2.2 A influência comunista	61
2.3 Os acontecimentos em registo político-militar, diplomático e naval	71
3. A REACÇÃO PORTUGUESA	
3.1 Decisões governamentais, antes e depois do governo militar em Lisboa	103
3.2 As autoridades de Macau	118
3.3 As representações estatais portuguesas na China	141
3.4 Presença e actuação da Armada	153
3.5 Changai, 1924: primeira intervenção do NRP <i>Pátria</i>	193
3.6 Cantão, 1925: com a <i>Pátria</i> no turbilhão revolucionário	197
3.7 Changai, 1927: o tope da crise e as intervenções do <i>República</i> e do <i>Adamastor</i>	218
3.8 A chegada da aviação naval: necessária mas tardia	232
Notas finais	247
Fontes	257
Bibliografia	259
Créditos	261

O autor agradece as ajudas recebidas do embaixador António Jorge Mendes, do doutor Fernando Chau, do comandante João Loureiro Barbosa, do almirante Fernando David e Silva, da dra. Alice Barreiro e D. Isabel Coelho, da dra. Isabel Beato, dos sargentos Silva e Gouveia, da dra. Helena Grego, da arq^a. Joana Correia e do amigo Jorge Colaço. Infelizmente, o embaixador João de Deus Ramos já não pôde apreciar este trabalho.

APRESENTAÇÃO: INTENÇÃO, JUSTIFICAÇÕES, FONTES E MÉTODO

Muitos lembrar-se-ão ainda do filme *Yang-Tsé em Chamas* (de 1966, realizado por Robert Wise) em que o herói, Steve McQueen, é o mecânico de uma pequena lancha-canhoneira norte-americana que enfrenta todos os perigos de um país em guerra civil e em revolta contra os imperialistas estrangeiros. Outros, talvez de uma geração anterior, deverão recordar-se dos apreciados romances que André Malraux congeminou depois de ter vivido esses ambientes tumultuosos no Extremo-Oriente: *Os Conquistadores* (1928) e *A Condição Humana* (1933, Prémio Goncourt). Deste autor, no seu estilo cortante e sincopado, podem citar-se dois fragmentos reveladores do clima vivido.

Eis o primeiro, de uma conversa que se passa em Cantão em 1925 entre revolucionários: «O número de crápulas que gira à volta de Tcheng-Dai é incrível. [...] Uns tunantes quaisquer atacaram-no. Defenderam-no alguns valentaços escolhidos que estavam com ele. O chefe da polícia mandou logo prender defensores e agressores. E, hoje, o principal defensor – é o interrogatório dele que tenho na mão – pede um lugar, mesmo na polícia, ao comissário que o interroga. É bonito ter fé! Quanto ao outro papel, aí o tens... – E estende-mo: É a cópia de uma lista elaborada pelo general Tang: Garine, Borodine, Nicoláiev, Hong, nomes chineses. *Para fuzilar imediatamente*»¹.

Uma outra cena passa-se em Changai, nos dias arrepiantes de Março de 1927, entre referências a cenas de ópio, ao combate em torno de um «comboio blindado» (à maneira *bolchevik*) e às lutas entre revolucionários e governamentais, comunistas e nacionalistas (onde se diz que «É preciso matar Xan-Cai-Xeque»). Oiçamos o relato: «Antes da hora, Tchen caminhava ao longo do cais, de pasta debaixo do braço, cruzando-se um a um com os europeus cujas caras conhecia; a essa hora, quase todos iam beber, encontrar-se, no bar do Xangai-club, ou dos hotéis da vizinhança. Uma mão, por trás dele, pousou-lhe suavemente no ombro. Teve um sobressalto, apalpou a algibeira interior onde tinha escondido o revólver.

– Há já muito tempo que não nos víamos, Tchen... acha...

Voltou-se; era o pastor Smithson, o seu primeiro mestre. Reconheceu imediatamente o seu belo rosto de americano um pouco Sioux, agora tão envelhecido.

– ... que podemos seguir juntos?

– Acho.

¹ Malraux, *Os Conquistadores*, trad. portª de Armindo Rodrigues, Lisboa, Livros do Brasil, s/d: 83.

Tchen preferia, para mais segurança e ironia, prosseguir na companhia de um branco: trazia uma bomba na pasta»².

E os leitores dessa geração do pós-guerra terão ainda memória dos livros romanescos com descrições da vida social na China feitas por Pearl Buck³, ou mesmo Somerset Maugham⁴ e outros que escreveram sobre o Extremo-Oriente⁵, e que tiveram edições em português.

Mas não é de literatura ficcionista que aqui tratamos, outrossim dos agudos conflitos internos e externos que dilaceraram a China nos anos 20 do século passado.

A análise da guerra civil chinesa que aqui apresentamos, tanto no seu desenrolar doméstico como no domínio das relações internacionais que tanto a condicionavam, teve inicialmente em conta o trabalho do historiador norte-americano Harold Isaacs, publicado em 1938 sob o título *The Tragedy of the Chinese Revolution*⁶. Porém, se o levantamento dos acontecimentos, das datas e personagens é bastante sólido e credível, o seu principal foco de fixação político situa-se no conflito que se desenvolvia no seio da elite dirigente da URSS (entre Estáline, no poder, e Trotsky, na oposição, embora ainda participante na direcção do partido bolchevista) e na orientação do movimento comunista internacional, para os quais o desenlace do caso da China tomou uma importância crucial. Toda esta última problemática foi por nós descartada, por estar totalmente fora do nosso objectivo e interesse, além de poder enviesar uma mais objectiva compreensão dos factos históricos. Por tais razões, só de uma parte dos seus primeiros dados factuais somos aqui tributários e, ainda assim, sob o controlo de outras fontes. O que não significa que minimizemos a intervenção da URSS e dos comunistas neste processo, que foi sempre, a todos os títulos, de primeiro plano; porém, agora podemos compreender que a mesma se efectivou a um nível equivalente ao das potências ocidentais e ao das outras principais forças políticas internas, nomeadamente o movimento nacionalista.

A Marinha Portuguesa teve o cuidado de editar em livro, no devido tempo, dois importantes relatórios de comandantes de navios envolvidos nestes acontecimentos:

² Malraux, *A Condição Humana*, pref. e trad. de Jorge de Sena, Lisboa, Livros do Brasil, 1938: 128.

³ Veja-se sobretudo a trilogia *Terra Bendita* (Ed. Inquérito, 1939), *Os Filhos de Wang Lung* e *Casa Dividida* (ambos da Livros do Brasil, s/d)

⁴ Por exemplo, os contos de *Biombo Chinês* (Livros do Brasil, s/d),

⁵ Casos do *best-seller* de Marguerite Duras *O Amante da China do Norte* (p. ex., Círculo de Leitores, 1993), passado na Indochina, e dos contos de Maria Ondina (Braga) *A China Fica ao Lado* (Panorama, 1968) referentes a Macau.

⁶ Usámos a edição francesa, da Gallimard, de 1967: *La Tragédie de la Révolution chinoise, 1925-1927*, da responsabilidade de René Viennet, com 447 páginas. Nas suas análises, o autor Harold Isaacs pende claramente para as opções políticas trotskistas, tal como elas se exprimiam na década de 1930.

O Cruzador 'República' na China, de Guilherme Ivens Ferraz⁷, e *Viagem ao Extremo-Oriente*, de Álvaro de Freitas Morna⁸. Eles naturalmente nos acompanharam e serviram de guia inicial para os factos ali citados mas as suas informações tiveram de ser depuradas de tudo o que eram considerações subjectivas ou específicas do seu universo profissional para ser integradas como elementos adicionais de um esforço compreensivo muito mais vasto tendente a integrar os acontecimentos por eles presenciados ou vividos no contexto em que realmente estavam inseridos. Além disso, o extensíssimo e detalhado relato de Ivens Ferraz, ao ser confrontado com os relatórios originais que por ele foram sendo enviados para o Comando-Geral da Armada em Lisboa, revelou algumas diferenças entre os dois textos, por vezes sensíveis, geralmente resultantes de cortes (com vários relatórios inteiramente suprimidos⁹), ou então arranjos de linguagem – o que se compreende, dado o público mais amplo visado pela edição em livro e o tempo entretanto decorrido, que havia feito perder o carácter urgente dos originais. Em todo o caso, deve ser realçada a excelente capacidade demonstrada pelo comandante Ivens Ferraz¹⁰ em seguir pormenorizadamente a evolução da complexa situação política interna da China, sabendo-se que os seus meios de informação se limitavam quase só à imprensa ocidental ali publicada e às conversas tidas com uma ou outra autoridade local. Os seus comentários são, por vezes, muito acutilantes e perspicazes, revelando talvez uma postura pró-liberal, eventualmente marcada pela tradição parlamentar britânica.

Os relatos dos acontecimentos constantes na bibliografia ou nos documentos de arquivo que utilizámos contêm por vezes erros e diferenças factuais que nem sempre foi possível esclarecer em terceiras fontes. Daí a cautela e o recurso à forma verbal condicional que às vezes empregámos para os referir no nosso texto.

⁷ Apresentado como Comodoro, e levando o livro a menção “em 1925, 1926 e 1927” e o complemento de título “Subsídios para a história da guerra civil na China e dos conflitos com as potências”, o qual indica perfeitamente o seu conteúdo. Foi editado pelo Ministério da Marinha (Imprensa da Armada) em 1932, com 18+654+19 páginas, mapa e fotografias; e republicado em edição fac-similada em 2006 pela Academia de Marinha.

⁸ Então Capitão-Tenente, mencionando o livro os complementos de título “Transporte de Guerra *Pero de Alenquer*” e “1927-1928”. Foi publicado pelo Ministério da Marinha (Imprensa da Armada) em 1931, com 18+186 páginas, mapa, fotografias, desenhos e anexos.

⁹ Alguns deles nem terão sido conservados nos arquivos do Ministério da Marinha, só tendo sido agora encontrados no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a quem eram sistematicamente reenviados, tal como ao Ministério das Colónias e ao chefe do governo.

¹⁰ De uma conhecida família de militares, entre os quais se contava o general Artur Ivens Ferraz, que foi ministro e, depois, chefe do governo da Ditadura Militar em 1929-30, advogando a sua vigência temporária, para dar lugar a uma democracia mais racionalizada e menos demagógica do que o parlamentarismo e o golpismo saídos da revolução republicana de 1910.

Outra dificuldade técnica permanente foi a do modo de grafar os nomes próprios chineses (de personalidades, cidades, etc.). No texto de nossa responsabilidade adoptámos a forma que nos pareceu mais adequada a uma leitura actual (ou vigente no tempo da nossa aprendizagem) – partindo daí para a conveniente uniformização terminológica ao longo de todo o texto. Porém, no interior de uma citação de autor ou de documento original, preferimos geralmente manter a grafia destes nomes que então era utilizada pelos autores – o que provoca alguma variedade, mas também mostra a liberdade com que então se formulavam no Ocidente vocábulos estranhos apreendidos pelo ouvido. Já, porém, não respeitámos tal argumento de autoridade sempre que, de maneira inequívoca, detectámos numa citação um erro de ortografia ou mesmo de sintaxe, para não sujeitar o seu autor a uma segunda e escusada humilhação.

Identificado o objecto de investigação, consultada a bibliografia de referência (necessariamente alargada ao longo do processo de investigação), averiguadas grosseiramente as existências documentais em arquivos públicos acessíveis e esboçado um plano inicial para esta nova oportunidade de publicação, faltava realizar... tudo o resto.

O método de trabalho de pesquisa de arquivo por nós criado, e que depois foi sendo aperfeiçoado, consistiu em percorrer, rápida mas exaustivamente, as secções (caixas, pastas, maços, etc.) onde jazem os documentos que um certo dia ali foram despejados e organizados, segundo discutíveis critérios – os quais, ainda por cima, foram sendo alterados de tempos a tempos para o material vindouro. Além da poeira, é esta uma condição estrutural com a qual o investigador tem de saber lidar. E a mesma exaustividade e rapidez se exigem na consulta de longas e bem formatadas séries de publicações administrativas ou jornalísticas, embora aqui as fontes sejam às vezes seleccionadas por períodos temporais ou por processos de amostragem. Isto, segundo os assuntos e designações que nos índices ou catálogos institucionais mais pareciam corresponder ao tema em estudo. Daqui resultam abundantíssimas notas pessoais, resumos, transcrições e fotocópias que se vão acumulando no *desk top* caseiro mas ao qual a tecnologia informática veio dar uma produtividade e flexibilidade incomparáveis.

Esta acumulação resulta, porém, inútil e quase incompreensível para além da pessoa do investigador (e um risco real é ficar sempre nesta fase). Para daqui passar para um texto corrido susceptível de interessar um determinado perfil de leitores – ou seja, para escrever *um livro* –, urge toda uma outra técnica, que no nosso caso foi sendo também melhorada, por erro e correcção, e entre desesperos momentâneos por trechos perdidos ou escusadas repetições. O próprio plano sistematizado

de organização do texto (capítulos, subcapítulos, etc.), foi sendo alterado e retocado à medida que o “produto final” foi tomando forma, e provocando reacções de insatisfação ao seu autor. Finalmente, eis-nos chegados à posição do escritor, aperfeiçoando e retocando constantemente o seu “original”, corrigindo aqui e acrescentando além, em busca de uma redacção aceitável e elegante quanto possível, restando para final a revisão e correcção das gralhas, algumas das quais ficarão para sempre ali alojadas, até serem descobertas... até pelo mais distraído dos leitores!

No caso presente, a pulsão indisfarçável de sociólogo levou o autor a realizar frequentes operações de “*zoom*” sobre o quotidiano e os processos internos institucionais da época. Deste modo, a forma escrita final que aqui se apresenta acabou por assumir talvez o aspecto de um “jornalismo sociológico”, como que saltitando ao sabor dos acontecimentos de um facto exemplificativo para outro facto exemplificativo, mas sem perda de um certo fio condutor cronológico e respeitando sempre um prévio plano de análise evidenciador das diferentes categorias de micro-fenómenos que um olhar crítico suficientemente experimentado é capaz de identificar no interior de um fluxo de acontecimentos sincrónicos e diacrónicos incrivelmente complexo mas possuidor do seu próprio sentido histórico.

Para os historiadores especialistas da China moderna esta é talvez uma obra irrelevante, apesar de se fundamentar essencialmente em fontes originais e não publicadas, resultado de longos meses de investigação. Mas os indivíduos e cidadãos, portugueses ou estrangeiros com acesso ao idioma luso, terão agora à sua disposição uma síntese bastante completa de um período tumultuoso da história contemporânea onde, à referência dos factos incontrovertidos, se juntam abundantes elementos que foram deliberadamente carreados para ajudar a uma compreensão – diríamos, proto-sociológica – dos actores e dos processos em interacção, com uma assumida ênfase naqueles que foram protagonizados por marinheiros e diplomatas (ou cônsules) portugueses naquelas paragens distantes. Eis uma ajuda para melhor compreender a China actual.

O autor manifesta o seu reconhecimento às instituições públicas que facilitaram o seu acesso às fontes documentais: Biblioteca Central de Marinha-Arquivo Histórico (BCM-AH), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE-ID), Biblioteca Nacional (BNP), Sociedade de Geografia (SGL), Arquivo Histórico Militar (AHM), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Museu de Marinha e Centro Científico e Cultural de Macau.

1. A CHINA, CHEGADA AO SÉCULO XX

1.1. DO PASSADO ÀS GUERRAS DO ÓPIO E À QUEDA DO IMPERADOR

Para os nossos avós ocidentais, a cultura chinesa constitui um objecto de fascínio de que quase todos se deram conta. Jaime do Inso, um dos nossos oficiais de marinha que se tornou “orientalista”¹¹, escreveu: «A China é uma esfinge que a nossa civilização perturba e fere. Antes de procurar decifrá-la, convém acentuar que há no Oriente qualquer coisa de desconhecido e de subtil – mal pode definir-se, só se sente – que constitui como que a diferenciação fundamental entre dois mundos: o da Europa e o da Ásia. É um antagonismo estranho que surge ao europeu, como uma fronteira intransponível, que lhe sorri e o repele, o prende e o faz revoltar-se, para o qual não encontramos melhor expressão do que a do segredo, ou mistério do Oriente»¹².

O território asiático do Extremo-Oriente abrigou desde há mais de três milénios uma Civilização antiga, de moral confuciana, economia agrária e uma requintada aristocracia: a China. Desde talvez o século III AC que o país foi unificado sob um regime monárquico imperial, com base numa burocracia estatal (cobradores de impostos, funcionários, governadores, homens-de-armas), numa moeda¹³ e numa língua escritural.

Em termos mundiais coevos, a China esteve provavelmente durante séculos na dianteira de quaisquer outras sociedades, seja no buliçoso e criativo espaço cultural euro-mediterrânico, seja relativamente às civilizações aztecas e andinas. Além da escrita, e do Estado, os chineses desenvolveram a matemática e a astronomia, descobriram a pólvora, aperfeiçoaram a fabricação artesanal das sedas, das porcelanas e dos colorantes, refinaram certas variedades da gastronomia.

A moral social inspirada por Confúcio (*circa* 500 AC), com o respeito pelos mais velhos e o poder instituído – desde que “justo” – e alguma tolerância religiosa¹⁴, pôde ser utilmente conjugada com a apetência do povo para a instrumentalização da *troca* (de objectos ou serviços de equivalente valor económico e diferente utilidade)

¹¹ Autor, entre outros trabalhos, dos livros *O Caminho do Oriente* (1932) e *Visões da China* (1933).

¹² A abrir a obra *China*, 1936-38: 5.

¹³ Os chineses fizeram uso do papel-moeda durante mais de mil anos, apesar das tensões inflacionistas que isso provocava.

¹⁴ Além do Taoísmo, o Budismo e o Xintoísmo puderam desenvolver os seus cultos sem especiais entraves.

e mesmo para o *cálculo* (matemático) do risco, daí advindo as percepções que os primeiros ocidentais deles colheram como sendo gente especialmente hábil para o comércio (e muito tentada pelos jogos de azar-ou-sorte). Mas a grande extensão do território e da população que o habitava também favoreceu o seu isolamento relativamente ao exterior, níveis de rusticidade e pobreza transmitidos de geração em geração, e esporadicamente a emergência de polos de conflitualidade guerreira entre centros de poder equivalentes.

Várias vezes ameaçados pelas sortidas e invasões dos bárbaros cavaleiros das estepes – os Mongóis – os chineses viram-se por eles politicamente submetidos durante mais de um século (1200-1300), na época em que o veneziano Marco Polo ali chegou, palmilhando em sentido inverso a “rota da seda” que, por caravanas e atravessando caminhos perigosos a norte da cordilheira Himalaia, a “terra de salteadores” do Afeganistão e os domínios Persas e Otomânicos (tudo lugares onde tinham de pagar portagem e arriscavam o assalto), chegavam finalmente à Europa onde essas mercadorias finas eram tão apreciadas.



1 – Mapa antigo do Oriente, 1808.

A dinastia Ming (da etnia Han, iniciada em 1368) expulsou os mongóis e deu um novo impulso à China: a população terá ultrapassado os 100 milhões, já com algum processo de urbanização e o surgimento de cidades como Pekin e Nankin; apareceram indústrias, no papel e tipografia, nos têxteis, produtos argilosos, madeira e mesmo ferro; foi estimulado o comércio externo, incluindo com o vizinho Japão; criou-se um exército permanente, com cavalaria e um milhão de homens em armas; ampliou-se a Grande Muralha, para dissuadir novas ofensivas mongóis; constituiu-se uma importante marinha, que ajudou a assenhorear a Indochina e obrigou diversos reinos da Ásia do Sul a pagarem o seu tributo ao imperador em Pekin, atingindo mesmo as costas da África oriental poucas décadas antes dos portugueses lá terem chegado. Porém, este foi o momento do apogeu do expansionismo chinês pelo Oceano Índico, que em seguida se retraiu, deixando espaço livre aos ribeirinhos e aos europeus que não tardaram a aí chegar, dominando militarmente e controlando “o comércio e a navegação” (como rezava o título oficial do rei de Portugal). Mas este período viu também uma maior aposta do poder no sector agrícola, com expropriação de latifúndios e sua repartição e arrendamento ou entrega aos trabalhadores da terra, constituindo-se assim um camponato proprietário, o qual passou a ser a classe social mais numerosa do país mas a quem, por outro lado, se proibiu a escravidão privada.

Em 1644, o poder imperial mudou de mãos e de sede urbana (de Nankin para Pekin¹⁵). Na sequência de migrações vindas do norte litoral, inaugurava-se uma linhagem de monarcas Manchús, que ficou conhecida por dinastia Qing, a qual durou até à implantação de República em 1911.

Este período de mais de dois séculos coincidiu com a fase de maior assédio económico, e depois político, das grandes potências ocidentais. Mas também se assistiu a um progressivo enfraquecimento da dinâmica interna inicial, com perda de coerência e eficácia da governação centralizada, corrupção de funcionários e desenvolvimento de tráficos diversos. Os processos privados de extorsão e a acção ameaçadora e violenta das *triades* também ganharam maior relevo. A estas maleitas endémicas e às ameaças pressentidas do exterior, reagiu a China com um maior fechamento, como que tentando preservar a sua específica cultura e modo de vida. Como estrutura fundamental da sociedade, a família alargada – que vivia de um mesmo meio de sustento económico (fosse a actividade agrícola ou pecuária, o comércio ou a pesca) e com a autoridade atribuída aos anciãos e o trabalho de todos, incluindo as crianças (que desse modo se educavam) – começou a ter cada vez mais

¹⁵ Literalmente, a primeira significa “capital do sul” e a segunda “capital do norte”.

dificuldades em cumprir a sua função. Chegando o século XIX, o abandono de terras por insolvência, a incapacidade para reagir às inclemências naturais (pragas, más colheitas, tempestades, doenças), a fome e a miséria, tornaram-se frequentes em meio rural, incentivando alguma migração para os centros urbanos. As proles eram numerosas, apesar da mortalidade infantil, e não era raro as mães venderem os seus filhos, com a intenção de lhes assegurar futuro melhor.

Por esta altura, as nações ocidentais em processo de industrialização – principalmente a Inglaterra e a França, seguidas a distância por países como Portugal, a Holanda, a Alemanha e a Itália, a Bélgica a Espanha, e mesmo os Estados Unidos – sentiram a necessidade de encontrar novos mercados de exportação para certos produtos das suas indústrias e, ao mesmo tempo, garantirem o acesso em condições económicas favoráveis a fontes de matérias-primas interessantes para essas indústrias. Nestes termos, procuraram assinar tratados de comércio e navegação com vários estados mais fracos ou atrasados (sobretudo em meios bélicos), no sentido de abrir comercialmente os seus portos até então sujeitos a monopólios, governamentais ou de facto. Isto não foi impeditivo a que, contemporaneamente, por consciência humanitarista e outros factores, se fosse progressivamente estabelecendo uma interdição marítima do comércio de escravos e, depois, a própria abolição jurídica da condição social de escravidão, paralelamente à da servidão.

No plano teórico da economia e da análise historiográfica, um autor actual como Pomeranz¹⁶ apresenta uma interpretação combinada de argumentos já utilizados por Braudel, Landes, Tilly ou Wallerstein para explicar o desenvolvimento económico da Europa (melhor dito, da Grã-Bretanha, com efeitos de arrastamento no continente) na sua relação com o resto do mundo a partir de finais do século XVIII com os de outros analistas actuais e categorias de fenómenos menos evidentes como os demográficos, os ecológicos e da aleatória distribuição geográfica de recursos naturais (minerais, cursos de água, etc.). Explicam os apresentadores que este «livro recorre aos frutos da coerção ultramarina para ajudar a explicar a *diferença* entre o desenvolvimento europeu e aquilo que vemos em certas partes da Eurásia (principalmente na China e no Japão) e não a totalidade desse desenvolvimento, nem as diferenças entre a Europa e *todas* as outras partes do Velho Mundo. Alguns factores que não se enquadram de forma inequívoca em nenhuma categoria, tais como a localização das reservas de carvão, desempenham também o seu papel. Por conseguinte, o livro

¹⁶ Kenneth Pomeranz, *A Grande Divergência: A China, a Europa e a construção da economia mundial moderna* (com estudo introdutório de Diogo Ramada Curto e outros), Lisboa, Ed. 70, 2013 (ed. amer. orig. 2000).

combina análise comparativa, algumas contingências puramente locais e uma abordagem integrativa ou global»¹⁷. Nesta visão, resulta menos sustentada a acusação política de que o progresso e o domínio ocidentais no período Moderno teriam sido suportados pela utilização intensiva do trabalho escravo africano nas Américas e pelo saque imperialista no Oriente e alhures. E, num tal cenário interpretativo, poder-se-ia pensar de novo na importância das inovações técnicas (essencialmente europeias), bem como nos elementos de domínio estratégico-militar, num quadro de *rivalidade* entre poderes políticos territorialmente bem implantados, tanto no espaço ocidental como face aos impérios distantes da China e do Japão.

Segundo o reputado historiador norte-americano John King Fairbank (1907-1991), autor de *China. A New History* (1992), este declínio do império chinês pode ser compreendido pelo desajustamento verificado entre a velha China e o Ocidente a partir de finais do século XVII. Escrevem comentadores desta sua obra: «*Une thèse inspire l'ensemble du texte: l'État néo-confucéen des Qing, ce système autocratique élaboré par étapes depuis les premières dynasties et fondé sur l'auto-régulation économique et sociale, l'obéissance des gens du commun et la formation d'une élite responsable, s'est trouvé par nature incapable de faire face aux conditions nouvelles qui prévalent à partir des années 1680. L'empire n'a donc pu apporter la réponse adéquate, ni à l'explosion démographique, ni au défi du "monde de la navigation maritime", au développement du commerce international et des puissances navales. Il n'a pas davantage su ménager de transition vers un pluralisme politique ou créer un espace de dissidence*»¹⁸.

Para o poder imperial assente em Peking, era difícil manter a fidelidade e o controlo (sobretudo fiscal e legislativo) das suas províncias mais distantes, como era o caso da Mongólia Exterior, do Tibete e do Tonkin (norte da Indochina). Além disso, depois da venda do Alaska aos Estados Unidos (1867), a Rússia começou a interessar-se mais pelos seus territórios no Extremo-Oriente e o Japão entrou num processo de rápida modernização, passando a cobiçar mercados e riquezas naturais jacentes no norte da China.

Sob estas novas ameaças, mais os desafios que lhe lançavam os países europeus em vias de industrialização – desafios económicos mais também culturais e religiosos, levando até eles diversas formas de cristianização –, a China e os seus

¹⁷ Ramada Curto e outros, in Pomeranz, *op. cit.*: 17.

¹⁸ Nora Wang & Jean-François Vergnaud, “John King Fairbank, China, A New History”, *Annales*, 50ème Année, N° 2, 1995: 427-429.

dirigentes entraram num processo de decadência e fechamento mais acentuados. O seu atraso foi-se tornando mais patente. Isto num período em que a Inglaterra fazia grandes esforços militares e económicos para assenhorear o subcontinente indostânico e, na sua pegada, a França imperial se lançaria depois de 1852 na aventura do novo colonialismo.

Neste quadro, a segunda metade do século XIX assiste a uma forte pressão de ingleses, franceses e japoneses para que as autoridades da China abrissem os seus portos e o seu território às mercadorias industriais (sobretudo têxteis e alguns artigos manufacturados) que aqueles tinham para lhes vender, comprando algumas produções locais apreciadas no Ocidente, e as autoridades de Pequim a resistirem o possível para contrariar tais objectivos. A moeda envolvida em tais transacções mais desejava pelos chineses era a prata, que escasseava na Europa. Os comerciantes ingleses descobriram então que o ópio, fácil de trazer da Índia, era muito apreciado pelos consumidores chineses e passaram a desenvolver esse comércio, utilizando-o como meio de pagamento, apesar da oposição das autoridades imperiais. Na realidade, o consumo do ópio tornou-se num factor de procura determinante, embora à custa de um definhamento visível das condições sanitárias de uma parte significativa das populações urbano-portuárias.

Podemos aqui citar uma explicação mais detalhada deste fenómeno dada por aquele que foi o último cônsul português em Cantão (até 1949): «O comércio do ópio em si mesmo, apesar de nunca poder ser considerado um comércio honesto, tinha, no entanto, a sua explicação dentro do espírito da época em que se iniciou e manteve. Quer a Grã-Bretanha quer as outras nações ocidentais cujos barcos demandavam os portos do Extremo Oriente desejavam importar muitos produtos chineses, como o chá, a seda e as porcelanas, mas a China não demonstrava qualquer interesse ou necessidade de importar produtos do Ocidente. [...] O comércio unilateral com a China representava uma drenagem constante das reservas metálicas das nações ocidentais, pois o ouro e a prata com que adquiriam os produtos chineses não mais voltavam aos seus cofres [...]. Os comerciantes europeus procuravam em vão interessar os chineses na compra de produtos, a fim de poderem estabelecer um comércio de trocas. Até que esse produto foi encontrado: o ópio. Apesar do comércio e consumo desta droga serem proibidos em toda a China, os comerciantes europeus facilmente verificaram que, dada a irresistível atracção dos chineses pelo consumo do ópio e a corrupção dos funcionários chineses, era fácil introduzir na China grandes quantidades do terrível veneno»¹⁹.

¹⁹ Calvet de Magalhães, *Macau e a China no Após Guerra*, 1992: 33-34.

É neste contexto que surgem as “guerras do ópio” entre ingleses e chineses, e os subsequentes “tratados desiguais”, mais a cedência de Hong-Kong à então poderosa Inglaterra.

Contudo, numa primeira fase deste processo de decadência do “império do meio” face ao mundo moderno – isto é, ocidental –, ocorrem movimentos de rebelião camponeses contra Pequim, que naturalmente protegia os proprietários terratenentes, acções algo semelhantes às “*jacqueries paysannes*” dos finais da Idade Média europeia. Foi sobretudo o caso do movimento Taiping²⁰ (1851-1864), que se terá saldado por milhões de mortos²¹. Outra consequência destas desordens internas e da incapacidade política ou militar de Pequim para lhes pôr fim foi o surgimento dos “senhores da guerra”, chefes militares provinciais que puderam dominar pela força certas regiões (incluindo a extorsão de recursos económicos para financiar os instrumentos desse poder) e instaurar nelas a sua “lei e ordem”, quase sempre corrupta, mas que acabou por vingar em largas extensões do território, sobretudo com o advento da República (e se prolongou mesmo até para além do primeiro quartel do século XX).

Naquela primeira fase, as potências ocidentais não se imiscuíram grandemente nos conflitos internos (geralmente apenas garantindo a segurança dos seus nacionais ali residentes), antes aproveitaram a conjuntura para estender e consolidar as vantagens comerciais já obtidas, sobretudo em cidades como Changai e Cantão e ao longo dos majestosos rios Yang-Tze, Rio Amarelo e Rio das Pérolas. O mesmo fizeram os grandes estados vizinhos, Rússia e Japão, porém aqui de forma mais agressiva, estando em causa projectos como o lançamento e exploração de linhas de caminho-de-ferro na Mongólia e na Manchúria, e o controlo de estações marítimas como Port Arthur (território chinês, arrendado à Rússia), já que, para os russos, Vladivostok tinha as limitações dos mares gelados em boa parte do ano. Destas dificuldades fronteiriças surgiram mesmo conflitos armados, embora de curta duração e extensão, sempre acabando com os chineses derrotados e não sendo resolvidos os contenciosos existentes: foram as guerras sino-francesa, na península indochinesa (1883-85); e sino-japonesa, na fronteira norte (1893-95), mas com entrega da Coreia e da Ilha Formosa (Taiwan) ao império rival, que as controlou até 1945, por via de fantomáticas repúblicas locais. Porém, a guerra russo-japonesa de 1904-1905 serviu também o regime chinês, na medida

²⁰ Conhecidos por “bandidos dos cabelos longos”.

²¹ Segundo o historiador J. Fairbanks, cerca de 1850 a China contaria aproximadamente 432 milhões de habitantes (*apud* Patrícia Drumond Borges Ferreira, *A História Luso-Britânica na China Medieval*, 1999).

em que lhe deu alguma trégua face os interesses desses dois poderosos vizinhos. Mas também o facto de Port Arthur ter passado para mãos japonesas facilitou os empreendimentos nipónicos na Manchúria e irritou ainda mais os patriotas da China do Sul.

As elites chinesas, incluindo alguma *intelligentzia* já parcialmente ocidentalizada ou com educação cristã, tiveram a habilidade e a paciência de, progressivamente, transformar as queixas contra o governo imperial e os donos da terra ou do comércio numa hostilização xenófoba – contra os estrangeiros, os ocidentais e, mais especialmente, os ingleses – e também num movimento de recentramento sobre a cultura e a identidade chinesas, como já foi patente com a revolta dos Boxers (1899-1902)²². A intervenção militar de uma coligação ocidental de oito países (mas não de Portugal) que lhe pôs fim e que chegou a colocar tropas em Pekin (incluindo americanas), agudizou ainda mais o sentimento anti-estrangeiros. Um movimento político nacionalista começou então a tomar forma, sobretudo nas províncias do Sul (em torno da cidade de Cantão), nele se destacando Sun Yat-Sen (1866-1925)²³, um chinês cristianizado que havia emigrado para a América e concebido uma modernização do seu país segundo modelos ocidentais adaptados, republicanos, assente em três princípios: nacionalismo (“os chineses primeiro”); um governo sábio eleito pelo povo; e partilha de interesses entre agricultores e proprietários (ou seja, a exigência de uma “reforma agrária”).

No entanto, o fundo cultural chinês milenar impunha entraves consideráveis a quaisquer processos de modernização. Como escreve o historiador John K. Fairbank: «*Individualism and liberalism in Chinese thinking were strictly limited parts of a larger collectivity. The Chinese individual was subordinate to the group. Chinese laws were less commanding than the claims of morality*»²⁴.

²² O cônsul português em Cantão deu conta para Lisboa dos tumultos praticados pelos Boxers contra os cristãos no sul da China em 1900 e 1901 (MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 574).

²³ Filho de camponeses e natural de Cantão, Sun estudou e teria feito carreira de funcionário se não tivesse emigrado para o Havai e aí sido socializado na cultura e religião ocidentais, tendo-se formado em medicina e empreendido um denodado esforço para a transformação das condições do seu país.

²⁴ Fairbank, *China. A New History*, 1992: 258.

1.2 AS AMEAÇAS EXTERNAS E OS CASOS ESPECIAIS DA INGLATERRA E DO JAPÃO

As duas “guerras do ópio” travadas entre ingleses e chineses (1839-42 e 1856-60) foram a resposta de força da Inglaterra vitoriana perante arremedos da China, levando à imposição de tratados (de Nankin, em 1842; e de Tientsin, em 1860) que concediam largas vantagens ao Ocidente nos planos aduaneiro, consular, de navegação fluvial, de liberdade de circulação e de missão cristã no interior do país, e mesmo na cedência de territórios urbanos em certas cidades portuárias – as famosas “Concessões” – com administração municipal e policiamento próprios.

Um cônsul português de Cantão, Medeiros da Horta, explicará mais tarde, de forma pouco convincente, que «a razão das Concessões é de ordem exclusivamente comercial. As Concessões justificaram-se pela impossibilidade de, sem elas, se poder fazer comércio na China»²⁵.

Também Hong-Kong é cedido aos ingleses pelo Tratado de Nankin e Portugal reivindica uma posse definitiva de Macau, que acaba por ser reconhecida por tratado em 1887.

Estes “Tratados Desiguais” (na retórica sinica) humilharam profundamente as elites chinesas e só puderam ser assinados pelo seu governo no contexto de derrotas militares onde, além da superioridade técnica e orgânica das forças ocidentais, também contou a debilidade política interna em que se encontrava o regime imperial, que enfrentava grandes dificuldades em impor o seu domínio nas províncias mais periféricas: casos da Mongólia Exterior, do Nepal e da Indochina (que os franceses colonizaram pela força); com a Manchúria a beneficiar dos favores da corte e sempre usando de maior autonomia (além de ser ambicionada pela Rússia e pelo Japão); e com o próprio governo regional de Kwangtung (em torno de Cantão), no Sul, por vezes em tensão com as autoridades de Peking por causa de interesses divergentes.

A revolta dos Boxers (1899-1902), além de xenófoba, anti-estrangeiros, tinha também uma componente de hostilização à missão cristã que católicos e diversas igrejas protestantes vinham desenvolvendo na China desde há décadas. Tinha-se também tornado especialmente relevante a interação proporcionada pela migração de chineses para a América do Norte, onde muitos adoptaram aquelas religiões ocidentais, ao mesmo tempo que adquiriam uma educação escolar já tipicamente ocidental.

No despontar do século XX, a França dominava já inteiramente a fachada oriental

²⁵ Relatório de 31 de Julho de 1925 para o seu ministro em Lisboa (MNE-ID, Legação Peking, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900).

da península indochinesa, do Tonkin até ao delta de Saigão. Dispunha também das mesmas facilidades concedidas pelos “Tratados Desiguais” na China do sul e central, nomeadamente com importantes “Concessões” (zonas urbanas auto-administradas) em Cantão e Changai, e tendo mesmo uma flotilha de lanchas de guerra policiando as águas do rio Yang-Tze para protecção dos seus agentes comerciais e cidadãos ali residentes ou itinerantes.

O reino do Sião (Tailândia) mantivera-se relativamente independente mas os ingleses controlavam o essencial da Birmânia e da Malásia, por imposição de força ou acordos de protectorado. E, depois da Índia, a China foi o seu principal investimento proto-colonial ao longo do século XIX, como mercado de enormes dimensões para a colocação e venda dos seus produtos industriais e dos serviços que lhes estavam associados.

Embora dominando colonialmente grande parte do arquipélago da Indonésia e as Filipinas, nem holandeses, nem espanhóis tinham significativa presença económica (ou outra) no espaço da China.

Mas, quer para a Inglaterra, quer para a França, e em seguida também para países como o Japão, a Rússia, a Alemanha ou mesmo os Estados Unidos e a Bélgica, o mercado chinês era dos mais apetecíveis para os bens de equipamento por eles fabricados: caminhos-de-ferro, navios metálicos

movidos a vapor, máquinas de todo o tipo, armamento, equipamentos eléctricos e ultimamente veículos automóveis e aviões.

A Inglaterra, porém, agigantava-se a todos os demais em poder industrial, servido por capacidades já comprovadas em matéria bancária e seguradora, controlos aduaneiros, competências administrativas, argumentação jurídica, saberes médicos e conhecimentos náuticos – para já não falar na sua superioridade militar. O comércio anglo-chinês proporcionava assim aos empreendedores, investidores, decisores e técnicos mais qualificados oriundos do país de Sua Majestade Britânica elevados rendimentos monetários cujo destino escapava inteiramente às populações locais. E as remunerações pagas à mão-de-obra chinesa eram de tão diminuta grandeza



2 – Filme ‘55 dias em Pequim’, 1963.

que deixava em todos a ideia de exploração. Além disso, no seu típico modo de criar e manter uma “pequena Inglaterra” em qualquer canto do mundo onde içassem o *Union Jack* ou exercessem influência, do alto da qual pareciam desfrutar uma cultura exclusiva, com desprezo por tudo o que a rodeava, os ingleses suscitaram com facilidade a hostilidade e mesmo o ódio do povo china contra os seus cidadãos ali presentes.

Não é, pois, de espantar que os símbolos mais representativos e visíveis da Inglaterra no território da China fossem objecto de especial acinte, agressividade e violência quando a ordem social habitual se quebrava, por qualquer motivo accidental ou por efeito deliberado de uma qualquer acção política contra “os estrangeiros”. Mais do que quaisquer outros ocidentais, os ingleses e os seus interesses económicos foram o alvo preferencial da campanha “anti-imperialista” que se desencadeou na China com o advento da República.

E Hong-Kong – que os ingleses protegeram militarmente de forma quase inexpugnável – transformou-se em poucos anos num polo formidável de negócios de todo o tipo e de actividades económicas produtivas e portuárias. Fábricas têxteis, químicas e metalúrgicas, armazéns e entrepostos de mercadorias, cais de descargas marítimas, docas de manutenção e reparação naval, e outras empresas “terciárias” atraíram mão-de-obra circundante e davam trabalho a muitos milhares de chineses.

A pressão japonesa

Com o vizinho Japão, as razões de queixa dos chineses eram semelhantes quanto às iniquidades económicas, mas porém acrescidas de uma rivalidade histórica entre dois poderes imperiais, de sensíveis diferenças nas identidades culturais dos dois povos e da agressividade que a política externa de Tóquio vinha demonstrando face à fraqueza do regime chinês e aos recursos naturais de que este era detentor. Assim, se a Inglaterra era vista como os “altivos brancos” da longínqua Europa mercantilista e cristã que estavam a pilhar as suas riquezas e a ofender a sua alma, ao Japão atribuíam-lhe a intenção de os querer vencer pela força das armas e os subjugar à sua vontade imperial.

É notório o contraste entre as águas amareladas que escorrem na paisagem e os artefactos de barro vermelho chineses, e as casas de painéis, as *geishas* e os jardins nipónicos. São duas culturas bem diferenciadas que se fundiram historicamente com as respectivas implantações territoriais. Aliás, são inteiramente distintas as condicionantes geo-políticas de uma e outra nações.

A China, apesar da sua enorme dimensão, encontrava-se limitada a norte pelas estepes mongóis e siberianas, e a oeste pelos intransponíveis Himalaias, constituindo-se como uma potência essencialmente *continental*, à qual o Oceano Pacífico opunha um obstáculo do lado nascente. E para sul levantavam-se outras dificuldades de ordem étnica – povos *Thai* e birmanês (de origem sino-tibetana) – ou religiosa (budista e muçulmana). O mar serviu-lhe como acesso fácil de terceiros numa certa época da história moderna, nunca para projecção sobre o exterior (salvo a efémera aventura náutica tentada pela dinastia Ming a que já aludimos).

Pelo contrário, o Japão é uma nação insular, embora de grandes dimensões e vigorosa demografia. Uma vez superadas certas barreiras sócio-políticas internas, tais condições ofereciam-lhe a perspectiva de um *poder marítimo* quase ilimitado, dada a imensidão do Pacífico, mas que era em si mesmo um espaço com poucas riquezas à vista. A partir de meados do século XIX, o adversário potencial que lhe ficava em frente eram os Estados Unidos da América, já em vias de primeira industrialização, apesar das dificuldades caseiras (esclavagismo e guerra civil) por que também passava.

Qualquer manual de divulgação histórica nos dirá que foi em 1853-54 que o comodoro Matthew Perry, à frente de uma força naval norte-americana e sob a ameaça dos seus canhões, intimou o *Shogun* Masahiro a abrir Tóquio e outros portos do Japão à navegação comercial internacional, o qual, com alguma surpresa, em vez de resistir, aceitou o trato. Apesar de ultrapassada nas suas prerrogativas, a corte imperial acabou por conformar-se com esta decisão, o que foi selado pelo Tratado de Kanagawa, e acolheu a presença de um embaixador dos Estados Unidos no país, pondo-se assim um ponto final à política de isolamento que também vigorara no Japão por mais de dois séculos.

É altura de lembrar que, no “país do sol nascente”, a segunda metade do século XIX foi vivida de forma inteiramente diferente da China. Após o episódio naval de Perry e com o beneplácito dos imperadores da “era Meidji” (a partir da década de 1860), o Japão saiu do seu feudalismo de séculos – o *Shogun*, a elite militar dos *Samurai*, a ética guerreira da honra e do sacrifício, etc. – e entrou numa modernização rápida da economia, apostando na industrialização e na educação técnica da sua juventude mais bem preparada, adquirida nas melhores escolas europeias. Porém, a aliança militarista-imperial levou o seu governo a optar por políticas de expansão territorial justificadas pela inexistência de recursos minerais, sobretudo o carvão e o petróleo (que havia em abundância na China, em especial o primeiro), e alimentadas pelos desempenhos nas guerras travadas na viragem do século, de que saíra vencedor.

Nesta oportunidade, vale também a pena lembrar que, no gigantesco quadro geográfico que é o Oceano Pacífico (com poucas ilhas e população mas extensos litorais continentais), os Estados Unidos revelaram uma linha-de-força menos evidente mas não menos estruturante da sua política externa, que voltariam a evidenciar na crise do Extremo-Oriente da década de 1920. Embora proclamassem então a “doutrina Monroe” – que, simplificada, significava: as Américas para os “americanos”; e neutralidade face aos conflitos entre terceiros –, os Estados Unidos não eram indiferentes à situação dos povos colonizados pelas potências europeias, recordados que estavam da sua própria história. E foi por isso que, quando colónias remanescentes do velho poderio espanhol pós-Tordesilhas (sobretudo Cuba e as Filipinas), começaram a dar sinais independentistas, o governo de Washington não hesitou em lançar-se numa guerra formalmente declarada contra os ibéricos. De facto, a Guerra Hispano-Americana de 1898, rapidamente vencida pela superioridade militar e naval americana, marcou o fim do antigo império colonial espanhol (nas Caraíbas e Australásia). Naturalmente que, por detrás destas posições-de-princípio, se perfilavam já também interesses económicos americanos visando captar mercados além-Pacífico, ou beneficiar dos excedentes de mão-de-obra barata que dali poderiam emigrar (como aconteceu para o assentamento da rede ferroviária da sua costa Oeste).

Mas isto ajuda a perceber melhor qual seria a atitude dos americanos quando do levantamento “anti-imperialista” chinês a seguir à Primeira Guerra Mundial.

Após os tratados de abertura dos portos do Japão ao exterior, houve ainda um período de resistência dos *Samurai* e da antiga sociedade, incluindo dissidências e alguns confrontos com a própria corte, e também episódios de bombardeamentos punitivos por navios americanos, franceses e ingleses, com o argumento da violação dos tratados assinados.

A partir de 1870, o país entrou num forte processo de ocidentalização, que não foi apenas de modernização económica mas também política, porém mantendo características próprias do seu específico sistema de poder monárquico, hereditário e quase sagrado da pessoa do imperador. Mas o sistema feudal foi abolido, a capital transferida de Kyoto para Tóquio (até então chamada Edo) donde passou a funcionar um governo com autoridade sobre todo o país. Foram criadas prefeituras territoriais e legalizada a posse da terra, agora também sujeita a algum liberalismo económico. Além da educação escolar, o governo favoreceu a prática do Xintoísmo e, duas décadas depois, o Estado dotou-se de uma Constituição que criou uma Dieta – parlamento de 300 deputados eleitos, ao lado de uma câmara de pares com representantes da antiga nobreza – e aceitava a liberdade de imprensa e outros direitos típicos da modernidade ocidental.

No domínio económico, foram criadas indústrias manufactureiras e mecânicas, linhas ferroviárias, estradas asfaltadas e pontes, apetrechados portos marítimos, sistemas telegráficos, arsenais de fundição de canhões, fábricas de explosivos, cimenteiras e estaleiros navais, tornando o Japão o país mais industrializado da Ásia, com um ritmo importante de crescimento económico e populacional. Mas particular atenção foi dada às forças armadas, agora com um exército permanente, um serviço militar obrigatório e uma marinha moderna, servindo de refúgio à antiga elite *Samurai*. A cavalaria, as armas brancas, as flechas e as artes marciais passaram definitivamente à história.

O Japão já havia travado uma curta guerra com a China em 1894-95 por causa do controlo político da Coreia. Derrotados em terra e com a sua frota dizimada na batalha do rio Yalu, os chineses cederam ao “império do sol nascente” a sua tutela sobre a Coreia e a ilha de Taiwan, bem como a abrigada península de Liao-dong. Esta, porém, foi-lhes retirada por intercessão das potências ocidentais, acabando a Rússia por aí estabelecer a base naval de Port-Arthur²⁶ (preferível a Vladivostok, gelada em parte do ano) e conseguir uma mais forte influência na Manchúria, em detrimento dos japoneses, o que levaria em 1904 à Guerra Russo-Japonesa.

Disputava-se agora o mercado da construção de caminhos-de-ferro, que iam ligando as principais aglomerações urbanas do país. Mas enquanto na China do Sul e Central competiam entre si os construtores franceses, belgas, franceses e alemães, no Norte e na Manchúria eram sobretudo os interesses japoneses e russos que se digladiavam, com investimentos próprios ou chineses (à espera de lucros futuros), com a venda do seu material e das suas soluções técnicas, com a possibilidade de exploração desses novos meios de transporte pesados – e também com visões militar-estratégicas, prevendo a hipótese de futuras guerras e ganhos territoriais.

A vitória naval japonesa em Tsushima (Maio de 1905) e o descalabro para que lançou o regime imperial da Rússia já em vias de desagregação interna, reforçou muito a posição e as ambições expansionistas do Japão no Extremo-Oriente, nas décadas seguintes. Obter vantagens na China, seria o seu próximo objectivo.

²⁶ Esta cidade portuária crucial ficou na posse do Japão após a guerra sino-japonesa de 1894-95, foi de seguida devolvida à Rússia por pressão das Potências ocidentais e voltou às mãos nipónicas (sob o nome de Lu-Shun) depois da vitória sobre os russos em 1905, assim permanecendo até ao fim da II Guerra Mundial.

1.3 A SITUAÇÃO DE MACAU

Os navegadores e comerciantes portugueses chegaram ao sul da China na segunda metade do século XVI, a partir da forte posição que haviam conquistado em Malaca e no controlo da navegação naqueles Estreitos.

Historiando esta aventura, o embaixador João de Deus Ramos escreveu há poucos anos: «Foi na fase final dos *Ming* que os Portugueses chegaram à China, com Jorge Álvares, em 1513; que, após umas quatro décadas difíceis e violentas – em que não houve diálogo luso-chinês mas sim sobreposição de monólogos divergentes – surgiria, finalmente, o ‘Assentamento’ de Leonel de Sousa, de 1554²⁷, criando as condições para a fixação estável dos comerciantes e aventureiros portugueses nos mares do Sul da China, em Macau, dois ou três anos depois»²⁸.

É hoje incontroverso que os Portugueses se fixaram em Macau em 1557, com o acordo das autoridades chinesas ali reinantes. Era mais uma *feitoria*, como outras já estabelecidas em diversas paragens, uma posição permanente de comércio de que beneficiavam todas as partes: navegadores e locais, compradores e vendedores; mais longinquamente, investidores, consumidores, intermediários e autoridades fiscais. Aqui, a novidade terá sido a rápida percepção da importância deste entreposto de trocas entre Ocidente e Oriente, e a sua institucionalização e longuíssima duração. Durante dois séculos, Macau teve este papel único na colonização portuguesa e nas relações entre a China e o Ocidente.

Escreve o historiador Luís Filipe Barreto: «Macau, com o nome de Ao Qeng - “Espelho de Ostra”, é, desde meados do século XVI, uma zona portuária no comércio intra-asiático entre Cantão, o Fujian e os léquios²⁹. A instalação dos portugueses em 1555-1557 vai transformá-la numa cidade portuária internacional articulada a Manila, Nagasáqui, Malaca e Goa. Os portugueses tornaram-se o grande intermediário do comércio marítimo de longa distância da Ásia Oriental e desta com o Sueste Asiático»³⁰.

²⁷ Em 1955 as autoridades portuguesas pensaram pôr de pé umas vistosas comemorações do IV Centenário de Macau que incluíram a construção na cidade de um monumento aos “Quatrocentos Anos de Amizade Luso-Chinesa” (entaipado e depois demolido). Mas, por razões de política externa, o programa (que deveria ocupar todo o mês de Novembro) foi quase totalmente suprimido (Por obséquio do comandante João Bougarth Loureiro Barbosa). Sobre isto, pode também ler-se o artigo de Moisés Silva Fernandes, “O Cancelamento do IV Centenário de Macau em 1955: factores subjacentes e consequências”, *Administração*, nº 77, Vol. XX, 2007-3º: 921-969).

²⁸ João de Deus Ramos, *Portugal e a Ásia Oriental*, 2012: 126.

²⁹ Povo insular chinês que até então detinha o monopólio do comércio marítimo desde o Japão até à Ásia do Sueste.

³⁰ Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar*, 2000: 46.

Mas, além do comércio marítimo, havia também os interesses políticos externos do Estado português e a questão da missão religiosa, bem mais difíceis e de poucos resultados no decorrer desses tempos. Escreve um analista que, apesar de dependente político-administrativamente do vice-rei em Goa³¹, a diocese de Macau foi criada logo em 1576 e «cujo bispado tinha jurisdição sobre a China e o Japão»³². Por outro lado, «os moradores viriam a adoptar, em 1583, uma forma de governo municipal – o Senado – cuja composição localizada e o cariz democrático lhe conferiram um carácter singular [...] composto por três vereadores, dois juizes ordinários e um procurador, eleitos trienalmente pelos moradores, sendo a respectiva presidência assegurada rotativamente»³³. Contudo, desde 1573 que os portugueses pagavam anualmente ao Imperador da China um “foro do chão”, facto que sustentou o argumento de que o estabelecimento dos portugueses em Macau resultara de uma “cessão por arrendamento”. Também cedo se construiu a muralha da Porta do Cerco e ali se instalando, do lado de fora, uma alfândega chinesa. As relações de Macau com as autoridades chinesas complicavam-se devido à posição do Governador (ou “vice-rei”) de Guangdong (Cantão), que nem sempre estava totalmente alinhado com Peking.

Sabe-se que, por falta de meios e por informações diplomáticas realistas, a coroa portuguesa nunca investiu militarmente ou teve planos de expansão estratégica para aquelas paragens (ao contrário do que, nos inícios do século XVI, acontecera nas rotas do Oceano Índico com base em Goa e pontos de apoio em Ormuz/Áden, Gujarat, Colombo e Malaca). E a expansão missionária – Jesuíta, em particular – obteve apenas alguns bons e maus sucessos nas suas tentativas de converter ao catolicismo aqueles povos espiritualmente bem estruturados, sem nunca conseguir alargar significativamente o seu “reino das almas de Deus”. Mas, entre Franciscanos e Jesuítas martirizados no Japão³⁴ e astrónomos cristãos que espantaram a corte de Peking com o rigor dos seus cálculos solares³⁵, alguma tolerância imperial pôde sempre ser mantida para com este tipo de presença ocidental na China, mesmo após o édito de expulsão dos cristãos de 1724. E, mais tarde, várias missões católicas dependentes do bispado de Macau puderam desenvolver a sua actividade em

³¹ E do Padroado Português do Oriente, ali sediado.

³² Francisco Gonçalves Pereira, *Portugal, a China e a 'Questão de Macau'*, 1995: 19.

³³ *Ibidem*: 19.

³⁴ Terão sido vinte e seis, em Nagasaki, no ano de 1597.

³⁵ São referidos os nomes dos padres André Pereira (do Porto) e José de Espinha (de Lamego) como membros superiores do “Tribunal Astronómico” da corte imperial, no século XVIII.



3 – Mapa de Macau, 1889.

território chinês, de que foi exemplo a da ilha de Sanchuan (adaptação local do nome São João que os portugueses lhe tinham atribuído³⁶), situada umas 80 milhas a sudoeste de Macau, onde em 1552 terá falecido o padre fundador dos Jesuítas e existia uma pedra com as seguintes inscrições em português e caracteres chineses: «Aqui foi sepultado S. Francisco Xavier da Comp. de Jesus Aplo. do Oriente – Este Padrão se Levantou An. 1639»³⁷.

O mesmo Luís Filipe Barreto, em outro trabalho³⁸, estudou aprofundadamente as relações luso-chinesas e a cultura intelectual de Macau nos séculos XVI e XVII, realçando o papel da pequena nobreza mercadora e, sobretudo, do clero católico, na missão, na escrita documental e mesmo pela importância local de instituições como a Santa Casa da Misericórdia (fundada em 1569, ainda antes da criação do Leal Senado), o hospital de S. Rafael (da mesma época) ou o Colégio Jesuíta Universitário de Macau (de 1594). Além disto e muito por sua obra, são aí publicados (e alguns deles impressos) grande número de textos de enorme importância histórico-cultural, que o investigador distribui por quatro categorias: epistolografia (com correspondência, notícias, informações, relatórios, etc.); marinaria (essencialmente roteiros de navegação, cartografia e diários náuticos); estudo e ensino das línguas orientais (com vocabulários, dicionários, etc.); e geografia humana e antropológica, visando especialmente o conhecimento da China e do Japão.

Devido à sua importância de placa-giratória económica e apesar deste significativo património cultural, sob os reis Filipes espanhóis Macau sofre novo tipo de ameaças, de que é exemplo gritante o forte ataque militar desencadeado pelos Holandeses em Junho de 1622, porém mal sucedido³⁹. A fortificação da cidade, sempre apenas defensiva, serviu uma vez mais para repelir ou dissuadir ofensivas deste tipo ou da pirataria marítima que, com o tempo, se foi tornando mais ousada. Porém, em meados do século XVII o Japão travou as suas importações e, por outro lado, em competição com os holandeses naqueles mares, a inglesa *East India Company*⁴⁰, com meios mais poderosos, começou a dominar quase todo o comércio marítimo no Extremo-Oriente.

³⁶ E vinha assim referenciada nas cartas marítimas, como muitos outros acidentes geográficos na região: ilhas, cabos, enseadas, baixos, etc. São testemunhos insofismáveis da prioridade dos navegadores portugueses em tais paragens.

³⁷ Reproduzido de Esparteiro, *Três Séculos no Mar*, Vol. 28: 88.

³⁸ Luís Filipe Barreto, *Macau: Poder e Saber*, 2006.

³⁹ O que levou em 1854 o regime político da Restauração a mandar inscrever como lema do Leal Senado: “Cidade do Nome de Deus – Não há outra mais Leal”.

⁴⁰ Companhia de comércio e navegação transoceânica a quem o rei inglês James I atribuiu em 1609 o monopólio desta actividade para todo o Oriente.

O porto de Cantão emergia e iria superar o papel económico de Macau. Na linguagem ainda incerta de investigadora em formação, escreveu Patrícia Ferreira acerca daquela cidade: «Cantão encontra-se na confluência de várias redes fluviais e possuía vastos e produtivos terrenos de aluvião, próximo do Mar da China Meridional, as suas características geográficas permitiram o seu desenvolvimento. Por entre corredores mais ou menos sinuosos, por vezes de difícil acesso, mas navegáveis, Cantão ligava-se a Macau por via fluvial, ao longo do estuário do rio das Pérolas. Apesar dos meandros do seu leito, houve sempre uma ligação muito forte entre Macau e Cantão. [...] A intensificação das trocas comerciais posteriores à abertura ao comércio, dos portos do Sul da China, pelo édito imperial de 1685, levou a um aumento das receitas para a classe dos mercadores envolvidos, e até mesmo para o próprio imperador Khangsi e seus funcionários regionais. Este mesmo édito criou uma dinâmica muito própria à região tornando-a um palco muito próprio das relações sociais, políticas e económicas que se desenvolveram entre ingleses, portugueses e chineses.

A cidade está rodeada por uma muralha que tem 7 portões de ferro. A nenhum europeu era autorizada a entrada na cidade. [...] Os armazéns aonde se estabeleceram os ingleses ou outros estrangeiros que se dirigiam à cidade de Cantão para comerciar eram extra-muros. Os chineses não permitiam a entrada dos “bárbaros” na cidade amuralhada sem uma justificação muito forte ou algum compromisso marcado com os oficiais chineses»⁴¹. Prossegue a historiadora: «A sua posição geo-estratégica como porto chinês mais perto de todo o Sudoeste Asiático proporcionou-lhe todas as características necessárias para se desenvolver, progredir e ao longo do século XVIII suplantou Macau como entreposto comercial daquela região»⁴². E esclarece que no século XVII os chineses exportavam produtos como almíscar, sedas, metais trabalhados, madeiras trabalhadas e mobiliário, louças, pérolas, pigmentos coloridos, etc.; e importavam: vinhos, marfim, coral, pratos lavradas, chouriços, biscoitos, etc.

Quanto a Macau, diz ela: «A partir de 1700 assiste-se a um grande crescimento da população chinesa no interior da cidade tradicional, surgindo, mesmo, o Bazar Velho. Há ainda a formação, consolidação e expansão de um novo núcleo no exterior junto ao limite tradicional da muralha, perto da zona de Patane e do Porto Interior. [...] Em Macau viviam e coexistiam, portugueses, chineses e mais tarde estrangeiros. A melhor forma de o exemplificarmos é se imaginarmos que existiam dentro do espaço

⁴¹ Patrícia Drummond Borges Ferreira, *A História Luso-Britânica na China Meridional*, 1999: 20-21.

⁴² Patrícia Ferreira, *op. cit.*: 227.

da península de Macau dois círculos distintos, um chinês e outro português, que se tocavam como secantes. Ali haviam dois bairros que sem se misturarem acabavam por se relacionar diariamente, o mesmo se passava a nível político, aonde apesar de separados por funcionários e representantes administrativos, quer portugueses, quer chineses, acabavam por se interligar quando os funcionários da província de Kwangtung⁴³ e do Império da China ali tentavam, com sucesso, impor as suas ordens e vontades»⁴⁴.

O já citado Calvet de Magalhães identifica historicamente duas “tendências” presentes na política portuguesa em Macau: a “nacional” (por exemplo, aplicada pelo governador João Maria Ferreira do Amaral em meados do século XIX); e a “local” (protagonizada entre outros pelo governador Teles de Menezes no século anterior, que acabou demitido pelo governador-geral de Goa, de onde então dependia) – considerando ambas justificáveis mas sendo necessário procurar um justo equilíbrio entre elas, e atribuindo um papel especial ao Leal Senado, a instituição municipal com mais prestígio e capacidade para tal papel, dada a sua composição representativa dos vários interesses em jogo. Segundo este autor, parece que as relações privilegiadas que Macau tinha com o vizinho vice-rei de Cantão, transcendiam por vezes as competências deste, outorgadas pelo imperador em Peking, e isso gerou vários conflitos e dificuldades. Em 1888, por acordo diplomático, foi estabelecido um consulado de carreira em Cantão. Mas só em 1849, depois da humilhante derrota da China na primeira Guerra do Ópio, Portugal pudera estabelecer em Macau uma plena soberania *de facto*, que acabou por ser aceite pelo governo chinês. Apesar disto e no âmago das finas redacções diplomáticas, diz o autor que «para os chineses, por conseguinte, Macau continuou a ser, como sempre, um território chinês sob administração portuguesa»⁴⁵.

Lembra no seu livro o também já citado Gonçalves Pereira que a Constituição Portuguesa de 1822 (e depois a Carta de 1826) consagrou entre nós o princípio de que Macau era «parte integrante do território português»⁴⁶. E, na sequência do Tratado de Nankin de 1842⁴⁷, o governo de Lisboa, pelo decreto de 22 de Setembro de 1844, criava a «Província de Macau» a que ficavam subordinados Timor e Solor; e pelo decreto de 20 de Novembro de 1845 Macau passou a ser porto-franco, aberto ao

⁴³ Forma de grafar a região do Sul que envolve a cidade de Cantão.

⁴⁴ Patrícia Ferreira, *op. cit.*: 29.

⁴⁵ Calvet de Magalhães, *op. cit.*: 19.

⁴⁶ Gonçalves Pereira, *op. cit.*: 31.

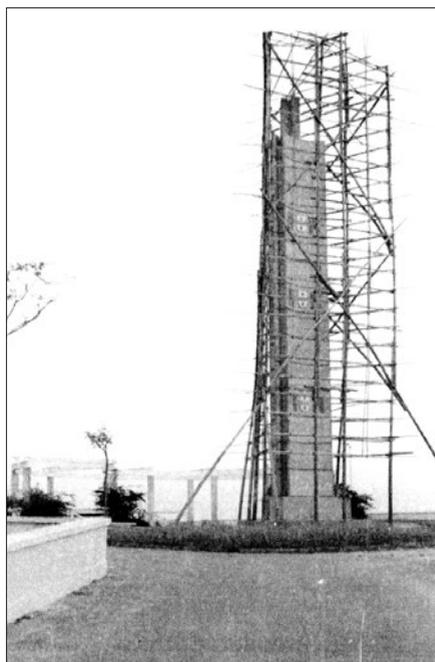
⁴⁷ Que pôs fim à 1ª Guerra do Ópio entre ingleses e chineses.

comércio de todas as nações. É nestas circunstâncias que o governador João Maria Ferreira do Amaral⁴⁸ tentou impor à força esta nova política soberanista, mesmo contra a vontade do Senado, que sempre advogara a concertação dos interesses de todas as partes.

Em 1849, o tenente macaense Vicente Nicolau de Mesquita, em resposta ao assassinato do governador Ferreira do Amaral, apenas com um pelotão tomou o forte chinês de Pak-sa-leand, a pouca distância das Portas do Cerco, fazendo-o em seguida ir pelas ares, o que foi considerado acto heróico e sendo promovido o oficial, a quem mais tarde fizeram uma estátua, e ficando o acto conhecido pelo nome de “combate de Passaleão”.

Informa-nos ainda aquele autor que em 13 de Agosto de 1862 foi assinado em Tientsin um primeiro «Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China», que não chegou a ser ratificado. Tal tratado, com outras formulações, só veio a ser estabelecido em 1 de Dezembro de 1887 e ratificado pelos dois estados em 28 de Agosto de 1888. Nele, além de disposições semelhantes às dos outros “Tratados Desiguais” (jurisdição consular própria sobre cidadãos portugueses em território chinês, tarifário aduaneiro sobre o comércio, entrada do ópio, transacção de cúlis, etc.), a China reconhecia a «perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal»⁴⁹.

Factual e juridicamente, são três os documentos que consubstanciam este Tratado. Há, em primeiro lugar, um «Protocolo de Lisboa», assinado em 26 de Março de 1887 na nossa capital pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Henrique de Barros Gomes e por John Duncan Campbel, «comissário e secretário não-residente das alfândegas



4 – Monumento à Amizade Luso-Chinesa, 1955.
(Obséquio Cte. J.B.L.Barbosa)

⁴⁸ Governou o território entre 1846 e 1849, tendo sido alvo de um atentado quando passeava a cavalo junto às Portas do Cerco, morto e decapitado por bandidos a soldo ou por conta própria.

⁴⁹ Pereira, *op. cit.*: 45.

imperiais marítimas chinesas da segunda classe da hierarquia civil chinesa»⁵⁰, no qual ficaram assentes os seguintes quatro pontos essenciais:

«1-Um tratado de comércio e de amizade, com a cláusula da nação mais favorecida, será concluído e assinado em Pekim.

2-A China confirma perpétua ocupação e governo de Macau e suas dependências, por Portugal, como qualquer outra possessão portuguesa.

3-Portugal obriga-se a nunca alienar Macau e suas dependências sem acordo com a China.

4-Portugal obriga-se a cooperar com a China na cobrança do rendimento do ópio⁵¹ em Macau do mesmo modo que a Inglaterra em Hong Kong.»

O segundo documento, o mais importante e detalhado, foi o designado «Tratado de Amizade e Comercio entre Portugal e a China», assinado em Pekin a 1 de Dezembro de 1887 pelo enviado extraordinário e ministro plenipotenciário Tomás de Sousa Rosa, pelo príncipe chinês Ch'ing e pelo ministro Sun. Compõe-se de 54 artigos que repetem e confirmam o texto de Lisboa e, entre outras matérias, fixam normas como as seguintes:

-Acreditação de representações diplomáticas permanentes nas duas capitais, com as garantias já geralmente vigentes desde a Conferência de Viena de 1815;

-Nomeação de cônsules funcionários do governo português nos portos e outros sítios da China com as «isenções, privilégios e imunidades de que gozarem, a todo o tempo, os funcionários consulares da nação mais favorecida»;

-Nos mesmos termos, abertura dos portos da China à entrada e comércio por embarcações com bandeira portuguesa, estabelecimento de lojas ou armazéns, e assalariamento ou emprego de cúlis e outros trabalhadores chineses, com liberdade de circulação mercantil pelo território mediante passaportes passados pelos consulados e visados pelas autoridades administrativas locais;

-Possibilidade de construção de casas, igrejas, hospitais ou cemitérios, por compra, aforamento ou aluguer desses terrenos ou propriedades;

-Fixação de algumas taxas aduaneiras e direitos de tonelagem relativamente à carga transportada por navios portugueses mas com isenção de qualquer pagamento por passageiros transitados, suas bagagens, cartas ou provisões;

-As mercadorias dos navios mercantes portugueses encontrados a fazer contrabando serão confiscadas pelas autoridades chinesas;

⁵⁰ Esta e as citações seguintes foram transcritas dos Anexos ao livro de F. Gonçalves Pereira, *Portugal, a China e a 'Questão de Macau'*, 1995: 147-169.

⁵¹ Esta disposição refere-se certamente a uma taxa alfandegária, mostrando que o governo de Pekin já aceitava o comércio do ópio, restringindo-o desta forma mas lucrando com ele.

-Haverá extradição de criminosos a solicitação da parte interessada, mas continuando a observar-se a prática já seguida em Macau de os devolver mediante a «competente requisição do vice-rei dos dois Quangs»⁵²;

-E, quase a finalizar, estabelece-se que: «Tendo a religião católica por fim converter os homens ao bem, as pessoas que a ensinarem ou professarem receberão igualmente eficaz protecção das autoridades chinesas [...] quando elas desempenhem pacificamente os seus misteres e não ofendam as leis».

Finalmente, foi subscrito pelos mesmos representantes e na mesma data uma «Convenção appensa ao Tratado de amizade e commercio celebrado entre Portugal e a China no dia 1º de Dezembro de 1887» relativa ao comércio do ópio em Macau, em termos aduaneiros mais concretos⁵³.

Este Tratado veio a ser posto em causa pela exaltação nacionalista que se seguiu à queda do regime imperial em 1911.

Quanto a Portugal e às suas relações com o “império do meio”, elas tinham chegado na segunda metade do século XIX ao nível de uma fraquíssima componente comercial que interessasse ambos os países e limitavam-se a duas questões principais: por um lado, o efeito simbólico da primazia da chegada por mar de europeus ao Extremo-Oriente, que se materializava na presença portuguesa em Macau, na foz do Rio das Pérolas, não longe de Cantão e de Hong-Kong, e no lugar que aí ocupava a Igreja Católica e a acção missionária por ela desenvolvida em vários pontos de toda aquela extensa região do Oriente; por outro lado, o papel económico que aquele entreposto comercial desde há muito desempenhava para o Sul da China, numa partilha de interesses e responsabilidades *sui generis* com os chineses, nomeadamente com os poderosos e as autoridades de Cantão. Nada que se comparasse com Hong-Kong, mas interessante para certos tráficos ilícitos e, da parte chinesa, sem receios quanto a designios de domínio político por Portugal.

Na realidade, as relações formais de Estado a Estado foram-se construindo com alguma lentidão, decerto pela baixa prioridade que lhes atribuíam ambos os governos.

Até 1903, Portugal só tinha uma Legação para representação diplomática na China, Japão e Sião, a qual estava sediada em Macau⁵⁴.

⁵² Designação, à época, do governador do Kwangtung, a região envolvente de Cantão.

⁵³ Em 1902 chegou a ser negociado um novo entendimento comercial, interessando sobretudo Macau e Cantão.

⁵⁴ Esta e as notícias seguintes provêm dos arquivos do MNE-ID, Legação de Portugal na China, Japão e Sião e Governo de Macau e Timor (1858-1902), Cx. 952.

O «Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário» é em 1901 José Maria de Sousa Horta e Costa. E o “homem de Cantão” é o sr. «Tao, Mandarin honorário de 1ª classe, Presidente honorário do Ministério da Guerra e Vice-Rei dos dois Quangs», com quem aquele se corresponde.

Nesta correspondência há, por exemplo, referências ao «Conselho Municipal de Shanghai» (presidido por um inglês) e à sua gestão policial/consular, em colaboração com as autoridades chinesas. Referências também ao «vice-rei de Cantão» e à luta contra os piratas.

Em telegrama enviado pelo nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros para Horta e Costa em Janeiro de 1901, diz-se: «Peço a V.Ex^a. informe pelo telégrafo se regimen ópio e coolies em Hong-Kong divergem dos de Macau e se tiveram modificações ali depois celebração tratado 1887. E desenvolva pelo correio resposta.». Eis a resposta do embaixador: «Regimen ópio Hong-Kong Macau idêntico fixado convenção 1887 sem modificação, regimen coolies idêntico, permitida emigração livre qualquer país dependente autorização governador sendo contratada permitida apenas possessões respectivos países».

E um telegrama enviado do governador de Macau para os Negócios Estrangeiros em Lisboa a 31 de Dezembro de 1901 informa que «Ministro parte hoje Hong-Kong para Pekin via Shanghai».

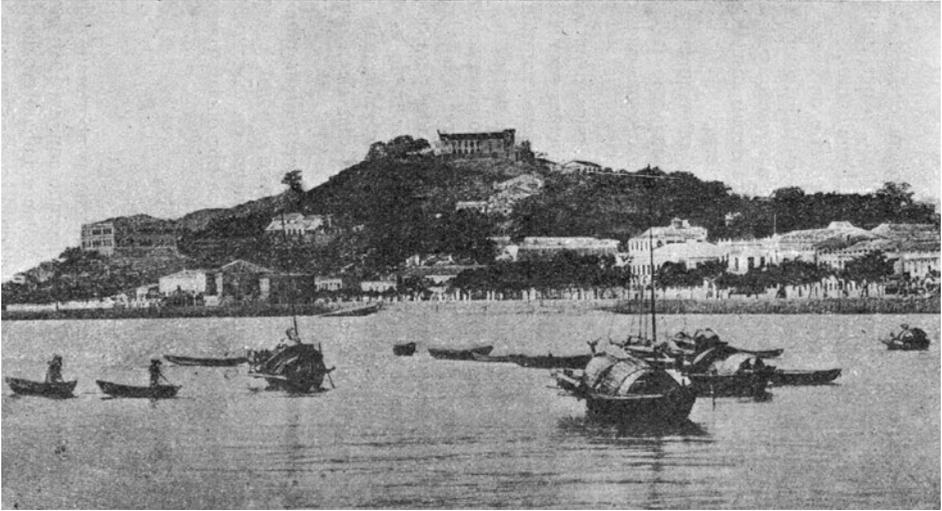
Estes, são meros exemplos das relações diplomáticas de rotina Portugal-China, mas que mostram uma centragem geográfica no Sul, entre Cantão, Macau e Hong-kong.

Finalmente, por decreto de 8 de Agosto de 1903, o governo português cria uma missão diplomática em Pekin (com missão de representação do país também em Bangkok e com consulados em Changai e Cantão) e outra em Tóquio, acabando implicitamente a Legação sediada em Macau que representava Portugal junto dos três reinos. E, pela correspondência oficial que foi guardada, sabe-se que em 1904 já há uma Legação Portuguesa instalada em Pekin⁵⁵, bem como existem referências à neutralidade portuguesa relativamente à guerra russo-japonesa que eclodira no Extremo-Oriente⁵⁶.

Contudo, se as relações de-Estado-a-Estado passaram por estas diversas etapas e modalidades, é importante ter presente a consideração analítica feita por Calvet

⁵⁵ MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 574.

⁵⁶ Sobre o ligeiro incidente naval ocorrido em Dezembro daquele ano na Baía dos Tigres (Angola) com a esquadra russa que se deslocava para aquele teatro de operações, pode ver-se, entre outros: Freire, *Olhares Europeus sobre Angola*, Lisboa. Ed. Culturais da Marinha, 2011: 269-277.



5 – Vista de Macau c. 1925.

de Magalhães de que «as relações de Macau com a China foram sempre determinadas fundamentalmente pelas suas relações com os distritos chineses vizinhos e, de um modo particular, com os meios e as autoridades de Cantão. Tanto os movimentos de hostilidade como os de aproximação entre as autoridades portuguesas e chinesas tiveram sempre o seu fulcro em Cantão, irradiando daí para outras partes da China. O Sul da China e Cantão, como sua grande metrópole, deram origem, aliás, aos grandes movimentos políticos que liquidaram a dinastia manchú e levaram ao estabelecimento da República e à formação do partido nacionalista ou Kuomintang, e do Partido Comunista ou Kungchantang. Foi no sul que teve início a revolta dos Tai Ping, que pretendeu derrubar a dinastia manchú; foi em Cantão que teve origem o movimento republicano que finalmente conseguiu esse objectivo em 1911 e foi ainda em Cantão que o Dr. Sun Yat-Sen, um cantonês, organizou o Kuomintang que, sob o comando do general Chiang Kai Chek, organizador da Academia Militar de Wampoa, em Cantão, procurou unificar a China dividida com a queda do império, com a ajuda dos comunistas que até 1927 colaboraram com o Kuomintang»⁵⁷.

O governador português que primeiro desembarcou em Macau após a revolução de 25 de Abril de 1974, general Garcia Leandro, falando do século XX, escreveu: «Macau foi-se mantendo com equilíbrios vários, instáveis e difíceis, sem

⁵⁷ Calvet de Magalhães, *op. cit.*: 21-22.

nunca se saber o que aconteceria no dia seguinte. A dependência de Hong-kong era esmagadora, em termos não só económicos, mas também linguísticos. Em muitos habitantes, generalizou-se a ideia de que Macau poderia ser apenas um ponto de passagem para outros locais e não um destino final. Ao mesmo tempo, criou-se uma sociedade onde a influência da Igreja Católica era muito visível e a miscigenação foi levada aos limites, dando origem à Comunidade Macaense – como seu produto complexo e polifacetado –, duplamente herdeira de uma cultura portuguesa e chinesa, mas não só. Macau foi sempre, dentro das suas limitações, um porto de abrigo para as populações envolvidas em conflitos, como foi o caso dos ingleses quando da ocupação de Hong-Kong pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial»⁵⁸.

⁵⁸ Leandro, *Macau nos anos da Revolução Portuguesa*: 31-32.

1.4 O CAOS DA REPÚBLICA CHINESA

A velha imperatriz viúva Ci-xi, que governara com autoridade o país durante 47 anos após o falecimento do marido, morre em 1908, com o herdeiro Pu-Yi ainda uma criança e destinado a uma trajetória que pouco lhe pertenceu.

Já minados por ideias de modernização ocidentalizantes, jovens escolarizados, alguns cristãos e poucos quadros militares provocam um levantamento em Wuhan, no centro do país, em Outubro de 1911, que o governo de Pequim não foi capaz de debelar e levou à sua queda. Na fraqueza em que se encontrava o regime imperial, este vazio provocou mesmo o seu fim, entrando-se em negociações, movimentos militares e proclamações dispersas que culminaram com a abdicação do monarca Pu-Yi, de apenas sete anos de idade, e o estabelecimento de uma República cuja Constituição (provisória) entrou em vigor em Março de 1912. Uma das suas medidas inovadoras consistiu na adopção do calendário gregoriano; outra, de efeitos mais a prazo, foi a criação de um “mandarim padrão”, simplificado, que permitiu um acesso à leitura e à escrita muito mais alargado. Mas no plano financeiro, monetário e orçamental, apesar da adopção do *Yuan* como moeda nacional, a experiência da República tornou-se um verdadeiro caos, devido às condições políticas que a China foi experimentando nos anos seguintes.

Sun Yat-Sen regressou ao país em Dezembro de 1911 e logo lhe foi entregue o cargo de Presidente. Porém, consciente do vazio do poder que assim lhe caía nas mãos, preferiu deixar o cargo para o general Yuan Shi-kai, que já fora primeiro-ministro e comandava agora o exército nacional, o mais poderoso e organizado de um país onde muitos outros governadores provinciais dispunham de forças próprias, que facilmente usavam para os seus fins pessoais.

Formado nos maus hábitos do século precedente, Yuan Shi-kai comportou-se como um verdadeiro ditador, apenas que pouco obedecido na maior parte das regiões do país. Nas eleições parlamentares de 1913 o partido então formado por Sun Yat-Sen, o Kuomintang⁵⁹, obteve uma expressiva maioria relativa, mas insuficiente para governar. E contestando a não convocação de eleições presidenciais por Yuan Shi-kai, entrou em rota de colisão com este, foi ilegalizado e perseguido, tendo Sun que de novo procurar refúgio no estrangeiro. Shi-kai chegou mesmo a declarar-se novo imperador dos chineses, em 1915, mas morreu no ano seguinte

⁵⁹ Transliteração ocidental mais comum, querendo significar Partido Nacional Popular (também citado como KMT), seguindo o ideário do seu inspirador consignado nos Três Princípios do Povo: oposição ao saque económico do país pelos estrangeiros, regime democrático moderado e reforma da propriedade agrária.

deixando o país em enorme confusão política e, na prática, fragmentado em diversos centros de poder, por parte dos tais chefes militares chamados “senhores da guerra”, agora com rédea solta para dominarem autoritariamente cada uma dessas suas zonas de influência. Daí que, nos breviários de história da China moderna, se designe geralmente o período de 1916-1928 como o dos “senhores da guerra” – realidade porém que lhe era já bem anterior e que se prolongou ainda muito mais, embora esse fosse efectivamente o tempo da sua mais absoluta consagração. E, manipulado pelos seus mais fiéis seguidores, o ex-imperador Pu-Yi ainda se prestou em 1917 a uma tentativa de restauração imperial, sem qualquer sucesso, apenas acrescentando mais desordem à desordem existente.

Não obstante isto, as grandes potências estrangeiras mantiveram até 1928 o seu reconhecimento diplomático a Peking, isto é: ao “senhor da guerra” que aí ia exercendo algum poder de Estado. Contudo, é bom saber que, em informação posterior, refere-se o «acordo de 1919, pelo qual as diferentes Potências se comprometem a proibir toda e qualquer exportação de armas enquanto não houvesse um Governo Central reconhecido e acatado pelas províncias actualmente em guerra»⁶⁰.

Apesar do regime republicano ter sido implantado há uma década, em 1922 ainda se encenava na “Cidade Proibida” de Peking um espectáculo singular, de que era protagonista o soberano imperial destituído. Vale a pena reconstituir a cena, segundo consta no relatório de 15 de Dezembro desse ano assinado pelo nosso Ministro Plenipotenciário José Batalha de Freitas (por sinal, um antigo oficial de Marinha e então o decano do Corpo Diplomático ali presente, estando a Inglaterra apenas representada por um encarregado de negócios e o Japão por um conselheiro de embaixada, ao contrário dos EUA, da França, Alemanha, Itália, Holanda, etc., com os seus embaixadores): «O Imperador da China, Hsuan Tung⁶¹, destronado quando ainda criança pela revolução de 1912, acaba de celebrar o seu casamento, com grande solenidade, à qual se associou discretamente o Governo da República. [...]». O representante português equacionou com o Corpo Diplomático a delicadeza da questão de participar, ou não, nas cerimónias. E escreve: «[...] A antiga cidade interdita, com os seus muros vermelhos e telhados amarelos, residência dos imperadores e da corte Manchú, está hoje dividida em duas partes distintas – divisão feita no advento da República. Na maior parte, aberta ao público, encontra-se a residência oficial do Presidente da República, Conselho de Ministros, museus de arte

⁶⁰ Ofício da nossa Legação em Peking para Lisboa em 14.Abr.1925 (MNE-ID, Legação Peking, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13).

⁶¹ Também chamado Pu-Yi.

aplicada, pintura, cerâmica, etc., e na outra, que se considera sempre interdita, reside o ex-Imperador rodeado pela sua ainda numerosa corte de príncipes, eunucos, altos dignatários manchús conservando os hábitos, costumes e trajes do velho tempo do Império. Há quatro anos, um perceptor inglês, Mr. Johnstone tem acompanhado o jovem Imperador e a sua educação moderna [...]. Escolhidas nas principais famílias manchús as duas noivas, Imperatriz e primeira concubina, esta fez a sua entrada no Palácio 24 horas antes da Imperatriz, na noite de 29 para 30 de Novembro. [...] No dia 3, terceiro dia após o casamento, data consagrada em toda a China à recepção das visitas pelos noivos: estrangeiros de distinção em Pekin, homens e senhoras, diplomatas, banqueiros, etc. foram recebidos ao meio dia pelo Imperador e pela Imperatriz. [...] começou a recepção, sem ordem de precedências ou de nacionalidades, num *pê-le-mê-le* propositado que, de resto, tinha sido aconselhado como a melhor forma de tirar à cerimónia qualquer carácter oficial [...]. Quando um chefe de Missão se apresentava, o almirante Tsai Ting Kan, actual chefe da Casa Militar do Presidente da República, de casaca e grã-cruz republicana, anunciava em voz alta, e o nome era repetido ao Imperador pelo perceptor inglês, que se achava próximo dele. A esses e só a esses o Imperador estendia e apertava a mão - era esta a única distinção feita, sem troca de quaisquer palavras. Mal havia tempo para lançar um golpe de vista sobre a Imperatriz, muito gentil, podendo mesmo chamar-se formosa [...].» E o diplomata conclui que seria útil a manutenção deste clima de algum respeito mútuo entre instituições (espiritual no caso do jovem ex-imperador; civil e militar no tocante ao governo): «Este compromisso ajudaria a reunir à China as províncias afastadas da Mongólia, da Manchúria e do Tibete, em que a população não está ainda feita ao regime republicano. Na China propriamente dita e principalmente no Sul, ao contrário, a grande massa é decididamente hostil a uma restauração monárquica. A República é, sem dúvida, o regime popular»⁶².

Atentemos, porém, à caracterização feita pelo reputado historiador da China que foi John King Fairbank dos tais “senhores da guerra”. Apontado por ele como exemplo, um tal Chang Tsung-ch’ang *«était le prototype du seigneur de la guerre qui devait donner à l’espèce sa mauvaise réputation. [...] c’était un homme grand et fort, qui faisait nettement plus de 1 mètre 80 et ne redoutait rien ni personne au combat. Pendant la guerre russo-japonaise de 1904-1905, il se battit pour les Russes et conserva, quando il arrive au pouvoir dans les années 1920, une garde d’environ 4.000 Russes blancs. Il y avait également des Russes dans son harém de*

⁶² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

quarente femmes. Ses détracteurs l'appelaient le "Général viande à chiens" [...]. Alors qu'il était au pouvoir à Pékin, il avait exécuté des journalistes et des directeurs de journaux; dans le Shantung, il tuait des paysans membres de sociétés secrètes et accrochait leurs têtes aux poteaux télégraphiques. Il personnifiait la violence et la cupidité. Grand batailleur, il soutenait le "Seigneur de la guerre de Mandchourie" (Chang Tso-Lin) qui tentait de s'emparer de la Chine du Nord.

Le "Général viande à chiens" était évidemment un cas extrême. D'autres seigneurs de la guerre commencèrent, à leur arrivée au pouvoir local, par faire des réformes, apporter des améliorations modernes et s'intéresser à la population, avant d'être pris dans les luttes de pouvoir et d'exploiter finalement tous ceux qu'ils pouvaient»⁶³.

Vale ainda a pena intercalar aqui um fragmento da análise do investigador António Barrento sobre o "Estado fragmentado" chinês desta época, através da figura – decerto singular – de um outro desses "senhores da guerra": «No contexto do Estado fragmentado do período republicano, Yan Xishan, senhor da guerra cujas tropas dominam na totalidade ou em parte a província de Shanxi entre 1911 e 1949, incorpora no seu discurso argumentos em favor da pluralidade política, indiciadores de uma teoria justificativa da fragmentação do Estado. [...] transparecem no discurso e na actuação de Yan Xishan noções de pluralidade ideológica [...] incorporativa dos melhores aspectos do 'militarismo, nacionalismo, anarquismo, democracia, capitalismo, comunismo, individualismo, imperialismo, universalismo, paternalismo e utopianismo' [...]. Mas Yan Xishan não nega efectivamente a unidade da Nação, nem a existência de um Estado central, com competências únicas de representação da Nação, v.g. na esfera internacional. [...] O discurso da pluralidade política e ideológica corresponde a um processo histórico de fragmentação do Estado, e de desvalorização do mesmo e da sua ideologia (ou pelo menos do Estado centralizado e da ideologia monolítica do Estado), em curso desde meados do século XIX, assim como de fragmentação ideológica com o fim da dinastia Qing e a transferência do poder de mandarins para militares»⁶⁴. E esclarece-nos ainda o autor que Yan Xishan, general comandante de uma brigada, havia aderido à República em 1911 e vê-se confirmado como governador de facto de Xanshi pelo Presidente interino Yuan Shikai. Mantém-se à margem das lutas pelo poder entre "senhores da guerra" após a morte de Shikai em 1916 e a tentativa de restauração do imperador Pu-Yi em 1917,

⁶³ Fairbank, *La Grande Révolution Chinoise*, 1989: 252-253.

⁶⁴ António Barrento, "Yan Xishan e o Estado fragmentado: Pluralidade e unidade política e ideológica" (p. 267-269), in Amaro & Martins, *Estudos sobre a China VII*, 2005, Vol. I: 65-290.

mas durante a Expedição ao Norte em 1926-27, alia-se ao Kuomintang. Nos anos 30 enfrenta os comunistas da Longa Marcha e os invasores japoneses, mas consegue manter-se praticamente senhor do seu território, no noroeste, até 1949.

Este período que, como já dissemos, ficou conhecido como o dos “senhores da guerra” pode ser aqui ilustrado com algumas referências documentais conservadas nos arquivos diplomáticos portugueses que, de algum modo, são reveladoras do descontrolo que grassava na maior parte do território chinês. As notícias destas contradições deviam chegar a Lisboa de forma esporádica e desarticulada deixando mal informado o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) – o qual, por sua vez, via então sucederem-se os respectivos ministros em ritmo acelerado.

Exemplos das informações recebidas em Portugal deste teor são as seguintes:

- Relatório da Legação de Portugal em Pequim de 22 de Julho de 1922 do segundo-secretário Brandão Paes: «Pelas minhas anteriores informações sobre a situação política na China, V.Ex^a. pôde avaliar o antagonismo existente entre os dois generais Chang Tso Lin e Wu Pei Fu, que dominam a política no norte deste país. [...] No dia 27 de Abril último ouviu-se um forte canhoneio a Oeste de Pekin, o que indicava que a guerra estava declarada [...]. O Governo de Pekin, impotente para evitar esta luta, conservou-se neutro [...]. O general Wu Pei Fu, senhor da situação, permanece na frente mas a sua futura acção parece que será somente em restabelecer a paz, ainda que peça o castigo do general Chang Tso Lin. Os seus principais pontos de vista, segundo a imprensa, são os seguintes: uma rápida unificação do país; abolição do governo do sul; reforma da jurisprudência e sistema legal; e restrição das actividades dos chefes militares dentro das suas zonas respectivas»⁶⁵.

- Em ofício de 2 de Dezembro de 1924 da Legação de Portugal em Pekin diz-se que o marechal Tuan Chi-Jui se instalou em Novembro de 1924 em Pekin «assumindo as funções de Chefe Executivo Provisório da República da China»⁶⁶.

- E tentando resumir em poucas palavras a fragmentação do poder político-militar no país em meados de 1926, Ivens Ferraz escreve num dos seus relatórios⁶⁷: «A China pode dizer-se que se compõe actualmente de vários reinos: Chang Tso-lin está fortemente estabelecido em Mukden, Chun Tsuang-fang em Shanghai, Wu Pei-fu na região Han, Feng Yu-shiang na fronteira Sino-Russa, Chiang Kai-shek nos dois

⁶⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁶⁶ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁶⁷ Eram enviados para o Comando-Geral da Armada, mas sempre depois dados a conhecer aos ministros da Marinha, Colónias e Negócios Estrangeiros e ao chefe do governo.

Kwang e Tan Chi-yau no Yunan. Além destes há outros régulos de menor importância que se consideram também independentes»⁶⁸.

Afora a indiferença com que somos capazes de soletrar estes nomes (e o modo de os grafar), este retrato impressionista dá bem conta do que era então a inexistência de um Estado moderno, num país indubitavelmente único e unido por uma cultura e uma história seculares.

Segundo a análise socio-económica desta época feita por um historiador como Harold Isaacs⁶⁹, a tradicional produção agrária chinesa mantinha-se aferrada a métodos de cultura e de trabalho arcaicos, submetida a frequentes fenómenos de inundações, secas e fomes, às vezes também às devastações guerreiras e às pilhagens do banditismo. Mas, ao longo de décadas e décadas, a *questão da propriedade fundiária* dos terrenos agricultáveis tinha-se tornado prioritária. Uma estimativa oficial, em 1927, indicava que um pouco mais de metade do campesinato chinês não dispunha da propriedade das terras cultivadas das quais tirava o seu sustento, e 20% possuíam uma área insuficiente. Cerca de 80% das terras eram propriedade de 13% da população rural. A maior parte da área agrícola estava nas mãos de latifundiários absentistas, de funcionários governamentais, de bancos e capitalistas urbanos (e mesmo sociedades estrangeiras), que se faziam representar localmente por comerciantes, usurários, cobradores ou burocratas, cujos rendimentos vinham também da generalizada corrupção financeira. Sem exagero, pode dizer-se que a condição económica do campesinato era, no geral, miserável.

Na segunda metade do século XIX e inícios do seguinte, as relações económicas externas da China haviam sofrido evoluções muito consideráveis. A pesar de todas as limitações e contradições, *o país iniciara a sua industrialização*. A navegação a vapor e a industrialização dos portos, mais o caminho-de-ferro, os telégrafos e a implantação de grandes fábricas em certas zonas costeiras, tornaram a China apetecível para os investimentos capitalistas estrangeiros. Nasceram fábricas de produtos têxteis empregando milhares de operários com um nível de qualificação muito sumário. A manutenção, reparação e alguma fabricação de dispositivos mecânicos suscitou o aparecimento de oficinas onde torneiros, serralheiros, forjadores ou caldeiros foram formando uma mão-de-obra operária mais qualificada, tal como relativamente aos artigos e equipamentos eléctricos. As velhas fabricações artesanais da química (tinturaria, pólvoras, fósforos e “panchões”, etc.) ganharam escala e concentração.

⁶⁸ Ferraz, *op. cit.*: 224.

⁶⁹ Essencialmente feita no capítulo 2 do seu livro *La Tragédie de la Révolution chinoise*: 52-64.

A navegação mecânica e a actividade portuária exigiram a formação de novos marinheiros e fogueiros, operadores de guindastes, guardas e de uma chusma de funcionários alfandegários, despachantes, *ship-chandlers* e outros intermediários. Mas aqui, num ponto nodal desta actividade comercial *inport-export*, acrescentaram-se novas profissões superiormente qualificadas (pilotos e capitães de navios, maquinistas navais, radiotelegrafistas, meteorologistas, contabilistas e fiscalistas, etc.) ao mesmo tempo que inchavam os empregos duros e muito mal remunerados dos carregadores e estivadores portuários, dos condutores de *rickshaw*, dos moços-de-recados e de todos aqueles desgraçados geralmente designados por *coolies*, uma mão-de-obra abundante, descartável e sem direitos, cujo trabalho era pago com pouco dinheiro-na-mão ou uma momentânea refeição de arroz e álcool. De modo idêntico eram tratados os trabalhadores da construção civil (que levantou edifícios modernos de traça e técnica ocidentais nos centros das principais cidades), os assentadores das vias férreas, os cabouqueiros e pavimentadores de estradas, os operários mineiros, os que trabalhavam na pica-e-raspa e na pintura dos navios que periodicamente entravam em doca seca, etc. E nos rios, ao lado deste pessoal pago a salário, milhares e milhares de chineses sobreviviam nos seus barcos de madeira tradicionais, dedicando-se à pesca e ao pequeno transporte de pessoas e mercadorias, e não raro também ao contrabando.

Um exemplo concreto da iniquidade destas relações-de-trabalho pode ser dado a partir de um registo de 1924 por nós encontrado nos arquivos do Consulado de Portugal em Cantão relativo ao vapor português *Seixal* (com 50 tripulantes), propriedade da firma portuguesa Botelho Bros., de Hong-Kong, onde se fixa que o capitão João R. Assis será pago adiantadamente em \$300,00 (Patacas) mensais e terá camarote independente, comida, criado e fardamento; que «os vencimentos dos guardas não-chineses será também pago em notas de banco europeus e o dos restantes tripulantes em moeda de prata do país», podendo estes últimos serem despedidos «com aviso prévio de oito dias». E, a título ilustrativo, saiba-se que um 2º piloto (china) ganhava ali \$52,00, um marinheiro \$15,00 e um *boy* \$3,00⁷⁰.

Numa palavra: *a China modernizara-se*, tornando-se parecida com o Ocidente em cidades como Changai, Cantão, Hong-Kong, Nankin ou Hankow; mas aí e em todo o seu interior imenso *o país permanecia igual a si próprio*, miserável, traficante e opulento, e agora com um *estrangeiro* também a mandar em sua casa.

No tocante às *trocas comerciais externas* e tendo-se tornado mais efectivo o combate à importação de ópio, interessava sobremaneira aos países industrializados

⁷⁰ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 293b, S16 E59 P7 89.076.

do Ocidente (sobretudo à Inglaterra e França, mas também aos Estados Unidos, Alemanha ou Itália), à Rússia e ao Japão a venda de bens-de-equipamento pesados, tais como maquinaria industrial, locomotivas, vagões e *tramways*, armamento, viaturas automóveis e artefactos utilitários (metálicos, eléctricos ou em madeira), além de mercadorias de uso mais corrente como peças de vestuário e calçado, papel e os primeiros artigos fabricados com borracha ou entrando já no domínio dos materiais plásticos, derivados do petróleo. Mas, para um país como Portugal, o melhor que se conseguia ali colocar era alguns produtos vinícolas, para consumo das classes altas. Em contrapartida, os chineses continuavam a encantar as elites ocidentais com os seus produtos tradicionais: as porcelanas, as sedas, as madeiras exóticas e o mobiliário recobertos de pinturas lacadas, algum trabalho fino do marfim e da ourivesaria. Outras mercadorias chinesas baratas faziam a fortuna de “*compradores*” ocidentais. Mas, do ponto de vista da indústria, interessavam sobretudo ao Ocidente as suas entrevistas boas reservas em carvão, ferro e petróleo. E, no tocante à economia global, eram factores tentadores para os apetites capitalistas euro-americanos o baixíssimo custo da mão-de-obra local, o enorme mercado que a China potencialmente representava para os seus produtos manufacturados e, *last but not least*, o excedente financeiro global que resultava de todas estas trocas.

Sobre este pano de fundo, agitava-se agora o fervilhão de um *mundo político caótico*, feito de acções-de-força, conspirações, golpes, atentados e execuções sumárias, de alianças inusitadas e traições, ameaçando também entrar em cena *novos actores sociais*, dos quais três deles viriam a afirmar-se no futuro próximo: um *movimento operário* de base sindical, reivindicando melhores salários e condições de trabalho, nas cidades costeiras mais desenvolvidas onde dominavam os capitalistas estrangeiros; uma activa *movimentação estudantil* muito sensibilizada para o combate contra o “imperialismo”, quer na sua vertente económica, quer nas limitações que este impusera à soberania do Estado chinês; e, de modo menos visível, um *campesinato pobre* que, sobretudo na China central, se começava a organizar e a agir colectivamente contra os proprietários das terras e os comerciantes que sentiam ser seus exploradores.

Mas enquanto estes movimentos não ocupavam o proscénio a ponto de preocuparem seriamente as grandes potências com interesses no país – como o viriam a fazer em breve – eram as novas elites político-militares que ditavam as suas leis nos território onde chegava a força das tropas que lhes obedeciam e a quem pagavam a necessária subsistência. Isto era assim no sul, no centro e nos confins ocidentais do país. Mas mesmo no norte e na zona de influência da antiga capital imperial o poder era incerto. Por exemplo, quase à beira do desencadear da grande

ofensiva “anti-imperialista”, um ofício datado de 21 de Maio de 1925 da nossa Legação em Pekin para Lisboa informa da iminência de um conflito armado entre os «partidos militares do nordeste» e «os do noroeste»⁷¹.

O poder político em Pekin – “nacional” apenas em aparência – não foi mais do que o sobranço da antiga corte imperial, o beneficiário dos restos dos seus aparelhos fiscais, administrativos e judiciais que, região sim, região não, ainda se mantinham. E, talvez sobretudo, foi o resultado do amparo que durante mais de uma década lhe foi dado pela comunidade internacional, reconhecendo-o como o governo legal do país, com ele celebrando tratados bilaterais ou multilaterais e, ainda, concedendo-lhe alguns créditos financeiros – tudo isto no temor de que uma desagregação total daquele imenso país viesse a afectar ainda mais os seus interesses próprios e o conjunto da economia global, já tão perturbada com a guerra que irrompera na Europa e em parte a destruíra, física, política e moralmente.

A China e a Iª Guerra Mundial

Com todo o seu desarranjo interno e apesar de pressionada pela Inglaterra, a República Chinesa não se envolveu militarmente na Grande Guerra nem ocorreram grandes operações bélicas na sua vizinhança mas, desejando aproveitar a difícil postura da Alemanha para reaver os territórios que esta detinha no seu perímetro geográfico, a China manifestou-se ao lado das potências aliadas contra os “impérios centrais” e terá mesmo chegado a produzir uma declaração de guerra a Berlim em 1917⁷². Em todo o caso, em 1919 os grandes vencedores limitaram drasticamente a intervenção da diplomacia chinesa na Conferência de Versalhes e esse foi um dos motivos que levou à irrupção do “movimento do 4 de Maio”, essencialmente de base estudantil e com motivações “anti-imperialistas”. Em causa estava sobretudo a província de Chantung (ou Shandong), mais conhecida pelos seus tecidos de seda, terra-natal de Confúcio e centro tradicional do Taoísmo, que os alemães haviam controlado – como protectorado ou “esfera de influência” – a partir do aluguer feito à China em 1897 da cidade de Tsingtao, na chamada Península de Chantung, frente ao Mar Amarelo.

A promessa aliada não foi cumprida e a província de Chantung, pelo artº 156 do Tratado de Versalhes, foi dada ao Japão, em vez de devolvida à China. Por isso, o embaixador chinês Wellington Koo não após a sua assinatura no tratado. O litígio

⁷¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

⁷² Ver Martin Gilbert, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Esfera dos Livros/Expresso, 2007, 7 vols.: V. 6: 92.

entre estes dois países vizinhos foi superado em 1921 durante a Conferência Naval de Washington⁷³, graças à mediação americana, ficando o território sob soberania chinesa, com a concessão de direitos especiais aos japoneses ali residentes. Mas, entretanto, o governo chinês havia feito uma paz separada com a Alemanha em Setembro de 1919 e assinado com ela um tratado de comércio em 1921, que logo enquadrou uma importante retoma da actividade exportadora germânica para aquele país oriental. E, atenta ao facto, em telegrama de 4 de Julho de 1921, a Legação portuguesa em Pekin informa o MNE em Lisboa: «Foram ontem trocadas notas tratado comércio alemães cuja principal cláusula se refere abandono extraterritorialidade»⁷⁴. Era um ponto positivo para as reivindicações chinesas contra os “Tratados Desiguais”, é certo que obtido da nação vencida na guerra europeia, mas que, ainda assim, se mantinha como um dos países industrializados mais fortes do mundo.

Em todo o caso, aquela desconsideração à China feita pelas Potências vencedoras da guerra gerou uma imparável onda de protestos, iniciada a **4 de Maio de 1919**, data por que ficou conhecido o movimento, na origem essencialmente estudantil, de repúdio e de protesto contra “os estrangeiros” que exploravam a China e mandavam mesmo em certas partes do seu território, perante a tibieza das autoridades de Pekin. O “Movimento do 4 de Maio” marcou, assim, o arranque em força de uma ampla mobilização de massas populares urbanas de sentido “anti-imperialista”, que simultaneamente afrontava o governo oficial, os ricos chineses “vendidos ao exterior” e boa parte dos “senhores da guerra” mais compassivos ou absorvidos pela política doméstica. “*Hands off China!*” e “*Imperialists, out!*” passaram a ser slogans incansavelmente gritados por massas furiosas que, quando podiam, descarregavam a sua raiva sobre pessoas ou propriedades de cidadãos não-chineses. O que, naturalmente, assustou as opiniões públicas e os governos dos países em causa. Para estes, tratava-se basicamente, de manifestações de *xenofobia* (=ódio ao estrangeiro); mas para os chineses, tratava-se antes de recuperar a soberania da sua pátria.

Quem cavalgou esta onda de protesto sem hesitações, antes alargando-a e fornecendo-lhe alguma direcção política, foi, por um lado, o partido Kuomintang (agora de novo liderado por Sun Yat-Sen, a partir do Sul), em coerência com o seu programa nacionalista de sempre; e, por outro lado, o Partido Comunista Chinês (PCC), criado em 1921 (como em Portugal), sob os auspícios do bolchevismo russo, o qual se fez

⁷³ Conferência das potências vencedoras sobre o Oriente/Pacífico e a redução dos armamentos navais. Ver adiante.

⁷⁴ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

representar no congresso de fundação, no mês de Julho em Changai, por Maring⁷⁵ delegado da Internacional Comunista e primeiro “conselheiro político” de Moscovo junto do movimento nacionalista chinês.

Sun foi sensível a vários dos argumentos de Maring para uma convergência de acção dos dois partidos e agradeceu as ajudas financeiras, em armamento e quadros políticos que lhe eram propostas pela União Soviética. E, em breve, agentes de Moscovo passaram a circular cada vez com maior frequência nas cidades chinesas mais importantes.

Em Julho de 1923 o PCC realiza o seu segundo congresso e orienta mais decididamente a sua política de alianças para a criação de uma frente anti-imperialista e mesmo para o “entrismo” no Kuomintang, segundo os conselhos dos agentes soviéticos, apesar da relutância de muitos dos seus membros que preferiam a luta-de-classes a partir dos sindicatos e dos movimentos grevistas que aconteciam nas fábricas e outros sectores de mão-de-obra intensiva cada vez com maior frequência.

Sun Yat-Sen acabou por aceitar a entrada de comunistas no Kuomintang e deu outros passos de aproximação a Moscovo que influenciaram o próprio governo. Em 31 de Maio de 1924 são assinados em Pekin os «*Agreements between The Republic of China and the Union of Soviet Socialist Republics and Annexes*» pelo Presidente da República da China Vi Kyuin Wellington Koo e pelo representante da URSS Lev Mikhailovitch Karakhan, acordos que incluem um, provisório, sobre o *Chinese Eastern Railway*⁷⁶.

Em Julho seguinte partiu para Moscovo para estagiar numa escola do Exército Vermelho um jovem oficial do exército, membro do Kuomintang, que virá a desempenhar um papel determinante na China nas décadas seguintes: Chiang Kai-Shek (1887-1975)⁷⁷. Ali se ensinavam as técnicas da “agit-prop”, os modos de penetrar e organizar “as massas” (trabalhadoras e populares), a infiltração e provocação no seio de hostes adversas, os critérios para a punição ou eliminação de inimigos políticos importantes e mesmo as tácticas militares mais úteis para as guerras civis e o combate-de-ruas: era a “educação política” dos militares, ali inventada por Trotsky. E aconteceram vários outros intercâmbios técnicos e políticos entre russos e chineses. Um

⁷⁵ Pseudónimo do holandês ‘Henk’ Sneevliet (1883-1942), agitador anti-colonial e pró-comunista em Batávia (Java). Foi para a Rússia em 1920, participou no 2º congresso da Internacional Comunista e foi eleito para o seu Comité Executivo representando os militantes das Índias Orientais Holandesas (Indonésia). Por indicação de Lénine, instalou-se na China entre 1921 e 1924 como representante daquele movimento.

⁷⁶ Documentos publicados em brochura e conservados em arquivo (MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13).

⁷⁷ Era oriundo de uma abastada família de mercadores de sal, na China do Sudoeste, mas sobre ele se abateu muito cedo o peso da orfanidade, tendo construído a pulso o seu próprio destino.

deles foi o do agente Mikhail Borodine⁷⁸ que estabeleceu uma boa relação pessoal com Sun Yat-Sen tornando-se seu conselheiro político.

Aliás, russos, havia-os então em grande número na China, sobretudo os “brancos” fugidos à “ditadura do proletariado” e os derrotados do exército de Koltchak, como referirá mais tarde o comandante Freitas Morna falando de Changai: «A emigração russa, tanto da Rússia europeia como dos centros da Sibéria mais próximos, especialmente de Arbin, é espantosa. Quase todos russos brancos, fugidos aos horrores e perseguições dos vermelhos. [...] As forças da guarda das 6 ou 7 pontes sobre o rio que atravessa a Concessão Internacional são de russos – a maior parte, antigos oficiais do Exército Imperial, agora soldados mercenários. [...] Os teatros, os cinemas, *cabarets*, hotéis, restaurantes, comércio, todos os ramos de actividade, tudo tem a invasão dos russos – dotados de extraordinários recursos de valor pessoal. Em Shanghai, a vida intensa faz-se de noite. Há dezenas de *cabarets* – na totalidade mantidos com russas. O número de mulheres russas exiladas do seu país, refugiadas em Shanghai, é próximo de 10.000! Muitas têm ali casado. São mulheres novas. Algumas, tipos de formosura ideal»⁷⁹.

Entretanto, a agitação estudantil anti-imperialista foi-se mantendo, com altos e baixos, mas também transmitindo-se aos trabalhadores urbanos, dos portos, das fábricas e dos serviços. Diz Isaacs⁸⁰ que as greves se multiplicaram entre 1920 e 1924: naquele primeiro ano, dos mecânicos de Cantão; em 1922, dos marítimos de Hong-Kong; em 23, dos ferroviários da linha Pekin-Hankow, que terminou com mortos; etc. Em Maio de 1922 teve lugar em Cantão um inaugural Congresso Nacional do Trabalho. No 1º de Maio de 1924 desfilam nas ruas de Changai com as suas bandeiras cem mil operários, e o dobro em Cantão. O governo de Sun Yat-Sen no Sul concedeu facilidades legislativas para a constituição de sindicatos de trabalhadores assalariados e sua acção reivindicativa, que os comunistas naturalmente aproveitaram.

Os casos de violência e os incidentes entre chineses e estrangeiros também pontuaram este período. Por exemplo, ocorreram em Macau em 1922 (como veremos em capítulo posterior), e também em Changai em Setembro de 1924, a ponto de justificarem a chamada de um navio da nossa estação naval do Extremo-Oriente.

Sun Yat-Sen morre em Março de 1925 em Cantão, vítima de cancro. Mas antes disso, embora em tensão com outros “senhores da guerra” na região, criara

⁷⁸ Aliás Mikhail Markovich Gruzenberg (1884-1951), um bielo-russo de origem judaica que acabou os seus dias deportado na Sibéria.

⁷⁹ Freitas Morna, *op. cit.*: 95.

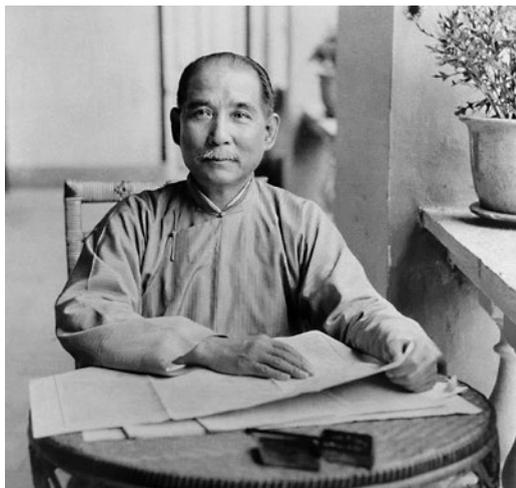
⁸⁰ Isaacs, *op. cit.*: 99.

instituições como a *National Kwantung University*, o *Peasant Movement Training Institute* e, sobretudo, a *Whampoa Military Academy*, organizada por militares russos e em seguida dirigida por Chiang Kai-Shek. Este emergia agora, militar e politicamente, com o beneplácito de Sun e, de certa maneira, como o seu continuador. E aquelas instituições iriam funcionar como trampolins para as lutas sociais, políticas e militares que se seguiriam em breve.

No muito completo relatório que envia para o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros a 31 de Julho de 1925, o nosso cônsul em Cantão Medeiros Horta refere a abrir e em termos elogiosos Sun Yat-Sen, de quem traça uma alongada biografia, dizendo que «sempre julguei Sun o único valor real, honesto, capaz de subjugar os ódios, as intrigas, as invejas dos muitos generais a quem a sua figura de generalíssimo impunha disciplina, e dos chefes civis sobre os quais tinha uma ascendência completa».

Mais adiante: «Ora, no minuto da morte de Sun, o povo, especialmente o do Sul, saíra de uma letargia muitas vezes secular, viu na sua frente Democracia, Socialismo, Bolchevismo, caminhos de ferro, *superdreadnoughts*, e nos estrangeiros o inimigo, o tirano; mas infelizmente e com raríssimas excepções à parte, os homens que lhes pregavam as teorias novas tinham os hábitos inveterados dos mandarins antigos, gatunos espoliadores, cruéis, invejosos, maus. Apenas Sun lhes conseguia dominar os ímpetos, equilibrando a China do Sul internamente e nas suas relações com as Potências».

Mas o cônsul Horta diz ainda: «Nos últimos tempos do seu governo, Sun avançava para as extremas esquerdas políticas. Vieram para Cantão representantes bolchevistas que imediatamente se introduziram nos sindicatos operários, traduzindo relesmente em bolchevismo russo as teorias de Karl Marx»⁸¹. Era um retrato cru, mas que caracterizaria razoavelmente a situação.



6 – Sun Yat-Sen, em Cantão, 1924.

⁸¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

É, porém, verdade que, como já referimos atrás, uma parte significativa da China se encontrava num processo de modernização da sua economia de grande impacto: essencialmente, a partir de algumas cidades costeiras e penetrando para o interior por vias fluviais e ferroviárias, cada ano ganhando novas parcelas desse gigantesco potencial mercado consumidor, mercê da superioridade industrial de japoneses e ocidentais e do dinamismo comercial e creditício de estrangeiros e nacionais. Percorrendo as páginas do «*The Chinese Economic Bulletin (compiled and published by The Chinese Government Bureau of Economic Information)*»⁸² que se publica em meados dos anos 20, facilmente percebemos toda a enorme variedade de produtos e sectores económicos já em exploração: navegação por *ferries* e de longo curso, comboios, veículos motorizados, algum transporte aéreo, abastecimento de combustíveis líquidos, explorações mineiras, electricidade, cimentos, construção civil, madeiras, tanoaria, tipografia, porcelanas, têxteis, sabões e químicas, radio-telegrafia e serviços de correios, telefones, banca, conservas, cereais, chá, tabaco, comércio, reparações diversas, etc., incluindo o execrável negócio da “exportação de *coolies*” (uma mão-de-obra desgraçada disposta a quase tudo “por uma taça de arroz”).

Mas o sistema monetário estava bastante desorganizado e desarticulado internamente, ao contrário do que houvera acontecido em épocas anteriores.⁸³ Com o advento da República, o governo chinês adoptara o *Yuan* como moeda nacional mas, apesar disso, mantiveram-se ainda durante longos anos várias moedas regionais⁸⁴.

As finanças do Estado chinês estavam também devedoras ao exterior. Exemplificando, indica o analista Hans van de Ven que: «[...] *The Qing therefore turned to Britain and the ‘Hongkong and Shanghai Bank’*. This loan became the ‘1898 4.5% Anglo-German Gold Loan’, again for £16 million. Both countries were again involved because at the time of the previous loan, the ‘Hongkong and Shanghai Bank’ and the ‘Deutsche-Asiatische Bank’ had concluded an agreement that if any further loans would become available, they would involve each other. As with the previous loans, the loan became a further charge on Customs revenue»⁸⁵.

⁸² Por exemplo, para os dados inseridos no nº 245 do Vol. VII de Outubro de 1925 e seguintes, ver: https://books.google.pt/books?id=JRAiAQAAMAAJ&pg=RA1-PA248&lpg=RA1-PA248&dq=special+conference+on+chinese+customs+tariiff&source=bl&ots=3LlqPHrYu5&sig=ACfU3U2j3LnU_1vspVu4a372u7So0NO2CA&hl=en&sa=X&ved=2ahUKFwioj9rTktifiAhVKr6QKHtBAmkQ6AEwDXoECAkQAQ#v=onepage&q=special%20on%20chinese%20customs%20tariiff&f=false

⁸³ A segunda metade do século XIX foi estudada, sob este ângulo, por Frank H. H. King, *The Monetary System of China, 1845-1895, and its role in economic development*, Oxford, Univ. Oxford, 1959.

⁸⁴ Ver o *Discussion Paper 13501* de Debin Ma & Liuyan Zhao “*A Silver Transformation: Chinese monetary integration in times of political disintegration during 1898-1933*”, Centre for Economic Policy Research, London, 2019.

⁸⁵ Hans van de Ven, *Breaking with the Past*, 2014: 142.

A prata, que durante séculos havia servido de meio de pagamento para os ocidentais ali comprarem os produtos que lhes interessavam, já praticamente não tinha curso, directamente, no plano internacional. Mas servia ainda de padrão e reserva monetária das moedas usadas/emitidas pelos bancos correntemente no interior da China. Os analistas Ma & Zhao escrevem: «*In spite of the political turmoil, this era also saw fundamental economic and industrial transformations [...]. Throughout this period, China remained the larger silver outlier at a time when most of the world were aspiring to join the gold club for prestige and respectability*»⁸⁶. E o já citado autor Hans van de Ven refere: «*During the century this history covers, different units of accounts were in use, and a great many different currencies circulated. The Customs Service used its own unit of account, the Haiguan tael (haiguan liang), which I have abbreviated as Hk.Tls. It was defined by its silver content and differed slightly from the Treasury tael, the K. Tls., the unit of account of the Treasury in Beijing, again different from the Shanghai tael, in which foreign exchange was usually conducted. [...] During the Republican period, silver dollars minted by different banks, including foreign ones, circulated. In the 1930s, the Customs Gold Unit and the Nationalists' legal tender notes made their introduction*»⁸⁷.

Por outro lado, os câmbios internacionais variavam muito por força de dinâmicas incertas das economias mundiais, das equivalências monetárias entre os padrões em uso (abandono e temporário regresso ao padrão-ouro, etc.) e também pela percepção política que se retirava das notícias mais alarmantes veiculadas pelas agências de informação. Apenas para se ter uma ideia referencial, saiba-se que cerca de 1920, nos mercados cambiais trocava-se 1 *US Dollar* contra 6,90 *Yuan*; e 1 *Libra esterlina* podia valer 4,8 \$ US.

Finalmente, deve lembrar-se que a autoridade monetária de Pekin não chegava a muitas partes do país, onde entidades locais emitiam títulos de dívida e outros instrumentos monetários, forçados, para controlarem minimamente esses territórios. Um exemplo: os *likins* – taxas ou impostos cobrados em certas regiões sobre os bens importados e circulando fora das zonas de controlo externo – vieram a constituir mais uma dificuldade para as negociações internacionais sobre tarifas alfandegárias (entre 1922 e 1925), pois representariam para os agentes estrangeiros um custo adicional estimado em 3,2 milhões Tls. anuais só para «*the collectorates of Suzhou, Song-Hu in the Lower Yangzi, Jiujiang, and eastern Zhejiang*»⁸⁸.

⁸⁶ Debin Ma & Liuyan Zhao, *op. cit.*: 1.

⁸⁷ Hans van de Ven, *op. cit.*: xiv.

⁸⁸ Hans van de Ven, *op. cit.*: 142.

Talvez mais do que a pobreza e a miséria (em que estava mergulhada a maior parte da população), é a estrutural *desigualdade* – na distribuição da riqueza e de poder social, nos recursos materiais e na consciência dos seus interesses próprios – que talvez melhor defina a sociedade chinesa deste tempo.

Em finais de 1928, da Legação em Peking, o diplomata Luís Esteves Fernandes comenta para o seu ministro em Lisboa: «Hoje, com a vitória dos nacionalistas e a quase completa unificação da República chinesa (somente falta a adesão clara da Manchúria), desejam os kuomintang encetar o denominado período de reconstrução nacional. Reformas políticas efectivam-se entrementes e a que se quer atribuir uma exagerada importância. No fundo, a situação é a mesma. O feudalismo militar tem raízes difíceis de arrancar e a insubordinação de chefes militares ávidos e desleais sucedem-se a diário.

Há um só ponto em que gregos e troianos estão de acordo: na luta contra o Estrangeiro. Daí serem bem recebidas as denúncias de Tratados, os pedidos de retrocessão de Concessões, a expulsão de funcionários estrangeiros dos serviços administrativos chineses, a apropriação dos fundos do “Sal e Alfândegas” que servem de garantia a diferentes empréstimos externos, etc.»⁸⁹.

⁸⁹ Nota para o MNE, de 6.Nov.1928 (MNE-ID, Legação Peking, Cx. 201, Maço 3, S16 E10 P3 86.901).

2. O PROCESSO DA GUERRA CIVIL E DA OFENSIVA ANTI-IMPERIALISTA DE 1925-28

2.1 UM CONTEXTO XENÓFOBO E ANTI-IMPERIALISTA

Os acontecimentos e operações bélicas que ocorreram na China entre 1925 e 1928 foram desde logo caracterizados como de *guerra civil*, mas posteriormente vistos como a *primeira fase* de um processo revolucionário que só se concluiu em 1949 com a vitória e o estabelecimento de um regime político comunista, aliado da URSS. Porém, se a qualificação de “civil” é sem dúvida acertada, esta série tão prolongada de conflitos armados e violentos teve sempre uma componente externa e internacional muito importante: como se a China fosse de tal modo grandiosa que não pertencesse exclusivamente a si própria, mas também ao mundo; ou então, visto por um outro prisma, que o sistema de economia política reinante a Ocidente não quisesse perder as posições que aí conquistara ao longo do século precedente, sob a forma de um imperialismo modernizado.

É certo que a participação do Japão e da China na Grande Guerra não teve praticamente nenhuma importância para o seu desfecho. No entanto, milhares de soldados africanos das colónias francesas e inglesas bateram-se contra os alemães, inclusive na Europa, pagando um tributo (que não lhes seria devido) em mortos, feridos e gaseados. Também o mesmo aconteceu com regimentos indianos inseridos no exército inglês, e com vietnamitas nas fileiras da França. Não obstante isto, a Conferência da Paz, absorvida que estava com o intrincado cenário europeu e o destino das colónias germânicas, ignorou quase completamente as realidades dos impérios coloniais existentes na Ásia. Em 1919, em Versalhes, parece que um operário imigrante do Vietnam – que viria a ser conhecido por Ho Chi-Min – se terá dirigido ao presidente americano Woodrow Wilson reclamando o direito do seu povo à autodeterminação, mas sem qualquer resultado prático. Só a Organização Internacional do Trabalho (OIT), também saída desse conclave, veio nos anos seguintes a interessar-se pelo tema das condições de emprego, salário e trabalho dos assalariados nos “territórios não-autónomos” (eufemismo então utilizado para designar as colónias detidas por países como a Inglaterra, a França, Portugal, a Bélgica ou a Holanda)⁹⁰. Mesmo

⁹⁰ Sobre a história da OIT e dessas convenções que interessavam directamente Portugal, pode ler-se: Gerry Rodgers e outros, *L'OIT et la quête de justice sociale, 1919-2009*, Genève, BIT, 2009; e Cristina Rodrigues, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*, Porto, Afrontamento, 2013.

assim, sob pressão desses países, ainda em 1930 a OIT adotou uma Convenção (nº 29) sobre o “trabalho forçado” nesses territórios, impondo-lhe algumas condições por espírito humanitário, mas na prática legitimando-o. Não era o caso da China que, teoricamente, era um Estado independente reconhecido pela comunidade internacional. Mas as condições da sua mão-de-obra seriam, em certos aspectos, semelhantes. Estas características das populações da China mais em contacto com o mundo moderno foram certamente um ingrediente suplementar para a animosidade anti-capitalista (quase igual a “anti-estrangeiros”) que se foi incrementando.

Nestes termos, a reivindicação largamente partilhada pelas forças políticas de abolição dos “tratados desiguais” encontrou um tremendo eco entre estas massas humanas, pobres mas muito concentradas nas cidades do litoral.

Por esta altura, não somente os Estados Unidos têm uma atitude muito compreensiva para com as reivindicações chinesas perante as Potências estrangeiras, como é a própria Inglaterra que não está em condições de ensaiar qualquer resposta dura face às provocações populares de que eram alvo os seus nacionais no terreno, e respectivas empresas e negócios. Esgotado pelo tremendo esforço de guerra que fizera – quer financeira, quer demograficamente – o governo de Londres enfrentava outros problemas e desafios talvez mais preocupantes que os do Extremo-Oriente. O mais sério, próximo e grave, porque atingia a sua constituição interna, era o da Irlanda, em aberta e sangrenta oposição à sua submissão ao governo do Reino Unido, o qual encontrou em 1921 uma solução provisória (e, como sempre, insatisfatória para alguns dos actores no terreno) com a criação do *Free State of Eire* (Estado Livre da Irlanda) beneficiando de um estatuto de autonomia comparável ao dos *dominions* do Canadá, Austrália, Nova Zelândia ou União Sul-Africana, com parlamento e governo, impostos, finanças, tribunais, polícia e exército próprios; mas com a chefia simbólica do Estado na pessoa do monarca inglês, a mesma língua e obrigações de defesa comum, sob o comando britânico. Outro problema externo que começava a levantar-se era o das pulsões independentistas da Índia, com muito maior acuidade para os interesses globais do *British Empire*, onde se reclamavam compensações pelos soldados mortos na Europa e o pequeno Gandhi começava a lançar operações *satyagraha*, não-violentas mas que muito incomodavam as autoridades coloniais britânicas. E no plano doméstico, além do mau-estar causado pela reivindicação das sufragistas – que obtiveram em 1918 uma primeira vitória legal e em 1928 o direito pleno para as mulheres de votar e ser eleitas –, era sobretudo o *movimento operário* que crescia, tanto em termos de capacidade de mobilização sindical como através da emergência do Partido Trabalhista que dali emanava, a ponto de se apresentar já como alternativa credível ao tradicional sistema bi-partidário britânico (até

então consubstanciado nos Liberais e nos Conservadores). Dois momentos-chave vieram a marcar esta ascensão: a grande greve dos mineiros em 1926 que em Maio se transformou em greve geral (no auge da crise asiática), sob o governo conservador de Baldwin; e, na sequência das eleições gerais de 1929, a ocupação do cargo de primeiro-ministro pelo trabalhista Ramsey MacDonald, que governou até 1935 com apoio parlamentar dos liberais e uma política externa de sentido pacifista. Nada disto, portanto, encorajava a Inglaterra a meter-se em empresas arriscadas tão longe do seu *homeland*.

E algo de parecido (embora em muito menor escala de gravidade para o mundo) acontecia com a França, que era ainda a segunda maior potência colonial da época. Com boa parte do seu próprio território destruído pela guerra, as eleições de 1924 permitem a chegada ao poder, pela primeira vez, de um “*cartel des gauches*”, juntando os votos do partido radical, do partido socialista (SFIO) e de outros menores. A experiência foi curta (1924-25) mas marcou o sentido da sua política externa, com o ministro Aristide Briand a ter papel activo na celebração do Tratado de Locarno⁹¹, que estabilizava as fronteiras ocidentais dos anteriores contendores; e a promover em 1928 o chamado Pacto Briand-Kellogg⁹², pelo qual mais de cinquenta países (incluindo Portugal e todas as grandes Potências ocidentais, mais a Rússia soviética, a China e o Japão) se comprometiam a “renunciar à guerra como instrumento de política nacional”. Como se sabe, tais compromissos diplomáticos foram facilmente violados poucos anos depois, mas estava-se sob o clima confiante e de concórdia instaurado pela Sociedade das Nações (SDN), que não permitia aos Ocidentais grandes aventuras ou acções de força “imperiais”.

Por todas estas razões, a atitude da Grã-Bretanha e da França na crise chinesa foi a de tentar negociar com as novas autoridades os termos das suas futuras relações económicas (num sentido mais razoável e de maior justiça para a China, sem prejudicar excessivamente os interesses ocidentais) e, no plano militar, a de apenas defender os seus cidadãos aí residentes (e suas propriedades e negócios) quando vítimas de ataques armados ou da ira popular, sem se imiscuírem no desenrolar da guerra civil que estava seguindo o seu curso.

O mesmo espírito de apaziguamento – congénito no caso da Liga das Nações (SDN) – presidiu a uma série de reuniões internacionais de alto nível para obter, se não um desarmamento geral (que só foi imposto à Alemanha), pelo menos uma

⁹¹ Subscrito em 1925 pela França, Alemanha, Grã-Bretanha, Bélgica e Itália.

⁹² Franck Kellogg, do partido republicano, foi Secretário de Estado norte-americano entre 1925 e 1929. Tal como os seus homólogos Austen Chamberlain e Aristide Briand, foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz.

redução acentuada dos meios bélicos, a começar pelos custosos armamentos navais. De facto, neste período e para tentar evitar a ocorrência de novas guerras de grandes dimensões, realizaram-se sucessivas conferências navais em Washington (1921-22), Genebra (1927), Londres (1930), de novo em Genebra em 1932 e ainda em Londres em 1935-36, das quais saíram alguns acordos ou tratados de limitação dos armamentos navais. Porém, a Grande Depressão e a dinâmica de confronto entre ideologias totalitárias e democráticas voltou a desencadear uma nova “corrida aos armamentos” e não pôde ser impedida a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Segundo a bibliografia hoje disponível⁹³, grupos pacifistas, alguma opinião pública e mesmo certos sectores militares consideravam ter sido a Grande Guerra uma aberração humana e que uma certa estabilidade internacional deveria prevalecer num futuro próximo.

O primeiro destes conclaves, centrado sobre a China e o Pacífico, ficou conhecido como a **Conferência de Washington**, realizada entre Novembro de 1921 e Fevereiro de 1922 na capital norte-americana, que reuniu representações diplomáticas de nove países vencedores da Grande Guerra. Ali foram assinados vários tratados relativos a três temas principais:

- *Primo*, as grandes potências europeias, os Estados Unidos e o Japão acordaram garantir a estabilidade no Oceano Pacífico respeitando mutuamente as possessões de cada um naquela zona;

- *Secundo*, todos os países signatários (incluindo a China, a Holanda, Portugal e a Bélgica) comprometeram-se a garantir a independência da República Chinesa, procedendo esta à abertura comercial dos seus portos; e

- *Tertio*, as grandes potências navais concordaram numa redução significativa das suas esquadras, com a Grã-Bretanha a renunciar ao seu anterior hegemónico poder marítimo⁹⁴.

Este passo parecia mostrar que um processo negocial multilateral, ainda que longo e difícil, seria possível realizar entre a China e as Potências – e assim entenderam os plenipotenciários de Peking. Houve declarações de responsáveis ocidentais em que novos tratados comerciais poderiam vir a ser estabelecidos no horizonte de 1930. Porém, em vez de acalmar a irritação existente, essas perspectivas acirraram a contestação dos nacionalistas mais exaltados.

A questão das *tarifas aduaneiras* (e da organização das alfândegas que lhe estava associada) e a questão da “*extraterritorialidade*” – que designava a liberdade de

⁹³ Ver, por exemplo, Richard Fanning, *Peace and Desarmament: Naval rivalry and arms control, 1922-1933*, Lexington, The University Press of Kentucky, 1995.

⁹⁴ MNE-ID, Conf^m Washington, Maço 136a, S13 E16 P1 82.888; e Maço 136b, S13 E16 P1 82.889.

que gozavam as Potências desde os “tratados desiguais”, incluindo as Concessões nos principais portos e os corredores ferroviários das companhias privadas – foram os dois temas em que se centraram os litígios entre os chineses e os estrangeiros, atingindo níveis de violência muito consideráveis: agressões pessoais, expulsões, destruição de propriedades, extorsões etc.

Mesmo com grandes factores e áreas de impotência, o governo legal de Pekin foi promovendo iniciativas de política económica externa de algum impacto e relevância. Seguindo-se a uma outra tabela que havia sido estabelecida unilateralmente em 1919, o governo chinês publica uma «*Revised Import Tariff for the Trade of China, 1922 (as revised by the Tariff Revision Commission). Published by Order of the Inspector General of Customs. Shanghai, 1922*», impressa em brochura de capa amarela e organizada por famílias de produtos, em inglês e chinês, com os novos valores tarifários – importante documento que suscita ofício do governador de Macau em 27 de Dezembro de 1922 para a nossa Legação em Pekin considerando «inteiramente aceitável a nova Pauta». Contudo, uma «Conferência de Xangai – Revisão das Tarifas Aduaneiras, 1922-1923», referida na correspondência diplomática, não terá produzido resultados palpáveis.⁹⁵ Este facto, bem como a agudização política que se seguiu aos episódios de violência ocorridos em Changai a 30 de Maio de 1925, empurrou o governo de Pekin para apressar a realização de uma conferência especial sobre tarifas aduaneiras, que veio a abrir-se nessa cidade em Outubro do mesmo ano⁹⁶. Mas, nas vésperas, como pressão adicional, os chineses promulgaram uma nova lei sobre tarifas alfandegárias.

Por outro lado, no âmbito da Sociedade das Nações (de que a China faz parte), se é verdade que o seu governo não assina a convenção saída da Conferência do Ópio de 1925 em Genebra, nem a relativa à arbitragem em matéria comercial, do mesmo ano; pelo contrário, apõe a sua assinatura nas convenções sobre a simplificação das formalidades aduaneiras (de 1923), do comércio de armas, munições e material de guerra, contra o tráfico de mulheres e crianças, e das publicações obscenas, todas de 1925.⁹⁷ E neste ano também prosseguem em Changai e outras cidades sessões de uma *Traffic Conference* no âmbito do ministério dos transportes chinês para enfrentar o problema dos contrabandos e outras matérias conexas.⁹⁸

⁹⁵ Tudo em MNE-ID, Conf^ª Xangai Tarif. Aduan. 2º piso Armár. 40, Maço 224, S5 E8 P9 49.064.

⁹⁶ Ver adiante, Cap. 3.1.

⁹⁷ MNE-ID, Tratados (Reg. Ac. SDN) S1 E29 P1 84.691.

⁹⁸ *Ibidem*.

Em Janeiro de 1924, ainda em vida e com a bênção de Sun Yat-Sen, dá-se um importante congresso de reorganização do partido Kuomintang. A influência comunista é então tão grande que, não só muitos dos seus membros assumem cargos importantes no partido nacionalista, como este adopta métodos de organização, propaganda e acção directa típicos dos *bolcheviks*. Neste quadro, pode dizer-se que o KMT integra agora várias tendências políticas com interesses e ideologias bem diferenciadas mas unidas em torno de dois objectivos essenciais: afrontar o “imperialismo estrangeiro” de maneira virulenta; e alcançar o controlo geral do país assumindo o respectivo governo central. Durante cerca de três anos, irão coexistir neste movimento/partido armado: uma ala nacionalista que virá a ser liderada pelo general Chiang Kai-Shek; uma tendência comunista bem organizada controlando os sindicatos e outras formas de mobilização dos trabalhadores, alguns sectores militares e dispendo de uma empenhada ajuda externa por parte dos camaradas soviéticos; e uma ala esquerda, não-comunista, mas que a

radicalização do processo político havia tornado mais exigente e reclamante, virada sobretudo contra os “senhores da guerra” e o inoperante governo assente em Peking.

Em 1924 foi proclamada a República Popular da Mongólia, com uma grande proximidade política, económica, cultural e ideológica com a Rússia soviética. E o Partido Revolucionário Popular Mongol manteve sempre estreitos laços com o Partido Comunista da URSS. Este facto não deixou também de incentivar o processo político chinês num sentido mais urgente e radical.



7 – Manifestação do 4 de Maio de 1919 em Peking.

2.2 A INFLUÊNCIA COMUNISTA

Segundo a doutrina política marxista-leninista – neste caso derivada da obra escrita por Lênine em 1914-15 na abrigada Suíça intitulada *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo* – considerava-se que a “burguesia nacional” dos *países periféricos* explorados pelas economias ocidentais (colónias, protectorados, dependências, mandatos) poderia ser um aliado preferencial do proletariado (ainda escasso e fraco na sua organização e consciência de classe), o qual, por outro lado, teria de assumir o *programa progressista possível* para o campesinato pobre que era largamente maioritário em tais países. Isto concretizava-se geralmente através da promessa de uma “reforma agrária” que expropriasse os latifundiários e os absentistas (os “grandes agrários”, no seu jargão partidário) e desse o controlo da produção agrícola aos trabalhadores do campo, quer por via do seu associativismo (voluntário, em cooperativas, ou obrigatório, através de “quintas do Estado”), quer mantendo-se a pequena empresa agrícola familiar, com limites estritos quanto à área cultivada, à mão-de-obra utilizada, à escolha das culturas e escoamento dos seus produtos. Era algo que vinha sendo experimentado na própria União Soviética decorrente da NEP⁹⁹, com respeito pelos pequenos proprietários rurais e alguns mecanismos de mercado vigiado pelo Estado, tal como desde há anos se tentava fazer igualmente no México, desde a revolução iniciada em 1910.

A concepção de “frente única, nacional, anti-imperialista” foi especialmente impulsionada no exterior pela Internacional Comunista e pelos partidos a ela aderidos que estavam em vias de constituição em muitos países do mundo, mas correspondia igualmente aos avanços, hesitações e recuos do próprio processo em curso na União Soviética. Esta “aliança de classes” – contrária ao mais fundamental dos pressupostos do marxismo (a luta-de-classes como motor da história) – demonstrava contudo a *flexibilidade táctica* (ou o oportunismo político) que o leninismo tinha vindo acrescentar à ideologia marxiana do século XIX.

Em Julho-Agosto de 1920 tem lugar em S. Petersburgo o 2º Congresso da Internacional Comunista, onde foram tomadas decisões estruturantes para o futuro do movimento comunista internacional¹⁰⁰. No tocante à «Questão Colonial», a respec-

⁹⁹ Sigla por que ficou conhecida a Nova Política Económica defendida por Bukharin e adoptada em 1923 pelo governo da Rússia soviética, para fazer face à fome e ao descalabro provocado pela revolução, a guerra civil e o regime económico do “comunismo de guerra”.

¹⁰⁰ Em especial, os Estatutos da organização, as famosas “21 condições de admissão dos partidos à Internacional”, o uso do “parlamento burguês” e o apelo final do congresso a um processo de levantamento mundial contra o capitalismo, que se pretendia uma espécie de relançamento do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, de 1848.

tiva resolução considera que «as colónias constituem uma das principais fontes de poder do capitalismo europeu. [...] A Inglaterra, fortaleza do imperialismo, sofre de sobreprodução desde há mais de um século. Foi somente conquistando territórios coloniais, mercados suplementares para a venda dos produtos excedentários e fontes de matérias-primas para as suas indústrias que a Inglaterra conseguiu manter o seu regime capitalista, apesar dos encargos». E, na sua análise política, o texto afirma que «existem nos países oprimidos dois movimentos que cada dia se estão separando mais: o primeiro é o movimento burguês democrático nacionalista que tem um programa de independência política e de ordem burguesa; o outro é o dos camponeses e dos trabalhadores ignorantes e pobres, em busca da emancipação de qualquer tipo de exploração. O primeiro tenta dirigir o segundo, e tem-no conseguido em certa medida. Mas a Internacional Comunista e os partidos aderentes devem combater esta tendência e procurar desenvolver sentimentos de classe independentes nas massas operárias das colónias». Conclui assim: «Deste modo, as massas dos países atrasados, conduzidas pelo proletariado consciente dos países capitalistas desenvolvidos, chegarão ao comunismo sem passar pelos diferentes estados do desenvolvimento capitalista»¹⁰¹. Isto é: identificava-se o campesinato pobre como a classe social mais numerosa e mais necessitada de uma modificação estrutural da sua condição, mas – decerto por uma insuficiente “consciência de classe” – colocava-se o mesmo sob a tutela política do operariado, leia-se: do próprio partido comunista, sua vanguarda iluminada.

No Manifesto final do congresso proclama-se: «A guerra civil está na ordem do dia no mundo inteiro. A divisa é: “O poder aos Sovietes!”», terminando a longa exortação com as palavras: «Operários e operárias! Só existe sobre a terra uma bandeira sob a qual valha a pena morrer: é a bandeira da Internacional Comunista!»¹⁰². Esta exaltação revolucionária era própria da conjuntura momentaneamente vivida, na Rússia mas também em muitos países onde o movimento operário estava já bem implantado. Mas por trás estavam as concepções leninistas do partido-de-vanguarda e da “ditadura do proletariado”¹⁰³, agora adaptadas aos países onde, como na China, o operariado era uma fracção muito minoritária do conjunto da população.

¹⁰¹ Extractos traduzidos de: *Thèses, manifestes et résolutions adoptés par les Ier, IJe, IIIe et IVe Congrès de l'Internationale Communiste, 1919-1923 - Textes complets*, [Paris], Librairie du Travail, 1934; réimpression F. Maspero, 1971: 59-60

¹⁰² *Ibidem*: 78 e 81.

¹⁰³ No campo ideológico marxista, Rosa Luxemburg opunha-se ao partido, contrapondo-lhe uma ideia de democracia operária; mas, porque revolucionária, talvez não fosse contra a supremacia política dos trabalhadores sobre o resto da sociedade. Apenas Jan Makháiski entreviu nestas teorias um projecto de domínio “de classe” dos intelectuais revolucionários. Quanto aos anarquistas, esses negavam qualquer uso útil dos instrumentos de coacção do Estado para a viabilização de uma “sociedade emancipada”.

Em Novembro de 1922 abre-se o 4º congresso da Internacional Comunista em Moscovo, o último a que assistiu Lénine, onde se discute a «Questão do Oriente». Nela se prescreve que «a Internacional Comunista apoia todos os movimentos nacional-revolucionários dirigidos contra o imperialismo» e se explica que «a luta para influenciar as massas camponesas deve preparar o proletariado indígena para o papel de vanguarda política», pois «o movimento revolucionário nos países atrasados do Oriente só pode ser coroado de sucesso se for baseado sobre a acção das massas camponesas», sendo por isso «indispensável proclamar uma modificação radical do sistema de apropriação dos solos» e considerando-se que «a recusa dos comunistas das colónias em tomar parte na luta contra a opressão imperialista sob pretexto de defesa exclusiva dos seus interesses de classe seria de facto um oportunismo do pior quilate»¹⁰⁴.

Deixemos de lado as ameaças veladas às “traições ao proletariado” que o despotismo de Estáline utilizou abundantemente para se desfazer dos seus rivais. Sob esta orientação de uma suposta “colaboração de classes revolucionárias” comandada pelo partido comunista nos países da periferia, perfilava-se com nitidez o desenho do que viria a ser uma *nova estratégia mundial* dirigida contra os principais centros do capitalismo (como a Inglaterra e os Estados Unidos), por sinal países de regimes democráticos liberais onde os trabalhadores tinham podido organizar-se, reivindicar e obter algumas melhorias económicas e sociais. Como se veria mais tarde na propaganda comunista, o velho slogan do Marx de 1848 transmutava-se agora em: “Proletários, nações e povos oprimidos de todo o mundo – Uni-vos!”.

De facto, na Moscovo em que o estalinismo se estava solidamente instalando, sentia-se que a revolução socialista no Ocidente, pela classe operária, tinha falhado (sobretudo depois dos fracassos dos levantamentos de 1919 e 1923 na Alemanha), que a Rússia era suficientemente grande para que o “socialismo num só país” fosse possível¹⁰⁵ (embora à custa de muitos sacrifícios), mas que era vital para ela encontrar outros aliados¹⁰⁶, bastando para isso que tais países ou forças políticas fossem opositores aos seus piores inimigos. A China parecia ser a oportunidade mais à mão para testar uma tal estratégia.

É hoje mais fácil, para nós, entender esta estratégia global do que o seria na época para os contemporâneos. Uns, ficavam fascinados com a perspectiva de ajudar a construir um mundo novo, sem opressão nem exploração económica, e parecia-lhes

¹⁰⁴ *Ibidem*: 175-176.

¹⁰⁵ Ao contrário daquilo em que Trotsky parecia acreditar: uma “revolução permanente”.

¹⁰⁶ Entre 1920 e 1925 Moscovo assinou acordos comerciais ou diplomáticos com a Alemanha, a Inglaterra, o Japão e a China.

que a conjuntura apontava nesse sentido. Outros, mais susceptíveis às “teorias da conspiração”, reagiam de maneira algo desconcertada, aderindo a propostas diametralmente opostas àquelas ou refugiando-se num imaginário retorno ao passado que as reais condições do mundo já não permitiam.

Podemos complementar esta análise com algumas referências documentais encontradas nos arquivos.

Um ofício de 18 de Junho de 1925 da Legação de Portugal nos Estados Unidos enviado para o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros relata a entrevista tida nesse dia com o Secretário de Estado americano, que se encontrava muito apreensivo com a situação chinesa, tal como estava também a Inglaterra. «[...] Uma das causas principais da perigosa agitação que reina na China, e que pode ter, por fim, como consequência, um morticínio geral dos europeus, é a intensa e inteligente propaganda bolchevista dirigida de Moscou. É bem sabido que a política bolchevista procura, em toda a parte onde encontra condições propícias, fomentar guerras e distúrbios. Prevêem, com razão, os dirigentes moscovitas, esclarecidos pelo que no seu próprio caso sucedeu, que os grandes abalos sociais assim produzidos serão o melhor fautor dessa revolução social mundial para a qual apelam como recurso único que ainda pode evitar o retumbante malogro da criminoso aventura russa. Nenhum terreno pode apresentar-se neste momento mais favorável para uma tentativa desta natureza que o que oferece hoje a China»¹⁰⁷.

O cônsul português em Cantão, Medeiros Horta, escreve em relatório oficial para Lisboa em 1925: «Sun morreu. O confusionismo alastrou e Moscow achou a ocasião oportuna para intervir, ligando-se aos mais inconscientemente avançados, tornando-se os seus conselheiros técnicos e políticos, os directores das suas escolas militares, os instrutores dos seus soldados; mandou-lhes homens e munições, e homens da Tcheka para lhes instigar os instintos de crueldade e para os ensinar a incendiar com o petróleo, a gasolina, e destruir com bombas que lhes trazia o *Vorowsky* e outros navios abarrotados de armamento, de munições, de panfletos e de dinheiro»¹⁰⁸.

Dá-se a tragédia do massacre do dia 23 de Junho desse ano, quando os manifestantes “anti-imperialistas” investem contra Shameen, a Concessão de Cantão, acontecimento crucial que em próximo capítulo abordaremos com detalhe. Mas prossegue o cônsul Horta: «No dia 1 de Julho, outro acontecimento notável: - A trágica caricatura da República de Cantão ia transformar-se, vestir-se mais pelos figurinos de Trotsky,

¹⁰⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁰⁸ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

modelar-se mais à plástica bolchevista. Iam desaparecer os ministros, os governadores civis, os presidentes das câmaras. Ia formar-se o Conselho Nacional Revolucionário com os seus Comissários! Às doze horas do dia, no Parque Público, com música, foguetes e discursos e tropa, procedeu-se à “histórica cerimónia” (como dizem os periódicos chinas). Só se publicam jornais governamentais, *celà va sans dire*.

Os dezasseis comissários receberam os selos do último ministério – isto é, entregaram-nos a si próprios: os cúlis aplaudiram, soaram as trombetas e a fina-flor da pirataria indígena (salvo dois ou três comissários) sentiu-se definitivamente dona de Cantão, recebendo das mãos ensanguentadas dos senhores moscovitas a “Benção CCCP” [quer dizer, URSS]»¹⁰⁹.

O autor espraia-se aqui sobre a estratégia mundial de Moscovo, numa análise lúcida, precoce, ainda que com laivos de uma visceral atitude anti-comunista: «O caso de Cantão não é porém, infelizmente, um caso isolado na China nem eu creio que a situação na China seja um caso isolado no mundo. Uma grande e quase universal rede de experiência bolchevista assola o universo. Moscovo escolhe e dirige centros em decomposição ou de incipiente espírito de revolta para as suas sondagens políticas, e o Governo dos Sovietes, do país onde se morre de fome e de frio, dispõe de tesouros inextinguíveis para a sua propaganda dissolvente e endemoninhada obra.

No Egipto, em Marrocos, na Índia, na Síria, na Indochina, no Afeganistão, na própria Turquia e até em vários centros operários da Europa vamos encontrar o dedo de Titcherine e o valor de Tchernovets. A China, e por circunstâncias várias, estava indicada como o melhor campo das manobras bolchevistas. [...] País [...] onde a pirataria é desde séculos uma instituição à parte dentro das instituições do país, gozando de um prestígio e duma força só comparável à da Igreja ou à da Maçonaria na Europa [...], a China era o terreno adubado pronto a receber a semente bolchevista. Moscovo sabia-o e não hesitou um segundo em pôr mãos à obra. [...]

A obra de sapa bolchevista realizada no Sul durante um ano começou a fazer-se à luz do sol. Hoje é o cruzador *Vorowsky* que vem, a pretexto de cumprimentos, trazer armas e munições, amanhã é um transporte com petróleo e instrutores para o exército, depois é outro com espingardas e dinheiro e soldados, mais tarde é o general Chebachov que toma o comando da Escola de Vampo e, sempre ao lado do Governo de Cantão, Borodine e os seus acólitos, os seus conselheiros [...].

Permita-me V.Ex^a. no entanto que eu volte à análise dos *coups de sonde* moscovitas que se deram simultaneamente, ou quase, em toda a China. Começam em Xangai

¹⁰⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

devido a uma *soit-disant* questão de regulamentação de trabalho. – Mas quem os provoca? Os operários? – Não. Os estudantes! Vêm eles, ao menos, em nome dos seus compatriotas interessar-se pela melhoria das condições, trazer aos patrões estrangeiros (que nunca exploraram os trabalhadores como o fazem os patrões chineses), vêm eles trazer aos patrões estrangeiros a lista das suas reivindicações, tratar, negociar, como o faz a mais rudimentar comissão de melhoramentos de uma classe ou de um sindicato? Não! Vem explodir a sua xenofobia, cuspir os seus insultos a quem os ensinou a ler e lhes deu o exemplo da própria liberdade de trabalho»¹¹⁰.

Mais adiante:

«[...] O Kremlin, vendo a Polónia estado-tampão do bolchevismo russo no Norte da Europa, falhada a tentativa de Bela-Kun na Hungria e erguidas as camisas negras dos fascistas na Itália, olhou para o Oriente, para a China, a fim de mais tarde cair a fundo sobre nós. É portanto na China que a Europa tem que defender-se do comunismo, por mais extraordinário que pareça. [...]

E nós, os cônsules, os oficiais de marinha, os médicos, os directores dos bancos, os presidentes das câmaras de comércio, as camadas intelectuais europeias, só nos explicamos a demora desta resolução pelo facto de um país apenas não poder nem querer arcar com a responsabilidade da declaração de guerra isolada à China. Numa intervenção, ainda mesmo que de simples polícia internacional, tem de entrar a França, e a França está a despendir um esforço enorme em Marrocos»¹¹¹.

Esta análise do cônsul Horta, por muito preconceituosa que pareça – tanto na caracterização dos actores como, sobretudo, quando prevê o futuro mais ou menos próximo da situação mundial –, contém elementos de grande perspicácia e reveladores de aguda compreensão do sentido das dinâmicas conflituais, nacionais e transnacionais. Mas parece excessivamente propensa a justificar intervenções de força que os decisores e os governos das principais Potências, na posse de outras informações, se abstinham de tomar, surgindo talvez como timoratos aos olhos dele. E, pelo seu próprio temperamento, não se livrou de diversos litígios com as autoridades portuguesas com quem estava em relações.

Para o nosso objectivo de compreensão *a posteriori* do processo chinês e da influência comunista nele, é também importante o testemunho de alguém vindo do próprio interior do regime soviético e que corrobora em grande medida as percepções do observador anterior.

¹¹⁰ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

¹¹¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

Segundo a memória de um antigo agente comunista, no palácio Uritsky em Moscovo, onde anteriormente reunia o Parlamento – a Duma –, funcionava agora uma universidade concebida para instruir politicamente os futuros dirigentes do movimento. «Cerca de seis mil estudantes estavam lá reunidos, no inverno de 1925-26», incluindo «trezentos a quatrocentos comunistas arrebanhados dos quatro cantos do mundo [...]. Os chineses, japoneses, coreanos e malaios tinham sua escola própria, a ‘Universidade dos Povos Orientais’ [...]. Havia um departamento militar especial, onde os oficiais do Exército Vermelho faziam conferências sobre estratégia das lutas nas ruas, e as ciências da guerra civil»¹¹².

Este agente do Comintern, marinheiro de origem alemã e prometido a uma rocambolesca carreira de espião internacional, descreve a missão que desempenhou em 1926 no Oriente, primeiro entregando uma pesada encomenda em Singapura destinada aos comunistas da Indonésia Holandesa¹¹³, depois fixando-se durante uns tempos em Changai, para ajudar a ofensiva popular contra a presença ocidental.

Vale a pena citar algumas passagens do seu escrito sobre esta actividade, que complementa os relatos de outros observadores colocados na posição oposta. Ouçamos então: um tal Mandalian, «o agente do Comintern encarregado das operações do distrito de Shanghai [...] falava principalmente sobre navios de guerra estrangeiros e soldados estrangeiros na China, uma força armada que constituía o maior perigo para a revolução comunista chinesa. As pesadas armas dos navios cor de cinza não podiam de modo algum ser destruídas, nem mesmo com um milhão de *coolies* mal armados. Era preciso descobrir uma outra saída: a desintegração moral dos marinheiros estrangeiros e soldados, através de insistente propaganda. O Comintern havia criado um departamento especial, chamado “anti-militar”, a fim de realizar essa operação em Shanghai. Quem o dirigia era um chinês de grande capacidade, chamado Siu. Os homens dos navios estrangeiros negavam-se, entretanto, de modo terminante, a discutir assuntos militares com os orientais, a quem desprezavam. O camarada Siu precisava, portanto, de um homem que pudesse entrar em contacto com os marinheiros americanos e ingleses, discutir com eles de igual para igual. E, na opinião de Mandalian, era eu esse homem. [...]

¹¹² Jan Valtin, *Do Fundo da Noite*: 162-163.

¹¹³ Um *Persikatan Komunis di India* fora fundado em 1920 e contaria então com 30.000 membros. Em Novembro de 1926 rebentou a revolução em Java e depois em Sumatra. Mas foi vencida e a repressão das forças coloniais então exercida com violência.

O camarada Siu havia estudado na Europa e falava alemão correntemente. [...] Era o comissário do Partido na União¹¹⁴ dos Marinheiros de Shanghai. Dirigia o trabalho dos espões comunistas no que restava do bem organizado exército de Koltchak¹¹⁵, cujos sobreviventes eram contados em Shanghai ainda aos milhares. Siu supervisava ainda o movimento revolucionário entre os estudantes. [...]

De posse de uma máquina portátil de imprimir e um ordenado semanal de cem dólares locais, iniciámos o trabalho de “nos livrarmos” das forças navais da Inglaterra, da França, do Japão e da América no Yang-Tse-kiang inferior. A soma que recebemos para financiar nossa luta correspondia a um quinto do salário que o Comintern pagava ao camarada Mandalian ou ao camarada Siu. E foram eles que, mais tarde, explicaram sabiamente em Moscou as razões da derrota na China, enquanto que nós, corpo e alma do movimento, não tivemos uma só palavra a dizer.

Escrevi manifestos que começavam assim: “Irmãos, não atirem! Quando a Revolução atingir Shanghai, lembrem-se, marinheiros, de que sois bem-vindos na China!” [...] Alugámos um *sampan* e à noite bordejávamos os navios ancorados. Amarrávamos nossos folhetos em pequenos pacotes cilíndricos e os atirávamos a bordo dos navios, na esperança de que algum marinheiro simpatizante os encontrasse e passasse adiante.



8 – Mikhail Borodin.

[...] procurámos outra maneira. Cerca de um terço da tripulação dos navios de guerra tinha licença para passar a noite em terra. Frequentavam os *music-halls* e bordéis da concessão internacional. As prostitutas dos bordéis eram quase meninas, mas já com ar vicioso, destituídas de vontade própria. Muitas delas haviam sido vendidas pelos pais por ocasião da primeira menstruação e os proprietários dos bordéis livravam-se delas assim que atingiam a maioridade [...] a maioria dos fregueses era composta por homens do mar. Os nossos companheiros chineses tomaram a si a tarefa de levar a

¹¹⁴ Sindicato.

¹¹⁵ Almirante comandante do exército “branco” que combateu contra o regime soviético no Oriente em 1918-19.

propaganda aos bordéis mais conhecidos. Reuniram-se aos homens das carrinhas que aí permaneciam à porta, esperando, e aí ofereciam folhetos a todos os marinheiros, incitando-os à desobediência e ao motim. Um dos nossos camaradas, um chinês, chegou a fazer com que sua mulher procurasse amizade com as moças do bordel a fim de colocar folhetos nos aposentos das prostitutas. E essas ficaram bastante entusiasmadas com a promessa que lhes foi feita de que os patrões e proprietários da casa seriam todos atirados ao rio Whangpoo, depois que a revolução triunfasse.

[...] a rivalidade que havia entre russas, em geral maduras e beberronas, e suas companheiras, as jovens eurásianas, era violenta. E o resultado é que não nos restava outra alternativa se não procurar diretamente os marinheiros dos navios de guerra e provocar com eles discussões políticas. Em geral, os debates ameaçavam terminar em luta. Os marinheiros haviam descido à terra para se divertirem e ficavam irritados com as nossas insinuações, a menos que os convidássemos para beber. E para isso, entretanto, nos faltava dinheiro»¹¹⁶.

Mas, quando anos depois escreve o seu livro, este agente secreto reconhece e parece lamentar que «durante o assassinato em massa dos comunistas que se seguiu ao rompimento do general Chiang-Kai-Shek com Moscou em 1927, quase todos os camaradas com quem trabalhei naquela ocasião em Shanghai pereceram», enfatizando o caso dos seus companheiros japoneses que morreram a bordo quando eram repatriados para Kobe, sendo que «a notícia que o Comintern recebeu trazia o seguinte comentário: “*Vermisst; keine Org-Fogen*”, que significa “Desapareceram sem que comprometessem a organização - guardaram segredo como bons bolchevistas”»¹¹⁷.

Um nosso agente diplomático, Luís Esteves Fernandes, da Legação em Pequim, dirá em 1928: «O preço do auxílio russo pode dizer-se que saiu caro: em primeiro lugar, os nacionalistas conquistaram a animosidade das Grandes Potências estrangeiras; e, em segundo, os dirigentes moscovitas inauguraram um sistema de administração formado por comissões e comités, apagando o indivíduo, que lançou o caos na organização administrativa das Províncias da República.

Com a influência russa, naturalmente recrudesceram as lutas entre o capital e o trabalho, os atentados de toda a espécie, e particularmente os de carácter anti-estrangeiro renovaram-se, e a campanha feroz contra as cognominadas Potências capitalistas e imperialistas, visando em especial a Inglaterra, atingiu o seu máximo.

Esta agitação, que assumiu proporções trágicas, não tem afectado de maneira alguma o espírito e a tranquilidade dos dirigentes chineses, que dizem: servimo-nos

¹¹⁶ Valtin, *op. cit.*: 179-182.

¹¹⁷ *Ibidem*: 182.

hoje da influência russa como de uma arma útil contra as grandes Potências, sem rearmos os efeitos da sua propaganda que, tal como a propaganda católica feita há quatro séculos por milhares de missionários, jamais logrará grangear um grande número de adeptos adentro da massa conservadora e nacionalista do povo chinês, que detesta toda e qualquer ideia estrangeira»¹¹⁸.

Por seu lado, o historiador John Fairbank lembra que *«quand le marxisme-léninisme pénètre en Chine [a seguir a 1917], il s'agissait d'une vision du monde entièrement nouvelle. Son acceptation avait toutefois été préparée par certaines idées qui circulaient depuis le mouvement de réforme des années 1890: 1° l'idée de l'évolution biologique qui débouchait sur le concept de progrès social; 2° la doctrine classique des Trois Âges de K'ang Yu-wei, qui partait du désordre initial pour aboutir à l'utopie d'un Monde unique; 3° l'idée, dérivée du darwinisme social, d'une lutte pour la survie des nations les plus adaptées; 4° les idées anarchistes: l'aide mutuelle prônée par Kropotkine (plutôt que le terrorisme), mais aussi la libération de l'individu à l'égard de la répression exercée par la famille et l'État. Dans ce contexte, l'idée marxiste des différents stades sociaux, esclavage, féodalisme, capitalisme puis socialisme, n'était qu'un pas de plus à accomplir; tout comme l'idée qui faisait de la lutte des classes le moteur permettant aux sociétés de progresser à travers ces stades»*¹¹⁹. E segundo este investigador, *«le premier défenseur du marxisme à Peita fut un professeur de sciences politiques formé au Japon, Li Ta-chao (1888-1927), qui était aussi le bibliothécaire de l'université»*¹²⁰.

Num plano de análise mais amplo e de médio-longo prazo, o historiador propõe-nos esta leitura “funcional” do comunismo na China: *«En fin de compte, les efforts des Soviétiques dans les années 1920 aboutirent au résultat suivant: ils réussirent à implanter la structure d'une dictature de parti centralisée et donnèrent ainsi à la Chine les rudiments d'un nouveau système politique remplaçant la vieille monarchie dynastique. En 1928, la dictature de parti du KMT devait prendre le pouvoir à Nankin, tout en restant en position d'équilibre précaire face aux seigneurs de la guerre. En 1949, le triomphe du PCC à Pékin devait achever la transition vers la nouvelle politique, trente-huit ans seulement après 1911. La révolution nationaliste des années 1920 fut un double combat pour débarrasser la Chine des seigneurs de la guerre et des privilèges accordés aux étrangers»*¹²¹.

¹¹⁸ Nota para o MNE, de 6.Nov.1928 (MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 3).

¹¹⁹ Fairbank, *La grande révolution chinoise*: 294-295.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

2.3. OS ACONTECIMENTOS EM REGISTO CRONOLÓGICO POLÍTICO-MILITAR, DIPLOMÁTICO E NAVAL

O relato feito pelo comandante Guilherme Ivens Ferraz dos acontecimentos políticos na China durante o período em que aí esteve com o seu navio, de Agosto de 1925 a Setembro de 1927, constitui um documento muito interessante, porém quase inútil para todos os que não sejam especialistas no tema, dada a catadupa de nomes, factos e comentários aí inseridos.

Contudo, parecendo-nos indispensável que o leitor actual disponha de uma *tábua cronológica* que lhe permita uma melhor compreensão dos acontecimentos, forças e tendências em jogo, concebemos essa “fita do tempo” de uma forma menos objectiva mas porventura mais rica das percepções e decisões operativas mais importantes dos actores em presença recorrendo em forte medida aos registos diplomáticos e navais que puderam ser conservados em arquivo, desde essa época – em vez da habitual “tabela”, simplificada, que pode ser encontrada em qualquer obra de divulgação histórica.

Antes disso, porém, vale talvez a pena ajudar o leitor com um ligeiro esboço sobre o território onde estes eventos políticos, sociais, económicos, militares, navais e diplomáticos se irão, sucessivamente, plantar.

Geografia

Como é óbvio, a geografia (física e humana) deste grande país constituiu uma condicionante de peso no desenrolar dos acontecimentos e das operações bélicas ocorridas entre 1925 e 1928.

Sendo um dos maiores países do mundo em área, aproximando os 10 milhões de quilómetros quadrados, estima-se que no início do século XX a população da China devesse rondar os 475 milhões de habitantes.

Embora em termos muito grosseiros, justifica-se que façamos aqui um esboço da geografia deste país, tal como ele se apresentava na década de 1920 aos olhos dos ocidentais. Com a cronologia, é o modo que temos para que as nossas ulteriores referências factuais ganhem um sentido um pouco mais preciso – sem todavia chegar ao ponto de se afundarem na confusão de um emprego excessivo de nomes próprios nativos que só confundiriam um leitor comum.

Quanto ao território físico-natural, que não contém grandes montanhas geologicamente novas (à parte alguns enrugamentos de terreno, por vezes íngremes, mas bem localizados), ele como que se desdobra em três patamares de altitudes médias

diferenciadas descendo para a costa do Pacífico. Nas terras altas, mais pobres (e por vezes mesmo desérticas), predominou sempre a pastorícia e algumas culturas de sequeiro, com um povoamento humano disperso e isolado. O resto é atravessado por grandes rios que escorrem desde os Himalaias criando férteis vales de aluvião (sujeitos a cheias) e constituindo desde tempos imemoriais os meios de comunicação privilegiados do país, sobretudo o Rio Amarelo a norte, o Yang-Tze no centro e o Rio da Pérolas no sul. Nestes planaltos de altitudes médias e nas lezírias de menor cota, concentrava-se a maior parte da população, ocupando-se em actividades agrícolas, de transporte, pesca, comércio e artesanato. A densidade populacional era elevada, e fortíssima nas zonas urbanas, com elevados níveis de fertilidade (5 filhos por mulher, mas com grande mortalidade infantil) e curta esperança de vida (não ultrapassando os 40 anos).

A despeito de diversidades étnicas e linguísticas (por exemplo, o cantonês, falado no Sul), a unidade da sociedade chinesa era sobretudo dada por uma cultura comum e o papel agregador do Estado. Mas desde há muito que, das regiões litorais, se emigrava para o estrangeiro, constituindo os chineses comunidades dedicadas ao comércio em vários pontos da Australásia ou as conhecidas “China towns” no continente americano – sempre bastante fechadas sobre a sua própria identidade.

A traço grosso, podemos dizer que, na perspectiva de uma *geografia política* – que aqui mais nos interessa –, se podiam distinguir três Chinas:

- Uma *China-do-Norte*, englobando as províncias da Manchúria (com as cidades interiores de Harbin e Mukdene, e Port-Arthur) e do Chantung (com o seu porto de mar Tsingtao) e onde igualmente se situava a antiga e venerada capital que era Pekin, na província de Hebei (onde também ficava a cidade de Tientsin). Este grande espaço geopolítico bordejava com o Mar Amarelo e a península Coreana, tendo como estados vizinhos pouco amistosos a Rússia (da Sibéria oriental, com o seu porto de Vladivostok) e o insular Japão, que todavia incluía nas suas “áreas de



9 – Mapa simplificado da China, c. 1927.

influência” a Manchúria e a Coreia e sempre condicionou a política governamental chinesa, sobretudo pelo facto da última dinastia imperial ser manchú, o que também a tornava suspeita aos olhos mais inconformados dos chineses do Sul, sendo esta uma percepção que depois transitou para as cliques que ocuparam o poder republicano a partir da “Cidade Proibida”. Nos profundos confins do seu *hinterland*, jazia ainda a Mongólia Exterior, que nesta época parecia adormecida na sua rusticidade e não colocava problemas políticos ou económicos aos detentores de poder que agiam mais nas bandas litorais do país;

- Havia também uma *China central* estendida em torno da bacia do rio Yan-Tze, no curso derradeiro do qual existiam as importantes cidades de Hankow (hoje absorvida pela cidade-setélite de Wuhan), Nankin e Changai (com 3 milhões de habitantes). Nesta grande região se situavam três províncias que foram palco de acontecimentos marcantes na década de 1920 e nas seguintes: Honan, Shensi (para onde se evacuou a “Longa Marcha” de Mao-Tse-Tung) e Hunan, com a sua capital em Changsha e onde cedo se desenvolveu um vigoroso movimento social camponês, em luta pela apropriação da terra. Havia também a província de Fujien, litoral, de onde provinha alguma emigração que se expatriava. Embora separada do continente, a grande ilha de Taiwan (a Ilha Formosa dos portugueses antigos, com a capital em Taipé), frente a Kemoy, também faz parte deste conjunto;

- Finalmente, existia a *China do Sul*, mais aberta ao exterior e talvez por isso mais propensa a realizar mudanças no país e a impor a sua própria concepção de modernização. Evidenciava-se aqui a grande e rica província agrícola de Kwangtung, a ilha de Hainan já a meio-caminho do Tonkin indochinês, e sobretudo as três cidades vizinhas da foz do Rio das Pérolas: Cantão (Guangzhou, com 800 mil habitantes), Hong-Kong (700 mil) e a pequena mas útil Macau (boa porta de transacções com o exterior, sem riscos de “imperialismo”). Mas Cantão foi um viveiro do revolucionarismo republicano, nacionalista e comunista, com os estudantes e os “cadetes de Wampo” a terem um papel de vanguarda das massas de trabalhadores urbanos e do importante movimento camponês que se lhes associou.

Os mares que banhavam estas costas chinesas apenas serviam o país enquanto vectores do transporte comercial marítimo, em grande parte nas mãos de estrangeiros, e completamente no tocante à navegação de longo curso e intercontinental. De facto, a pesca era praticada sobretudo nas zonas fluviais e costeiras próximas, por antigas embarcações artesanais, e a pirataria marítima era ainda uma realidade, dada a fraca capacidade de controlo por parte de uma marinha de Estado, fosse ela policial, aduaneira ou de guerra. O poder naval na zona estava sobretudo nas mãos de ingleses e de japoneses.

Cronologia: a crise de 1925-27, com alguns antecedentes e consequências

Vejamos então a sucessão de factos e notícias que foram tornados públicos ou deixaram vestígios documentais nos nossos arquivos históricos, diplomáticos ou navais. Abarcamos aqui, fundamentalmente, o período da crise aguda da ofensiva “anti-imperialista” e da guerra civil entre as forças revolucionárias do Sul (nacionalistas e comunistas) e os “senhores da guerra” que dominavam na China Central e do Norte e detinham os instrumentos de poder em Pekin. Mas começamos por evocar alguns antecedentes. E terminaremos com uma rápida evocação das principais consequências que promanaram desta crise.

- Em **1918** é criado um Conselho Municipal em Cantão, republicano, que passa a exercer uma certa autoridade na cidade, no lugar dos antigos governadores ou dos novos “senhores da guerra”.

- No ano de **1919**, ressentidos com as notícias vindas da Conferência da Paz em Versalhes, negativas para as expectativas chinesas, dá-se a revolta do “4 de Maio”, essencialmente protagonizada por estudantes e de conteúdo anti-imperialista. Mas, sobretudo no norte, irão continuar nos anos seguintes os enfrentamentos militares entre “senhores da guerra”.

- Pelo que diz respeito a Macau e descontando muitos pequenos incidentes fronteiriços, a paz parece reinar. Dá-se contudo em Maio de **1922** um choque de maior gravidade, com mortos e feridos na população chinesa, que dá pretexto às autoridades e aos revolucionários de Cantão para fazerem fortes acusações contra Portugal e virem a aproveitar esta lição para posteriores ensaios de revindicação “anti-imperialista”.

- Em **1923**, o Kuomintang, ainda com Sun Yat-Sen, assume uma posição de força política em Cantão e região circundante, onde recrutava principalmente os seus adeptos. A partir desta altura, há quase um divórcio entre estes poderes imperantes no Sul e as autoridades em Pekin.

- Telegrama de 20 de Junho de **1924** do cônsul de Cantão para Lisboa (MNE¹²²): «Atentado dinamitista banquete governador Indochina cinco mortos muitos feridos entre os quais cônsul de França gravemente, nenhum português atingido». O cônsul Medeiros da Horta faz depois relatório da visita do governador-geral da Indochina, sr. Merlin, ao Japão e a Cantão, sendo que este «convite [foi] provocado pelo cônsul de França aqui, mas habilmente instigado por Sun Yat-Sen a quem convinha grandemente uma visita oficiosa do sr. Merlin [...]»¹²³.

¹²² Doravante, utilizaremos com frequência a sigla MNE – para o Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses – para evitar a contínua repetição da mesma longa expressão.

¹²³ Datado de 16.Ago.1924 (MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 575).

- Em Setembro de 1924, já acontecem factos e chegam notícias a Changai que alarmam as Potências ocidentais aí instaladas, a ponto de levarem as autoridades portuguesas a enviar para aquele porto a canhoneira *Pátria*, que desde há muito fazia estação em Macau¹²⁴.

1925

- A 16 de Janeiro de 1925, na URSS, no quadro da luta interna pela sucessão de Lénine aos comandos do Estado e do Partido, Trotsky é afastado da chefia do Conselho Militar Revolucionário, ficando reforçada a posição de Estáline. A questão chinesa constituía um dos temas das suas discordâncias e, nesta altura, o secretário-geral bolchevista é dos que apoiam fortemente a aliança dos comunistas daquele país com os nacionalistas do Kuomintang.

- Morte de Sun Yat-Sen a 12 de Março. E agudiza-se a luta política interna em Cantão, até então sob o controlo de generais yunnanenses, e que por esta altura começa a passar para o Kuomintang.

- A estratégia da URSS no Oriente desenvolve-se sobre todas as frentes, incluindo a diplomática. É de registar que, em ofício da Legação portuguesa em Pekin para o nosso MNE de 28 de Abril, se refere que «o Corpo Diplomático acreditado em Pekin, após numerosas reuniões, resolveu considerar Mr. Karakhan, Embaixador da República Socialista dos Soviets, como decano, com as prerrogativas e funções que tal cargo comporta»¹²⁵.

- Já com forte influência comunista, realiza-se em Cantão no dia 1º de Maio de 1925 o 2º Congresso Nacional do Trabalho, ao qual acorrem 230 delegados representando 170 mil trabalhadores sindicalizados em organismos de base, os quais se agrupavam numa União Geral do Trabalho (UGT), à semelhança do que já acontecia nos países industrializados do Ocidente. Tratava-se de um proletariado bastante activo, sobretudo em Cantão, Hong-Kong e Changai, cujos representantes se reuniam para coordenar as suas próximas acções e que ali receberam a fraternal solidariedade manifestada por 117 delegados representando as associações camponesas do Kwangtung, que já agrupariam então mais de 150 mil trabalhadores do campo, pequenos proprietários ou assalariados.¹²⁶

¹²⁴ Adiante, no capítulo 3.4, será referida a forma como este navio desempenhou tal missão.

¹²⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹²⁶ Números citados por Isaacs, *op. cit.*: 103.

- Ofício de 22 de Maio de 1925 da Legação em Pequim para o MNE refere que o Kuomintang resolveu cortar as relações com o governo provisório de Peking, afirmando que só a Rússia soviética tem ajudado o país¹²⁷.

- No Sul, havia acesa disputa entre as alas mais radicais do Kuomintang e forças militares com posições políticas mais conservadoras. Escreve o cônsul Medeiros Horta: «Os Kuomintangs, pesando a força dos sindicatos, fizeram-se aliados dos bolchevistas russos para provocarem a ruptura com os Yunanenses, de há muito senhores da cidade. Os acontecimentos foram precipitados e no dia 6 de Junho, às 16 horas e meia, entrincheirados em Cantão os Yunanenses e em Honam os Cantonenses, com o seu Estado-Maior vindo de Moscow, travou-se o combate»¹²⁸. De facto, deste confronto resultou uma expulsão (ou, pelo menos, um afastamento) dos elementos da clique militar de Hunan, em benefício dos “Cantonenses”, ou seja, do Kuomintang, onde estavam então aliados nacionalistas e comunistas. Foi o último episódio puramente “caseiro”, antes do desencadear da vaga de contestação “anti-imperialista”. Assim, em meados de 1925 o movimento nacionalista domina Cantão, sob a base da acção dos sindicatos de operários e de outros trabalhadores urbanos, e a acção armada dos cadetes de Wampoa, enquadrados por especialistas soviéticos. Constituiu-se um Governo Nacionalista no Sul da China, com pretensões de representação de toda a nação chinesa e, portanto, em concorrência ou rotura com o governo de Peking. Mas no resto do país e sobretudo no Norte continuavam a dominar os “senhores da guerra”, que no Sul se realinham mais tacticamente, em função da conjuntura de cada momento ou da região.

O início da crise: Changai – Hankow - Cantão

- Mas, entretanto, outros acontecimentos de grande importância tinham ocorrido, que lançaram verdadeiramente a ofensiva anti-estrangeiros de 1925-27 e a crise política internacional no Extremo-Oriente. A 30 de Maio dá-se uma grande e virulenta manifestação estudantil em **Changai**, com mortos (12 estudantes, diz Isaacs¹²⁹) e feridos na Concessão Internacional que desencadeia uma vaga protestatária “anti-imperialista”: greve (400 mil em Hong-Kong e Cantão, segundo o

¹²⁷ Assinado pelo secretário Luís Esteves Fernandes (MNE-ID, Legação Peking, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13).

¹²⁸ No seu relatório de Cantão no Verão de 1925 (MNE-ID, Legação Peking, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900).

¹²⁹ Isaacs, *op. cit.*: 104.

mesmo Isaacs¹³⁰) e boicote nos principais portos, que vai durar meses, fazendo enormes prejuízos ao comércio internacional.

- Ofício da Legação em Pekin para o MNE refere os acontecimentos de Changai onde havia sido morto um operário em fábrica de tecelagem japonesa, provocando a onda de protestos de estudantes e populares de 30 de Maio, e dizendo que dela resultaram 30 mortos e 60 feridos em choques com as forças da ordem (estes números foram posteriormente corrigidos para menos). Informa-se também que os estudantes da universidade de Pekin fizeram um grande comício no dia 3 de Junho e divulgaram um manifesto reclamando:

- 1- Restituição das Concessões inglesas e japonesas;
- 2- Recusa da jurisdição consular das Potências;
- 3- Pena de morte para polícias que dispararam contra os estudantes;
- 4- Condenação do chefe da polícia da Concessão Internacional;
- 5- Demissão dos cônsules da Inglaterra e do Japão em Changai;
- 6- Pedidos de desculpas destes governos à China;
- 7- Garantias de não repetição;
- 8- Indemnizações por mortos e feridos;
- 9- Libertação dos estudantes presos;
- 10- Boicote às mercadorias inglesas e japonesas, e recusa de notas de banco desses países.¹³¹

Seguem-se várias tomadas de posição diplomáticas relativas ao caso, das quais respigamos as seguintes:

- *Memorandum* do Encarregado de Negócios da República da China em Portugal de 9 de Junho de 1925 dirigido ao MNE e assumindo a defesa dos estudantes de Changai, «*nullement armés d'ailleurs, n'étaient que des étudiants, jeunes gens inoffensifs et de bonne famille [...]*» e pedindo que Lisboa notifique o seu cônsul para que tais actos não se repitam. O MNE comunicou no mesmo dia 9 esse protesto à sua Legação em Pekin. Resposta de Esteves Fernandes dizendo: «Corpo Diplomático atribui responsabilidades estudantes, que quiseram assaltar posto policial [...]»¹³².

- Ofício de 12 de Junho da Legação em Pekin para MNE informa que o Corpo Diplomático rejeitou acusações da violência ocorrida e pediu que uma comissão de inquérito fosse enviada a Changai para averiguar *in loco* o sucedido.

¹³⁰ Isaacs, *op. cit.*: 104.

¹³¹ Datado de 4.Jun.1925 (MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13).

¹³² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

- Notícias de 8 de Julho da Legação em Pekin dizem que o Conselho Municipal de Changai recusa interferência do Corpo Consular local relativo à Concessão Internacional, no tocante às averiguações sobre os incidentes antes ocorridos.¹³³

- Depois de Changai, um novo motim acontece no dia 11 de Junho em **Hankow** (actual cidade de Wuhan, nas margens do rio Yang-Tze, província de Hubei). Perante nova manifestação de protesto “anti-imperialista”, há marinheiros ingleses a abrirem fogo na Concessão, fazendo mortes (8, afirma Issacs¹³⁴) e vários feridos. De notar que nunca um navio de guerra português foi a Hankow e que o nosso cônsul na cidade era o sr. André Beltchenko (quase certamente de origem russa).

Cantão

Os ânimos incendiam-se em vários pontos da China, particularmente no Sul. Em Cantão, na Concessão – inglesa e francesa, onde também se situa o consulado português, no bairro chamado Shameen –, os estrangeiros temem o pior, por ser essa a região politicamente mais radicalizada do país. O cônsul Medeiros Horta, apesar de ter ao seu serviço umas dezenas de guardas armados¹³⁵, pede a vinda de um navio de guerra a Macau e, de facto, no dia 9 de Junho a canhoneira *Pátria*, do comando do capitão-tenente Jerónimo Weinholtz Bívar, chega a Cantão com um reforço de 20 soldados e 2 metralhadoras, fundeando no rio perto da Concessão francesa.

- Ofício de 27 de Maio de 1925 da Direcção-Geral das Colónias do Oriente¹³⁶ para o Director-Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos do MNE transcreve telegrama recebido na hora do governador de Macau: «Parece eminente revolta Cantão objectivo deposição actual governo política *Komintam* e expulsão comunistas tendo já fugido muitos altos funcionários aquela política»¹³⁷.

Em capítulo posterior, apresentaremos com muitos detalhes e vários pontos-de-vista este funesto acontecimento, particularmente nos aspectos que envolveram a *Pátria*, o cônsul e as autoridades portuguesas. Mas, por agora, limitamo-nos a dar conta, da forma sumária possível, daquilo que se passou nesses dias em Cantão.

De facto, tem lugar em 23 de Junho o chamado *massacre de Cantão*, que constituiu como que o culminar de um processo de espoletamento da enorme carga

¹³³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹³⁴ Isaacs, *op. cit.*: 104.

¹³⁵ Veremos mais adiante as complicações que este facto originou.

¹³⁶ Do Ministério das Colónias, em Lisboa.

¹³⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

explosiva anti-estrangeiros que latejava em boa parte da China litoral. Uma grande manifestação animada por estudantes, envolvendo trabalhadores e escoltada por tropa armada organiza-se na margem fronteira a Shameen, isto é, na cidade chinesa, e tenta forçar a passagem das pontes que ligam as duas ribas. A canhoneira francesa *Vigilante*, o NRP *Pátria* e outros vasos de guerra estão fundeados próximos, em postos-de-combate. Na Concessão, havia soldados ocidentais e civis armados guarnecendo barreiras de arame farpado e *blockhouses* (“ninhos” de metralhadoras) dispostos em certos cruzamentos viários, com campos de tiro desimpedidos. Como acontece frequentemente nestas circunstâncias, com ou sem intenções provocatórias, os tiros de aviso não surtem efeito sobre a multidão, antes acirram a sua agressividade, rebentando a fuzilaria, sobretudo na Shaki Road.

Houve baixas confirmadas de um lado e do outro mas, dado o poder de fogo e o profissionalismo dos ocidentais, elas foram algumas entre os europeus e muitas do lado chinês: 52 mortos, segundo Harold Isaacs¹³⁸; 60, segundo a propaganda¹³⁹; e decerto grande número de feridos, no mínimo uma centena.

A greve geral e o boicote aos produtos ocidentais em toda esta região de Cantão, incluindo Hong-Kong, são a mais imediata resposta dos nacionalistas a esta nova afronta, praticada sobre o seu próprio solo. Mas o impacto nas relações internacionais é enorme.

- Um ofício de 19 de Junho da Legação de Portugal na China para o seu ministro em Lisboa informa: «As manifestações de grande aparato cessaram em quase toda a China – excepção a fazer aos movimentos grevistas em Shangai, Hong-Kong e Cantão – para dar lugar à acção, certamente mais eficaz, que se tem traduzido na prática pela não aceitação de notas dos bancos ingleses e japoneses e na *boycotage* dos produtos das mesmas nacionalidades. Os prejuízos sofridos com a desastrosa situação, de momento são enormes, bastando citar a perda diária de 3.000.000 de dólares só na cidade de Shangai [...]»¹⁴⁰.

- Lê-se também num ofício de Londres de 24 de Junho do ambaxador Norton de Matos para o seu ministro: «[...] As notícias que aqui se estão continuamente recebendo da situação da China revelam, de facto, que ela reveste a mais alta gravidade, e ninguém pode dizer quais serão os resultados dessa situação. A agitação popular que se está produzindo na China apresenta-se com um carácter verdadeiramente nacional e

¹³⁸ Isaacs, *op. cit.*: 105.

¹³⁹ Num *Manifesto to the Peoples of the World*, de 14 de Julho de 1925, de que citaremos largos extractos já adiante (MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2).

¹⁴⁰ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

tem por fim principal a emancipação completa daquele país em face dos estrangeiros. Daí os protestos contra os “tratados dos portos chineses”, contra os privilégios dos estrangeiros na China e, como consequência, o insulto, a ameaça e a guerra económica aos estrangeiros e sobretudo aos ingleses e aos japoneses que são os mais poderosos e os mais preponderantes na China. O Sr. Austen Chamberlain referiu-se longamente na sessão de 18 de Junho findo da *House of Commons* à situação da China. Mando a V.Ex^a. o extracto desse discurso, que merece ficar arquivado. Também é de interesse o que disse o Sr. Lloyd George na mesma ocasião. [...]»¹⁴¹.

- A pedido do seu ministro, o nosso embaixador em Paris, Ferreira da Fonseca, explica nesta altura a posição do governo francês perante as exigências chinesas, após os incidentes de Changai e Cantão: «[...] A restituição das Concessões de territórios aforados é um assunto para se estudar demoradamente. Dessas Concessões, as feitas a título permanente estão fora da questão, pois nunca a Inglaterra consentiria em abandonar Hong-Kong, nem os chinas poderão insistir na sua restituição. Pelo mesmo motivo, a nossa colónia de Macau não parece ser visada pela nota de Pekim. É esta questão que mais interessa o Governo Francês, que tem na China várias Concessões aforadas a longo prazo [...]. No que diz respeito à liberdade das tarifas aduaneiras, o Tratado de Washington [assinado em 1922] prevê o caso, assim como uma reunião que deverá ter lugar na China 3 meses depois da entrada em vigor do mesmo Tratado, que a França ainda não ratificou mas que não tardará a ratificar. A China não se contenta com os 2,5% *ad valorem* que lhe estabelece o Tratado; quer mais 12,5%, suprimindo como compensação os ‘*likins*’ (alfândegas interiores). [...]»¹⁴².

- Um officio da Legação da República da China em Portugal de 26 de Junho – que representa o governo legal de Pekin – para o MNE vem justificar, nos melhores termos, a política externa actual do seu país, «[...] *tant par esprit de justice envers la Chine que dans l’intérêt de toutes les parties intéressées pour que soient révisés les traités de la Chine avec les Puissances Étrangères, de manière à mieux adapter ces traités aux conceptions généralement acceptées par la loi internationale et de l’équité, et plus conformes aux conditions existantes de la Chine* [...]»¹⁴³, sem minimamente entrar nas recriminações que caracterizavam as tomadas de posição públicas da generalidade dos actores chineses no terreno.

- Mas, após os acontecimentos de 23 de Junho em Cantão, o governo da China internacionalmente reconhecido decide avançar no plano diplomático sem

¹⁴¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁴² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁴³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

mais demoras. É disso prova o telegrama que o ministro português dos Negócios Estrangeiros Joaquim Pedro Martins envia para o seu corpo diplomático, em Londres e outras capitais, no dia 27 do mesmo mês: «Legação Pekin informa Governo chinês entregou Representantes Governos signatários tratados Washington nota sobre abolição extraterritorialidade, restituição Concessões territórios aforados, liberdade tarifas aduaneiras»¹⁴⁴.

- As posições do Japão eram quase sempre próprias e singulares, naquele contexto internacional. Num ofício da Legação de Portugal em Tóquio de 4 de Julho para o MNE, entre muitas outras coisas, diz-se: «[...] A desconfiança em face dos Estados Unidos é, por via de regra, a primeira explicação a dar a qualquer iniciativa diplomática do Japão. [...] O Japão teve, pois, que esperar o desenrolar dos acontecimentos sem assumir, perante a questão chinesa, uma atitude em que marcasse o papel dominante e dirigente que seria sua ambição desempenhar, que é de vital necessidade para o seu desenvolvimento e que quase constitui uma obrigação, dados os laços raciais, morais e de civilização oriental que, a mais que nenhum outro país, o ligam à China. [...]»¹⁴⁵. Mas o “império do sol nascente” irá naturalmente fazer-se representar nas novas Conferências internacionais sobre a China que se anunciam para o Outono.

- Nesta mesma perspectiva, um ofício do embaixador inglês em Lisboa de 7 de Julho para o MNE revela uma atitude cautelosa mas positiva do governo de Londres: «O Governo de Sua Magestade está inclinado a crer que os perigos da situação chinesa diminuiriam se uma declaração colectiva fosse desde já publicamente feita pelas nove Potências signatárias dos Tratados de Washington relativos à China indicando estarem prontas a apressar a reunião da Conferência das tarifas aduaneiras [...]»¹⁴⁶.

- De notar ainda que um telegrama do governador de Macau de 13 de Julho de 1925 diz que no dia 4 em Changai «um marinheiro americano defender uns polícias estavam sendo atacados grevistas teve de matar um grevista com tiro». Mas afirma: «Situação Cantão mesma talvez menos ameaçadora constando haver forte divergência entre comunistas e moderados. Greve Hong-Kong quase geral situação financeira pior»¹⁴⁷. Era também um sinal das divergências profundas existentes entre todos aqueles que queriam transformar a China pela força das armas e a violência das massas.

¹⁴⁴ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁴⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁴⁶ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁴⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

Consequências políticas

- Como já referimos, em Julho de 1925 o Kuomintang institui um Governo (Nacional) da República da China, em Cantão, reivindicando a representação de toda a nação perante a comunidade internacional. Contudo, internamente, a sua acção apenas se faz sentir no Sul e mesmo assim com reticências por parte de vários dos anteriores “senhores da guerra”.

- Porém, alerta um ofício da nossa Legação em Pekin expedido a 22 de Julho de 1925 para o MNE: «A acção diplomática desenvolvida entre a China e as Potências como consequência dos acontecimentos de Shangai, permite prever a possibilidade de unificação da China. Devido aos bons ofícios de alguns membros proeminentes do Kuomintang (nacionalista), estão sendo discutidas as bases da anunciada cooperação entre Pekin e Cantão»¹⁴⁸.

- No entretanto, em Cantão, o governo nacionalista do Sul empenha-se em justificar a sua legitimidade e as suas posições, simultaneamente reivindicando o fim dos imperialismos estrangeiros que exploravam o seu país, e rejeitando as práticas e objectivos do comunismo russo, de que vinha sendo acusado. No primeiro caso, por exemplo, faz publicar em Julho de 1925 pelo «*Ministry of Foreign Affairs of the Nationalist Government of the Republic of China*» um conjunto de documentos e declarações do seu titular, Hu Han-Min, com vista ao esclarecimento dos governos estrangeiros, numa brochura de 49 páginas escritas em inglês. Aí encontramos uma «*Inaugural Address*» pronunciada no acto da sua posse e cumprimentando os «*Gentlemen, Chinese and Foreign Guests*» presentes, um «*Statement to Peoples of the World*», um «*Appeal to Chinese Overseas*» e uma «*Opinion of the Local Public Bodies respecting Foreign Countries*», onde se podem ler afirmações como estas: «*My plan of handling foreign affairs is in accordance with the plan of our party. The last will of our chief tells us that, in order to make China free and equal with the other Powers, we must first ourselves to be free and equal with the other Powers. [...] Our Generalissimo*¹⁴⁹ *said that China is the “Hyper” colony of every other Power. “Hyper” colony is still lower than a colony. This is why we must fight back to regain our status. [...] We all know we must destroy Imperialism, but we must realize that Imperialism is not any individual Person. [...] Imperialism will lose both the excuse for and the practice of their doctrines. China will be free, and there will be true peace among the different nations. [...]*»¹⁵⁰.

¹⁴⁸ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁴⁹ Refere-se a Sun Yat-Sem, já falecido.

¹⁵⁰ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2, Procº 51.

- Relativamente ao segundo tema, o mesmo Hu Han-Min publica também um folheto impresso em inglês com 10 páginas intitulado «*Declaration Refuting the Rumour of Communism*» onde, entre outras coisas e interpretando a doutrina marxista, ele escreve: «*The struggles against the rich give rise to social revolution; hence countries behind in economic condition have no possibilities of practising Communism. The Chinese, whether rich or poor, are being internally embarrassed by Militarists and externally oppressed by foreign powers. Even the people's revolution is not yet a success, how can socialism be started? [...] The fact that the Communists adopt the program of the Kuomintang instead of the Kuomintang accepting the principles of Communism, evidently proves that this Government have not the least desire to practise Communism. [...]*»¹⁵¹.

Tentativa de mobilização mundial

Mas, por seu lado, as forças progressistas e revolucionárias da China, muito animadas pela juventude estudantil, procuram encontrar apoios na solidariedade internacional anti-capitalista. São, disto, provas documentais as publicações seguintes:

- Proclamação de Julho de 1925 («*An open letter to the democratic peoples of the world*», constante de 11 páginas impressas em inglês e um resumo em mandarim) de Changsha, assinada por escolas e académicos chineses, termina dizendo: «Prevenimos os governos estrangeiros de que quaisquer medidas repressivas violentas poderão compelir a China a abraçar o bolchevismo na luta contra o imperialismo e a identificar o patriotismo com o sentimento anti-estrangeiro na luta pela emancipação. Isto não é uma ameaça, por isso que muito deploramos a sua possibilidade, mas é uma profecia feita em boa fé e séria preocupação»¹⁵². (Foi enviada para Lisboa pela nossa Legação em Pekin.)

- A publicação impressa «*The Christian Voice*» - August 1925 (órgão dos chineses cristãos vivendo nos USA, que sai em New York) titula: «*Un Unprecedented Massacre in Shanghai and elsewhere. - Can the Churches in America afford to overlook this? – a Challenge to the Christian World*»¹⁵³.

- «*Manifesto to the Peoples of the World before the Deplorable Events which took place in Shanghai, Hankow and Canton – by the National Kwangtung University*»,

¹⁵¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2, Procº 51.

¹⁵² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁵³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

impresso em 10 páginas em inglês e resumido em chinês, e que começa assim:

«Since the day our country was forced to sign the unequal treaties by the Imperialists, she has suffered a good deal through the eighty years of foreign political and economic aggression».

Segue depois: *« [...] Since May of the present year, successive massacres of Chinese by the British, Japanese and French have actually take place. [...] On the 30th May, a tragic massacre of Chinese by British policemen suddenly occurred in the Foreign Concession of Shanghai. [...] there was a strike at a Japanese cotton mil in Shanghai due to ill-treatment received by workmen. The manager of the cotton mil shot down one Chinese workman and wounded more than ten [...]. All the students in Shanghai decided that a parade and public speech be staged in the Concession on the 30th of May [...]. Four of the unarmed crowd were shot dead on the spot by rifle of policemen [...]. Seven persons died of serious wounds in the hospital [...].*

Before the settlement of the Shanghai case, the Hankow massacre followed on the 11th of June. This trouble arose when a British policeman struck and wounded a Chinese workman. [...] On the afternoon of the 11th, when the students and labourers were parading [...] eight Chinese were killed on the spot and many wounded [...].

On the 23th of June, there again occurred the Great Shaki Massacre in Canton. On the day in question, the labourers, peasants, merchants and men from every walk of life held a mass meeting to express their sorrow [...]. When they arrived at Shaki Road [...] more than 60 persons were killed and over a hundred wounded on the spot. [...]

In general, it his decided to protest against the system of Imperialism, while in particular, it is to point out those who bear the responsibility of the above-mencioned massacre cases and deal with time by deserved and peaceful measures. This is our present attitude towards foreigners. [...] our firmly and final decision is to advance the proposal of abolishing all unequal treaties heretofore existing, and contracting new ones between the various nations with a view to obtain mutual respect for our sovereign rights. Canton dated July 14, 1925»¹⁵⁴.

Eis, pois, a maneira como os activistas políticos chineses apresentavam publicamente, para uso interno e internacional, estes lastimáveis acontecimentos. Adiante veremos a versão dos factos do lado ocidental, em especial através dos relatórios logo produzidos pelo cônsul português em Cantão, que teve neles um papel activo.

¹⁵⁴ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

A situação em Hong-Kong

Depois do massacre de Cantão, a contestação da presença inglesa em Hong-Kong foi o foco imediato da acção de massas “anti-imperialista”. Uma greve do porto, nas indústrias e no comércio e serviços afectou durante meses a vida económica desta colónia, de longe a mais desenvolvida do Extremo-Oriente. O mesmo intento de bloqueio foi lançado sobre o comércio marítimo internacional em Cantão. Inclusivamente, foi anunciado que um novo porto seria construído em Wampoa¹⁵⁵, numa zona mais para o exterior do delta do Rio das Pérolas, onde estava situada a Academia Militar, então nas mãos dos comunistas e cujos cadetes desempenhavam um activo papel na mobilização das massas populares contra os estrangeiros.

- Eis a visão portuguesa de Hong-Kong sobre os acontecimentos de 1925, através do longo relatório (de 24 páginas) do cônsul-geral de Portugal, Cerveira de Albuquerque, datado de 10 de Fevereiro de 1926: «[...] situação desta Colónia, situação desgraçada criada pela greve e, principalmente, pela *boycot* declarada pelos grevistas e apoiada pelo Governo de Cantão [...]. A greve em Hong-Kong há muito que, praticamente, acabou. O Governo desta Colónia organizou todos os serviços, embora mal, com pessoal novo e com algum que, desprezando ameaças, retomou o trabalho. A *boycot* continua e é agora de esperar que não termine tão cedo [...] *boycot* que, diga-se em abono da verdade, em nada tem prejudicado Cantão, visto que o movimento comercial dali, feito directamente por navios americanos, japoneses e suecos, longe de diminuir, parece mesmo aumentar.

A actual situação de Hong-Kong, originada por uma greve de estudantes chineses, greve de protesto contra os acontecimentos de Shangai [de Maio de 1925] onde a polícia matou alguns estudantes chineses das escolas dali, pode ser para Hong-Kong a perda da importância de que até aqui gozava no Oriente. [...]»

Refere mais adiante que «Macau, vivendo apenas do ópio e jogo», não está sujeita aos mesmos prejuízos. E prossegue: «Após os acontecimentos de Shangai e greve de estudantes em Hong-Kong, seguida da greve dos trabalhadores, deram-se os de Cantão, acontecimentos graves que o procedimento de Europeus mais agravou [...]».

Uma das primeiras medidas do Governo Revolucionário de Cantão, Governo a que alguns chamam Bolchevik e outros, talvez como mais razão, apenas Governo anti-inglês, foi provocar uma greve nesta Colónia, o que, sem grande esforço,

¹⁵⁵ Segundo a opinião de oficial de Marinha português, à época, não existiam condições hidrográficas para um tal projecto, que ambicionava competir com Hong-Kong. A observação do mapa nº 11 (“*Whampoa Anchorage - 1923*”) também transmite essa ideia. Em contrapartida, na Danes Island vê-se bem a localização da Academia Militar (onde se formavam cadetes revolucionários), e também de um *Naval College*.

conseguiram. Começou a greve pelo pessoal marítimo, aderindo a este, a pouco e pouco e dentro de uma semana, todas as outras classes. Praticamente, a greve tornou-se geral, mas sem carácter algum de revolucionária. Os grevistas abandonaram Hong-Kong seguindo para Cantão, onde os grémios¹⁵⁶ lhes davam – e dão – as necessárias subsistências e 10 *cents*. diários. Saíram desta Colónia, com destino a Cantão, perto de trezentos mil chineses, e na Província de Kuang-Tung, como soldados ou trabalhadores, ainda quase todos se encontram. [...]

Os grevistas responderam a esta medida [de tentativa britânica de isolar Cantão] com uma proclamação de *boycot* a artigos ingleses ou estrangeiros que em Hong-Kong tocassem. Para Macau e Hong-Kong proibiram toda a exportação [...].

Pareceu de começo [...] que o movimento era anti-estrangeiro quando na verdade, em esboço, se tratava de um movimento anti-inglês [...]. Algumas manifestações



10 – Hong-Kong, vista do porto, 1910.

contra americanos e japoneses não passaram, como não passarão, de pequenos mal-entendidos, depressa e amigavelmente esclarecidos pelo Governo de Cantão [...].

Dizem os comerciantes ingleses, hoje em vésperas de bancarrota, que os prejuízos da Colónia vão já acima de trezentos milhões de *Dollars* de Hong-Kong. [...] Hong-Kong não resiste mais seis meses de *boycot*; se ela não termina dentro de seis meses, nada fica nesta Colónia. [...] As mais poderosas Companhias – que já não dão dividendos – vêm as suas acções pela terça parte do valor de emissão, não havendo, mesmo a baixo preço, quem as compre [...]. As casas comerciais mais pequenas, de menos resistência, desapareceram. A Bolsa praticamente não funciona [...]. Os bancos, que já a ninguém dão crédito, têm em cofre como caução de empréstimos que fizeram [...] acções que hoje [...] não representam já para os bancos garantia alguma. [...] Hoje, em Hong-Kong, só há tristeza e miséria. [...]

O grande perigo que ameaça Hong-Kong é o mesmo que ameaça Macau. [...]»¹⁵⁷.

O perigo a que se refere o cônsul Albuquerque seria o da radicalização “anti-imperialista”, actuando sobretudo através de meios de estrangulamento económico e de ira popular.

¹⁵⁶ Isto é, sindicatos de trabalhadores.

¹⁵⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

O cônsul em Cantão Medeiros Horta também vai a Hong-Kong nesta altura e transpõe para relatórios as suas impressões *de visu*, quando o governador local apelou a Londres para agir de modo a que a China respeitasse os Tratados de Nanquim de 1842 e de Tiengtsin de 1854 (os tais “desiguais”, após as guerras do ópio) relativos à liberdade de comércio na China e à segurança dos estrangeiros. Escreve ele que em 26 de Agosto o governo chinês decretou uma lei que autorizava a entrada nos seus portos de navios mercantes estrangeiros excepto ingleses e japoneses, punha Hong-Kong sob bloqueio comercial, proibia a exportação de géneros alimentares e obrigava os navios de comércio estrangeiros «à inspecção dos trabalhadores ou à do corpo de piquetes da União Anti-Imperialista». E regista os prejuizos económicos: «27 de Agosto. A greve e a boicotagem dos produtos ingleses representam *deficit* calculado em um milhão de dólares diários na cifra dos negócios de Hong-Kong. Vão passados mais de dois meses e a situação sob o aspecto económico, não se alterou de um ápice. [...] A situação reflecte-se nas finanças públicas. [...] Pararam obras públicas importantes, outras projectadas não se realizarão, pensa-se em suprimir lugares, despedir funcionários... Além dos impostos que a paralisação comercial fez desaparecer quase, o Governo de Hong-Kong vê-se privado dos seus melhores proventos: as taxas sobre os valores da Bolsa, encerrada *sine die*, a diminuição da venda do ópio, as receitas do *shipping* e a falta de transacções sobre os imóveis [...]»¹⁵⁸.

Reflexos em Macau

Neste Verão de 1925, com a governação de Macau entregue interinamente ao coronel Joaquim Augusto dos Santos, esta autoridade colonial vai informando o seu ministro em Lisboa do que se passa na vizinhança, revelando também receios de contágio à cidade dos portugueses. Eis algumas dessas comunicações telegráficas:

- A 5 de Julho, provavelmente com algum atraso sobre o que se passava realmente na região, diz o governador que «[...] A situação do Governo deixado pelo Sun Yat Sen em Cantão está [...] ameaçada pelos generais comandantes das forças de Yunnan, que em vida do falecido Sun serviram para o sustentar no poder [...]. Essas forças, que agora dominam a cidade de Cantão propriamente dita, forçaram já o Governador e mais elementos preponderantes do partido Kuomintang a retirarem-se

¹⁵⁸ Todo este segundo conjunto de transcrições provém do «Relatório sobre os incidentes internos e internacionais no sul da China, desde ao dia 1 de Agosto ao dia 1 de Setembro de 1925. Por Félix B-M da Horta» depositado no MNE-ID, Legação em Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

para a fronteira ilha de Honan [Hainan] onde, com as forças do seu denominado *exército vermelho*, se preparam para a luta contra os seus antigos aliados [...]»¹⁵⁹.

- Alarmado com os acontecimentos, escreve o governador em novo telegrama de 12 de Agosto: «Chegaram hoje Lapa Xinsan uns 150 grevistas 90 soldados comunistas já afixaram editais dizendo virem impedir chineses importem exportem géneros para Macau [...]»¹⁶⁰.

- Em 19 de Setembro: «Comunistas evacuam Suatau tendo força contra-revolucionária ocupado esse importante porto. [...] Situação Macau mesma. (ass.º) Governador»¹⁶¹.

- Na data de 26 de Setembro informa-se: «Comunistas Cantão continuam perseguições volta políticos importantes suspeitos efectuando várias prisões. [...] Bloqueio económico Hong-Kong guerra mercadorias inglesas continuam razão grevistas também aplicam Macau restrição navegação. [...]»¹⁶².

- A 3 de Outubro, escreve o governador interino: «Forças contra-revolução começaram já movimento tendo tomado algumas regiões afastadas Cantão por enquanto comunistas oferecendo fraca oposição. [...]»¹⁶³.

- E ainda numa mensagem a 10 de Outubro para o Ministro das Colónias: «[...] Governo Pekin apoiando contra-revolução mandou dois navios de guerra [...]»¹⁶⁴.

As reuniões de Pekin

No Verão de 1925, o governo oficial chinês desenvolve diligências para que uma conferência aduaneira, reunindo os signatários dos tratados de Washington de 1922, tenha lugar rapidamente em Pekin. Apesar de pouco ter a ver com os incidentes violentos ocorridos em Changai, Hankow e Cantão, este interlocutor da China para a comunidade internacional não queria perder totalmente a dinâmica dos acontecimentos e, sobretudo, deixar de assumir o tema nacionalista da abolição dos “tratados desiguais”. Portugal fez-se representar em ambos os conclaves.¹⁶⁵ E adiante ainda voltaremos a este assunto.

¹⁵⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁶⁰ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

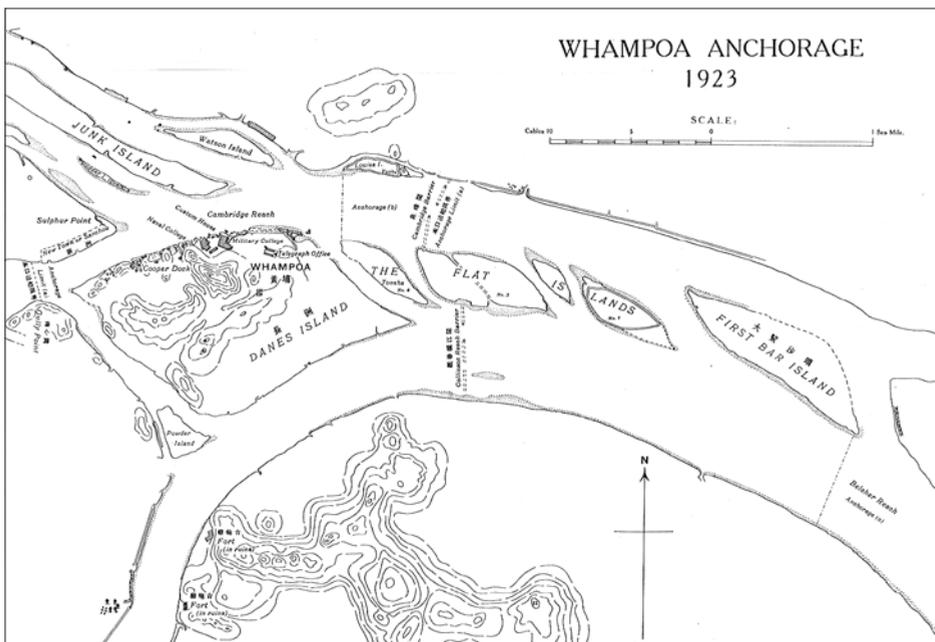
¹⁶¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁶² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁶³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁶⁴ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

¹⁶⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.



11 – Whampoa Anchorage 1923.

A 29 de Outubro de 1925 inicia-se finalmente em Pekin a Conferência entre os signatários dos tratados de Washington de 1922 sobre as tarifas aduaneiras. A questão da extraterritorialidade e das Concessões é desdobrada para uma outra reunião da respectiva Comissão, a começar em Dezembro, também em Pekin, e que irá prolongar-se para além de metade de 1926. No final destes processos, as Potências prometem à China para o limiar de 1930 a sua plena soberania quanto a estes pontos.

1926

- Em Janeiro deste novo ano, a direcção política na Rússia, com Estáline, continua a apostar na aliança com os nacionalistas chineses, como se vê no telegrama enviado ao 2º congresso do Kuomintang: «Ao nosso partido cabe a gloriosa tarefa histórica de dirigir a primeira revolução proletária vitoriosa no mundo [...] e estamos convencidos que o Kuomintang conseguirá desempenhar o mesmo papel no Oriente, destruindo as fundações do domínio imperialista na Ásia»¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Apud Isaacs, *op. cit.*: 120.

- Telegrama de 20 de Janeiro de 1926 do cônsul Horta em Cantão: «[...] Governo Cantão, embora orientado agentes Moscow apoiado tropas parece impotente dominar grevistas que se armaram, os quais obedecem apenas Comité Greve. Comércio Shameen morto. Situação económica Hong-Kong desesperada. [...]»¹⁶⁷

- Nota do MNE Vasco Borges de 28 de Janeiro para embaixador Norton de Matos em Londres, sobre notícias vindas de Cantão (do cônsul Horta, transcritas): «Negociações entabuladas governo Hong-Kong e governo Cantão para finalizar boicotagem e greve piorou estado da questão. [...] Estados Unidos da América não admitem bloqueios se não como consequência declaração de guerra [...]»¹⁶⁸.

- De facto, durante o Inverno de 1926, de acordo com Harold Isaacs¹⁶⁹, no Sul, na zona de Cantão e Hong-Kong, o comité de greve, o conselho de delegados operários, as associações de camponeses e os grupos radicais dentro do exército detinham um poder social de facto na região. E, segundo o mesmo autor, em Março entram pela primeira vez três chineses para o Conselho Municipal de Changai, que administrava a Concessão Internacional (o *Settlement*)¹⁷⁰.

- Telegrama da Embaixada em Londres (Norton de Matos) de 4 de Fevereiro para o MNE: «Governo Inglês só em último caso irá para a guerra e fará tudo quanto for possível para a evitar, o que não quer dizer que guerra não rebente de repente dada atitude hostil chinesa e agentes Moscow. [...] *Posição Inglaterra diferente nossa porque Hong-Kong pode considerar-se inexpugnável*¹⁷¹ e interesses comerciais ingleses estendem-se toda China. [...]».



12 – Cartaz anti-imperialista.

¹⁶⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

¹⁶⁸ MNE-ID, Legação Londres, Procº. K/6, Maço 162.

¹⁶⁹ Isaacs, *op. cit.*: 123.

¹⁷⁰ Isaacs, *op. cit.*: 115.

¹⁷¹ Sublinhado nosso, para evidenciar as preocupações quanto à defesa militar de Macau, que referiremos adiante.

E Norton sugere cuidadosa sondagem ao governador de Macau para ver se ele consegue uma diligência suave junto do governo de Cantão que aliviasse a pressão sobre Hong-Kong, o que a Inglaterra agradecerá.¹⁷²

- Ofício de 19 de Maio de 1926 da Legação da China em Portugal ao MNE (Vasco Borges), em francês e termos formalíssimos, informa as mudanças havidas na chefia do Estado Chinês (em Pekin): em 13 de Outubro de 1924 o marechal Tsao Koun suspendeu funções, assumindo-as provisoriamente o marechal Tuan Chi-Jui; em Abril de 1926, este abandonou o cargo, e o primeiro, incapaz de as exercer, entregou-as ao Conselho de Ministros (de acordo com a lei), que as aceitou em data de 13 de Maio¹⁷³.

Primeiros choques graves entre nacionalistas e comunistas no Sul

- Telegrama vindo de Macau em 28 de Março de 1926 e retransmitido do Ministério das Colónias para os Negócios Estrangeiros: «Confidencial reservado e urgente – Dia 20 Ministro Governo Cantão general Chiang Kai Shek, sem destituir Governo, assumiu direcção acção violenta contra grevistas e contra vermelhos seguindo-se morte alguns russos comunistas expulsão restantes vermelhos. Parte grevistas desarmados parecendo querer Governo manter ordem acabando movimento contra ingleses. Abertas negociações oficiais fim *boycot* entre Governos Hong-Kong Cantão convite este último. (Assº.) Governador»¹⁷⁴.

Segundo Isaacs e a generalidade dos autores, a **20 de Março de 1926** tratou-se de um golpe de Chiang Kai-Shek em Cantão, tomando conta do Kuomintang e do Governo do Sul da China, até então nas mãos de gente mais à esquerda. Borodine e a Internacional Comunista aceitaram este golpe, argumentando que o principal era a ofensiva militar contra o Norte, em preparação, apesar de muitos comunistas dos sindicatos e dos comités grevistas estarem já a ser dizimados. Uma sessão plenária do Kuomintang ratificou o golpe e colocou Chiang como generalíssimo dos exércitos.

O comandante Ivens Ferraz também dá conta nos seus relatórios destas desavenças e conspirações no seio dos movimentos chineses: «No sábado, 20 do corrente [mês de Março de 1926], deram-se em Cantão acontecimentos da maior gravidade, parecendo tratar-se de um golpe de Estado para derrubar o governo. Este movimento foi porém sufocado, estando novamente o general Chiang Kai-shek feito ditador militar do Kuomintang. O governo de Cantão fez publicar um manifesto assinado por

¹⁷² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

¹⁷³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

¹⁷⁴ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

Wang Chieng-wei [o presidente, e outros] explicando o motivo da prisão dos Chefe dos Serviços de Marinha Li Chi-lung e de grande número de delegados navais ao Kuomintang, detidos por ordem de Chiang Kai-shek, depois de uma conferência realizada em Wamphoa. Li era o chefe de uma facção contrária ao governo, e tendo recebido a bordo do cruzador *Chungsham* 30.000 espingardas e 30 metralhadoras chegadas a Cantão de proveniência russa, em vez de fazer a entrega desse material no quartel-general de Wamphoa, preparava-se para o distribuir pelos seus partidários para o citado golpe de Estado»¹⁷⁵.

Aliás, com fina percepção dos acontecimentos e das tendências, eis como, num dado momento de meados de 1926, Ferraz caracteriza o generalíssimo: «No Kuangtung, Chiang Kai-shek faz sentir mais pesadamente o seu pulso de ditador, sendo agora a sua especial preocupação a expedição ao Norte. [...] O Kuomintang central já investiu o general Chiang Kai-shek não só no supremo comando das forças militares¹⁷⁶, como também no supremo poder civil, fazendo-o portanto um verdadeiro ditador, que não hesita nas maiores violências para conseguir o envio de tropas para a frente.

Sun Chuan-fang telegrafou em tempos a Chiang Kai-shek advertindo-o de que não consentirá na invasão do Hunan e das outras províncias da sua esfera de influência. [...] O general Li Fok-lam [...] que era pessoa de confiança de Chiang Kai-shek, retirou as suas tropas para o sul [...] ao que consta para se virar contra o Governo Nacionalista.

Wu Pei-fu¹⁷⁷ mandou organizar uma esquadra composta de numerosos navios, com o fim de tomar todas as embocaduras do rio das Pérolas e bloquear o porto de Cantão.



13 – Marechal Chiang Kai-Shek, c. 1926, comandante-em-chefe do Exército Nacionalista Revolucionário.

¹⁷⁵ Ivens Ferraz, *O Cruzador 'República' na China*: 182-183.

¹⁷⁶ O que terá acontecido formalmente no dia 6 de junho de 1926, com o general Li Chai-sung, sub-director da Academia Militar de Wamphoa, como seu chefe do estado-maior.

¹⁷⁷ O “senhor” que parece então dominar em Pekin.

Como se vê, o ditador Chiang tem bastante com que se ocupar na organização da célebre expedição contra o Norte [...].

Para o auxiliar na solução de todos estes graves problemas, Chiang nomeou novamente o conhecido propagandista russo M. Borodine para o cargo de conselheiro principal do Governo Nacionalista e do Kuomintang. O novo comissário interino dos negócios estrangeiros é Eugénio Chen (Chen Yu-jen), homem educado em Inglaterra e que escreve correctamente o inglês. É um audacioso, inteligente e impertinente, que em pouco tempo já tem dado bastante falar de si»¹⁷⁸.

Na Europa, há mudanças

- Entretanto, em três países da Europa o mês de Maio de 1926 regista acontecimentos de especial relevância. Seguindo-se a uma greve do sector mineiro – um dos trabalhos mais duros, perigosos e mal pagos naquela época –, no dia 4 o conselho central dos sindicatos britânicos (*Trade Union Congress* - TUC) desencadeia uma greve geral por tempo indeterminado que paralizou o país durante uma semana e só foi contida porque, sobretudo, o governo organizou uma grande mobilização de cidadãos voluntários para substituir os grevistas em actividades essenciais, como os transportes e os abastecimentos, embora os mineiros tivessem prosseguido a sua paralização até Novembro. Em Portugal, no dia 28, dá-se um levantamento militar no norte com o general Gomes da Costa à cabeça, que conduz o país para uma situação de ditadura, inicialmente sob a presidência do comandante Mendes Cabeçadas, um republicano descontente com a governação até então seguida, mas que em breve seria ultrapassado pelo sector mais conservador do exército e movimentos reaccionários emergentes na sociedade civil. Em França, cai também o último governo do “*cartel des gauches*”, incapaz de controlar a política orçamental. E dois meses depois, é na Bélgica que, em plena crise financeira, ocorre uma desvalorização da moeda e o rei Alberto I assume poderes ditatoriais durante seis meses.

A ofensiva militar contra o Norte

- Com o poder do Kuomintang razoavelmente bem consolidado nas províncias do Sul da China, em Julho de 1926 dá-se o início da Expedição do Norte pelo Exército Nacionalista (então com cerca de 200 mil homens), comandado por Chiang Kai-Shek.

¹⁷⁸ Ferraz, *op. cit.*: 237-238.

Judiciosamente, Ivens Ferraz transcreve no seu livro parte da «Proclamação» que o generalíssimo fez então aos soldados, cujos termos interessa registar:

«1º - Às nossas tropas foi dado o nome de “Exército Nacionalista Revolucionário”, porque se destinam a fazer a Revolução, para salvar o nosso país, o nosso povo, os nossos filhos e a nós próprios. E isto porque os inimigos imperialistas conspiram de mãos dadas com os militaristas para nos tirarem a vida.

2º - A guerra é a acção mais cruel e mais perigosa que se pode conhecer. Se fosse possível salvar a China por meios pacíficos bom seria, mas os militaristas do Norte fizeram-se cães dos imperialistas e o seu desejo é a morte de todos nós. A guerra revolucionária tem por único objectivo combater pela Independência Nacional e pela Emancipação do Povo.

3º - Na guerra revolucionária todos temos de fazer sacrifícios, sendo o mais importante de todos o desprezo pela vida. A morte chega a todos, sendo felizes aqueles que alcançam uma morte nobre e gloriosa em combate. Os nossos irmãos do Norte arriscam a sua vida para dar o poder aos militaristas; as suas mortes, portanto, serão mortes inglórias. Nós morremos pela liberdade da nossa terra. Morte ou Liberdade é a divisa dos Revolucionários, Sacrifício é o preço da Revolução.

4º - Vencer não é difícil desde que os soldados cónscios do seu dever se mantenham decididos, firmes e disciplinados. Para se conseguir este fim patriótico:

- a) Não penseis em assaltos nem pilhagens. Protegei o Povo que o Povo vos protegerá a vós.
- b) Cumpri em todas as circunstâncias as ordens dos vossos chefes, mantendo sempre a mais rigorosa disciplina.
- c) Nunca abandoneis o vosso posto por motivo de fadiga ou de medo.
- d) Sêde sempre unidos e amigos uns dos outros, dedicando aos vossos oficiais o maior respeito aliado à mais fraternal amizade.
- e) Economisai as vossas munições e não vos assusteis quando virdes o inimigo na vossa frente.
- f) Sêde firmes. Se um exército se mantém firme na sua posição, será tão difícil desalojá-lo como deslocar uma montanha. Ficará, portanto, vitorioso.
- g) Tende presente que a avidez pelo dinheiro significa derrota. Quando se é vencido na guerra, a vida corre risco e de nada serve o dinheiro.
- h) As qualidades mais importantes do soldado na guerra são: coragem e espírito de sacrifício.
- i) Não tenhais medo do inimigo, porque assim será ele que terá medo de vós. Se nos deixarmos dominar pelo inimigo, ele nos matará. Para salvar a nossa vida

é indispensável, antes de tudo, tirar a vida aos nossos inimigos. O segredo para exterminar o inimigo é avançar ousadamente para ele.

Dizei-me, ó Soldados, depois de mortos os inimigos, quem fica para vos matar? Soldados do Exército Revolucionário!

Nós somos todos camaradas e se todos tivermos o mesmo espírito patriótico e o mesmo desejo de viver ou morrer juntos, os nossos inimigos serão facilmente exterminados e a Revolução sairá vitoriosa»¹⁷⁹.

Os termos desta proclamação são ricos de elementos para a compreensão das motivações que estes chefes procuravam estimular nos homens que comandavam. E aqui temos uma interessante combinação de factores psicológicos e culturais típicos do Oriente com outros provindos do patriotismo moderno ocidental e ainda com alguns do revolucionarismo então ensinado em Moscovo.

Embora a polarização da luta político-militar na China se fixasse agora em torno do confronto do “Norte contra Sul” (visto por muitos como “conservadores *versus* nacionalistas-revolucionários”), a autonomia e desígnios próprios dos “senhores da guerra” não haviam desaparecido: apenas se enquadravam agora numa ou noutra linha de tendências mais gerais, fora das quais se arriscavam a perder completamente as vantagens e os territórios que ainda dominavam.

- Em 6 de Setembro de 1926 Chiang chega a Hankow, no âmbito da campanha militar do Norte. Mais tarde, em 1927, ficará aí durante um tempo a sede do Governo Nacionalista. Mas, entretanto, rebenta nesta cidade um incidente grave entre chineses e marinheiros britânicos, em que estes sofrem vários mortos e feridos, o que leva o governo de Londres a reforçar a sua presença naval na zona e os radicais “vermelhos” a agudizarem a sua oposição à Inglaterra. Escreverá um dia o embaixador Calvet de Magalhães: «A Grã-Bretanha, como se viu, desempenhou sempre um papel fundamental nas relações externas com a China a partir da Guerra do Ópio e sobre ela recaiu, não sem razão, o grande ressentimento dos chineses, feridos no seu orgulho nacional, que particularmente se fez sentir na vaga antibritânica que agitou a China entre os anos de 1925 e 1927»¹⁸⁰.

- Contudo, a 10 Outubro, cessou o boicote em Hong-Kong, o mesmo acontecendo ao piquete grevista nas Portas do Cerco em Macau¹⁸¹. É pertinente interrogar-nos sobre se isso não seria o resultado de uma mudança de orientação política

¹⁷⁹ *Apud Ferraz, op. cit.: 256-257.*

¹⁸⁰ *Calvet de Magalhães, op. cit.: 35.*

¹⁸¹ *Ver Ferraz, op. cit.: 305 e 314.*

da Inglaterra, preparando-se para reconhecer o governo de Chiang Kai-Shek como o legítimo representante da China e com ele negociar um futuro entendimento sobre a matéria litigiosa existente. Mas, prevenindo qualquer descontrolo que pudesse sobrevir da guerra civil então em curso, no Outono de 1926 a *Royal Navy* concentrou em Hong-Kong e nas águas da China um porta-aviões (*Hermes*, de 11.000t.), uma dezena de cruzadores, uma vintena de *destroyers* ou *sloops* (avisos) e outros tantos navios diversos, incluindo canhoneiras fluviais, submarinos e petroleiros; e *the Army* teria reforçado a guarnição de Hong-kong¹⁸². Na mesma altura, o exército nacionalista chinês, mercê de várias adesões, contaria já com qualquer coisa como 900.000 homens, uma centena de aeroplanos e uns 30 navios armados em guerra¹⁸³.

- Ocorre ainda assinalar que em Outubro de 1926, na URSS, Trotsky e Zinoviev são afastados do Politburo do PCUS, em mais uma vitória interna de Estáline no seu caminho para o poder absoluto no Partido e no Estado.

- Por esta época – e tentando seguir com discernimento as forças envolvidas na guerra civil chinesa –, o comandante Ivens Ferraz enumera e identifica os seguintes chefes militares autónomos principais. No Sul, comandava-em-chefe o Exército Nacionalista Revolucionário o marechal Chiang Kai-Shek, com três corpos-de-exército; o exército do Kuominchun (aliado do Sul) era comandado pelo marechal Feng Yu-shiang. Quanto ao Norte, tínhamos: os exércitos de Fengtien, liderados pelo marechal Chang Tso-lin; os exércitos aliados de Shantung-Chihli, sob o comando do marechal Chang Tsung-cheong; os exércitos aliados das cinco províncias do Yang-Tze, comandados pelo marechal Sun Chuan-fong; os exércitos de Honan, chefiados pelo marechal Wu Pei-fu; e ainda o exército de Shan-si, do general Yen Shi-san, e o exército independente do Yunan que era comandado pelo general Tang Chi-yao.¹⁸⁴

- E em Dezembro, a terminar o ano, há notícias de que a sede do governo nacionalista teria passado de Cantão para a região do Yang-Tze.

1927

- Em 3 de Janeiro, perante manifestações de massas operárias amotinadas, os britânicos retiram da – ou são forçados a abandonar a – Concessão de Hankow.

- Neste mês de Janeiro de 1927, o Kuomintang forma novo Governo da República da China, agora sediado em Hankow.

¹⁸² Ver Ferraz, *op. cit.*: 349.

¹⁸³ Ver Ferraz, *op. cit.*: 370.

¹⁸⁴ Ver Ferraz, *op. cit.*: 433-434.

- Mas em Fevereiro dão-se em Hankow choques violentos entre tropas nacionalistas, de um lado, e militantes sindicais e trabalhadores grevistas, do outro.

- É também neste mesmo mês de Fevereiro que chega a Cantão uma delegação da Internacional Comunista integrada pelo russo Syder Stoler, o americano Earl Browder, o sindicalista inglês Tom Mann e Jacques Doriot, do partido francês¹⁸⁵, que tentam obter de Chiang promessas de que tais casos de perseguições e mortes de trabalhadores não se repetirão, que foram apenas incidentes e se mantém a aliança comunistas-nacionalistas¹⁸⁶.

- Escreve Ivens Ferraz que as forças de segurança disponíveis na *Settlement* e na Concessão de Changai em inícios de 1927 orçavam por 4.000 homens, incluindo



14 – Expedição ao Norte, 1926-27.

a polícia (excepto a chinesa, por ser pouco segura) e o batalhão de voluntários de que faz parte a Companhia Portuguesa ‘Coronel Mesquita’.¹⁸⁷

- A 17 de Fevereiro, tropas nacionalistas tomam a cidade costeira de Hangchow, já muito perto de Changai.

- Os dias **22 a 24 de Fevereiro** são datas importantes neste processo pois dá-se uma insurreiçãopopular em Changai, à excepção das Concessões Francesa e Internacional, mas o levantamento (precoce, ao que se verá) é

reprimido pelo “senhor da guerra” local, Sun Ch’uan-fang, sem porém esmagar e destruir a autonomia operária, já que um mês depois ela se manifesta de novo e é o general nordista que tem de retirar.

- Demonstrando perspicácia na análise política dos acontecimentos de que vai tendo conhecimento pela imprensa, escreve também Ivens Ferraz em Março deste ano acerca

¹⁸⁵ Este dirigente comunista, caiu em desgraça após os choques com a extrema-direita em Paris em 1934, encetando uma trajectória cada vez mais “populista” que o levou a fundar o *Parti Populaire des Français* (PPF), o qual veio a apoiar o marechal Pétain e a assumir a “colaboração” com o ocupante alemão. Morreu na Alemanha em Fevereiro de 1945, durante um ataque dos Aliados.

¹⁸⁶ Ver Isaacs, *op. cit.*: 201 e 227-228.

¹⁸⁷ Ferraz, *op. cit.*: 412.

da evolução da guerra civil: «[...] de notar que se acentua a eliminação dos nomes de certos militaristas nos boletins de guerra. Agora foram eliminados Wu Pei-fu e Sun Chuan-Fong, figurando apenas quatro marechais de importância: Chang Tso-lin e Chang Tsung-cheong, Chiang Kai-shek e Feng Yu-shiang. Se no caso da vitória final venceram os dois primeiros, veremos na China o advento de um Governo Ditatorial; no caso de vencerem os dois últimos, Moscow julgará poder introduzir um Governo Soviético na China, no que talvez se engane [...]. Chiang Kai-shek, que era o principal *leader* dos nacionalistas, tem feito as declarações conservadoras a que já fiz referência e, à medida que se vai aproximando do Norte, mais anti-comunista se vai mostrando»¹⁸⁸.

- A **24-27 de Março** de 1927 muda a situação nas principais cidades do norte, com forças comunistas a tomarem **Nankin**. No dia 26 o exército nacionalista chega a **Changai**, juntando-se aos insurgentes locais; e Chiang entra na cidade como vencedor. A 27 a grande metrópole (excepto as Concessões) fica nas mãos das suas tropas.

- Porém, a despeito das negociações políticas e de eventuais promessas, no dia 31 de Março o exército nacionalista começa a reprimir os trabalhadores insurrectos. Regista-se grande tensão interna no seio do Kuomintang, mas com os comunistas ainda a apoiar politicamente Chiang.

- Podemos também aqui usar alguns extractos do relato feito por Ivens Ferraz – que ali se encontrava com o cruzador *República* – da entrada do exército nacionalista em Changai, em Março de 1927: «Começou hoje [dia 21] a evacuação dos arredores da cidade, em consequência das investidas isoladas de agitadores e soldados chinas à paisana contra vários postos ingleses, designadamente em Hong-Kew Garden, onde ficaram feridos três soldados Punjabis e um morto.

Várias procissões e manifestações tumultuosas tiveram lugar durante o dia, sole-nizando a vitória dos nacionalistas.

Ao meio-dia foi mobilizado o batalhão de voluntários, começando logo as tropas inglesas e japonesas a tomar as posições que lhes estavam anteriormente destinadas. [...] Não me parece que as tropas chinas tentem forçar a valer a entrada na cidade. O perigo está em 800.000 operários das fábricas, oficinas e obras de Shanghai e trabalhadores do porto, instigados por agitadores cantonenses e apoiados por alguns milhares de soldados, também cantonenses, que se introduziram à paisana no *Settlement*.

Shanghai passou ontem para os nacionalistas, sem resistência, tendo entrado em Chapei uns 600 soldados à paisana, que tomaram conta desse bairro china. O exército de Shantung, que defendia Shanghai, limitou-se a dar alguns tiros para o

¹⁸⁸ Ferraz, *op. cit.*: 446-447.

ar, sem outra oposição nas proximidades da cidade. Seguiram-se grandes distúrbios e atentados no citado bairro, tendo sido incendiadas duas estações de polícia que se permitiram resistir. [...] Grandes esforços têm sido feitos pelos nacionalistas para tomarem Nanking, mas a cidade resiste, defendida por tropas de Shantung [...]. O arsenal de Kinguan, em Lunghua, foi tomado por 500 soldados nacionalistas disfarçados. Este arsenal fica apenas a umas três milhas ao sul do ancoradouro do *República*. Todo o pessoal do arsenal fugiu ontem de manhã à aproximação dos nacionalistas. Dois mil soldados do Norte que se encontravam entre Shanghai e Sungkiang desertaram dos seus postos. Mingho foi ocupado esta manhã pelos cantonenses. O único ponto onde tem havido resistência séria tem sido na Estação do Caminho de Ferro do Norte, na qual se encontra um grupo de russos brancos ao serviço do exército chinês do Norte, entrincheirados num vagão blindado. Como os soldados chineses debandaram todos, os pobres russos, certos do destino que os espera nas mãos dos vermelhos, estão vendendo cara a vida. [...] A bandeira revolucionária do Sul flutua por toda a parte, não só na cidade chinesa, como nas ruas principais do *Settlement* Internacional e da Concessão Francesa e nas embarcações que se encontram no porto. [...]».¹⁸⁹

- A 3 de Abril dão-se em Hankow novos e graves actos de violência, com insurgentes e soldados a invadirem a Concessão japonesa e a atacarem residentes, empresários e funcionários consulares.

- Parece que em resposta a uma tentativa de rapto ou assassinato (ou uma enenação de tais actos), em **12-14 de Abril** de 1927 dá-se o golpe final de Chiang contra os sindicatos da UGT e os comunistas em Changai, com massacres sangrentos (dos quais escapa Chu En-Lai). No dia 13 a UGT ainda apela a uma greve geral de protesto: 100 mil aderem bloqueando o porto uma vez mais e reclamando castigo para os fura-greves, respeito pelos sindicatos e restituição das armas confiscadas. Segundo as fontes duvidosas de Isaacs, viaturas blindadas inglesas e japonesas teriam aberto fogo contra populares fora das Concessões, colaborando com o Exército Nacionalista¹⁹⁰. Por esta altura, também navios americanos teriam bombardeado Nankin.

- Na sequência desta rotura irreparável de Abril entre nacionalistas e comunistas, segundo Isaacs, a URSS fica estupefacta com tais notícias¹⁹¹.

- Em Maio, é o embaraço em Moscovo. Em Londres o ministro dos Estrangeiros Austen Chamberlain congratula-se nos Comuns com esta clarificação política na

¹⁸⁹ Ferraz, *op. cit.*: 453-454.

¹⁹⁰ Ver Isaacs, *op. cit.*: 225.

¹⁹¹ Ver Isaacs, *op. cit.*: 229.

China. E, na sequência da descoberta de manigâncias dos soviéticos, o governo da Grã-Bretanha corta os laços diplomáticos que mantinha com URSS no dia 26, e a 27 as correspondentes relações económicas.

- Na Primavera de 1927, existem agora na China três governos: o de Peking, dos “senhores da guerra”, ainda reconhecido pelas Potências; o de Nankin, onde Chiang fixou o seu Governo Nacionalista (e onde Portugal não tinha nesta época representação oficial, nem nunca ali foi algum dos seus navios de guerra); e o de Hankow (Wuhan), onde dominam comunistas e a esquerda do KMT, mas que acabará por cair em Julho.

- Em finais de Maio, tropas japonesas intervêm na província de Chantung, travando o acesso dos exércitos nacionalistas a Peking. E pela mesma altura regista-se um **levantamento dos camponeses do Hunan** (incluindo na capital Changsha), instigados pelos comunistas e a ala esquerda do partido nacionalista contra Chiang Kai-Shek e a direcção do Kuomintang, falando-se mesmo em “república soviética” (desaprovada por Estaline), mas vindo a ser derrotados nas semanas seguintes pelas tropas nacionalistas.

- Em Julho de 1927, os agentes da Internacional Comunista abandonam a China. Os resistentes “vermelhos” na cidade de Hankow (onde já manobra Mao Tse-Tung) são também vencidos e forçados a abandonar a província de Hubei.

- No resto do Verão e no Outono, os nacionalistas de Chiang Kai-Shek vão consolidando o seu poder na maior parte do país, submetendo ou registando as adesões de generais recalcitrantes ou de franjas radicais do Kuomintang.

- **11-13 de Dezembro**: um último levantamento comunista tem lugar em **Cantão**¹⁹² sendo impiedosamente esmagado, com 5.700 mortos, segundo Harold Isaacs¹⁹³.

- A 13 de Dezembro ocorre o rompimento diplomático URSS-China. (Os comunistas chineses, e o 6º congresso da Internacional Comunista em 1928, reconheceram então os erros políticos cometidos e a nefasta aliança com os nacionalistas.)

- Em 18 de Dezembro de 1927 Chiang Kai-Shek consegue fazer dobrar o governo de Hankow que estava nas mãos de radicais (não-comunistas) do seu próprio movimento.

- 27 de Dezembro: na URSS, o congresso do PCUS expulsa Trotsky do partido (e em 1929 será expulso do país).

¹⁹² Numa linguagem típica dos meios revolucionários do movimento operário, muitos chamaram a esta matança a “comuna de Cantão”, como se tal termo só servisse para assinalar gloriosas derrotas.

¹⁹³ Ver Isaacs, *op. cit.*: 348.

1928 – e algumas sequências derivadas deste período de crise aguda

- Ao iniciar-se o novo ano, as forças do “exército nacionalista revolucionário” controlam, se não a maior parte, pelo menos a mais significativa do país, em termos políticos e económicos.

- As forças comunistas derrotadas (com Chu En-Lai e Mao Tse-Tung) refugiam-se para a província de Shensi, no interior profundo do país, donde em 1934 lançarão a sua “Longa Marcha”, uma campanha militar à base de guerrilhas camponesas que sairá, no final (em 1949), vencedora.

- Em Abril de 1928 tropas japonesas ocupam mais efectivamente a província de Chantung, havendo recontros militares sino-japoneses em Tsinam; mas as tropas nipónicas retirarão passado pouco mais de um ano, em Maio de 1929.

- Entra-se numa fase de negociação de novos contratos de comércio bilaterais. As Potências, excepto o Japão, aceitam a abolição dos privilégios de extra-territorialidade na China, para 1 de Janeiro de 1930. Mas a Inglaterra consegue manter Hong-Kong sob sua soberania. E, como veremos adiante, Portugal assina com este Governo Nacional um novo tratado para enquadrar a sua presença em Macau.

- A 19 de Julho de 1928 o governo nacionalista de Chiang Kai-Shek anula os “tratados desiguais”, o que é rapidamente reconhecido pelos Estados Unidos e pela Alemanha.

- Em 6 de Outubro Chiang Kai-Shek é designado Presidente da China, entrando em vigor uma nova Constituição. Apesar de abatido o governo de Peking, a capital não voltou para a cidade imperial, mantendo-se em Nankin durante todo o período seguinte. E a 20 de Dezembro a Inglaterra reconhece o governo de Nankin.

- Em 1928-29, o Governo Nacional do Kuomintang consegue a unificação da China, ao menos nominalmente e perante a comunidade internacional, pois houve “senhores da guerra” que, embora teoricamente subordinados, continuaram a fazer a sua própria política regional.

- Os comunistas, em vez dos “senhores da guerra”, passam a ser os adversários principais do Kuomintang de Chiang Kai-Shek e do seu Exército Nacional.

- O Japão anuncia também reconhecer a autonomia tarifária da China, em 6 de Maio de 1930.

- Porém, em Setembro de 1931, apesar de ter subscrito o pacto Briand-Kellog de “renúncia à guerra como instrumento de acção política”, o Japão invade militarmente a Manchúria e irá aí estabelecer um “Estado-fantoches” (Manchukuo) com o último imperador chinês Pu-Yi à cabeça. Era o primeiro passo para a segunda guerra sino-japonesa (1937-1945).

3. A REACÇÃO PORTUGUESA

3.1 DECISÕES GOVERNAMENTAIS, ANTES E DEPOIS DO GOVERNO MILITAR EM LISBOA

Não existem decisões sem decisores, muito menos em processos governamentais, embora aquelas pessoas sejam por vezes coagidas pelas circunstâncias, emprestando a sua mão mais do que assinando decisões com o cérebro e o coração.

Titulares de cargos governativos

Julgamos valer a pena fazer uma breve recapitulação das pessoas titulares dos cargos governativos em Portugal mais envolvidos nesta questão do Extremo-Oriente, até porque, sensivelmente a meio do período mais agudo da crise chinesa, se dá a queda do regime democrático-parlamentar por força do golpe militar desencadeado por Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, instaurando um período de ditadura que abriu a porta ao Estado Novo concebido por Salazar.

O cargo de Presidente da República – até então provido por eleição conjunta das duas câmaras parlamentares¹⁹⁴ –, depois do único mandato integralmente cumprido (por António José de Almeida em 1919-1923), foi exercido por Manuel Teixeira Gomes desde 5 de Outubro de 1923. Porém, desgostoso da situação política pantanosa que o país vivia, este renunciou ao cargo em finais de 1925, tendo sido substituído por Bernardino Machado que foi eleito e iniciou funções em 11 de Dezembro. Foi deposto pelo golpe militar em 30 de Maio de 1926 e acabou por exilar-se para França¹⁹⁵.

O cargo de Presidente da República foi preenchido interinamente pela rápida sucessão de chefes militares da “Revolução Nacional”: José Mendes Cabeçadas Júnior (de 31 de Maio a 17 de Junho), Manuel Gomes da Costa (de 17 de Junho a 9 de Julho) e António Óscar Fragoso de Carmona (a partir desta data). Este, em 25 de Março de 1928 foi plebiscitado por sufrágio directo como Presidente da República, exercendo depois o cargo até 1951, mercê de sucessivas reeleições (estas com outros

¹⁹⁴ Tomava a designação de Congresso da República esta ocasional reunião da Câmara dos Deputados e do Senado, funcionando, como agora, no Palácio de S. Bento.

¹⁹⁵ A Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), cientista e deputado desde o tempo da Monarquia, depois republicano aderente ao partido de Afonso Costa, foi a segunda vez que tal lhe aconteceu, pois era ele o Presidente da República em funções quando ocorreu a revolução militar de Sidónio Paes de Dezembro de 1917.

candidatos, apesar das fortes limitações à propaganda eleitoral), já no quadro da Constituição de 1933.

A crise da China entre 1925 e 1928 passa-se, pois, quando o palácio de Belém é ocupado por Teixeira Gomes, por Bernardino Machado e pelo general Carmona. A Constituição de 1911 estabeleceu um regime político de base parlamentar mas, ainda assim e não tendo interferência directa na governação, cabiam ao Presidente importantes funções, que no essencial se mantiveram no período de Ditadura Militar. Dentro das suas prerrogativas formais, era em seu nome que os tratados e convenções internacionais eram subscritos por Portugal.

Quanto ao Governo, a sua chefia¹⁹⁶ esteve entregue durante esta época a um muito maior número de políticos. Vejamos quem foram os seus sucessivos responsáveis e os titulares que ocuparam as pastas dos Negócios Estrangeiros, das Colónias e da Marinha, certamente as mais implicadas com o caso da China e a situação de Macau.

Na passagem do ano de 1924 para 1925 governa por pouco tempo (de 22 de Novembro a 15 de Fevereiro) José Domingues dos Santos, então líder parlamentar da Esquerda Democrática¹⁹⁷. Em seguida, regressam os governos liderados por homens do Partido Republicano, que só tinha uma maioria relativa na câmara dos deputados¹⁹⁸.

Vitorino Guimarães (de 15 de Fevereiro a 1 de Julho de 1925), foi o primeiro destes chefes de governo, e estava em funções quando rebenta a crise aguda na China. Tinha como ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Pedro Martins, o capitão-de-fragata Henrique Monteiro Correia da Silva¹⁹⁹ nas Colónias – que então se desentende com o governador de Macau de forma pública, como veremos adiante – e o capitão-de-fragata Fernando Augusto Pereira da Silva na Marinha²⁰⁰. Aliás,

¹⁹⁶ As designações são na época algo flutuantes: “presidente do ministério”, “presidente do conselho de ministros” ou “chefe do governo”, mas raramente “primeiro-ministro”. A Constituição de 1911 fala apenas dos «Ministros» quando se refere ao «Poder Executivo» (Artº 36º). E o Artº 53º diz somente: «De entre os Ministros, um deles, nomeado também pelo Presidente, será presidente do Ministério e responderá não só pelos negócios da sua pasta, mas também pelo de política geral».

¹⁹⁷ Uma cisão “à esquerda” do Partido Republicano Português, de Afonso Costa. Daí a alcunha que lhe foi dada de governo “dos canhotos”. De facto, este facilitou entendimentos na área (política e social) mais progressista então existente e, por exemplo, deu uma primeira forma legal aos contratos colectivos de trabalho, obtendo um certo assentimento por parte do movimento sindical.

¹⁹⁸ Dispunha de 74 lugares em 159, faltando-lhe 6 para os 80 da maioria absoluta. No Senado, o PRP teve sempre uma maioria absoluta, embora escassa.

¹⁹⁹ Era filho do almirante Carlos Eugénio Correia da Silla, conde de Paço d’Arcos, que chegou a Major-General da Armada. Mas Henrique era republicano, renunciou ao título nobiliárquico e já havia sido governador de Macau. Foi pai do escritor Joaquim Paço d’Arcos.

²⁰⁰ Figura proeminente da Armada em todo o período da República democrática, sendo autor da reestruturação orgânica do Ministério de 1924 e de um programa de rearmamento naval que acabou por ser realizado pelo ministro Magalhães Correia em 1931-32.

este último manter-se-á sempre à frente do Ministério da Marinha até final de Maio de 1926.

António Maria da Silva²⁰¹ chefiou um episódico governo da mesma cor política (de 1 de Julho a 1 de Agosto), mas agora com Albano Portugal Durão nos Negócios Estrangeiros e o capitão-de-fragata Filémon Duarte de Almeida nas Colónias.

Segue-se-lhe um outro experiente político, Domingos Leite Pereira, liderando um governo que durou até 17 de Dezembro de 1925, tendo Vasco Borges nos Estrangeiros e o capitão-de-fragata Isidoro Leger Pereira Leite nas Colónias. Contudo, este saiu do governo em 30 de Outubro, sendo substituído pelo general Ernesto Vieira da Rocha²⁰² que, como Pereira da Silva, manteve o cargo até ao fim: 30 de Maio de 1926.

Novas eleições legislativas têm lugar em Novembro de 1925, que dão mais uma vitória ao PRP²⁰³, mas desta vez com uma pequena maioria absoluta do parlamento²⁰⁴. O Governo formado na sequência deste acto eleitoral voltou a ser presidido por António Maria da Silva²⁰⁵ e manteve os mesmos titulares que estavam em funções nos ministérios dos Negócios Estrangeiros (Vasco Borges), das Colónias (Vieira da Rocha) e, como dissemos, da Marinha (Pereira da Silva). Caiu a 30 de Maio, por força do golpe militar.

Depois dos dias incertos da chamada Revolução Nacional em que o poder saltitou das mãos de Mendes Cabeçadas para Gomes da Costa e deste para Carmona, um governo estável é finalmente constituído a 9 de Julho de 1926. Preside-o o general Carmona, chamando para Ministro dos Negócios Estrangeiros António Bettencourt Rodrigues (que deterá a pasta até 10 de Novembro de 1928), para Ministro das Colónias o capitão-tenente João Belo (que vai gerir este departamento até à sua morte, a 3 de Janeiro de 1928) e para Ministro da Marinha o contra-almirante Jaime Afreixo (que estará no cargo desde 3 de Junho até 26 de Agosto de 1927). Este governo apanhou de chofre com a grande revolta militar republicana de 3-9 de Fevereiro de 1927, que reprimiu com violência.

²⁰¹ Engenheiro, foi um dos fundadores da República, pois fazia parte da Alta Venda da Carbonária (com Machado Santos e Luz Almeida) que principalmente organizou a insurreição armada de 3-5 de Outubro de 1910.

²⁰² Herói das campanhas de ocupação africanas, mas republicano, não correspondendo ao perfil de “centurião” que o historiador René Pélissier fez dos oficiais da “escola de Mouzinho” (Cf. *História de Moçambique*). Aliás, os diversos ministros militares que integraram estes últimos governos do PRP seriam todos membros deste partido, ou pelo menos seus simpatizantes.

²⁰³ Na imprensa e na gíria política da época, este partido era geralmente designado por “partido democrático”, epíteto polémico que contrastava vivamente com as acusações de arrogante, “caudilhista” e jacobino com que era mimoseado pelos seus adversários.

²⁰⁴ Obteve 80 dos 156 lugares em disputa.

²⁰⁵ Tendo sido alcunhado de governo “dos Bonzos”.

Entronizado como Presidente da República, Carmona deixou a chefia do governo em 18 de Abril de 1928 ao coronel Vicente de Freitas²⁰⁶, que exerceu até 8 de Julho de 1929, mantendo Bettencourt Rodrigues nos Estrangeiros até Novembro de 28, substituído depois pelo capitão-de-fragata Quintão Meireles até à posse de novo governo. Na pasta das Colónias, após vários titulares interinos, é José Bacelar Bebiano que assume o cargo desde Abril de 1928 até Julho do ano seguinte. E para a Marinha é nomeado o capitão-de-fragata Aníbal de Mesquita Guimarães²⁰⁷. A chamada “revolta do Castelo”, de 20 de Agosto de 1928, já tem um desenlace político-militar bastante mais fácil para o governo, mas este apanha a ressaca da má gestão financeira do general Sinel de Cordes e as dificuldades de obtenção de um empréstimo externo ao Estado português, a que se seguirá a crise financeira internacional de 1929 e o imbróglcio da Libra inglesa com o padrão-ouro.

Nova mudança de chefe do governo ocorre em 8 de Julho de 1929, agora com a ascensão do general Artur Ivens Ferraz, mas que exerce o poder apenas por cerca de meio ano, mercê da instabilidade que ainda existia no seio das hostes militares e dos apoios que suscitavam na sociedade portuguesa. Este governo, com várias interinidades e curtíssimos desempenhos nos Negócios Estrangeiros (incluindo Henrique Trindade Coelho, o capitão-de-mar-e-guerra Fonseca Monteiro e o próprio chefe do governo), chama o coronel Eduardo Marques para as Colónias e o capitão-de-mar-e-guerra Magalhães Correia para a Marinha.

Finalmente, o general Domingos de Oliveira assume a chefia do governo desde 28 de Janeiro de 1930 até 5 de Julho de 1932 – quando o entrega, definitivamente, ao doutor Oliveira Salazar, que vinha desempenhando as funções de Ministro das Finanças e conquistara as boas graças da oficialidade militar. Este governo vai buscar o capitão-de-fragata Fernando Branco para os Negócios Estrangeiros e mantém Eduardo Marques e Magalhães Correia nas Colónias e na Marinha, respectivamente, para um tempo de maior estabilidade governamental, a despeito de um ano de 1931 com crises internas (vg, a revolta da Madeira) e externas (implantação da República em Espanha) que o assustaram. Mas também neste ano se dá a invasão da Manchúria pelos japoneses, e a situação na China entra numa nova fase, já fora dos nossos propósitos de análise.

²⁰⁶ Já com Salazar nas Finanças, a iniciar a sua política de saneamento financeiro do Estado.

²⁰⁷ Havia sido adido naval em Itália ao tempo da tomada do poder pelo movimento fascista de Mussolini e haveria de realizar nova gerência da pasta da Marinha, já no governo de Salazar.

Embaixadores

Julgamos também conveniente, fazer uma rápida evocação dos nomes dos diplomatas que representavam Portugal nos principais países estrangeiros durante o período em análise.

Em Londres, a importante figura do regime republicano que é o general Norton de Matos é o embaixador de Portugal desde 1 de Julho de 1924 – quando se conclui o processo de elevação da nossa representação diplomática de Legação a Embaixada –, e mantém o cargo até à chegada do governo militar no seu país. Em 5 de Julho de 1926 é substituído pelo general Tomás Garcia Rosado, que ficará naquele posto até 1931, pelo menos.

Em Paris, temos João Pinheiro Chagas (desde 1911, com interrupções, até 1923), a que se segue António Joaquim Ferreira da Fonseca (de Fevereiro de 1924 a Agosto de 1926). E o capitão-tenente Armando Gama Ochôa, nomeado pelo governo da Ditadura, exercerá o cargo desde 11 de Agosto de 1926 até 1931, ou mais.

Uma representação diplomática de enorme estabilidade é a que Portugal mantém em Washington, pois que José Machado da Franca, visconde de Alte, a exerce desde 1901 a 1931, e porventura mais além.

Em Tóquio, o nosso Ministro Plenipotenciário é José da Costa Carneiro, de Novembro de 1924 a 1930, sendo então substituído por Justino Montalvão Coelho.

Finalmente em Pekin, temos como responsáveis da nossa Legação sucessivamente José Batalha de Freitas²⁰⁸ (em 1913-1924), João António de Bianchi (entre



15 – General Norton de Matos, embaixador em Londres (1924-1926).

²⁰⁸ Primeiro-tenente da Armada (posteriormente, capitão-tenente honorário), foi cônsul no Japão e a partir de 1913 também ministro plenipotenciário em Tóquio.

1925 e 1930) e Armando Navarro (a partir de 1930). O nome de Luís Esteves Fernandes surge também por vezes na documentação arquivística tratada, mas nesta época apenas foi Encarregado de Negócios provisório.²⁰⁹

Por último, deixamos registados os nomes dos vice-almirantes que, naquele período, ocuparam o cargo de Comandante-Geral da Armada²¹⁰: Alberto Silveira Moreno (desde Maio de 1924 até Dezembro de 1926), Júlio Gális (de Janeiro de 1927 até Junho 1928) e Pedro de Azevedo Coutinho (de Junho de 1928 a Fevereiro de 1930)²¹¹.

Tenham-se, assim, em conta estes dados quando fazemos referência a correspondência ou documentos oficiais do Estado português.

A política externa portuguesa, no plano multilateral

Dando sequência às reivindicações da China no pós-Grande Guerra, as Potências acordam a realização de uma Conferência Internacional na capital norte-americana, a iniciar-se em finais de 1921. Além das “questões da paz” não resolvidas em Versalhes (essencialmente territoriais e relativas ao espólio alemão), havia que responder também à recusa chinesa dos privilégios dos Estrangeiros herdados do século XIX (económicos e de soberania), proceder a uma redução equilibrada dos armamentos navais e, mais em geral, fixar um quadro de alguma estabilidade política na grande bacia do Oceano Pacífico.

Já atrás demos conta²¹² deste conclave, que ficou conhecido como a **Conferência de Washington de 1922** (por ter sido em Fevereiro deste ano que a mesma se concluiu e foram assinados os respectivos instrumentos diplomáticos).

Mas vejamos aqui mais alguns elementos de informação relativos a este processo.

Participaram na Conferência (que, de certo modo, foi uma continuação da Conferência da Paz de 1919, para o Oriente) delegações da China, dos Estados Unidos, do Império Britânico, da França, Bélgica, Itália, Holanda, Portugal e Japão.²¹³ A delegação portuguesa foi constituída pelo Ministro Plenipotenciário em

²⁰⁹ Para estes nomes e datas, recorreu-se principalmente à obra de Alberto Laplaine Guimarães e outros, *Os Governos da República, 1910-2019*, Lisboa, ed. aut., 2011; e a diversos anos do *Anuário Diplomático e Consular*, editado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

²¹⁰ O chefe militar da corporação, olhando face-a-face para o ministro de tutela. Foi a designação mais em curso nesta época, equivalente funcional ao Major-General da Armada ou ao actual Chefe do Estado-Maior da Armada.

²¹¹ Fora Chefe do Estado-Maior Naval, com competências alargadas, antes de assumir o cargo referido.

²¹² Ver Cap. 2.1.

²¹³ Uma sintética mas sólida abordagem historiográfica da participação de Portugal nesta Conferência encontra-se em: António Vasconcelos de Saldanha, “A ‘Questão de Macau’ na Conferência de Washington (1921-22)”, <http://www.icm.gov.mo/viwer/30022/1776>, de 25-05-2019.

Washington, José Machado da Franca (visconde de Alte) e pelo capitão-de-mar-e-guerra reformado Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcelos (engenheiro hidrógrafo e alto funcionário dos Ministério das Colónias).

Os trabalhos da Conferência dividiram-se entre sessões plenárias e reuniões em comissões especializadas: *Committee on Pacific and Far Eastern Questions* (onde Portugal se faz representar pelos dois delegados); *Committee on Limitation of Armament*, onde Portugal não participa e que se subdivide nos sub-comités de *Technical Advisers*, *Aircraft*, *Laws of Warfare* e *Poison Gases* (e ao qual é agregado também o *Sub-Committee on Foreign Postoffices in China*); um *Sub-Committee on Extraterritoriality in China*, com a presença do português Ernesto Vasconcelos; o *Sub-Committee on Chinese Revenue*, onde também participa o comandante Vasconcelos; e um *Sub-Committee on Drafting* para a redacção dos tratados, onde toma lugar o visconde de Alte, então decano dos diplomatas em Washington. As convocatórias, actas e outros documentos de trabalho são distribuídos regularmente, policopiados em inglês e francês, e classificados de *Strictly Confidential*. De tempos a outros, são também libertados *press releases*, para informação ao público.

Escreve o historiador António Vasconcelos de Saldanha: «[...] visando enquadrar o tratamento da questão chinesa [...] as potências assentavam num determinado número de princípios – aprovados no plenário de 10 de Dezembro de 1921 e incorporados numa minuta de tratado apresentada na sessão de 4 de Janeiro – a partir daí conhecidos como as “*Root Resolutions*”:

1. *To respect the sovereignty, the independence and the territorial and administrative integrity of China.*
2. *To provide the fullest and most unembarrassed opportunity to China develop and maintain for herself an effective and stable government.*
3. *To use their influence for the purpose of effectually establishing and maintaining the principle of equal opportunity for the commerce and industry of all nations throughout the territory of China.*
4. *To refrain from taking advantage of the present conditions in China, in order to seek special rights or privileges which would abridge the rights of the subjects or citizens of friendly States and from countenancing action inimical to the security of such States.»²¹⁴.*

²¹⁴ *Apud* António Vasconcelos de Saldanha, “A ‘Questão de Macau’ na Conferência de Washington (1921-22)”, <http://www.icm.gov.mo/viwer/30022/1776>, de 25-05-2019. Pode ver-se também, do mesmo autor, *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*, Lisboa, ISCSP e ICM, 1996: 613-645.

No relatório do comandante Ernesto Vasconcelos ao MNE, de 23 de Fevereiro de 1922, este comenta que «nada ofendem esses princípios os direitos de Portugal na China e antes o final do quarto nos pode ser útil»²¹⁵.

Em Fevereiro, a Conferência encerra-se tendo os instrumentos finais sido assinados por todos os países participantes (incluindo a China e o Japão). Pelo que diz respeito a Portugal, este subscreveu dois dos Tratados.

O chamado “Tratado de Washington”, assinado a 6 de Fevereiro de 1922, compõe-se de 9 artigos, o primeiro dos quais é constituído pelas *Root Resolutions*, citadas acima.

Além disto, prescreve que:

«No intuito de aplicar mais eficazmente os princípios da porta aberta ou da igualdade de condições para o comércio e indústria de todas as nações na China as Potências Contratantes [...] convêm em não procurar obter nem auxiliar os seus nacionais a procurarem obter: a) A conclusão de acordos tendentes a estabelecer em favor dos seus interesses direitos gerais superiores aos das outras com respeito ao desenvolvimento comercial ou económico numa determinada região da China; b) A concessão de monopólios ou tratamentos preferenciais de natureza a privarem os nacionais de outras Potências do direito de empreenderem na China qualquer forma legítima de comércio ou de indústria [...] e a China obriga-se a adoptar os princípios acima mencionados como guia no que respeita ao seguimento dos direitos e privilégios económicos por parte de Governos ou nacionais de todos os países estrangeiros, quer sejam ou não partes no presente Tratado.» (artº 3º).

«A China obriga-se a não aplicar nem permitir a caminho-de-ferro algum chinês nenhuma distinção injusta de qualquer espécie. [...]» (artº 5º).

«As Potências não signatárias do presente Tratado [...] são convidadas a aderir ao presente Tratado. [...]» (artº 8º)²¹⁶.

Na mesma ocasião, foi assinado um outro Tratado para a revisão da pauta aduaneira chinesa, igualmente assinado pelas nove Potências presentes.

Este segundo Tratado compõe-se de 10 artigos.

No Artigo 1º (que contém um Anexo), os países signatários confirmam a adopção geral de uma taxa aduaneira de «5% efectivos *ad valorem*» a todos os artigos de importação, alterando o que tinha sido decidido em 1918 em Changai, devendo uma Comissão de Revisão da Pauta reunir-se em breve para efectuar essa revisão.

²¹⁵ MNE-ID, Assuntos Diversos - Docs. Confª Washington, Cx. 1.095.

²¹⁶ MNE, *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais Potências*, Nova Série, Vol. V, 1924-1925, Lisboa, IN-CM, 1976: 109-121 e 123-136.

Uma «Conferência especial será encarregada de adoptar imediatamente as providências necessárias no sentido de preparar a abolição, no mais breve prazo, dos *likins* bem como a realização de outras condições [...]» (artº 2º), na qual poderão participar outros países além dos signatários deste Tratado de Washington.

Futuramente, as revisões desta pauta geral serão feitas de sete em sete anos (artº 4º).

«É reconhecido o princípio da uniformidade dos direitos aduaneiros cobrados em todas as fronteiras terrestres e marítimas da China. [...]» (artº 6º).

E «até ao momento da entrada em vigor das providências previstas no artigo 2º, a taxa das licenças de trânsito será fixada em 2½% *ad valorem*.» (artº 7º).

Ambos os Tratados acabaram por ser assinados e ratificado por Portugal, sob a chancela do Presidente António José de Almeida e do chefe do governo Domingos Leite Pereira, a 24 de Maio de 1923.²¹⁷

Naturalmente, em sequência a estes debates, prolongam-se os processos de ratificação, demorados em alguns casos, como se vê pelos extractos de correspondência seguintes:

- No Verão de 1925 o nosso representante em Paris informa o MNE de que a França ainda não ratificou o Tratado de Washington mas que se prepara para o fazer em breve.²¹⁸

- O ministro dos Estrangeiros, Portugal Durão, informa Londres em 7 de Julho do mesmo ano que Portugal já ratificara em 1923 os dois tratados assinados em Washington.²¹⁹

- Segundo informação da Legação portuguesa em Washington, foram a 5 de Agosto de 1925 depositados os instrumentos de ratificação por parte de Portugal dos dois tratados relativos à China concluídos na Conferência de Washington, ficando portanto o nosso país obrigado ao seu cumprimento.²²⁰

Já evocámos também o facto de que, na sequência do desencadear da fase aguda da mobilização popular “anti-imperialista”, o governo legal da China ter neste mesmo Verão de 1925 convocado as previstas reuniões internacionais, com os mesmos países participantes, para terem lugar em Pekin no Outono próximo.

²¹⁷ MNE, *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais Potências*, Nova Série, Vol. V, 1924-1925, Lisboa, IN-CM, 1976: 123-136.

²¹⁸ Ver MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²¹⁹ Ver MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²²⁰ Ver MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

As reuniões de Pequim de 1925-26 sobre tarifas aduaneiras e extraterritorialidade

De facto, as trocas epistolares que seguem documentam essa fase de preparação de tão esperado e importante conclave diplomático:

- Ofício em Agosto de 1925 da nossa Legação em Pequim informa o MNE que o governo chinês vai propor a Conferência Aduaneira para se iniciar na sua capital a 15 de Outubro próximo (depois adiada para dia 26)²²¹, mas que afinal só começou a 29.

-O MNE português Vasco Borges continua a lidar com os diplomatas chineses em termos da mais delicada cortesia. Mas concorda com a proposta que os EUA irão levar à conferência aduaneira de Pequim em Outubro e aceitará conceder “plenos-poderes” aos negociadores.²²²

-E em Setembro regista-se uma intensa troca de notas diplomáticas, havendo diferenças de apreciação entre Londres e Washington. Mas os delegados portugueses são nomeados e credenciados: João António Bianchi, ministro plenipotenciário em Pequim; Manuel Ferreira da Rocha, antigo Ministro das Colónias e deputado por Macau; e o vice-almirante reformado Hugo de Lacerda Castelo Branco, director das obras do porto de Macau – todos mandatados pelo Presidente da República Manuel Teixeira Gomes e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Vasco Borges.²²³

-Telegrama cifrado de 16 de Outubro do MNE para a Legação em Washington informa que Portugal aceita conferência sobre Extraterritorialidade para 18 de Dezembro próximo, com o juiz Álvaro Correia Mendes²²⁴ como nosso representante.²²⁵

Mas, sinal da mesquinhez de certos processos burocráticos e das dificuldades orçamentais portuguesas, percebe-se que os nossos governantes perdem tempo a discutir conceder (ou não) ajudas de custo no valor de 35 patacas/dia ao almirante Hugo de Lacerda em Pequim.²²⁶ E, de facto, o caso tem prolongamentos, pois:

- Em data 27 de Dezembro, lê-se em telegrama do cônsul em Shangai para o governador de Macau: «Almirante Lacerda segue Hongkong terça feira Express Russia»²²⁷.

²²¹ Ver MNE-ID, Legação Pequim, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²²² Ver MNE-ID, Legação Pequim, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²²³ Ver MNE-ID, Legação Pequim, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²²⁴ Afinal, acabou por não ser este o nosso representante, como veremos já adiante.

²²⁵ Ver MNE-ID, Legação Pequim, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²²⁶ Ver MNE-ID, Legação Pequim, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²²⁷ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 5, S3 E126 P2 40.329.

- E num telegrama de 16 de Janeiro (de 1926) do governador de Macau para o Ministério das Colónias: «Ministro de Portugal em Pekim não pagou vencimentos vice-almirante conferência no total 5.633 patacas, como situação colónia não permite adiantamento quantia e vice-almirante solicita seu pagamento, peço V.Ex^a. obtenha Ministério dos Estrangeiros urgente remessa referida importância»²²⁸.

Nos dois conclaves de Pekim e no sentido do que já vinha sendo expresso anteriormente, as Potências lograram dar satisfação de princípio às instantes reclamações chinesas (ainda que em termos genéricos e com datas pouco precisas ou alongadas), ao mesmo tempo que obtinham promessas de abertura comercial e igualdade de tratamento para todas as nações estrangeiras. É do que se conseguiu apurar dos resultados dessas duas reuniões que em seguida procuramos dar conta.

Quanto à **reunião sobre as tarifas aduaneiras**, as autoridades oficiais de Pekim publicam no seu *The Economic Bulletin* (Vol. VII, nº 245 – October 31th, 1925) uma completa informação preparatória desta *Special Customs Conference*, repetindo os termos acordados em Washington e indicando a composição de todas as delegações, incluindo naturalmente a portuguesa.²²⁹ Porém, elas têm o cuidado de, desde logo, afirmar as dificuldades de um acordo: «*The scope of the Conference was extended by an Exchange of notes between China and the Powers; this year China's note, dated June 24, asked for the revision of the Treaties, and the Power's reply said inter alia that the signatories of the Washington treaty were "willing either at the conference (the Special Customs Conference) creat a subsequent time to consider and discuss any reasonable proposal that may be made by the Chinese governement for a revision of the treaties on the subject of tariff"*»²³⁰. E, com efeito, o certo é que os trabalhos da conferência ter-se-ão prolongado até Abril seguinte, mas sem que daí resultasse algum tratado ou acordo geral.

Segundo o relato feito por George A. Finch baseado em fontes directas da conferência da responsabilidade do *Department of State* (USA)²³¹, as oito Potências estrangeiras signatárias do Tratado de Washington²³² aceitaram a agenda proposta

²²⁸ MNE-ID, Legação Pekim, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

²²⁹ Ver: https://books.google.pt/books?id=JRAiAQAAMAAJ&pg=RA1-PA248&lpg=RA1-PA248&dq=special+conference+on+-chinese+customs+tariff&source=bl&ots=3LlqPHrYu5&sig=ACfU3U2j3LnU_1vspVu4a372u7So0NO2CA&hl=en&sa=X&ved=2ahUKEwioj9rTktfiAhVKr6QKHatBAmkQ6AEwDXoECAkQAQ#v=onepage&q=special%20conference%20on%20chinese%20customs%20tariff&f=false

²³⁰ *Ibidem*.

²³¹ George A. Finch, "The Chinese Customs Tariff Conference", *The American Journal of International Law*, Vol. 20, 1926: 124-127.

²³² Mais a Dinamarca, a Noruega, a Espanha e a Suécia, que tinham tratados bilaterais com a China sobre esta matéria.

pela China que se centrava em três pontos: A – assunção da plena autonomia tarifária pelo governo chinês e a abolição dos *likin*; B – medidas provisórias até ao cumprimento do anterior; C – assuntos específicos relacionados. Obviamente, o ponto A concentrou o mais importante dos debates. Como meio de pressão adicional, poucos dias antes, a 24 de Outubro, o governo chinês aprovou uma lei sobre tarifas alfandegárias que colocava num mínimo de 7,5% os direitos cobrados à importação de mercadorias, com um máximo que podia atingir 40% (e ainda mais, para artigos de luxo), sendo totalmente proibida a importação de sal e ópio, e só com licença especial a de armas e munições de guerra.

Em 19 de Novembro foi votada uma Resolução²³³ que consagrava as reivindicações chinesas inclusas no ponto A (e, parcialmente ao menos, também no ponto B): «*The contracting Powers other than China hereby recognize China's right to enjoy tariff autonomy, agree to remove the tariff restrictions which are contained in existing treaties between themselves and China, and consent to the going effect of the Chinese National Tariff Law January 1, 1929*»²³⁴. E o mesmo era dito sobre a simultânea abolição dos *likin*. Ou seja: estabelecia-se um período de três anos de transição para a plena autonomia aduaneira da China.²³⁵

Seria posteriormente o governo de Chiang Kai-Shek, em Nankin, vencedor (provisório) da guerra civil e reconhecido pelas Potências em 1928, a negociar com cada um daqueles países – com Portugal, logo nesse ano; com os Estados Unidos, a Inglaterra e outros em 1929; e com o Japão em 1930 –, e nos seus termos, as cláusulas do relacionamento económico externo para os anos seguintes.

No que diz respeito à reunião da **Comissão da Extraterritorialidade**, inicialmente marcada para arrancar os seus trabalhos em 18 de Dezembro, só se iniciou a 12 de Janeiro de 1926²³⁶ num salão do Palácio de Inverno com a presença de diplomatas representantes da China, Estados Unidos, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Espanha e Portugal (com João António de Bianchi, ministro da Legação em Peking, mas o secretário Luís Esteves Fernandes também participou em algumas sessões).

Esta Comissão de Extraterritorialidade deriva também de uma resolução adoptada na Conferência sobre a Limitação dos Armamentos em Washington na sessão plenária de 10 de Dezembro de 1921.

²³³ De valor jurídico bem inferior a um Acordo ou um Tratado.

²³⁴ Finch, *op. cit.*: 126.

²³⁵ Uma boa informação sobre estas discussões é-nos também dada por Hans van de Ven, *op. cit.*: 202-204.

²³⁶ Alegadamente por dificuldades de ligações ferroviárias, devido à guerra civil em curso.

Houve 21 sessões plenárias e a sessão final teve lugar a 16 de Setembro de 1926. Constituiu-se um *travelling committee* que viajou pela China a inquirir localmente. E, como habitualmente, produziu-se uma abundante documentação, com textos polí-copiados, em francês e em inglês, *strictly confidential*.

O Relatório Final inclui quatro Partes: I-Prática presente da extraterritorialidade; II-Leis e sistemas judicial e prisional na China; III-Administração da Justiça na China; e IV-Recomendações.

Nas Recomendações indica-se que o governo chinês deverá promulgar um extenso programa de novas leis, uniformes para todo o país, cobrindo os domínios do direito civil, comercial, criminal, bancário, sobre as falências financeiras, de patentes de invenção, de expropriações fundiárias e sobre o notariado público. Fazem-se também recomendações sobre os tribunais mistos, os poderes nacionais e extraterritoriais, a assistência judiciária e a fiscalidade. Este documento final foi assinado por todos os países participantes (incluindo a Suécia, ausente no início, 13 no total).

A delegação da China assinou o documento, mas eximindo-se do comprometimento com o conteúdo das 3 primeiras Partes e apresentando uma Declaração explicativa da sua posição, de 9 páginas²³⁷, onde contesta várias das apreciações feitas, em particular sobre: a jurisdição consular, os tribunais mistos (chineses-estrangeiros) e os julgamentos de cidadãos estrangeiros, as isenções fiscais e as “áreas especiais” (Concessões territoriais urbanas, territórios alugados, bairro diplomático em Pekin e corredores ferroviários).²³⁸

De notar ainda que um ofício do visconde de Alte para o MNE em 29 de Novembro de 1926 informa que «O Governo Americano publicou hoje aqui o relatório sobre a extraterritorialidade na China formulado pela Comissão instituída em resultado dos acordos concluídos na Conferência de Washington»²³⁹.

Ação diplomática em Londres e em Washington

O embaixador em Londres, o já general Norton de Matos, tomou posse em 1 de Julho de 1924 naquela que era a representação diplomática no estrangeiro mais importante para Portugal. Pela correspondência trocada, o Estado português mostra manter-se em estado de penúria económica, pois, um ano após a sua tomada de

²³⁷ Virá em 28.Abr.1928 a adicionar-lhe um outro Memorando de 7 páginas com idênticas e novas reservas.

²³⁸ Ver MNE-ID, Relatório final Comissão Extraterritorialidade, S13 E16 P5 82.920.

²³⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

posse, entre pedidos de empréstimos internacionais e medidas de contenção de despesa, vê-se o embaixador a reclamar melhores vencimentos e a fazer sugestões nesse sentido. Entretanto, revelando também a pequenez e a ineficiente burocracia nacionais, a correspondência entre a Embaixada e o MNE durante boa parte do ano de 1925 ocupa-se a discutir quem paga a deslocação feita a Londres pelo tenente Alfredo Moraes Sarmiento e três cavalos para participar em concursos hípicas²⁴⁰. Mas, talvez sobretudo o embaixador Norton de Matos estivesse ocupado em responder e rebater algumas das acusações de que Portugal era de novo alvo por causa do trabalho forçado em África, particularmente em Angola e S. Tomé²⁴¹, ele que conhecia bem a nossa realidade colonial naquela costa ocidental de África.

Eis duas amostras dessa correspondência com particular significado:

- Dois telegramas do MNE enviados a 25 de Junho de 1925 para embaixadores em Londres (e Washington): «Seria maior conveniência para nós conhecer orientação e resolução esse governo em face actual situação China [...]».²⁴²

- Ofício do *Foreign Office* de 18 de Agosto seguinte para Norton, respondendo a sondagem deste sobre que tipo de ajuda militar a Inglaterra poderia dar em caso de ataque a Macau: «[...] *In the event of Chinese aggression against the territory of their ancient ally [Portugal], His Majesty's Government would be particularly desirous of lending any aid in their powers but, as you will appreciate, such assistance would have to be subject to the protection of British interests [...]. At the present moment I fear that the British naval and military forces available are only just sufficient to meet the needs of the present situation [...]*»²⁴³.

Em 1926, depois de algumas referências à “crise bancária do Porto”²⁴⁴, chega a notícia temida pelo “republicano autêntico” que era Norton de Matos. Eis o texto do telegrama recebido de Lisboa a 30 de Maio: «Governo pediu demissão senhor Presidente República deseja Governo Nacional».²⁴⁵ É significativo que nos quatro grossos volumes das suas Memórias²⁴⁶, Norton de Matos não dedique uma só linha ao desempenho diplomático em Londres entre 1924 e 1926.

²⁴⁰ MNE-ID, Corresp. receb. de Legação Londres, Cx. 68, S16 E6 P5 86.810.

²⁴¹ Ver a documentação existente em MNE-ID, Legação Londres, Proc.º. K/6, Maço 162.

²⁴² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

²⁴³ MNE-ID, Legação Londres, Proc.º. K/6, Maço 162.

²⁴⁴ Caso do Banco Angola e Metrópole e da fraude de Alves dos Reis com notas falsas de 500\$00 fabricadas em Inglaterra, como se fossem emitidas pelo Banco de Portugal. Em Setembro de 1926, os navios *Adamastor*, *Carvalho Araújo* e *Gil Eanes*, regressados de comissões no ultramar, recebem ordem para entregar no Banco de Portugal as notas de 500\$00 que tinham a bordo (BCM-AH, Doc. Av. (CGA), nº 8.033).

²⁴⁵ MNE-ID, Corresp. receb. de Legação Londres, Cx. 68, S16 E6 P5 86.810.

²⁴⁶ *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa, Ed.º Marítimo-Colonial, 4 Vols., 1944-1945.

Na transição de mandatos de Norton para Garcia Rosado – dois militares prestigiados mas com opiniões políticas contrastantes – há ainda referência à aceitação por Portugal da lei sobre marcas de fábrica do governo de Pekin no Verão de 1926, processo que estava em curso já há tempo e que vem dar alguma satisfação às reivindicações da China²⁴⁷.

Mas, no plano orçamental português, o novo embaixador em Londres, nomeado em 5 de Julho de 1926, não encontra melhor situação do que Norton pois, num processo que se arrastava desde 1923, em 1927 ele está ainda em dificuldades para liquidar o pagamento do socorro prestado pelo navio inglês *Alba* ao contra-torpedeiro *Guadiana*, enquanto se negocia o empréstimo de 12 milhões de libras solicitado pelo pouco apto Ministro das Finanças general Sinel de Cordes²⁴⁸.

Em Washington, a acção diplomática portuguesa consiste principalmente em conhecer as posições e intenções da grande nação americana, como se vê nas duas comunicações seguintes, enviadas para Lisboa:

- Ofício do visconde de Alte, ministro plenipotenciário em Washington, em 24 de Setembro de 1924 relatando a entrevista tida com o Secretário de Estado norte-americano (Kellog), o qual frisou que «o único objectivo das forças americanas na China consiste em proteger os seus nacionais» mas que «os navios de guerra americanos, porém, não deixarão de responder ao fogo sempre que forem atacados». Não acreditava num «ataque geral contra o elemento estrangeiro porque estava ainda muito viva na mente dos chineses a recordação do resultado que tivera a insurreiçã dos boxers». Quanto a «se submeterem os navios de comércio estrangeiros aos novos regulamentos chineses relativos a buscas, etc., o comércio estrangeiro parecia preferir que se adoptasse essa norma de procedimento e, por isso, o Governo Americano não levantaria dificuldades contra esse regime»²⁴⁹.

- Ofício do nosso embaixador de 26 de Novembro do mesmo ano informando o MNE do «discurso que a 16 deste mês pronunciou sobre este assunto o senador Borah, advogando a não intervenção das potências nos negócios internos da China. O Senador Borah é, como se sabe, presidente da comissão de negócios externos do Senado, posição que lhe permite influir muito positivamente na direcção das relações internacionais do país»²⁵⁰.

²⁴⁷ Ver MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

²⁴⁸ Ver MNE-ID, Legação Londres, Cx. 68.

²⁴⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

²⁵⁰ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

3.2 AS AUTORIDADES DE MACAU

Já vinha de trás mas, com a simultânea queda dos regimes monárquicos em Portugal e na China, as dificuldades de governação da Província de Macau²⁵¹ ter-se-ão agravado, nos seus difíceis equilíbrios internos e externos, estes especialmente com as autoridades de Cantão e (muito mais fáceis) com o governador inglês de Hong-Kong,

Mas, ao longo da década de 1920, vamos verificar a existência de outros problemas, latentes ou circunstancialmente ampliados: tensões entre o governador e o Leal Senado; tensões com Governo em Lisboa (por via do Ministro das Colónias²⁵²); tensões pessoais entre alguns dos titulares destes cargos públicos; incidentes e episódicos casos de violência nas Portas do Cerco, nas águas limítrofes, pirataria e, sobretudo, o receio de que os graves conflitos civis e a repulsa “anti-imperialista” que grassavam em redor, na província de Kwangtung, se transpusessem para Macau – realisticamente indefensável face a um ataque militar em forma moderna –, comprometendo a soberania portuguesa no território. Essa parece ter sido a principal preocupação dos sucessivos governadores, seguindo provavelmente as instruções genéricas que receberiam do ministério em Lisboa. *A contrario*, pode talvez deduzir-se que as clivagens político-partidárias e ideológicas que tanto agitaram a sociedade portuguesa no período republicano – o “jacobinismo” do PRP, a questão religiosa, a participação na guerra e a questão social – não tiveram aqui grande importância, o que nem sempre foi o caso em outras parcelas do império colonial português.

Vejamos, em primeira aproximação, quem foram os homens que tiveram a seu cargo a governação do território no período que estamos analisando.

O capitão-tenente José Carlos da Maia – jovem idealista aureolado com o prestígio de “fundador da República”²⁵³ – foi governador de Macau a partir de 1914. Mas, parecendo contrariar a nossa afirmação anterior, um ofício de 21 de Junho de 1917 de Macau para o cônsul em Cantão informa que, tendo sido *exonerado*

²⁵¹ Assim designada na nossa legislação do século XIX e, a partir, de 1911, de forma aparentemente aleatória com a de Colónia de Macau, mais em concordância com a terminologia internacional então em uso.

²⁵² Um departamento governamental novo, ainda sem identidade própria e muito dependente do Exército e da Marinha, que lhe forneciam boa parte dos meios de actuação no terreno (não apenas militares, mas também de saúde, cartográficos, etc.) e a quase totalidade do pessoal superior da administração colonial.

²⁵³ Há uma tese de mestrado defendida na Escola Naval pela segundo-tenente Teresa Sofia de Abreu em 2012 subordinada ao tema: “José Carlos da Maia: um ‘mahanista’ na Primeira República (1878-1921)”.

por telegrama de Lisboa²⁵⁴ o comandante José Carlos da Maia, ficou o governo da colônia entregue a um Conselho de Governo composto pelo juiz da comarca Américo Botelho de Sousa, o oficial mais antigo, coronel Freire Garcia, e o secretário-geral do Governo, que assina.

Esta governação colectiva dura até 2 de Outubro de 1918, data em que tomou posse do cargo de Governador de Macau Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, um homem do território que voltaremos a encontrar uma década depois. Mas também foi transitória a sua administração, já que em 17 de Julho de 1919, assume interinamente o governo o tenente-coronel Joaquim Augusto dos Santos. Este era um oficial



16 – Capitão-tenente Henrique Correia da Silva, governador de Macau (1919-1922).

dos antigos quadros ultramarinos²⁵⁵, que faziam a sua carreira exclusivamente nesses territórios sem terem passado pelos bancos da Escola do Exército. É residente em Macau e voltará a fazer uma interinidade governativa em 1924-25, num período particularmente delicado, com um desempenho contestado.

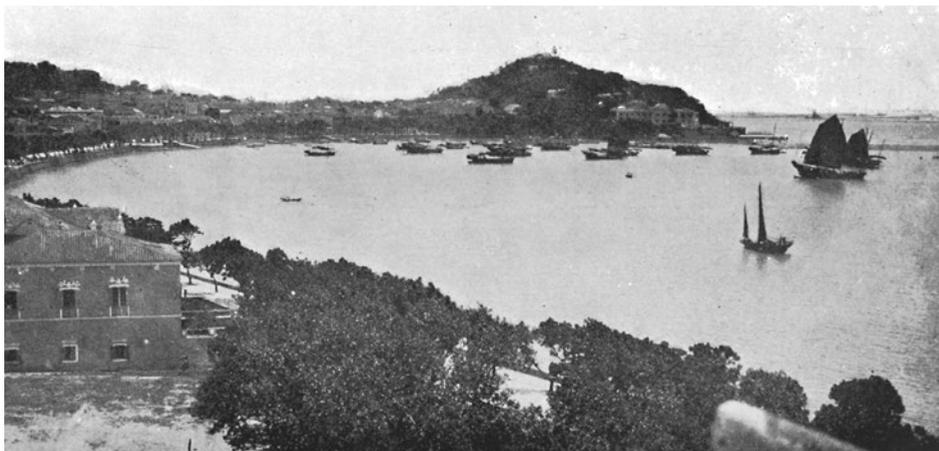
Sendo Cantão o interlocutor mais em face do governo de Macau, não somente as autoridades chinesas aí mandantes assumiam particular relevo para os portugueses, mas igualmente o nosso cônsul que ali representava os interesses nacionais funcionava como uma espécie de “ministro dos negócios estrangeiros” de Macau, sem todavia ter qualquer subordinação formal ao governador. Esta situação causou dificuldades quando as

personalidades em presença se entendiam menos bem ou eram atreitas a conflitos. Isto também explica porque, no âmbito da documentação arquivística conservada, possamos dispor de tanta e tão valiosa informação dessa proveniência.

É assim que, entre a correspondência dirigida ao cônsul-geral de Portugal em Cantão em Agosto de 1919, encontramos este ofício que dá conta da entrada em

²⁵⁴ Sublinhado nosso: estava-se num período em que governava Afonso Costa, contra cuja orientação se colocaria Carlos da Maia, que em seguida se envolverá com o consulado Sidonista.

²⁵⁵ Neste caso, do Extremo-Oriente: Macau e Timor.



17 – Macau, baía.

funções do novo governador, capitão-tenente Correia da Silva: «Tenho a honra de rogar a V.Ex^a a bondade de se dignar comunicar a S.Ex^{as} os Governadores Civil e Militar de Cantão que tomei hoje posse do cargo de Governador desta Província para que fui nomeado por Decreto de 12 de Abril do corrente ano. Peço ainda a V.Ex^a. que se digne transmitir ao Governo de Cantão que terei sempre o maior prazer em contribuir para que se mantenham as afectuosas relações que há tantos séculos ligam os nossos países. Saúde e Fraternidade. Palácio do Governo de Macau, 23 de Agosto de 1919»²⁵⁶, com assinatura autógrafa de Henrique Correia da Silva.

Em 28 e 29 de Maio de 1922 ocorrem graves perturbações da ordem pública em Macau, com prolongamentos para as semanas seguintes, que referiremos já adiante. Tendo ido o governador a Lisboa para consultas, assume no dia 21 de Maio a função de Encarregado do Governo o capitão-de-fragata Luís António de Magalhães Correia, chefe dos Serviços de Marinha, numa situação que se prolongará até ao fim do ano de 1922.

É só a 5 de Janeiro de 1923 que chega a Macau o novo Governador, Rodrigo José Rodrigues (capitão médico reformado, personalidade do PRP, antigo deputado e ministro), com consecutivo acto de posse perante o Conselho Executivo do Governo. Esta nova autoridade toma de imediato medidas de apaziguamento mas virá a prazo a desentender-se com outras personalidades marcantes da cidade.

De facto, em termos de efectividade, o seu mandato só dura um ano e meio, pois pode ler-se no *Boletim Oficial*: «Declaração – Joaquim Augusto dos Santos, coronel

²⁵⁶ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 290, Proc^o 12 e 311, S16 E59 P7 89.073.

do quadro de Macau e Timor, declara, para todos os efeitos legais, que, em conformidade com o decreto de 17 de Maio do corrente ano, publicado no *Boletim Oficial* nº 28, de 12 do corrente²⁵⁷, e por se ter ausentado da Colónia o Governador efectivo, Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo José dos Santos, tomou posse de Governador, interino, de Macau, em sessão de hoje do Conselho Executivo. Macau, 16 de Julho de 1924. O Governador Interino, Joaquim Augusto dos Santos, coronel²⁵⁸. Esta formulação, não inédita mas fugindo às normas protocolares da época, revela que o governador resolveu regressar a Lisboa em provável rotura com o coronel Joaquim dos Santos, que (vimos atrás) exercera já interinamente a governação em 1919, fora o Comandante Militar da Cidade no momento da crise de Maio do 1922 e exercerá em seguida as funções de Administrador do Concelho, com a polícia debaixo das suas ordens. Como se perceberá mais tarde em face do desaguizado mantido com o cônsul de Cantão, aquele seria um “militar de 2ª linha”, tendo passado toda a sua vida no Extremo-Oriente²⁵⁹ e quase certamente com compromissos e intrincados jogos de interesses com poderosos macaenses ou chineses do território que, como todos diziam correntemente, quase vivia só “do jogo e do tráfico do ópio”.

Este interim durou desde Maio de 1924 até Outubro de 1925, ou seja, um ano e três meses, um tempo bem maior do que era habitual para as vindas dos governadores coloniais à Metrópole para conferenciarem com o seu Ministro, geralmente para influir na atribuição das verbas orçamentais do ano seguinte – o que é sinal de gripagem nos relacionamentos políticos institucionais. E, entretanto, o governador Rodrigo Rodrigues esteve sempre em Lisboa, provavelmente mobilizando apoios partidários e também em choque com o ministro da tutela que era então o comandante Correia da Silva – que ele tinha ido substituir em Macau.

Com efeito, segundo os jornais de Lisboa, após o conhecimento público da sua demissão pelo ministro, por decreto de 30 de Maio, o assunto transplanta-se para o

²⁵⁷ O que não se confirma.

²⁵⁸ *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Suplemento ao nº 28/16.Jul.1924.

²⁵⁹ De acordo com a sua “nota de assentos”, apresenta uma biografia típica destes militares. Nasceu no Porto em 1867, perfilhado por Joaquim Tomé dos Santos. Alistou-se como voluntário no Batalhão de Caçadores 9 em 1884 (com 16 anos de idade), sabendo ler, escrever e contar. Em Novembro de 1884 é aprovado com distinção na classe de cabos da escola regimental; aprovado seguidamente no 1º e no 2º anos da classe de sargentos, é promovido a 1º sargento do Regimento de Infantaria do Ultramar, 3º batalhão. É promovido a alferes em 1890 e colocado na guarnição da província de Macau e Timor. Serviu neste último território até 1893, sendo louvado por acção em combate em Maubara e obtendo muitos outros louvores em Macau por desempenhos administrativos e policiais nas três décadas seguintes. Teve filhos em Macau, onde casou uma segunda vez com senhora de nome português mas dali natural. Foi feito comendador da Ordem Militar de Cristo nos anos 1920. Reformado em 1927, vive em Lisboa a partir de 1946, cidade onde faleceu em 1954 (AHU, MU-DGM-Proc. Milit. - J. A. Santos - 1J - 1092, Pasta 20, Proc. 7). Segundo o único registo seu existente no Arquivo Histórico Militar, foi feito oficial da Ordem de Avis em 1910, ainda pelo rei D.Manuel (PT/AHM/DIV/3/7/1216).

parlamento e para o congresso do PRP que tem lugar na mesma altura, em inícios de Junho de 1925. Na Câmara dos Deputados, no dia 5, Rodrigo Rodrigues é autorizado a explicar-se, defendendo-se de um rol de acusações: relativas à reabertura de um colégio católico (que emigrara para Hong-Kong com freiras-professoras e alunas macaenses) e em cujo edifício Correia da Silva instalara uma companhia de landins²⁶⁰; à sua tentativa de combater a corrupção mediante as ofertas ao governador e demais funcionários; ao bloqueio feito à construção de um hipódromo de corridas; etc. E, em resposta, o ministro Correia da Silva reafirma na Câmara as razões para tê-lo demitido: má administração dos dinheiros públicos, não acautelamento dos interesses do Estado nas obras do porto e péssimas relações com as autoridades estrangeiras vizinhas. A sessão nocturna do congresso do “partido democrático” do dia seguinte foi ainda mais agitada, e mesmo tumultosa por momentos, dado que os participantes estavam divididos acerca da questão e davam largas à sua veemência com «protestos e pateada de um lado da sala e aplausos do outro». Rodrigo Rodrigues puxou dos seus galões de bom republicano, com passagem pelas prisões e pelo ministério, aludindo subtilmente à origem aristocrática do seu contraditor. Mas o primeiro-ministro Vitorino Guimarães defendeu Correia da Silva como excelente republicano, companheiro de Cândido dos Reis. E Correia da Silva falou também para a militância e no plano da ética republicana: «Estranhou-se que houvesse um homem capaz de demitir um correligionário. Ah! Meus senhores! É porque vai muito diminuída a consciência e a noção do dever cívico na nossa terra». E o repórter continuou: «Uma ovação enorme coroou o discurso do Ministro das Colónias. O Sr. dr. Rodrigo Rodrigues prepara-se para falar. A assembleia manifesta-se ruidosamente. O Sr. Rodrigo Rodrigues é increpado por muitos. [...] Em resposta, vai falar o Sr. Correia da Silva. Renova-se o tumulto. [...]»²⁶¹. Eram assim animadas as assembleias partidárias daquela República.

Entretanto, o coronel Joaquim Augusto dos Santos, governador interino no período agudo da crise na China que se desencadeia no Verão de 1925, terá feito uma gestão política titubeante, receosa mas sem erros graves aparentes, tendo em conta a complexidade da situação e as óbvias dificuldades e ameaças que pairavam sobre o território de Macau.

Finalmente, este período terminou com a chegada a 18 de Outubro, a bordo do cruzador *República* desde Hong-Kong, do tenente-coronel Maia Magalhães, novo governador da Província e provavelmente oficial de uma outra estirpe. Porém, este acontecimento não deve ter sido do agrado do interino cessante, já que se passou

²⁶⁰ Soldados de Moçambique.

²⁶¹ *Diário de Notícias* (para a primeira citação) e *O Século* (para as seguintes), de 7.Jun.1925.

sem os anúncios e as honras cerimoniais de costume e apenas com uma notícia burocrática inserida em página interior do *Boletim Oficial* encimada por: «Secretaria do Leal Senado da Câmara - Auto de posse», onde se relata que tomou posse do cargo de Governador da Província de Macau o tenente-coronel do Corpo de Estado-Maior Manuel Maia Magalhães «em virtude da exoneração concedida por decreto de trinta de Maio último ao Excelentíssimo Senhor capitão médico reformado Rodrigo José Rodrigues», tendo comparecido a testemunhar o acto todo o funcionalismo (com o coronel Joaquim Augusto dos Santos à cabeça) e outras personalidades locais, como era hábito²⁶².

Isto parece mostrar que o Joaquim Augusto dos Santos teria exercido o cargo como coisa sua, tomando posse sem a mesma lhe ser conferida, não celebrando a



18 – Macau, Rua da Praia Grande.

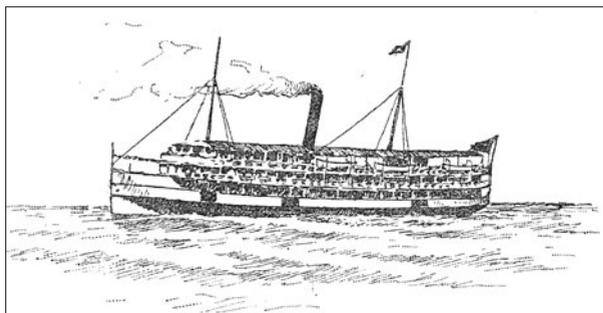
chegada do novo titular e não lhe fazendo entrega do cargo, como era usual. Entretanto, tinha feito antes anunciar em *Boletim Oficial* que, ele e sua Excelentíssima Esposa, “recebiam em sua residência” (quem os quisesse cumprimentar, supõe-se). O que dá sustentação a várias das acusações de que foi alvo por contemporâneos, como veremos adiante.

Não se esperaria outra coisa, mas é certo que, ocorrida em Lisboa a queda dos governos democráticos no Verão de 1926, o governador Maia Magalhães não tardou a ser substituído por decisão do novo titular da pasta das Colónias, o comandante João Belo. Com efeito, em ofício de 2 de Agosto do Governo de Macau informa-se o cônsul em Changai que «[...] tomei em 31 de Julho findo posse do cargo de Governador interino de Macau para que fui nomeado conforme a comunicação feita por telegrama de S.Ex.^a. o Ministro das Colónias, de 29 do mesmo mês. [...]», com assinatura autógrafa mas se percebe ser do vice-almirante Hugo de Carvalho Lacerda Castelo Branco, já reformado e que há vários anos ali presidia às Obras do Porto, em comissão civil, como bom engenheiro hidrógrafo que era²⁶³.

²⁶² *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, nº 43/24.Out.1925.

²⁶³ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 6, S3 E126 P2 40.330.

Finalmente (para o período que nos interessa), o governador de Macau que se seguiu – e que terá pacificado internamente as conflituosidades anteriormente manifestadas – foi Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, uma pessoa da terra que já havia estado à sua frente, fugazmente, em 1919, porém desta vez permanecendo nesse alto cargo desde 1926 até 1930. Será seguido em 1931 pelo capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Anselmo da Mata Oliveira²⁶⁴ – que duas décadas atrás ali comandara a canhoneira *Pátria* – mas apenas por alguns meses.



19 – Desenho do ferry de ligação entre Hong-Kong e Macau, 1910, por A. J. Pinto Basto.

neira *Pátria* – mas apenas por alguns meses.

Com efeito, em 18 de Novembro de 1930, o governador Tamagnini Barbosa informa publicamente que «enquanto durar a minha ausência» é nomeado como Encarregado do Governo para «resolução dos casos correntes da administração»

o bacharel João Pereira de Magalhães, Director dos Serviços de Administração Civil²⁶⁵, seguindo o governador no mesmo dia para Hong-Kong e norte da China. Como habitualmente, só a 30 de Março do ano seguinte chegou o novo governador, o capitão-de-fragata Joaquim Anselmo da Mata Oliveira, o qual tomou posse em sessão pública no Leal Senado da Câmara de Macau no mesmo dia²⁶⁶. Ignoramos as razões do seu tão curto mandato mas sabemos que em 13 de Agosto desse ano se deu uma «terrível explosão» no Paiol da Flora, provocando muitas vítimas. As portuguesas foram a enterrar no dia 14; as chinesas, no dia 17. De Lisboa, Hong-Kong, Dili, Cantão, etc., vieram telegramas de condolências endereçados ao governador Mata Oliveira²⁶⁷. E o certo é que, eufemisticamente «*com autorização de S.Ex.^a o Ministro das Colónias*» (agora Armindo Monteiro), se anuncia para o dia 15 de Outubro seguinte a sua partida para a Metrópole, embarcando no cruzador *Adamastor* *já a partir da «ponte nova do porto exterior»*²⁶⁸. E não mais voltou.

²⁶⁴ Foi rapidamente chamado a Lisboa para desempenhar funções no Estado-Maior Naval e vem a ser vice-almirante e Major-General da Armada em 1937-41.

²⁶⁵ Portaria n.º 544, *Boletim Oficial da Colónia de Macau* (bi-lingue), n.º 46/18.Nov.1930.

²⁶⁶ B.O.M., supl. n.º 13/30.Mar.1931. A acta da posse veio transcrita no B.O.M. n.º 14/4.Abr.1931.

²⁶⁷ B.O.M. n.º 33/15.Ago. e 34/22.Ago.1931.

²⁶⁸ B.O.M. supl. n.º 41/14.Out.1931.

Paralelamente a estas autoridades de governo, a sociedade civil de Macau, segmentada nas suas diversas componentes – macaenses, chineses residentes e portugueses da Europa, por um lado; nativos ricos e poderosos, funcionários públicos e as largamente maioritárias classes populares e trabalhadoras, por outro –, viveu durante este período de crise da China da maneira a que estava habituada e geralmente pacífica, à parte os incidentes de que vamos dar conta, com cada qual entregue aos seus negócios.

A melhor e quase única fonte que temos disponível para perceber esse pausado dinamismo da vida social em Macau é a imprensa, contudo muito escassa naquela época²⁶⁹. Compulsando o *Anuário de Macau* de 1925, podemos saber que o presidente do Leal Senado é Henrique Nolasco da Silva; que existe um Conselho Legislativo e um Conselho Executivo, junto do Governador; o Bispo de Macau é já D. José da Costa Nunes (à frente da sua diocese desde 1918); o Provedor da Santa Casa da Misericórdia é o general Fernando José Rodrigues (depois substituído pela incontornável figura do coronel Joaquim Augusto dos Santos); o Reitor do Liceu Central de Macau é o dr. Carlos Borges Delgado; o juiz de direito do Tribunal Judicial é o dr. Álvaro Correia Mendes e o Delegado do Procurador da República o dr. José Seíça Neto; o Chefe do Estado-Maior das forças terrestres é o tenente-coronel (do Corpo de Estado-Maior) Eduardo Ferreira Viana; o chefe dos serviços de saúde é o coronel médico José Morais Palha; o Director das Obras Públicas é o eng^o Adriano Trigo; o sr. Plínio Tinoco é o Director da Fazenda; e que há um Tribunal Privativo dos Chinas e uma Repartição do Expediente Sínico. Quanto à agência do Banco Nacional Ultramarino (gerente Manuel Monteiro Lopes), esta era uma instituição quase-regaliana, na medida em que detinha o monopólio da emissão monetária da moeda local, a *Pataca*.

Sabemos mais que o Recenseamento feito em 1920 deu para Macau uma população de 83.984 indivíduos residentes. E que a *hora legal* do território estava 8 horas em avanço sobre a da Metrópole (TMG). Por outro lado, a Pataca, manteve estabilidade cambial ao longo destes anos (pelo menos entre 1921 e 1927), sendo que, ao câmbio postal internacional, 1 Escudo valia 2 Patacas, e, ao câmbio oficial nacional, 1 Escudo era igual a 2,23 Patacas²⁷⁰. E as essenciais ligações marítimo-fluviais com

²⁶⁹ Servimo-nos aqui sobretudo de: *Anuário de Macau* («coordenado pelo governo da província», diversos anos da década de 1920); *Diário de Macau*, (dir. A. Moraes Sarmiento, 1925); *A Patria* (semanário, 1926); *The Macao Review* (mensário, dir. Henrique Nolasco da Silva, 1929-1930); e *Eco Macaense* (semanário, dir. Adolfo Jorge, 1931).

²⁷⁰ Em 1925, segundo o *Diário de Macau*, 1 Libra esterlina (em notas) valia 95\$50 Escudos em Lisboa; e 1 Libra de Hong-Kong valia \$8,5 Patacas e 11\$43 Escudos.

as duas grandes cidades vizinhas eram asseguradas por empresas estrangeiras, com 3 vapores diários entre Macau e Hong-Kong, em cada sentido (em 4 horas de viagem); e 1 vapor diário entre Macau e Cantão, em cada sentido, com 8 horas de viagem. Nas ruas da cidade «do Santo Nome de Deus», cada “corrida” em *rikchaw* custava 10 «avos» (fracção da Pataca), um preço que era tabelado pelo governo de Macau.

No que respeita à actividade económica, entre muitos outros pequenos ou pequeníssimos estabelecimentos, encontramos, por exemplo, as seguintes firmas: Tong Tak (banco china); Po Hang (cambista); Li Long (penhores); Sang Nguin (estaleiros de construção); Há Fong Ki (construção civil); Green Island Ciment, gerente T. Arnott (fábrica de cimento); Nam Heng (*idem* cal); Vo Lei (*idem* tijolos); Song Li (*idem* vidros); Cam Mi (*idem* ferrarias); Sol Eléctrico, gerente Ieng Pui Tong (instalações e venda de material); New Macao Hotel, gerente Kuang Iek Chau (hotelaria); Auto-omnibus de Macau, de Choi Chong Nam (transportes urbanos); Garage Macau, de Henrique Nolasco da Silva (aluguer e reparação de automóveis); Luz & Comp^a de Marcelino da Luz (*idem*); Sin Sin & C^a (grandes armazens); Farmácia Moderna de Jorge & C^a (sita na Av. Almeida Ribeiro); Vinhos do Porto Ferreirinha - Único agente F. Rodrigues (também na Av. Almeida Ribeiro); Sang Vo (carvões); Chou Iec (fábrica de panchões); Leong Kei (fábrica de tabaco); Fok Gheong (curtumes); Tong Seng (tipografia); Hi Ki Iong (fábrica de conservas); Hi Heng (azeite e jagra); Man Hin (descasque e venda por grosso de arroz); Tak on (carnes secas); Sou Seng (mercearias); etc.

Apesar de todas as limitações e para além da vida económica, pela imprensa igualmente podemos perceber a actividade litúrgica, missionária, educativa e assistencial da Igreja Católica (com o seu hospital de S. Rafael, apontado como o mais antigo do Extremo-Oriente, mais os orfanatos e os colégios, ombreando com as Escolas da República e os colégios inglês e chinês também ali existentes, além da escola comercial ‘Pedro Nolasco’), o entusiasmo com que foi recebido o aeroplano de Brito Pais e Sarmiento de Beires no termo da sua viagem aérea desde Lisboa em 1924 (altura em que também se inaugurou a estação de rádio de Macau), o Cinematógrafo ‘Victoria’, a prática de modalidades desportivas divulgadas sobretudo pelos ingleses (*lawn-tennis*, *football*, remo, badminton, bilhar, etc.), o Clube de Macau (cujo presidente era Luís Nolasco da Silva) e outros divertimentos (como as corridas de cavalos), quase sempre ligados ao negócio das apostas, de que os casinos e os jogos-de-azar constituíam os sinais mais (ou menos) visíveis. Pouco tempo depois, em artigo do seu director, escreve-se num jornal local: «Sabemos que, por ora, Macau não pode prescindir das receitas provenientes do ópio e dos

exclusivos do Fantan e das Loterias. [...] Não podia, pois, legalmente, a companhia concessionária do Fantan explorar quaisquer destes jogos acima indicados [*pai-cau*, *minhon* ou *ngau-chin* e outros semelhantes jogos de dados] e que foram expressamente proibidos. Porque, então, se permitiu que no quinto andar do Hotel Central se instalasse um jogo com a designação sofismada de *Cu-sec*, que é no fundo e realmente um autêntico amálgama de jogo de dados conhecido por *clú-clú*, e da roleta do jogo de azar europeu?!...»²⁷¹.

Alguns turistas se faziam já também entre Cantão, Hong-Kong e Macau (que, além do jogo, possuía vários hotéis e alguns sítios de interesse histórico) e uma «Exposição Industrial e Feira de Macau» teve lugar (pelo menos) em 1926²⁷² com o apoio da



20 – Macau, Obras Públicas: reservatório de água na colina da Guia.

Câmara Municipal (o Leal Senado, a que presidia em 1928 o Sr. Francisco Anacleto da Silva). Talvez que os festejos rituais e “procissões” chinesas constituíssem um atractivo exótico para esses turistas e para os funcionários “metropolitanos”. Mas as inaugurações das Obras Públicas – vide o novo reservatório de água na colina da Guia – eram

sempre um bom pretexto para especiais celebrações, que se acrescentavam às festas chinesas tradicionais (Ano Novo, etc.), mesmo fora do território português: é o caso em 1929 quando da abertura solene da «*the Macao-Shekki Highway*» na histórica povoação muralhada de Chin Shan, com a presença das autoridades chinesas do Kwangtung e os governadores de Hong-Kong e Macau, e a «senhora de Tamagnini Barbosa»²⁷³.

Na década de 1920 a economia de Macau não terá sofrido alterações de vulto, tal como a administração financeira deste território colonial. O comandante Freitas

²⁷¹ Adolfo Jorge, “Macau: Monte-Carlo do Oriente...?”, *Eco Macaense*, nº 2/10.Out.1931.

²⁷² Veja-se, por exemplo, o número especial do jornal *A Pátria* de 7.Nov.1926, dedicado ao evento desse ano, ilustrado e com artigos assinados pelo almirante Hugo de Lacerda (“O progresso de Macau”, onde fala do novo porto) e do comandante Jaime do Inso (“A colónia de Macau”, relembrando diversos factos históricos).

²⁷³ Ver *The Macao Review*, nº 4/Março.1930.



21 – Macau, procissão chinesa.

Morna, quando visita o território em 1927, repete o que era costume dizer-se: «Macau, como se sabe, vive do jogo e do ópio. Não tem indústrias dignas desse nome e nada produz»²⁷⁴. Mas, na terra, havia esperanças de um desenvolvimento económico mais significativo, apesar das incertezas que pairavam sobre toda a região. Uma personalidade local de relevo, Henrique Nolasco da Silva, escreverá para a Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português em 1936: «Tendo nós uma colónia nossa encravada na vasta e rica China [...] podemos estabelecer as leis e regulamentos que convierem aos nossos interesses. As nossas mercadorias vindas da Europa ou de outras colónias podem aqui ser armazenadas relativamente com pequeno dispêndio». E, quanto aos processos a adoptar, refere «a consecução de acordos sobre as pautas aduaneiras com os diversos países do Extremo Oriente, sobretudo com a China e com o Governo Britânico, a propaganda intensa e bem orientada dos produtos portugueses em todas as cidades principais do Extremo Oriente, e o estabelecimento de agências sérias que se dediquem devotadamente à distribuição de produtos portugueses»²⁷⁵.

Mas passamos agora a referenciar os momentos menos calmos e mais turbulentos que afligiram a colónia.

²⁷⁴ Morna, *op. cit.*: 77.

²⁷⁵ Silva, *Macau entreposto comercial...*, 1936: 3-4.

Tensão em Macau

Em Setembro de 1921 tinha já ocorrido um incidente, com os consequentes atritos no relacionamento entre a governação de Macau e as autoridades da China. Fora o caso de uma embarcação com chineses armados terem desembarcado na ilha da Lapa onde se entrincheiraram e fizeram fogo sobre uma nossa lancha da polícia marítima matando dois homens e ferindo quatro, o que originou forte reclamação do governo de Macau às autoridades civis de Cantão e jogo de passa-culpas entre estas e Pekin. O episódico Ministro das Colónias Manuel Ferreira Rocha²⁷⁶ dá então uma entrevista ao jornal *O Século*²⁷⁷, falando da indefinição das águas territoriais e de fronteira, questão que pode agravar-se com as obras do porto, embora julgue que o novo porto artificial, exterior, evitará mais querelas.

Porém, é em **Mai de 1922** que ocorrem em Macau acontecimentos de gravidade que põem em dificuldade as relações entre este governo colonial e as autoridades de Cantão.

Retrocedamos, porém, aos últimos dias de mandato presencial do comandante Correia da Silva. O governador terá embarcado para Hong-Kong a 21 de Maio, com destino a Lisboa. Como era frequente mas denotava talvez a ideia de um adeus definitivo, Correia da Silva louva em finais de Abril o major António Guimarães Lobato «pela forma como vem desempenhando o cargo de comandante militar da Taipa e Coloane»²⁷⁸; e nas vésperas da sua saída, separadamente, o capitão dos portos capitão-de-fragata Magalhães Correia, o almirante Hugo de Lacerda, o engenheiro director das Obras Públicas, o capitão Walter Lima, chefe dos Serviços Militares da província, «especialmente por ocasião da grave emergência que esta colónia atravessou em Setembro do último ano» [i. e., em 1921]; mais ainda o secretário do Governo, o oficial médico «chefe dos Serviços de Saúde da Província», o capitão Cabaço «administrador do concelho e comissário de polícia», o tenente-coronel reformado José Marques (encarregado da elaboração de «valiosos estudos de documentação histórica e diplomática») e o funcionário Paulino Silva, que desde há muito servia na Repartição do Gabinete do Governo²⁷⁹. Estes agradecimentos públicos ao funcionalismo superior eram habituais em final de mandato.

Mas já é uma novidade que, nesses últimos dias, o governador tenha aprovado, em Portarias separadas com data de 19 de Maio, a criação dos Grémios de Operários

²⁷⁶ Ao tempo segundo-tenente de administração naval, depois promovido a capitão-tenente e passado ao quadro ultramarino, com longa permanência em Macau.

²⁷⁷ Dias 23 e 24 de Setembro de 1921.

²⁷⁸ *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, nº 16/22.Abr.1922.

²⁷⁹ *Boletim Oficial*, nº 20/20.Mai.1922.

Sapateiros, de Operários Fabricantes de Vinho, de Empreiteiros e Operários de Construções, de Operários Pedreiros, de Operários Pintores, de Operários Fabricantes de Panchões, de Operários Fabricantes de Conservas, de Operários Fabricantes de Pivetes, de Operários Tipógrafos, de Empregados das Lojas de Carnes Verdes, do Grémio de Magarefes de Porco, e dos Operários das Firmas Fabricantes e Negociadores de Achares (doze, no total)²⁸⁰. Também pode ter algum significado a nomeação, na mesma data, de uma comissão presidida pelo «coronel do quadro de Macau Joaquim Augusto dos Santos» para «rever o regulamento para o comércio de armas, munições e explosivos e indústria de fogo de artifício [...] e em especial para estudar a forma de exercer a mais eficaz fiscalização sobre o fornecimento de armas e munições a embarcações de pesca e a particulares»²⁸¹. Temer-se-ia alguma alteração à ordem pública ou haveria informações comprometedoras da segurança do território?

Em qualquer caso, Correia da Silva confirma uma já sua anterior decisão, estabelecendo que, «devido ausentar-me amanhã da Colónia [ou seja, no dia 21], a fim de ir conferenciar com S.Ex^a. o Ministro das Colónias sobre assuntos da administração da Província, nomeio para me ficar substituindo» o capitão dos portos Magalhães Correia²⁸².

A 28 e 29 dão-se os tais episódios de violência com multidões nas ruas. E logo, como Encarregado do Governo, este último assina a Portaria n.º 233, do seguinte teor: «Estando, desde ontem, a passar-se nesta Colónia factos de natureza extremamente grave, que atentam não só contra a dignidade da soberania nacional e do prestígio das autoridades, mas contra a segurança da própria população e que mais se acentuaram na manhã de hoje; [...] O Encarregado do Governo da Província de Macau, com o voto unânime do Conselho Executivo, [...] declara, pelo prazo de 8 dias a contar desta data, o estado de sítio em todo o território desta Província, com suspensão de todas as garantias constitucionais ficando o Comando Militar da cidade de Macau entregue ao coronel do quadro de Macau e Timor Joaquim Augusto dos Santos»²⁸³.

E este último, na mesma data, faz uma «Proclamação», inserida no mesmo impresso, onde diz que «fica todo o território da Província entregue exclusivamente ao poder militar», enunciando várias regras entre as quais as seguintes: «É expressamente proibido lançar panchões; Todo o trânsito de pessoas e veículos na via pública fica suspenso desde as 19 horas até às 7 horas [...]; É expressamente proibida a saída da Colónia de quaisquer mantimentos, géneros ou artigos indispensáveis à alimentação

²⁸⁰ *Boletim Oficial*, n.º 21/27.Mai.1922.

²⁸¹ Portaria n.º 224, publicada no *Boletim Oficial*, n.º 20/20.Mai.1922.

²⁸² Portaria n.º 225, de 20 de Maio, publicada no *Boletim Oficial*, n.º 21/27.Mai.1922

²⁸³ *Boletim Oficial*, Suplemento ao n.º 21/29.Mai.1922.

pública; Serão reprimidas pelas armas quaisquer assaltos ou tentativas de assaltos a toda e qualquer propriedade; A entrada e saída de estrangeiros em Macau será devidamente fiscalizada; Todos os contraventores deste edital serão presos e punidos com o maior rigor»²⁸⁴.

No dia seguinte, esta autoridade militar extraordinária faz um 2º edital onde convoca «todos os cidadãos portugueses válidos a apresentar-se imediatamente no Quartel-General do Corpo de Voluntários a fim de serem mobilizados para o serviço do Governo»²⁸⁵.

A 31 de Maio surge nova edição especial do *Boletim* contendo a Portaria ° 234 datada da véspera e assinada pelo Governador Correia da Silva – o que leva a crer que o mesmo,



22 – Macau, Liceu Central.

perante a gravidade dos acontecimentos, terá regressado de urgência de Hong-Kong, onde aguardava pacote para a Europa. Nesta Portaria «são mandadas encerrar e consideradas imediatamente dissolvidas todas as associações de classe que tenham existência de facto nesta Colónia e cujos estatutos não estejam aprovados [... ou] hajam tomado parte ou

tenham responsabilidade directa ou indirecta nos acontecimentos [...]»²⁸⁶.

No dia 3 de Junho Correia da Silva envia ainda de Macau um longo ofício ao cônsul-geral de Portugal em Cantão²⁸⁷ onde expõe detalhadamente o sucedido, com pedido de que isso seja explicado às autoridades regionais da China sediadas naquela cidade. Neste documento, refutando as acusações chinesas (de mais de dez mortos e uma centena de feridos, pelo fogo de armas portuguesas, quando tudo teria começado com uma rixa, por soldados terem abusado de mulheres chinas), o governador afirma que o ocorrido em Macau a 28 e 29 de Maio «foi uma grave insurreição, com o mais desmedido desrespeito pelas autoridades e pelas leis, insurreição que foi pacientemente suportada durante 18 horas seguidas em que foram empregados todos os meios

²⁸⁴ *Boletim Oficial*, Supl. n° 21/29.Mai.1922.

²⁸⁵ *Boletim Oficial*, 2º Supl. n° 21/30.Mai.1922.

²⁸⁶ *Boletim Oficial*, 3º Supl. n° 21/31.Mai.1922.

²⁸⁷ Ofício que foi publicado e distribuído como se fora mais um suplemento ao *Boletim Oficial*.

suasórios [...] tornando-se, ao fim de tão longo período [...] e ante o perigo iminente em que estava a força militar de ser esmagada pela própria massa de rebeldes e ante o enxovalho máximo e a tentativa de assassinato de um oficial da própria força, indispensável, o uso das armas de fogo»²⁸⁸.

O governador reconhece e lamenta as vítimas, mas não refere quaisquer números quanto a baixas humanas, sendo por isso admissíveis, em ordem de grandeza, a dezena de mortos e a centena de feridos referidas pelos chineses. Também estas explicações deixam no vazio a razão porque, se se tratava de um episódico caso de violência inter-comunitária²⁸⁹ que havia degenerado em motim urbano, as autoridades de Macau logo proibiram as associações operárias (algumas delas, aliás, como vimos, acabadas



23 – Macau, Escola da República, na Taipa.

de reconhecer, após um “1º de Maio” sem incidentes), admitindo implicitamente a sua activa participação nas violências²⁹⁰. É certo que, além das invectivas, pedradas, agressões físicas, derrubamento de *ricksaws*, tentativas de lançamento ao mar (de europeus) e eventuais tiros de pistola (de que também houve notícia), se verificaram acções de bloqueio da actividade do porto, impedindo atracações e embarques no *ferry* para Hong-Kong, e sobretudo uma situação de cerco prolongado com ameaça de assalto ao posto de polícia onde estava detido um indivíduo chinês, por milhares de populares amotinados. Só suspeitas fundadas de envolvimento organizado daqueles grêmios operários na revolta e sua intencionalidade anti-patronal ou anti-estrangeiros poderiam justificar essas medidas de repressão político-social.

Correia da Silva terá voltado rapidamente a Hong-Kong para não perder uma ligação marítima para a Europa mas a 5 de Junho «é levantado o estado de sítio com a suspensão total das garantias» e posto em vigor, até dia 19, um regime de «suspensão

²⁸⁸ Documento supra, firmado no Palácio do Governo em Macau em 3 de Junho de 1922.

²⁸⁹ Os soldados envolvidos na alteração inicial, com prostitutas, eram landins da Companhia de Infantaria Indígena que habitualmente ali prestava serviço.

²⁹⁰ Houve, pelo menos, um soldado moçambicano morto.

parcial das garantias constitucionais para o efeito do atendimento das necessidades de abastecimento da população e de regular execução dos serviços públicos»²⁹¹. Isto permite que se mantenha em funções o Comandante Militar da Cidade (o coronel Joaquim Augusto dos Santos) que, entre outras medidas para garantir o abastecimento público²⁹², ameaça que «serão rigorosamente punidos todos os indivíduos que, por ameaças ou por qualquer outra forma, coajam os residentes pacíficos desta Colónia a abandoná-la ou impeçam os trabalhadores ou comerciantes de, livre e honestamente, exercerem as suas profissões» – isto é, que coajam terceiros ao abandono, ao boicote ou à greve, e determina que «a policia secreta proceda às mais activas diligências para que as disposições deste Edital sejam imediata e rigorosamente cumpridas»²⁹³.

Em 19 de Junho ainda se prorroga por mais 8 dias «o estado de sítio apenas com suspensão parcial das garantias constitucionais»²⁹⁴.

Finalmente o Encarregado do Governo Magalhães Correia restabelece «todas as garantias constitucionais» a partir de 28 de Junho²⁹⁵. Tudo terá voltado então à normalidade. Mas havia sido um mês de grande tensão, inclusive com as autoridades chinesas de Cantão, que começaram por exigir: um pedido formal de desculpas; castigo dos oficiais e praças, documentalmente comprovado; indemnização às famílias das vítimas; retirada dos soldados africanos de Macau; encerramento das casas de jogo. Com excepção do último ponto, este caderno de exigências tornar-se-ia um padrão para os conflitos agudos da China com os estrangeiros a partir de 1924.



24 – Macau, Escola Chinesa.

²⁹¹ Portaria n.º 239, *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Supl. n.º 22/5.Jun.1922.

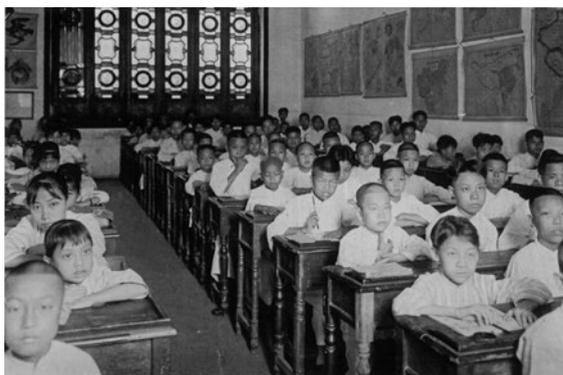
²⁹² Foi também criada uma Comissão de Abastecimento que utilizou algumas padarias “mobilizadas militarmente” e assegurou a vinda de Hong-Kong de batatas, hortaliças, frutas, etc. Mas parece não ter havido ameaças de corte no abastecimento de água, como se verificará anos mais tarde.

²⁹³ Edital n.º 9 do Quartel-General da Província de Macau publicado no *Boletim Oficial*, n.º 23/10.Jun.1922.

²⁹⁴ Portaria n.º 251, *Boletim Oficial*, Supl. n.º 24/19.Jun.1922.

²⁹⁵ Portaria n.º 253, *Boletim Oficial*, Supl. n.º 25/27.Jun.1922.

Como vimos, o governo da colónia deu a Cantão as explicações devidas mas, perante a greve geral que durante duas semanas paralisou Macau e reclamações que considerou violarem o seu estatuto de soberania, proibiu a actividade das associações operárias. Porém, Lisboa resolveu ceder de outra forma, sem se vergar àquelas reclamações mas dando uma satisfação às exigências chinesas: substituiu o governador (ou ele não quis continuar).



25 – Macau, crianças do *Macao English College*.

Com a chegada do novo governador, Rodrigo José Rodrigues, em Janeiro de 1923, a vida oficial em Macau retoma a sua normalidade, até porque esta autoridade aposta (ao menos inicialmente) numa política de algum apaziguamento. Como habitualmente, um convite é feito à população para assistir ao desembarque

do novo Governador e consecutivo acto de posse perante o Conselho Executivo, a 5 de Janeiro de 1923.²⁹⁶ Logo após, o Administrador do Concelho passa a ser o coronel Joaquim Augusto dos Santos, e Magalhães Correia volta ao seu cargo de capitão dos portos.

As primeiras medidas são tomadas alguns dias depois, certamente após a transmissão de *dossiers* e um período de consultas. Se pela Portaria nº 18 de 22 de Janeiro se proibem «manifestações políticas, cortejos, etc. na via e lugares públicos [...] para que o espírito tradicionalmente hospitaleiro desta cidade se restabeça e seja a todos garantido»²⁹⁷, já no dia seguinte a Portaria nº 19 (de 23 de Janeiro) revela



26 – Macau. Orfanato, aprendizes de tipografia.

²⁹⁶ Ver *Boletim Oficial*, Supl. Nº 1 /4.Jan.1923

²⁹⁷ *Boletim Oficial*, Supl. Nº 3/25.Jan.1923.

outras intenções, como se entende das suas primeiras frases: «Tendo tomado posse do exercício do governo de Macau e conhecido pormenorizadamente as lamentáveis ocorrências que criaram uma tensão do espírito público que, felizmente e para o bem de todos, se vai desvanecendo, com o desejo por todos manifestado de fazer sobre os factos dolorosos perpétuo esquecimento [...]».

O governador fala depois em «benevolência e tolerância», de que deu prova «o Congresso da República Portuguesa decretando uma amnistia sobre factos graves». Enfatiza que «a República Portuguesa, sendo uma democracia, vive da harmonia de todas as classes activas que a constituem». Considerando que «não há razão de qual-

quer espécie e para que entre Portugal e a China, representada pelos seus filhos, se [não] restabeleça uma harmonia que por séculos tem havido [...]», com «Macau [...] sempre campo neutro a todas as divergências de crença e opinião [...]», e outras expressões emocionais equivalentes – em tais termos, o Governador



27 – Macau. Hospital da Misericórdia, enfermaria de mulheres.

«determina que, para o perpétuo esquecimento dos lamentáveis conflitos sociais ocorridos:

1º Se lhe não faça mais referência nos documentos administrativos;

2º Que, pela Administração do Concelho, seja permitida a abertura de todas as associações desde que, dentro do prazo de trinta dias, regularizem os seus estatutos com a lei, findo o qual não serão permitidas;

3º Que na cidade seja permitida a residência e garantias de segurança a todos que dela se afastaram como implicados directa ou indirectamente nos motins ocorridos;

4º Que nos serviços públicos sejam readmitidos os operários que pelo mesmo motivo foram deles despedidos não se devendo registar qualquer falta nos seus cadastros»²⁹⁸.

²⁹⁸ *Boletim Oficial*, Supl. Nº 3/25.Jan.1923.

Defesa militar

Depois dos acontecimentos de 1922, a guarnição militar de Macau terá sido um pouco reforçada, nomeadamente com mais uma força de artilharia.

Com efeito, lê-se numa nota do MNE (Vasco Borges) para Norton de Matos em Londres, a 23 de Outubro de 1925: «[...] Está o Governo convencido da necessidade iniludível de não nos isolarmos das outras nações, que num entendimento comum reclamam da China o termo das desordens naquele país, e nessa convicção é confirmado pelas opiniões das autoridades superiores de Macau, entre elas o comandante das forças navais. Devem as nossas forças cooperar com as daquelas nações, desde o bloqueio das águas de acesso a Cantão, em que muito se tem falado, até à repressão eventual dos ataques pelas forças chinesas, se a esse ponto se chegar. [...]».

Fala-se depois da necessidade de um plano comum de defesa para Macau e Hong-Kong, considerando também «a eventualidade de actos de hostilidade contra alguma destas duas colónias provindo do exterior ou de sublevações internas, especialmente de Macau, cuja posição geográfica a coloca numa posição particularmente de perigo. Com uma fronteira terrestre com a China e, do outro lado do porto interior, com a ilha da Lapa, na posse dos chineses, que já aí tomaram providências de carácter militar bastante suspeitas, Macau está exposta a um ataque súbito. Se forças inimigas numericamente muito superiores às nossas e que os chefes chineses podem rapidamente reunir conseguissem apoderar-se de Macau, seria um desastre terrível para nós, mas sê-lo-ia também para as nações congregadas num entendimento de defesa contra a China, pela repercussão que teria em todo o antigo império do Meio, dando grande alento aos combatentes chineses e aos políticos que os dirigem. [...]»²⁹⁹. E em anexo a esta nota segue uma relação das unidades que compõem a guarnição de Macau.

Em 1925, no início da crise chinesa, a pedido do embaixador Norton de Matos «para informar Governo inglês forças terra e mar temos em Macau e quais vão a caminho», um telegrama dos Negócios Estrangeiros (repetindo a informação recebida do Ministério das Colónias) em data de 28 de Junho informa: «Está a caminho, partindo hoje, cruzador *República*. Aprontando para sair dentro de 6 dias transporte *Gil Eanes* conduzindo 240 homens para completar os efectivos que faltam na guarnição. Foi ordem para seguir com toda a urgência de Moçambique 1 companhia de infantaria indígena (cerca de 200 soldados).» E, segundo informação do respectivo governador, o MNE completa: «[...] estão Macau seguintes forças: Uma companhia infantaria europeia e outra indígena Moçambique, ambas incompletas, o efectivo completo de

²⁹⁹ MNE-ID, Legação Londres, Proc.º. K/6, Maço 162.

cada uma é cerca de duzentas praças. Uma companhia metralhadoras. Uma bateria artilharia *Canet 75*[mm] com quatro peças campanha. Há seis peças campanha japonesas. Uma companhia artilharia guarnição nas fortalezas. Canhoneira *Pátria*, lancha-canhoneira *Macau*, algumas pequenas lanchas e motores armados. [...]». E em novo telegrama do MNE do dia 29: «Aditamento meu telegrama 88 há mais em Macau uma companhia infantaria de índios³⁰⁰»³⁰¹. Finalmente, em 14 de Outubro, o Ministério das Colónias informa que em Macau, além da tropa (cerca de 700 homens, e da polícia civil armada, com cerca de 400), existe também um Corpo de Voluntários, instruído e organizado militarmente (que era uma solução corrente na época).³⁰²

Provocações, incidentes e alguma desorientação na colónia, na fase aguda da crise

Passamos de seguida em revista algumas das comunicações trocadas entre as autoridades portuguesas relativas à segurança do enclave de Macau, tornando-se as inquietações mais concretas a partir do Verão de **1925**.

- Telegrama do Ministério das Colónias para o governador de Macau em 2 de Julho deste ano informa que a companhia indígena que seguirá de Moçambique irá render a 46^a que se encontra em Macau, e esta poderá retornar à África oriental no *Gil Eanes*, quando julgada já desnecessária. E diz que as despesas deste navio e do *República* serão por sua conta, e não pela colónia de Macau.³⁰³

- Telegrama de 16 de Julho seguinte do governador para o Ministério das Colónias diz: «Macau continua sossego por enquanto mas vapores da Carreira Hong-Kong todos parados continuando pressão sobre trabalhadores para declararem greve, por enquanto sem resultado»³⁰⁴.

- Telegrama de Macau em 13 de Novembro do mesmo ano para o Ministério de tutela: «comunistas vermelhos novamente dominam Sul China incluindo proximidades Macau espírito altamente agressivo estrangeiros. Prestígio país defesa seus interesses maior vantagem permanência cruzador *República* Oriente valioso serviço soberania [...]»³⁰⁵.

³⁰⁰ Muitas vezes designavam assim os indianos. Mas aqui é provável que seja lapso e se tratasse antes de uma tropa indígena de Moçambique que com frequência prestaram serviço no Oriente e eventualmente tivesse sido transferida de Goa – a não ser que se tratasse de uma força policial recrutada na Índia.

³⁰¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

³⁰² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

³⁰³ Ver MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

³⁰⁴ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

³⁰⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

Ao longo do ano de **1926** as ameaças agudizam-se, como se percebe pelas mensagens seguintes:

- Telegrama de 17 de Abril do governador para o seu ministro: «Comunico V.Ex.^a. há cerca um mês grupo grevistas chineses armados tem estado postados zona neutra norte Porta Cerco junto fronteira provocando soldados portugueses dificultando entrada Macau generos pessoas tendo chegado construir aquartelamento a distância 150 metros fronteira [...] Hoje manhã foi pelos grevistas aberto fogo sobre soldados portugueses tendo ferido um e uma mulher chinesa que estava dentro Macau. Soldados ripostaram sendo crível haja alguns grevistas mortos e feridos. Formulei novo protesto Cantão afirmando jamais consentirei violação soberania portuguesa [...]».

- Telegramas do governador de Macau a 25 e 26 de Maio dando conta da inquietação local face a ameaças de boicote de embarcações comerciais e da barca de água da Taipa. Diz o governador: «Serei forçado tomar medidas violentas face situação falta instruções em contrário que, com toda a urgência, a V.Ex.^a. solicito.». E também: «Tentam agitar meio operário Macau falando próxima declaração greve geral».

- Telegrama de Macau para Lisboa em 15 de Julho diz: «Informo V.Ex.^a. nosso destacamento forçado deter grevistas (?) armados postos liberdade depois compromisso escrito (?) chefe piquete grevistas não voltarem próximo Portas Cerco».

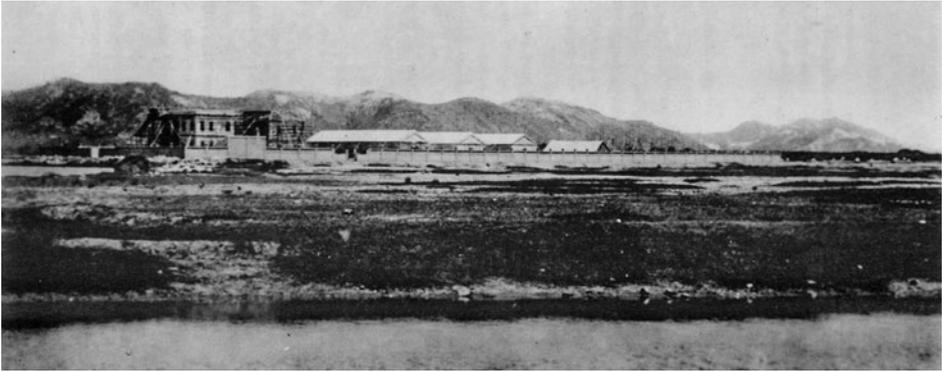
- Telegrama de Macau em 16 de Julho afirma: «Apesar meus constantes protestos grevistas continuam provocar fizeram tiros bandeira nacional Portas Cerco atentado levou nossas tropas responder violência. Protestei energeticamente punição autores infâmia».

- Telegrama de Macau para o ministro em 2 de Agosto: «Acabo receber telegrama cônsul Cantão³⁰⁶ dizendo que as negociações por mim preparadas Ministro dos Estrangeiros Cantão garante grevistas vão cessar imediatamente hostilidades contra Macau e que ele mandaria demolir por autoridade civil chinesa barraca terreno neutro. Julgo ter assim defendido melhor interesses colónia do que praticando actos violência podiam provocar sérias complicações».

- Telegrama de Macau de 4 de Agosto informa: «[...] virtude acordo concluído Governo Cantão foram demolidas pelas autoridades chinesas barraca terreno neutro [...]».

- Telegrama do cônsul de Cantão para o MNE em 7 de Agosto: «Tenho a satisfação de comunicar a V.Ex.^a. que depois aturadas difíceis diligências este Consulado conseguiu fazer cessar actividade piquetes grevistas chineses corporações Macau evitando assim futuros incidentes de fronteira. (a.) Horta».

³⁰⁶ Era Medeiros da Horta, com quem o governador interino estava desentendido.



28 – Macau, fábrica de panchões.

- Telegrama do governador de Macau para o Ministério das Colónias em 19 de Agosto informa: «Agressões grevistas renovadas tornadas extensivas porto interior fazendo frequentes vezes fogo sobre lanchas fiscalização marítima e embarcações demandam Macau. Novas barracas construídas terreno neutro norte Portas Cerco³⁰⁷ continuação aquele local provocações agressões nossos soldados. Água Lapa cortada. Formulei protesto Governo Cantão e repeli agressões. Julgo muito conveniente urgente precisas instruções V.Ex^a. sobre atitude a tomar e informação sobre poderemos contar apoio força inglesa Hong-Kong caso agravar conflito. Referência 1169 julgo caso incidente grave *República* insuficiente hipótese manutenção ordem interna [...]. (a) Governador».

- Telegrama sem data de Macau enviado ao Ministério das Colónias refere: «Governo Cantão protestou energicamente contra repressão feita ataque grevistas porto interior 15 e 17 Agosto, pedindo castigo oficiais praças fizeram fogo, soltura grevistas presos, pagamento indemnização estragos produzidos».

- Telegrama de Macau para o Ministério das Colónias em 23 de Agosto: «[...] despeito forças nacionalistas sul mais numerosas que exército norte, este pode ter probabilidades vencer, modificando completo mau estado actual [...]. Vitória sul seria grande calamidade. Em Macau nada se nota anormal entre chineses, somente mau-estar forças terra mar consequência natural agressão a conter. Situação portanto mal definida».

- Telegrama de Macau para o Ministério das Colónias, na mesma data, refere declaração dura do governador inglês de Hong-Kong «classificando grevistas bandidos piratas e acusando Governo Cantão cumplicidade. [...] natural admitir possibilidade conflito

³⁰⁷ Em carta de 30 de Abril de 1928 assinada por Constantino Santos («Antigo Cônsul de Portugal em Cantão»?) e relativo à «questão da chamada zona neutra fora das Portas do Cerco de Macau», este afirmará que as barracas foram já removidas mas que «o Governo da China nunca aceitou as Portas do Cerco como legítima fronteira da nossa colónia [...]» (MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 575).



29 – Macau, Rua de S. Domingos.

armado sul China no qual seremos directa ou indirectamente envolvidos neste caso seria indicada vinda (?) *Adamastor*. (ass.) O Governador».

- Finalmente, um telegrama enviado da mesma entidade para o mesmo destinatário em 9 de Outubro de 1926 refere que os chineses (do Governo de Cantão) vão começar a «cobrar taxa 5% artigos luxo, outros metade, isentando tabaco, vinho, petróleo, gasolina, tanto exportação como importação [...] ou de, ou para outras províncias China [...]»³⁰⁸.

³⁰⁸ Todos estes últimos doze telegramas provêm de MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

3.3 AS REPRESENTAÇÕES ESTATAIS PORTUGUESAS NA CHINA

Tendo já referido sumariamente a presença diplomática e consular portuguesa no Estado Chinês na época da passagem do século XIX para o século XX, vamos agora registar alguns apontamentos sobre estas instituições e os seus titulares em posto no período de crise aguda que estamos a analisar.

A Legação em Pekin

Já vimos que o ministro plenipotenciário de Portugal em Pekin no período de 1913-1924 (com várias ausências prolongadas) era José Batalha de Freitas, aliás cuja morte em 1928 suscita várias expressões de sentida perda.

João António de Bianchi (1884-1969), bacharel em direito, é nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Pekin em Janeiro de 1925. Representa também Portugal na Conferência Especial sobre Tarifas Aduaneiras Chinesas de Outubro de 1925 a Abril de 1926, na Comissão Internacional sobre a Extraterritorialidade na China, de Janeiro a Setembro de 1926, e negociador português do tratado luso-chinês de 1928-29. Cessou estas funções em Fevereiro de 1930.



30 – João António de Bianchi, embaixador em Pekin (1925-1930).

Um ofício de 7 de Maio de 1925 da Legação em Pekin para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa refere-se à problemática do reconhecimento do governo provisório da China (sediado na última capital do império, Pekin), restando saber se se tratava de uma mero reconhecimento *de facto* ou se o governo português lhe deveria atribuir um pleno reconhecimento *de jure*, uma vez que a sua legitimidade era contestada no interior do próprio país e se vivia uma espécie de “guerra civil não declarada”, com vários poderes fácticos, armados e exercendo na prática atributos de soberania em diversas partes do território. E fala-se também do seguimento do Tratado de Washington de 1922.³⁰⁹

³⁰⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

Em Novembro e Dezembro de 1925 Bianchi mantém uma intensa troca epistolar com várias entidades sobre os temas em discussão na Conferência de tarifas alfandegárias, e também acerca da lei sobre marcas de fábricas então adoptada pelo governo de Pekin.³¹⁰

Depois de alguma demora, em 12 de Janeiro de 1926 o nosso diplomata envia enfim para Lisboa um telegrama com a notícia esperada: «Realizou-se hoje 12 de Janeiro sessão de abertura Comissão Extraterritorialidade sendo eleito Presidente delegado americano. Bianchi»³¹¹.

As relações pessoais de João Bianchi com os dois cônsules em Changai e Cantão parecem ser boas e não há notícias de divergências nas suas apreciações sobre a situação chinesa e a posição que Portugal devia ter face às suas cambiantes. Sinal disso é o telegrama que já em 1928 (a 2 de Setembro) o cônsul Paula Brito lhe envia manifestando a intenção de oferecer um almoço de homenagem em Changai, com a presença de todo o corpo consular e das autoridades chinesas da cidade. Assim terá acontecido, seguindo depois Bianchi para o sul, com o cônsul a telegrafar em 27 de Outubro para a Legação em Pekin: «Ministro de Portugal em Pekim partiu hoje para Macau»³¹².

Em Agosto de 1930, entra nestas funções de representação oficial de Portugal junto da República da China o embaixador Armando Navarro. O secretário de embaixada Luís Esteves Fernandes, que está na Legação em Pekin desde 1924, ocasionalmente exerce funções de Encarregado de Negócios, em substituição do titular do posto.

O Consulado em Cantão

Desde 1918, o titular do importante cargo de cônsul-geral de Portugal em Cantão é Amadeu da Silva. Mas estando este ausente, em Março de 1923 é nomeado por portaria ministerial gerente do consulado **Félix Borges Medeiros da Horta** (1889-1961) bacharel em direito, de origem açoreana. Trata-se de um convicto aderente ao Partido Republicano Português, provavelmente de forte temperamento e sem receio de protagonizar conflitos pessoais, o que vem a acontecer, com algum estrondo, em 1925 com o governador interino de Macau, o coronel Joaquim Augusto dos Santos.

Porém, por agora, vai manifestando apenas a sua insatisfação com algumas carências portuguesas, como se manifesta no «Relatório sobre os trabalhos para a

³¹⁰ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 5, S3 E126 P2 40.329.

³¹¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

³¹² MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E127 P2 40.331.

fundação da ‘Cooperativa Portuguesa do Oriente’» por si enviado para o MNE em Lisboa a 26 de Março de 1924. Neste documento, Horta lamenta-se que «sendo a nossa comunidade, pelo número dos seus componentes, a terceira de Cantão, não há aqui um único estabelecimento português» e, para colmatar tal pecha, inclui um projecto de estatutos dessa cooperativa (a criar), a qual poderia «vender na China com vantagem, além de vinhos e conservas, muitos outros artigos portugueses, desde que sejam da melhor qualidade», evitando os preços especulativos dos comerciantes «parsees». Previamente, o governador de Macau Rodrigo Rodrigues (seu correligionário republicano) teria dado um acordo de princípio à iniciativa.³¹³ E note-se que, em 1928, o cônsul português em Cantão dirá só haver ali uma sociedade recreativa portuguesa, o «Club Lusitano»³¹⁴.

Mas a luta política doméstica chega por vezes a esses confins da Ásia. E é assim que, em carta de 1 de Abril de 1926 para o seu ministro, o cônsul Horta se insurge contra um artigo publicado em Lisboa no jornal *A Época* de 7 de Fevereiro, que havia titulado: «Inquérito à diplomacia portuguesa no Extremo-Oriente» – onde era visto como suspeito de irregularidades, ele que se reclama de ser «republicano nato» e «redactor do *Mundo*»³¹⁵.

Veremos mais adiante que este cônsul Medeiros da Horta não seria provavelmente pessoa de fácil relacionamento. Para além de um conflito latente com a pessoa do governador interino de Macau coronel Joaquim Augusto dos Santos (em funções no período álgido entre Outubro de 1924 e Outubro de 25), o seu sucessor parece também ter queixas a assacar-lhe, como se infere do telegrama que o MNE envia para o nosso embaixador em Londres em 20 de Fevereiro de 1926 (retransmitindo o que recebera do governador de Macau, agora o tenente-coronel Maia Magalhães): «32-Confidencial e reservado e urgente-Referência seu telegrama 214 permita V.Ex^a. que lembre Cônsul Cantão ostensivamente intimidade Cônsul Inglês Cantão que é incompatível Governo Chinês mesmo desfavor autoridade inglesa. Nosso Cônsul foi um dos organizadores resistência violenta contra chineses acontecimentos Junho [...] Peço transmitir Ministério Negócios Estrangeiros nenhuma má vontade ter contra nosso Cônsul com quem tenho boas relações»³¹⁶.

A despeito da chegada da Ditadura Militar em Lisboa, Medeiros da Horta continuará ainda no exercício normal das suas funções, como se vê pelo telegrama enviado ao seu

³¹³ Ver MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 575.

³¹⁴ MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 575.

³¹⁵ MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 575.

³¹⁶ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

ministro em 21 de Agosto de 1926: «Cólera declarada em Shameen. Ontem 4 casos, dois mortais. [...] Caso epidemia alastre julgo conveniente fazer evacuar comunidades estrangeiras de acordo com resolução conselho consular. (a) Horta»³¹⁷. Mas as prováveis sequelas da sua proximidade ao anterior governador de Macau Rodrigo Rodrigues, a que aludiria um artigo do jornal católico *A Época*³¹⁸, e a sua posição político-partidária adversária da intervenção dos militares, não lhe deram muito mais tempo de folga em Cantão. De facto, um telegrama de 2 de Novembro de 1926 recebido na Legação em Pekin, provindo do MNE Bettencourt Rodrigues, ordena laconicamente: «Secretário da Legação deve substituir imediatamente Horta Consulado Cantão»³¹⁹.

Assim foi feito, e o secretário da Legação Luis Esteves Fernandes viajou para Cantão, substituindo temporariamente Medeiros da Horta, a partir de 20 de Dezembro de 1926. Em seguida, a partir de Dezembro de 1927, será Joaquim de Barros Ferreira da Silva o nosso cônsul em Cantão, até 1931, quando é substituído por José Luís Archer.³²⁰

Excluídos os assuntos políticos e de cidadania de portugueses residentes na China, a principal matéria com que lidava o consulado em Cantão era de natureza marítimo-comercial. Damos abaixo um conjunto de referências factuais exemplificativas desta actividade e dos interesses de portugueses e macaenses na região do Kwangtung.

- Uma «Relação das Lanchas a vapor e a gazolina, navios e outros barcos com pavilhão português registados neste Consulado Geral, desde Janeiro de 1922, nomes dos armadores ou proprietários e data do respectivo registo» dá-nos uma visão interessante desta realidade do quotidiano. São: em 1922 = 3; em 1923 = 52; em 1924 = 25; em 1925 = 7; em 1926 = 0; em 1927 = 2 (num total de 89 embarcações).

Como proprietários aparecem nomes como: Lopes, Li e C^a, Macau; Firma Chi-Li, Honan, da qual é proprietário o cidadão português T'ong-Veng-Hong; Pedro do Carmo Rozario; K'ung-Kam-Lai; Firma Lusitana, da qual era proprietário o cidadão português Kuan-Kong-T'eng; Kua-Keng-Van; Artur Luiz Pereira; etc. Entre os nomes dos barcos aparecem muitos nomes chineses mas também *Macau, Washington, Victoria, Lisboa, Angola, Aveiro, Porto, Faial, Silves, Bissau, etc.* Algumas destas embarcações estão matriculadas na capitania dos portos de Macau.

- Matrículas de equipagem de diversos navios. Entre os capitães, aparecem um Gonçalo Augusto de Sousa, um João R. Assis, um J. Cordova, etc.

³¹⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

³¹⁸ Fundado e dirigido pelo conhecido engenheiro e jornalista Fernando de Sousa (Nemo), posteriormente também responsável do jornal monárquico e católico *A Voz*.

³¹⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 1.

³²⁰ *Anuário Diplomático e Consular*, MNE, vários anos.

- Ofício de 30 de Abril de 1923 do Cônsul-Geral em Cantão para o governador de Macau: «O portador deste ofício é o Sr. Véng-io-ngo, proprietário do junco de sal *Hap-Choeng*, e vai a Macau, nos termos do ofício de V.Ex.^a n.º 440, de 11 do corrente, para receber o material de guerra apreendido a bordo do mesmo junco. Leva um passaporte do Governo Civil de Cantão, visado por mim.»

- Queixa das autoridades de Cantão ao cônsul português em Dezembro de 1923 de que a embarcação chinesa *Leung-Và*, carregando madeiras, foi abalroada e afundada pelo vapor português *Sai-Nam*, da carreira entre Cantão e Wuchow, pelo que o proprietário daquela pede indemnização dos prejuízos, computados em \$40,00 para pagar os salvadores e \$183,20 pela madeira perdida.



31 – Félix Borges Medeiros da Horta, cônsul em Cantão (1923-1926).

- Em 17 de Março de 1925, o Comissário das Alfândegas de Cantão informa o Consulado-Geral de Portugal na cidade que «*the Portuguese launch 'Sang Lee', which was newly renamed 'Vila Franca', owned by the Portuguese firm Luso-Cantonense Limitada, was commandeered by Chinese troops at 11 AM yesterday the 16th instant at Chow-Tow-Chui, Canton*».

- Em 1927, o vapor *Silves* é apresado pela 15^a Brigada das Forças Revolucionárias, por terem sido encontradas espingardas a seu bordo, envolvendo-se o cônsul em diligências para a sua libertação.

- Muitos outros processos deste tipo, quase sempre com versões escritas em caracteres chineses.

- *Notice to Mariners - China Sea*. Diversos números, editados pelas autoridades marítimas chinesas, de informação utilizada pelos capitães e patrões das embarcações com bandeira portuguesa que frequentavam aquelas águas.³²¹

As condições de segurança política para esta actividade marítima mercantil – e também para as vidas dos cidadãos portugueses aí residentes – continuaram episodicamente a enfrentar situações de tensão e receios, mesmo depois do pico mais agudo da crise de 1925.

Veja-se, por exemplo, este telegrama do cônsul (ainda o mesmo Medeiros da Horta) para o MNE em 9 de Setembro de 1926: «Correm insistentemente boatos e intervenção

³²¹ Todas estas informações estão em MNE-ID, Consulado Cantão, Maço 293b, S16 E59 P7 89.076.

das Potências Cantão. Grevistas recrudesceram actividade contra europeus. Forças navais inglesas tomaram medidas enérgicas. [...] Conferência Governador de Macau que me declarou não ter instruções Governo sobre nossa atitude caso intervenção estrangeira sul China. Minha política aqui tem sido sempre evitar conflitos isolados entre Macau e Cantão mas caso conflito se dê, marcar imediatamente nossa posição lado Potências da Europa. Única maneira resolvermos questões pendentes com China e não chegarmos tarde, como dos Boxers. Rogo a V.Ex^a. o favor de me informar se aprova esta política ou dar as necessárias instruções. (a) Hortas»³²².

Atente-se ainda, bem mais tarde e já longe da crise, a estas restrições no acesso marítimo a Cantão perceptíveis através do ofício 8 de Março de 1930 do Chefe dos Serviços de Marinha, capitão-tenente Almeida Pinheiro, perguntando ao cônsul em Cantão «se existe presentemente algum inconveniente de ordem política que possa impedir ou não aconselhar uma próxima visita da canhoneira *Pátria* a Cantão, demorando-se alguns dias nesse porto». Mas, noutro documento associado àquele, percebe-se que o comandante do navio foi recebido pelo Governador de Cantão, general Chang-Ming-Shu, que lhe manifestou os melhores desejos de bom entendimento com Macau.³²³

O Consulado em Changai

Há notícia de diversos titulares do lugar de cônsul-geral de Portugal em Changai antes da crise política chinesa rebentar em 1925, o último dos quais foi Alfredo Casanova, que, porém, está ausente da China naquele referido ano, ocupando talvez o seu lugar temporariamente o chanceler Augusto Sousa Braga.

Instado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros a ocupar o lugar o mais rapidamente possível, **Francisco de Paula Brito Júnior** (c.1895-1967) entra em funções em 1 de Outubro de 1925 em Changai³²⁴, e aí fica até 1931. É licenciado em ciências comerciais pela Universidade de Liège e terá sempre boas relações pessoais com o embaixador Bianchi.

Quando abandona o cargo, é substituído por Joaquim de Barros Ferreira da Silva, que desempenhava a mesma função em Cantão.

Da importante correspondência conservada em arquivo – geralmente trocada em inglês, mas também com muitas traduções em caracteres chineses, quase sempre

³²² MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

³²³ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 42, S16 E59 P3 89.056.

³²⁴ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 5, S3 E126 P2 40.329.

sobre matéria comercial e litígios judiciais³²⁵ –, podemos fazer uma ideia aproximada das ocupações deste consulado, em rotina normal. A selecção de documentos e informações que seguem (por ordem cronológica) tem esse objectivo:

- Desde anos anteriores a 1925 existe uma «*International Mixed Court at Shanghai - Civil Jurisdiction*» onde o «*Intervenor*» é um cidadão português. Mas também há na região uma «*District Court of Hankow*», que é chinesa e também julga litígios entre empresários portugueses e chineses. E está em funcionamento um «*Shanghai Municipal Council*» com quem o consulado se corresponde com frequência³²⁶.

- Em 1925, o presidente do «Clube Lusitano de Shanghai» (escrito à inglesa no papel timbrado) é o sr. Ignácio B. de Senna e o «*Report of the Committee*» indica que no final



32 – Francisco de Paula Brito Júnior, cônsul em Changai (1925-1931).

do ano o clube conta com 145 membros, dos quais 123 são activos. Mas também há alguns cidadãos portugueses que navegam e comandam mesmo navios de transporte na costa chinesa. E vendem-se alguns vinhos portugueses na China.

- Encontramos uma grande (em tamanho do papel) «Lista de artigos proibidos pela alfândega de Shanghai» que inclui: armas, bombas e munições; notas e moedas; arroz, cereais e sal; desenhos obscenos; ópio; certos jornais; fósforos; etc.

- Há correspondência trocada com o «Comissário dos Negócios Estrangeiros» de Hankow (que é o ministro dessa pasta no governo nacionalista de Chiang Kai-Shek), apesar de existir também nesta cidade um consulado português

(exercido por um agente russo); e há ainda correspondência trocada com consulado português em Kobe e com os governos de Macau e Estado de Índia.³²⁷

- Em 1926, continua a funcionar uma «*His Britannic Majesty's Supreme Supreme Court for China*», que tem sede em Changhai.

- A «Associação das Senhoras Portuguesas» de Changhai, que tem sede no nº 32 da North Szechuen Road e tem por secretária Hilda Osório, organiza sessões de cinema, creche, exposições florais, desportos, biblioteca, etc.

³²⁵ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 4, S3 E126 P2 40.328.

³²⁶ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 4, S3 E126 P2 40.328.

³²⁷ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 5, S3 E126 P2 40.329.

- E celebra-se o 26º aniversário da «Companhia Portuguesa ‘Coronel Mesquita’ e da sua incorporação no Corpo Internacional de Voluntários de Shanghai».³²⁸

- No ano de 1927, com a presença de navios de guerra portugueses no porto (o *República*, primeiro, e o *Adamastor*, depois – como veremos adiante), trocam-se muitos ofícios com outras autoridades estrangeiras em Changai e com o governo de Macau, sobretudo sobre o sustento da força do exército ali destacada. E há referências à renegociação dos tratados entre Portugal e a China.³²⁹

- Em 1928 prossegue a correspondência com o *Municipal Council, The Provisional Court at Shanghai*, o Clube Lusitano, empresas e bancos chineses e estrangeiros, etc., tratando de matéria essencialmente administrativa e financeira, e verificando-se haver diversos portugueses acreditados como assessores no Tribunal Consular de Changai. Mas há uma nota mais dissonante: «*Memorandum – Armistice Day Ceremony – Shanghai – 11th. November, 1928*» expedida em 4 de Novembro por «*R. Y. Tyrwhitt, Vice-Admiral, British Naval Commander-in-Chief, China Station*», cerimónia comemorativa em que só participam representantes (militares) das nações vencedoras da Grande Guerra, mas para a qual são convidadas, além de outras, as autoridades consulares, incluindo naturalmente o cônsul português.³³⁰ Contudo, nessa altura já nenhum navio de guerra português ali permanecia.

- Finalmente, em 1929, entre as empresas com negócios em Changai, entidades económicas e consulares com quem o cônsul Paula Brito mantém relações frequentes contam-se: a casa comercial *Botelho Brothers*, a mais importante das firmas portuguesas na região (que tinha a sede em Hong-Kong); a Domingos Gonçalves de Sá e Filhos (vinhos, de Gaia); uma sociedade local intitulada '*Le Champ de Courses Français*' (de corridas de cães); uma '*British Chamber of Commerce, Shanghai*'; o '*Crédit Foncier d'Extrême Orient*'; o '*Chartered Bank of India, Australia & China*'; o '*Deutches Generalkonsulat fur China*', etc. E ficamos a saber que, enquanto em Março de 1928 um ofício do cônsul diz ter ali 1.550 portugueses inscritos³³¹, no final do ano de 1929 uma informação estatística oficial do consulado informa serem 1.891 os indivíduos que compõem a «colónia portuguesa de Xangai».³³²

³²⁸ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 6, S3 E126 P2 40.330.

³²⁹ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

³³⁰ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 8, S3 E126 P2 40.332.

³³¹ Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 8, S3 E126 P2 40.332.

³³² Ver MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 9, S3 E126 P2 40.333.

O tratado luso-chinês de 1928

Antes de abordarmos este assunto, de cuja conclusão resultou um *modus vivendi* entre Portugal e a China que, praticamente, durou até ao restabelecimento da democracia depois da revolução de 25 de Abril de 1974, vale a pena fazer uma breve referência a duas outras questões que dificultavam à época estas relações bilaterais: as indemnizações pela revolta dos Boxers e o comércio do ópio.

De facto, em 1922, o Encarregado de Negócios chinês em Lisboa transmite ao MNE o pedido do seu governo para adiar por dois anos o pagamento da indemnização fixada pelo Protocolo de 1901 por causa dos prejuízos da revolta dos Boxers, devido à crise financeira que a China está atravessando.³³³

Por outro lado, em Genebra, no âmbito da SDN³³⁴, realizou-se em Fevereiro de 1925 uma Conferência Internacional sobre o Ópio (fazendo seguimento a uma outra, de 1912), concluindo com a assinatura de um Protocolo de Acordo Final estabelecendo o princípio de um monopólio de Estado para gerir este negócio, a fim de que posteriormente se conseguisse chegar à extinção da fabricação, do comércio e do consumo desta substância. A China boicotou esta conferência. Portugal participou e assinou o Protocolo, tendo sido representado pelo nosso embaixador na Suíça e pelo governador de Macau Rodrigo Rodrigues.³³⁵

É também interessante conhecer *in extenso* o conteúdo de uma nota confidencial e reservada do MNE (Bettencourt Rodrigues) para o Embaixador em Londres (general Garcia Rosado), em data de 5 de Agosto de 1927: «Segundo informações recebidas, o Governador de Hong-Kong pediu ao *Colonial Office* autorização para fornecer a Macau, por mês, 10 caixas de ópio crú da Índia, que lhe sobejam de consumo. Como essa é a única esperança de podermos, durante algum tempo, manter a importante fonte de receita do ópio de Macau, visto terem sido infrutíferas as diligências feitas na Indochina, seria do maior alcance que o Governo Britânico anuisse à proposta do Governador de Hong-Kong. [...] Atendendo à delicadeza da questão e aos insucessos que temos experimentado sempre que temos tratado oficialmente, confio no alto critério de V.Ex.^a para diligenciar oficiosa ou oficialmente, conforme lhe parecer mais conveniente, no sentido de obter, com o maior empenho, do *Colonial Office* a aceitação da proposta do Governador de Hong-Kong. Saúde e Fraternidade.(ass. ileg.)»³³⁶.

³³³ Ver MNE-ID, Arq. Embx. Londres, Procº 66, Maço 124.

³³⁴ Sociedade das Nações.

³³⁵ Ver MNE-ID, Arq. Embx. Londres, Procº 66, Maço 124.

³³⁶ MNE-ID, Legação Londres, Procº. K/6, Maço 162.

Venhamos, porém, ao processo de denúncia e renegociação do tratado luso-chinês em 1928-29.

No ano de 1928, as Potências passaram a reconhecer o Governo Nacional da República da China (do Kuomintang), sediado em Nankin, como legítimo representante da nação chinesa. Numa Declaração produzida em Julho desse ano, esta autoridade afirmava a orientação da sua política externa: «[...] Agora que a unificação da China está a ser consumada, nós pensamos que o momento é propício para dar novos passos e começar, de imediato, a negociar – de acordo com os procedimentos diplomáticos – novos tratados numa base de total igualdade e respeito mútuo pela soberania de cada um»³³⁷.

Porém, no seio da discricção diplomática e da troca de notas entre instâncias do Estado português, havia já conhecimento de que o regime de relacionamento com a China e o estatuto de Macau iriam em breve ser revistos.

Vejamos esta sequência apertada de troca de mensagens de, e para, o embaixador Bianchi:

- Telegrama de Bianchi para o MNE em 22 de Fevereiro de 1928 sugere «cruzador *Adamastor* aguardar Macau».

-Telegrama do cônsul Paula Brito para o embaixador Bianchi em Pekin em 28 de Fevereiro: «Comandante *Adamastor* recebeu instruções regressar a Lisboa devendo partir dentro poucos dias (PONTO) Parece-me inoportuna partida metrópole cruzador a menos dois meses provável denúncia Tratado (PONTO) V.Ex^a. resolverá conforme melhor convir interesses portugueses»³³⁸.

- Novo telegrama de Bianchi no dia 29 do mesmo mês para MNE e governador de Macau: «Há todas as probabilidades de que Governo chinês denunciar o tratado 28 de Abril, seria conveniente cruzador *Adamastor* aguardar Macau»³³⁹.

-Telegrama de cônsul Brito de Changai para a Legação em Pekin (s/d mas decerto destes dias): «Recebi a nota Governo Nacionalista dirigida V.Ex^a. relativa denúncia tratado incluindo regulamento provisório sobre relações entre os dois países até conclusão novo acordo, que tramito correio»³⁴⁰.

³³⁷ *Apud* Gonçalves Pereira, *op. cit.*: 53.

³³⁸ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

³³⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 3.

³⁴⁰ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

-Telegrama do cônsul de Changai para o embaixador em Pekin no dia 3 de Março³⁴¹: «Cruzador *Adamastor* seguiu para Lisboa hoje de manhã com escala Hong-Kong»³⁴².

- Telegrama de Bianchi em 30 de Abril para cônsules em Changai e Cantão e para o governador de Macau: «Comunico a V.Ex^a. recebi notas do Governo Pekim Nankim sobre revisão tratado que continua em vigor por seis meses. Bianchi»³⁴³.

-Telegrama s/d (mas decerto de 20 de Julho de 1928) de Bianchi para o cônsul Brito em Changai: «Assinei tratado preliminar aduaneiro extraterritorialidade [...]»³⁴⁴.

-Telegrama s/d do cônsul Brito para o embaixador Bianchi: «Entreguei hoje nota V.Ex^a. a Comissário Negócios Estrangeiros [do governo nacionalista], combinando publicar nos jornais desta cidade quarta-feira próxima, 8 de Agosto»³⁴⁵.

Finalmente, a 19 de Dezembro de 1928 foi celebrado entre os representantes dos dois países um «Tratado Preliminar de Amizade e Comércio» que ficou conhecido como o *Tratado de Nankin*³⁴⁶. Nos termos deste instrumento diplomático (que contém apenas cinco artigos e seis anexos), fica esclarecido:

-«que as tarifas aduaneiras e todas as questões que com estas se relacionam serão reguladas exclusivamente pelas respectivas legislações nacionais»;

-«os nacionais de cada uma das duas Altas Partes Contratantes ficarão sujeitos, no território da outra Parte, às leis e jurisdição dos tribunais dessa Parte»;

-entretanto, «os cidadãos portugueses ficarão sujeitos às leis e jurisdição chinesas» nos termos de um «acordo para a abolição da extraterritorialidade com todas as Potências signatárias dos Tratados de Washington»;

-sendo especificado que «quando os cidadãos portugueses deixarem de gozar dos privilégios da legislação consular e doutros privilégios especiais [...], o Governo Chinês, atendendo a que os cidadãos chineses gozam [...] do direito de residir e comerciar e adquirir propriedade em qualquer parte do território português, concederá esses mesmos direitos aos cidadãos portugueses na China»³⁴⁷.

³⁴¹ Nesta mesma data e respondendo a uma pergunta do nosso cônsul em Hong-Kong, o embaixador telegrafa: «Não tenho notícia estada Pekim oficiais marinha *Pero de Alenquer*. Bianchi.» (MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 3).

³⁴² MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

³⁴³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 6.901, Maço 3.

³⁴⁴ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

³⁴⁵ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

³⁴⁶ Um interessante relatório do secretário na Legação em Pekin Luís Esteves Fernandes, datado de 6.Nov.1928, historia a evolução política recente da China (MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 3).

³⁴⁷ *Apud* Gonçalves Pereira, *op. cit.*: 163-169.

A entrada em execução deste Tratado foi determinada por um Protocolo assinado em 27 de Março de 1929 pelo nosso embaixador João de Bianchi e pelo ministro dos negócios estrangeiros chinês Chenting T. Wang, tendo sido o mesmo já ratificado pelo seu governo, mas apenas *aprovado para ratificação* pelo Presidente da República Portuguesa, general Carmona.

Os procedimentos diplomáticos são muitas vezes morosos e complicados, e ainda mais quando as condições políticas internas dos Estados são instáveis. E, de facto, o novo Tratado Luso-Chinês só foi ratificado em 1930, conforme se vê pelo officio do embaixador Armando Navarro para o cônsul em Cantão datado de 14 de Janeiro de 1931: «Tenho a honra de informar V.Ex.^a, para os devidos efeitos, que em 31 de Dezembro findo efectuei em Nankim a troca das ratificações do Tratado Preliminar entre Portugal e a China, de 19 de Dezembro de 1928, que assim entrou plenamente em vigor»³⁴⁸. Não obstante isto, em Portugal esta troca de ratificações só foi oficialmente publicada em Março³⁴⁹.

Foi este o quadro jurídico que, no essencial, terá ficado a regular as relações entre os governos de Portugal e da China durante toda a vigência do Estado Novo, não tendo sido posto em causa pela criação da República Popular da China em 1949. De facto, escreve o analista Moisés Silva Fernandes: «Mesmo antes de tomarem o poder na China continental, os dirigentes [comunistas] chineses delinearão uma política em relação a Macau e a Hong-Kong e decidiram que se manteria o *statu quo*. O objectivo primordial desta política era evitar um confronto com o Ocidente – nomeadamente com a grande potência regional, os EUA – e obter mais e melhores contrapartidas para o uso de ambos os territórios para os interesses chineses no exterior»³⁵⁰.

Porém, naquela época, o contencioso entre a China e as Potências não estava ainda totalmente resolvido, como se percebe por um officio da Legação em Peking (assinado por Armando Navarro) para o cônsul em Cantão, Joaquim Ferreira da Silva, em 25 de Maio de 1931 referindo que «O Governo Chinês nomeou dois Vice-Ministros do Wai Chiao Pu para procederem a estudos preparatórios de futuras negociações para a retrocessão das Concessões. Essa comissão foi encarregada de fazer os seus trabalhos nos distritos do Rio Amarelo e Nordeste, Yangtze e Rio das Pérolas. Queira V.Ex. seguir com a maior atenção este assunto [...]»³⁵¹.

³⁴⁸ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 40, S16 E59 P3 89.056.

³⁴⁹ *Diário do Governo*, I série, nº 66, de 20.Mar.1931.

³⁵⁰ Fernandes, *Macau na Política Externa Chinesa 1949-1979*: 52.

³⁵¹ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 42, S16 E59 P3 89.056.

3.4 PRESENÇA E ACTUAÇÃO DA ARMADA

Segundo a organização político-administrativa então vigente e as normas de administração colonial, a Marinha estava organizada em Macau através de uma repartição dos Serviços de Marinha cuja chefia esteve entregue, ao longo da década, ao capitão-de-fragata Luís António de Magalhães Correia (desde 1917 até 1924)³⁵², ao capitão-tenente César Gomes do Amaral (1925-27)³⁵³, ao primeiro-tenente Fortunato Pires da Rocha (4 meses como interino) e finalmente ao capitão-tenente Joaquim de Almeida Pinheiro (de 1927 até 1933), que dependiam directamente do Governador. O primeiro-tenente Artur Barbosa Carmona também desempenhou funções nesta estrutura durante longos anos³⁵⁴, assumindo interinamente a sua direcção em certas ocasiões. A Capitania dos Portos³⁵⁵ era a instituição activa desta repartição pública, competindo-lhe o mesmo tipo de funções de todas as outras em território português, e genericamente equivalentes aos “*harbour masters*” existentes em todo o mundo civilizado³⁵⁶. O Observatório Meteorológico de Macau estava também integrado nos Serviços de Marinha. Finalmente, existia à época uma estrutura autónoma, a Comissão Administrativa das Obras do Porto de Macau, que esteve sempre entregue à direcção do vice-almirante reformado Hugo de Carvalho Lacerda Castelo Branco, um reputado engenheiro hidrógrafo³⁵⁷. De facto, a Marinha teve sempre uma significativa presença nesta pequena possessão do Oriente. Por exemplo, em 1921, ali prestavam serviço, em diversas estruturas e instituições, 18 oficiais, sem contar com o governador que também o era.

Quanto a navios e embarcações, sob o conceito vigente à época da “Marinha Colonial”³⁵⁸, a Macau haviam sido atribuídos, em permanência, dois navios da Armada, a canhoneira *Pátria* e a lancha-canhoneira *Macau*. Isto significava que a

³⁵² Anteriormente comandara ali a canhoneira *Pátria*, sendo por isso, então, um “homem de Macau”.

³⁵³ Já fora comandante da lancha-canhoneira *Macau* e durante um tempo desempenhou também as funções de chefe do estado-maior das forças navais de Macau.

³⁵⁴ Entre outras funções, desempenhou o cargo de comandante da polícia marítima e foi ajudante do capitão dos portos.

³⁵⁵ Assim designada, no plural, por se referir ao “porto interior” (do lado “da terra”, isto é, a ilha da Lapa) e ao “porto exterior”, que deitava as vistas para as ilhas de Taipa e Coloane, sob administração portuguesa.

³⁵⁶ Incluindo o serviço das amarrações fixas, os Faróis e um posto de radio-telegrafia (TSF), estando o telégrafo terrestre a cargo dos CTT (e companhias estrangeiras de cabo submarino). Existia também uma Associação de Socorros de Náufragos, que foi organizada em 1925-27 pelo primeiro-tenente Fortunato Pires da Rocha.

³⁵⁷ Em jeito de homenagem, a Marinha atribuiu mais tarde o seu nome a um navio-hidrográfico: NRP *Almirante Lacerda* (1946-1975).

³⁵⁸ Adoptado pela República mas defendido desde os primeiros anos do século pelo tenente António Pereira de Matos, também o principal animador da Liga Naval Portuguesa.



33 – Capitão-tenente Luís Magalhães Correia, capitão dos portos (1917-1924).

despesa pública da manutenção material dos navios (combustível, docagens, reparações, etc.) e do pagamento às suas guarnições era assegurada pelo orçamento da Colónia. Outras unidades navais oceânicas, vindas expressamente da Europa, eram pagas pelo governo de Lisboa.

Em ocasiões de maior risco de operações militares e embora o pessoal fosse o mesmo, esta estrutura de “autoridade marítima” era duplicada por uma outra de carácter propriamente bélico – nas comunicações e nas ordens expedidas, nos relatórios e na actuação dos meios navais – que foi chamada de Quartel-General das Forças Navais. Só entre Agosto de 1925 e Março de 1928 é que, a partir de Lisboa, foi criado um Comando-em-Chefe das Forças Navais no Oriente, atribuído em acumulação ao comandante mais antigo dos navios da Armada ali destacados. A sua dependência múltipla – quer operacional, quer administrativa-financeira – deu lugar a alguns equívocos, mal-entendidos e contradições (como se poderia esperar). É que estavam em causa muitas entidades, em três planos diferenciados: superiormente, eram os ministros da Marinha, das Colónias, dos Negócios Estrangeiros, também o da Guerra (que, na rectaguarda, fornecia os meios do Exército), o Governo de Macau e, em certas ocasiões, os cônsules de Cantão ou Changai (os quais, por sua vez, deviam obediência a instruções do embaixador em Pekin); em dependência, encontravam-se as unidades incorporadas na referida força naval (às vezes também as embarcações da Capitania ou outras requisitadas); e, em termos de cooperação horizontal, as forças terrestres atribuídas a Macau. Numa época em que as telecomunicações eram ainda muito deficientes, as cifras demoradas e em que imperavam regras burocráticas antiquadas, a eficiência da acção conjunta dependia muito do desembaraço, coragem, responsabilidade e



34 – Capitão-tenente César Gomes do Amaral, capitão dos portos (1925-1927).



35 – Capitão-tenente Joaquim Almeida Pinheiro, capitão dos portos (1927-1933).

capacidade para a tomada de decisões difíceis por parte dos comandos no terreno. O que terá sido o caso, pelo menos, do comandante Ivens Ferraz.

Mas retornamos aos serviços da Capitania. Esta dispunha de algumas lanchas-motoras próprias, comandadas por sargentos da Armada e com equipagens mistas de portugueses e chineses da terra: a *Comandante Talone*, a *Coloane*, a *Taipa*, a *Comandante Demétrio Cinatti*, a *Tejo* e outras embarcações menores (incluindo duas vedetas torpedeiras, a *Rápido* e a *Veloz*). Depois, existiam as rotinas habituais, da inscrição marítima, da inspeção das embarcações matriculadas e das que frequentavam o porto (quanto às suas condições náuticas), da fiscalização da pesca, da polícia das águas territoriais e aduaneira (que em Macau lhe era também confiada). Mas o porto nem dispunha de cais acostável para navios maiores³⁵⁹, e ainda menos de qualquer doca seca ou plano inclinado para a limpeza do fundo de navios; também não existiam depósitos de carvão, mas tão-só uma barcaça para a aguada. À época, navegavam ainda muitíssimas embarcações tradicionais, de madeira e propulsão vélica. As Lorchas destinavam-se à pesca, e os Juncos ao tráfego, mas eram parecidos, como embarcações. Segundo o então tenente Barbosa Carmona, que ali prestou serviço durante vários anos e mais tarde publicou um interessante livro sobre o tema, ilustrado³⁶⁰, praticava-se a pesca de arrasto, à linha, com cercos e redes costeiras. No tráfego, havia o costeiro e fluvial, e o local. E existiam ainda barcos de festejos, de regatas, etc. Refere que em 1924 haveria em Macau



36 – Capitão-tenente Artur Barbosa Carmona, Serviços de Marinha.

³⁵⁹ Em 1931 fala-se da nova ponte-cais.

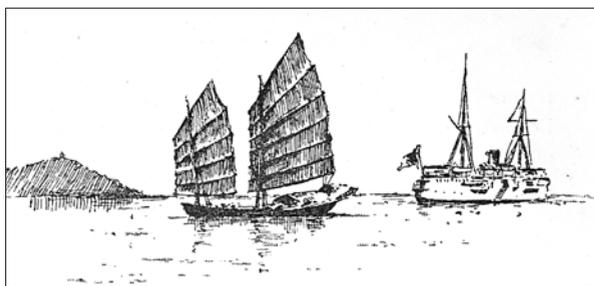
³⁶⁰ Artur Barbosa Carmona: *Lorchas, Juncos e Outros Barcos Usados no Sul da China: A pesca em Macau e arredores*.

cerca de 2.000 pessoas empregadas na salga, secagem e venda do peixe em terra, pescando-se anualmente cerca de 3.700 toneladas que em parte eram exportadas, mas importavam-se também umas 500t. Diz ainda que em 1919 fora criado um Museu Marítimo e de Pescarias pelo governador Artur Tamagnini Barbosa.

Na documentação arquivística conservada existem peças representativas desta actividade da Capitania, como as seguintes:

- Vários Livros de Matrículas de Equipagem, preenchidos à mão, pelo escrivão da Capitania, da década de 1920.³⁶¹

- Avisos como este: «Capitania dos Portos – Aviso aos Navegantes – Aproximando-se a época da monção de SW e achando-se a *Doca de Macau-Seac* em condições de



37 – Desenho da rada de Macau, 1910, por A. J. Pinto Basto.

oferecer abrigo seguro às embarcações chinesas, se torna público que todas as embarcações que costumam abrigar-se na Praia Grande poderão procurar refúgio naquela doca, que é fácil de demandar com todos os ventos, e onde já se acha em serviço um escaler da Polícia

Marítima, a fim de proteger as embarcações contra qualquer acto de pirataria. Capitania dos Portos de Macau, 4 de Maio de 1922. O Capitão dos Portos, Luís António de Magalhães Correia»³⁶².

- Uma informação de 11 de Março de 1926 do almirante Hugo de Lacerda anunciando que o porto exterior «deve poder com facilidade passar a receber, dentro de 6 meses, navios de calado médio, até 21 e 23 pés, respectivamente em preiamares ordinárias e de águas vivas [...]»³⁶³, informação essa dirigida aos agentes de navegação, e também enviada aos nossos consulados na China. De facto, segundo conta Esparteiro, em 26 de Agosto do mesmo ano foi inaugurado o canal de acesso ao porto exterior de Macau, com convidados e em festa, e com a canhoneira *Pátria* a dar uma salva de 21 tiros, de regozijo: «A bordo, houve baile»³⁶⁴.

³⁶¹ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 40, S16 E59 P3 89.056.

³⁶² *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, 19/13.Mai.1922.

³⁶³ MNE-ID, Arq.Consul. Changai, Maço 10, S3 E126 P2 40.334.

³⁶⁴ Esparteiro, *op. cit.*, Vol. 28: 86.



38 – Capitania dos portos, em dia de festa, 1929.

- Quanto à navegação de médio e longo curso, sabemos que existia um serviço regular de passageiros e de carga de Macau com Hong-Kong e com Cantão, explorado por empresas desses territórios. Mas quase não havia navios oceânicos de passagem por Macau, dado que o transbordo era geralmente feito em Hong-Kong. Era também neste grande e moderno porto de mar que se efectuavam as docagens dos navios grandes (em Kawloon) e toda a sorte de reparações navais.

Eram ali difíceis as condições para a navegação de navios oceânicos dada a hidrografia da região. Embora as amplitudes das marés não fossem grandes, o esparcelado da costa chinesa e os movimentos das aluviões dos grandes rios obrigavam as capitánias dos portos a constantes trabalhos de balizagem e de dragagem. A título de exemplo, respigamos um pedaço do relatório feito pelo comandante da *Pátria*, capitão-tenente Jaime do Inso, de uma missão desempenhada fóra da rada de Macau em Setembro de 1926:

«[...] largou este navio da boia do porto interior de Macau às 5h25 do dia 20 daquele mês [...].

Na manhã do dia 25, largou-se da boia às 7h25 para demandar o Broadway, tendo-se contornado a ponta Apomi e, quando no enfiamento da ponta NE de Inside Island com a ponta SW da Water Island – a de E –, tocou o navio no fundo num ponto onde a carta indica entre 18 e 17 pés nas máximas baixamares.

Como as máquinas a andar a ré fizessem levantar o lodo que iria obstruir os condensadores, prejudicando o funcionamento deles, larguei o ferro de BB às 8h55

em cerca de 10 pés, a esperar a maré. Arriou-se então o gasolina³⁶⁵ onde embarcou o tenente Zanatti, encarregado de pilotagem, que foi fazer um reconhecimento, tendo chegado até Morgan Point e, pelas 10h30, estando o navio já safo, suspendeu-se e buscou-se outro fundeadouro, que foi o indicado pelo práctico, a menos de uma milha e ao SW do primeiro, fundeando-se novamente às 11h17 em 14 pés, num ponto onde a carta indica entre 17 e 11 pés, a aguardar o regresso do gasolina. Entretanto, ao virar o navio, depois de fundeado, começou a tocar no fundo a meia-nau³⁶⁶, tendo a popa e a proa livres e sem deixar de flutuar. [...]

Pelas 12h30, tendo o gasolina regressado e o navio já safo com a maré, suspendeu-se novamente e, sob as indicações do práctico, foi-se subindo o rio, indicações que iam condizendo com as observações feitas pelo tenente Zanatti e, sempre com o prumo na mão, se chegou em frente de Morgan Point, onde se fundeou [...] para passar a noite e continuar o reconhecimento no dia seguinte. [...]

Em 26 de manhã [...] pelas 9h30 suspendeu-se e seguiu o navio rio acima [...] e, estando à vista a lancha-canhoneira *Macau*, que vindo do Norte se dirigia para Macau pelo Canal de Malau-Chau, tocou o navio com o bico de proa no fundo [...] sem outras consequências [...] porque imediatamente se safou assim que as máquinas se puseram a ré. [...]

Foi este reconhecimento demorado [...] mas] por ele [tenente Zanatti] se ficou sabendo que na ponta Ma-On-Shan, e fora do canal de navegação, há um fundeadouro para navios que forma uma espécie de saco, separado daquele canal por um banco de areia. Mais ao norte deste saco, foi onde a *Pátria* encalhou em Abril de 1924 [...]»³⁶⁷.

Sem levantamentos hidrográficos próprios, a navios como este competia também, por vezes, executar estas tarefas de verificação e correcção das cartas, então muito sujeitas a erros e alterações, sobretudo pelas modificações provenientes das aluviões dos grandes rios, em sondas baixas e costas espraçadas.

Os navios em estação

No período em análise, os dois navios em estação eram, como dissemos, a *Pátria* e a *Macau* que, aliás ali cumpriram a integralidade das suas existências como navios da Armada.

³⁶⁵ Embarcação miúda a motor, muitas vezes designada a bordo desta maneira.

³⁶⁶ Lapso terminológico do autor, que queria dizer “meio-navio”.

³⁶⁷ BCM-AH, Doc. Av. (CGA, 1927), Cx. 8.038.

Canhoneira *Pátria*

Este foi um dos chamados “navios do ultimato”, pagos pela subscrição pública lançada após o desgostoso episódio que nos foi imposto pela diplomacia de Londres em Janeiro de 1890 acerca da “ocupação efectiva” dos territórios do Chire (país dos Macololos), junto ao Lago Niassa, em Moçambique.

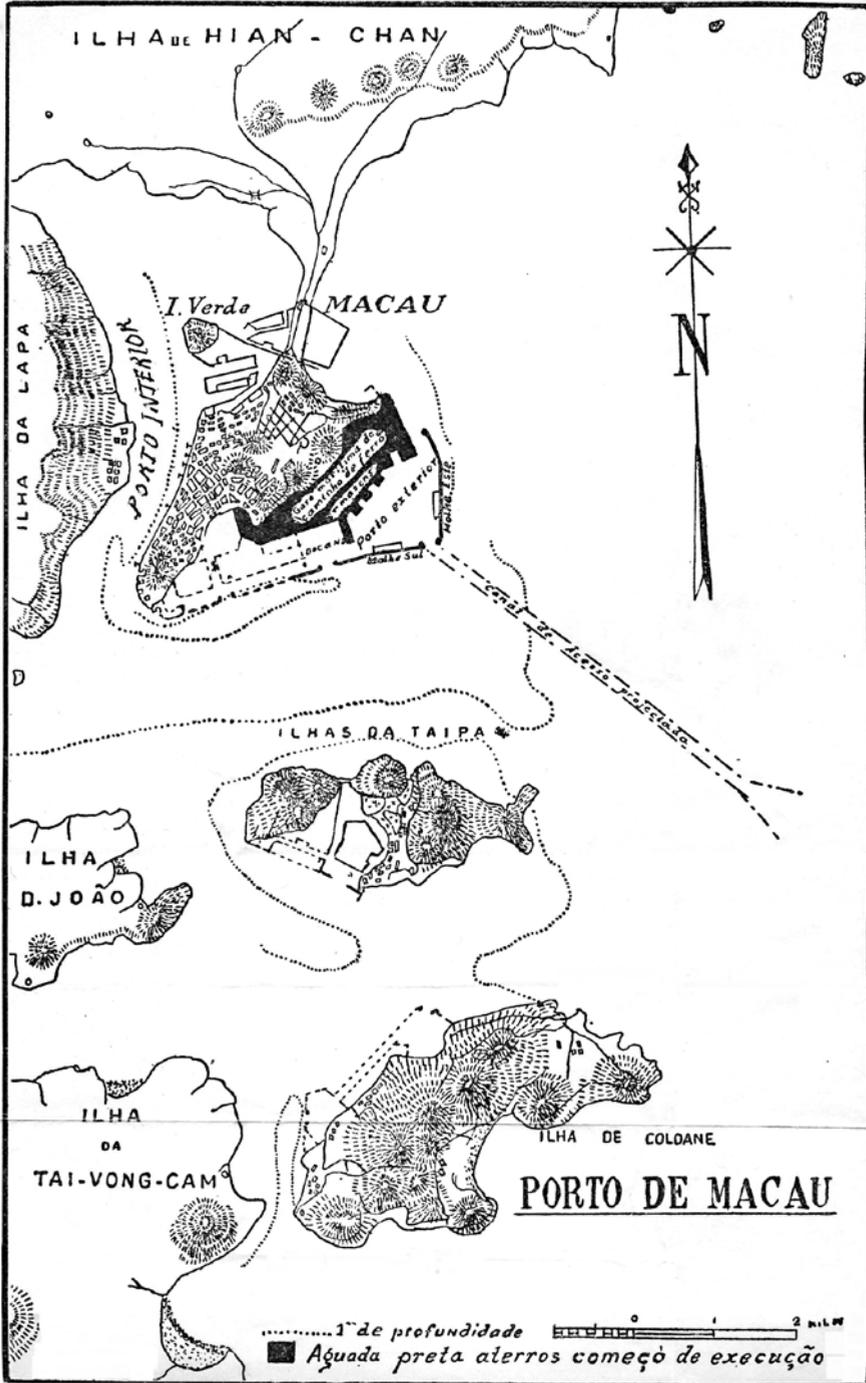
Com brios de patriotismo, a *Pátria* foi construída no Arsenal de Marinha (à Ribeira das Naus, em Lisboa) sob risco do engenheiro Croneau, tendo entrado ao serviço em 1903. Apesar de ter sido concebido para a missão de estacionamento que efectivamente veio a desempenhar em Macau – como se se tratasse de um “forte de artilharia móvel” dissuasor de qualquer tentativa de ataque militar ao território – resultou em um navio alteroso de formas, de longo convés superior, boas máquinas e fortemente armado, podendo equiparar-se a alguns contemporâneos que ostentavam a classificação de “cruzador”³⁶⁸.

O navio (em aço) tinha um comprimento de 60m, deslocava 640t, dispunha de duas caldeiras alimentadas a carvão (duas chaminés) e duas máquinas alternativas a vapor de tríplice expansão, com dois hélices que deitavam 16 nós, geradores eléctricos, TSF e um armamento composto por 4 peças *Schneider-Cannet* de 100mm às amuradas (2 no convés AV em embonos abertos no costado e 2 na tolda), 6 de 47mm (no convés superior, também às amuradas) e 2 de 37mm (no cesto da gávea).

No período que nos interessa, assumiram o cargo de comandante, sucessivamente, o capitão-tenente Jerónimo Weinholtz Bívar (desde Março de 1923 até Setembro de 1925) e o capitão-tenente Jaime Correia do Inso (de Março de 26 a Abril de 29). O primeiro deles será frequentemente referido ao longo deste trabalho e julgamos merecê-lo, pelas difíceis circunstâncias em que teve de actuar, e por não ter deixado memória equivalente a outros dos seus camaradas. O segundo veio a permanecer prolongadamente em Macau, notabilizando-se pelos seus escritos literários e tendo estado na origem do Museu de Marinha, tal como hoje o conhecemos. O primeiro-tenente António dos Santos Pedro também assumiu o comando da *Pátria* num curto período de transição, entre Setembro de 1925 e Março de 26.

Veremos com atenção mais adiante as missões que este navio desempenhou durante a crise chinesa que estamos analisando, nomeadamente a sua intervenção em Changai em Setembro-Outubro de 1924 – num momento mais aceso de

³⁶⁸ Termo equívoco, que havia designado anteriormente todos os navios de bom porte, oceânicos, capazes de “cruzar os mares” ou de realizar “cruzeiros” de patrulha marítima, mas que nesta época era empregue para classificar os navios de guerra não-couraçados, multi-funções, de boa autonomia e bem artilhados, que deslocavam entre 2 mil e 10 mil toneladas.



39 - Mapa de Macau e porto.

operações bélicas entre “senhores da guerra” no norte da China – e a acção que tomou em Cantão em Junho de 1925, quando, verdadeiramente, essa crise arrancou para as características “anti-imperialistas” que assumiu nos anos subsequentes.

Mas desde já podemos fazer referência às actividades rotineiras de treino de fogos reais que ela realizou em Macau em várias oportunidades. Eis uns extractos do relatório dos exercícios realizados pela *Pátria* em Macau em Setembro de 1926, com o comandante Jaime do Inso:

«[...] Quanto aos exercícios de artilharia, devo informar que decorreram de forma muito satisfatória, sendo esta a primeira vez que assisto a uma série tão completa, dos quais não esperei tão bons resultados, por ser a primeira vez que se faziam. [...]



40 – Vice-almirante Ref. Hugo de Carvalho Lacerda Castelo Branco.

Devo chamar a atenção para a passagem daquele relatório³⁶⁹, a folhas 4, onde se faz referência à deficiência do número de artilheiros [...].

Quanto ao material, devo dizer que com estes exercícios se desfez uma das várias lendas que eu vim encontrar em Macau a respeito da *Pátria*: que o navio não podia fazer tiros de combate com as peças de 10cm, porque estava tão velho que não aguentava. Deram-se ao todo 10 tiros com todas as peças de 10, não se tendo feito mais porque a aproximação das lorchas e a hora da maré para entrar em Coloane impe-

diram que se continuasse, e não se notou em todo o navio a mais pequena anormalidade; partiram-se apenas umas tulipas e um vidro [...].

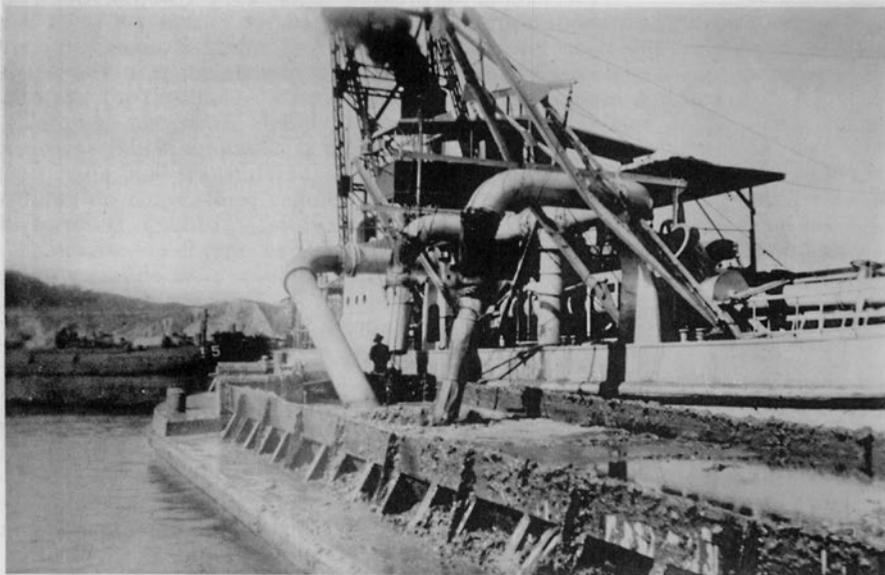
Experimentou-se a metralhadora, mas os resultados não foram satisfatórios [...].

Nota-se neste navio uma deficiência importante que é a grande dificuldade em transmitir ordens para as peças em combate, facto este que já foi observado em 1912, quando da campanha de Timor [...].

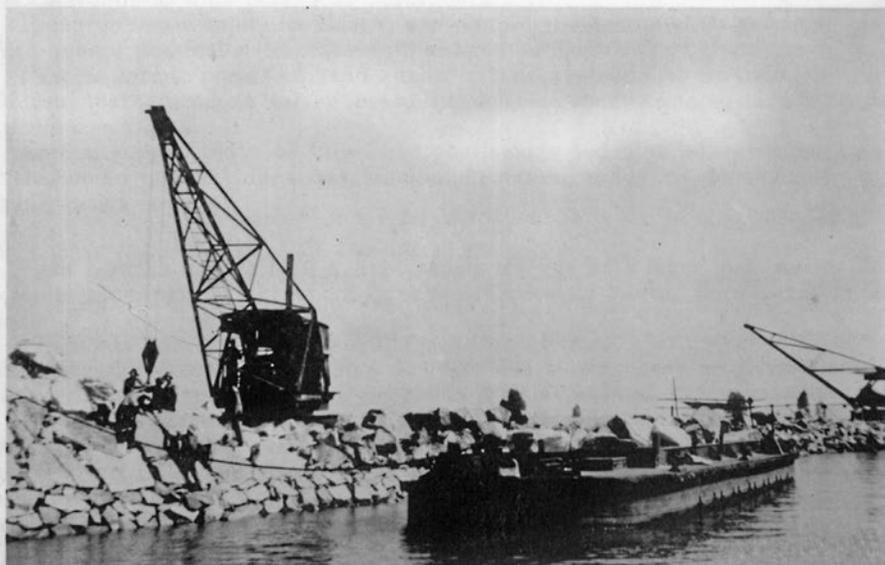
Quanto a munições [...], existem a bordo e no paiol em terra 1.665 tiros para as peças de 47 Hot.³⁷⁰ [...]. Das munições de 10 cm, foram empregados cartuchos dos carregamentos em pior estado, devido à antiguidade das pólvoras, restando apenas

³⁶⁹ O relatório técnico do chefe do serviço de artilharia, em apenso.

³⁷⁰ *Hotchkiss*.



Draga «Nan-king» nos trabalhos do pôrto artificial



Construção de molhes leste do pôrto artificial

41 – Macau, obras do porto artificial.

cerca de 30 cartuchos daqueles carregamentos, que convirá utilizar na primeira oportunidade. [...]»³⁷¹.

Pouco tempo antes, em Maio do mesmo ano, a *Pátria* (tal como a *Macau* e a lancha *Cinatti*) fora mandada realizar acções de pesquisa e salvamento de um dos dois aeroplanos espanhóis, desaparecido nos mares do Sul da China, quando se dirigiam de Hanói para Macau, no âmbito do raide aéreo Madrid-Manila. E, com alguma felicidade, logo no dia seguinte encontrou um vapor que recolhera no mar o capitão Loriga e o seu mecânico. Prometendo ao mestre chinês as 60 Patacas que este exigia pela passagem, o comandante Jaime do Inso recuperou os dois espanhóis que foram encontrar em Macau o capitão Gallarza que aí aterrara o seu aparelho, embora em dificuldade e com avarias. Com o sucesso desta operação de “*search and rescue*”, o navio-chefe *República* foi instado a navegar até às Filipinas, servindo de navio-farol a meio do percurso Macau-Manila, cidade onde recebeu as homenagens das autoridades e da comunidade espanhola ali residente.

Quase logo a seguir (22 de Maio), a canhoneira *Pátria* conduz cinco bispos e outras autoridades para a cerimónia de sagração católica de um deles na ilha de San Choan (antiga São João), junto à sepultura inicial de S. Francisco Xavier.

Entre 1909 e 1930, a canhoneira *Pátria* cumpriu inúmeras missões no Extremo-Oriente e chegou a ser uma espécie de *ex libris* de Macau, para locais e forasteiros. Mas, tendo diminuído os riscos de acções de força chinesas sobre o território e encontrando-se o governo de Lisboa empenhado numa vigorosa tarefa de redução das despesas públicas e de saneamento financeiro do Estado, chegou em 1931 a decisão de abate ao efectivo e venda deste navio, que ainda poderia ter suportado mais uns tantos anos de serviço (como se verificou).

A venda da *Pátria*

Tomada a decisão pelo ministro Magalhães Correia, desencadeiam-se localmente os procedimentos para a alienação deste património público.

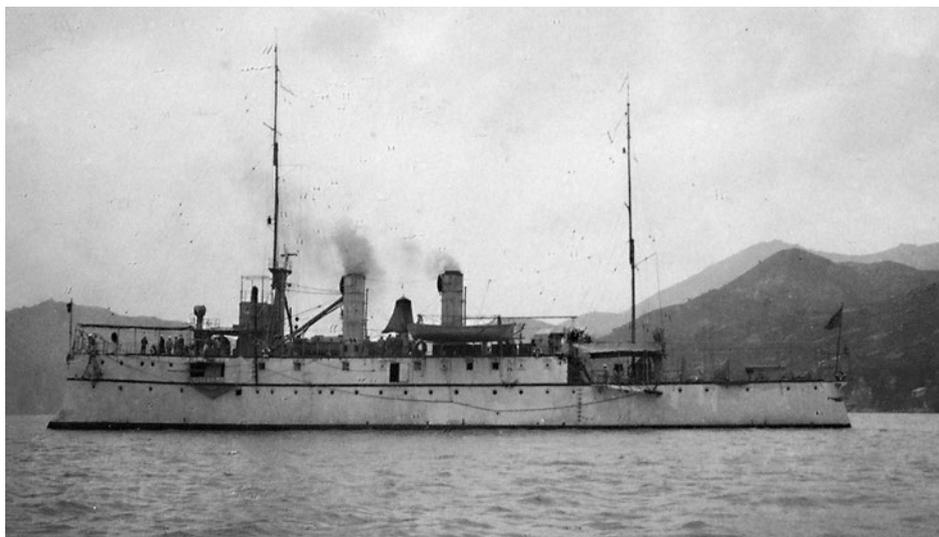
Um ofício (em papel timbrado «NRP *Pátria*») de 25 de Fevereiro de 1931 para o cônsul em Cantão, assinado pelo capitão-tenente João de Sousa Pereira na qualidade de «Comandante canhoneira *Pátria*» e de «Presidente da Comissão Encarregada da Venda da C.^a *Pátria*», reza assim: «Rogo a V.Ex.^a a fineza e mandar traduzir e fazer publicar num dos jornais mais importantes de Cantão o anúncio que junto envio e

³⁷¹ BCM-AH, Doc. Av. (CGA, 1927) Cx. 8.038.

que diz respeito à venda da Canhoneira *Pátria*. Este anúncio deverá ser publicado 3 vezes com intervalo de 3 a 4 dias, sendo a primeira antes de 1 de Março [...]. Se houver algum jornal importante em língua inglesa, no qual V.Ex.^a julgue conveniente para os interesses do Estado fazer também publicar este anúncio, muito agradeço que o faça. [...] Todas as despesas com esta publicação serão pagas pelo Conselho Administrativo da Canhoneira *Pátria*. Saúde e Fraternidade»³⁷².

E em anúncio datado de 31 de Maio do mesmo ano e assinado pelo Secretário da Comissão, Manuel Beja Corte-Real, escreve-se: «ANTIGA CANHONEIRA *PÁTRIA* VENDE-SE. Por ordem superior, a Comissão Encarregada da venda desta Canhoneira recebe de 1 a 31 de Março do corrente propostas, nas condições abaixo mencionadas, para venda desta Canhoneira, por já não servir para o serviço da Marinha de Guerra. Esta Canhoneira é vendida pronta a navegar, com todo o material que é necessário para isso, mas sem armamento de guerra e sem carvão, nem óleos». Dão-se, em seguida, as principais características do navio. E, quase a terminar: «O navio acha-se, todos os dias a partir de 1 de Março até 30 do mesmo mês, à disposição de quem o queira visitar, das 10 horas às 16.»³⁷³.

A antiga canhoneira portuguesa foi vendida a um particular, mas veio posteriormente a transitar para a posse do governo chinês e incorporado na sua marinha de guerra sob o nome de *Fu-Yu*.



42 – Canhoneira *Pátria*.

³⁷² MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 42, S16 E59 P3 89.056.

³⁷³ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 42, S16 E59 P3 89.056.

Lancha-canhoneira *Macau*

O NRP *Macau* foi outro dos navios construídos com os dinheiros da subscrição pública pós-últimato britânico. Construída em Glasgow nos estaleiros Yarrow, entrou ao serviço em 1909. Navio de pequeno pontal, próprio para navegar em águas baixas, deslocava 135t, media 36m de comprimento, era propulsionado por duas máquinas a vapor alternativas de tríplice expansão (accionando dois hélices de túnel, embebidos nas obras-vivas) alimentadas por uma caldeira aquitubular, atingindo uma velocidade máxima de 12 nós, dispunha de 2 peças *Hotchkiss* de 57mm e 3 metralhadoras, e tinha uma lotação de 2 oficiais e 33 sargentos e praças.



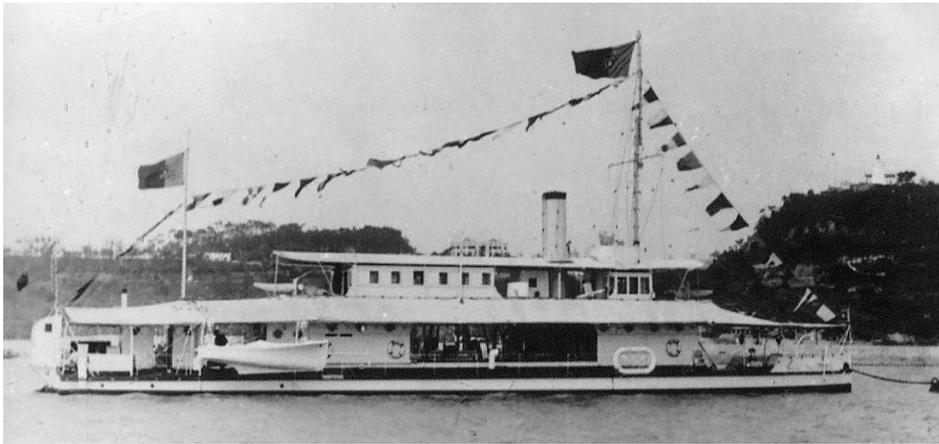
43 – Capitão-tenente Jaime do Inso, comandante da *Pátria*.

Na década de 1920, o primeiro-tenente António dos Santos Pedro comandou este pequeno navio durante um tempo mais alongado, no meio de uma sequência de outros oficiais onde se contaram Henrique Travassos Valdez, Manuel Armando Ferraz, João Azevedo e Silva, Joaquim Pereira da Fonseca e Mário Zanatti.

Entre muitas outras missões cumpridas nas águas de Macau e redondezas, podemos destacar as seguintes:

- Em Dezembro de 1922 levou o general Gomes da Costa³⁷⁴ de visita a Cantão.
- Em 1923 foi diversas vezes a Shin-Hing, pelo Rio de Oeste, para abastecer de arroz a missão católica ali existente.
- Em Fevereiro e em Maio de 1924 realizou missões no mesmo rio, em busca de embarcações que haviam sido tomadas por piratas.
- Em Janeiro de 1926, o governador Maia Magalhães e o comandante-em-chefe da força naval Ivens Ferraz foram visitar Cantão nesta lancha-canhoneira.
- Em Maio do mesmo ano participou nas operações de busca e salvamento dos aviadores espanhóis desaparecidos.
- Em Maio de 1929, a *Macau* volta à missão católica de Shin-Hing para lhe dar protecção face à guerra ali travada entre tropas nacionalistas e comunistas da província do Kuangsi, que referiremos já adiante.

³⁷⁴ Depois de ter comandado a 1ª Divisão do CEP em França e para o afastar da política de Lisboa, o general é enviado em serviço de inspecção militar para o Oriente (Macau e Goa), onde fica de 1922 a 1924 e escreve o livro *Portugal na Guerra: A Guerra nas Colónias*, que publicará no regresso, em 1925.



44 – Lancha-canhoneira *Macau*.

-E, cumprindo um ritual habitual, uma carta de 4 de Novembro de 1931 do cônsul José Luís Archer para «*The Honourable Ching Tien Koo, Mayor of Canton*» expõe o seu motivo: «*I have the honnour to inform you that the Portuguese Gunboat 'Macau' will arrive Canton tomorrow, 5th instant, and will afterwards proceed to the West River. I should be very thankful if you would be good enough to make the usual communications to the local authorities*»³⁷⁵.

Depois de tão longa vida, a *Macau* foi abatida ao efectivo dos navios da Armada em 1943. Segundo Esparteiro, «o navio foi trocado por 10 toneladas de arroz no valor dum milhão de patacas, sendo governador da província Gabriel Maurício Teixeira. A transacção efectuou-se com as autoridades militares japonesas» que então ocupavam a China.³⁷⁶

Os incidentes marítimos

Inúmeros incidentes e conflitos marítimos são referidos na documentação arquivística conservada, tanto relativa ao consulado em Cantão como às autoridades portuárias de



45 – Primeiro-tenente António Santos Pedro, comandante da *Macau*.

³⁷⁵ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 24-38, Procº 21, S16 E59 P3 89.055.

³⁷⁶ Esparteiro, *op. cit.*, Vol. 32: 46.

Macau³⁷⁷. Uns, os mais banais, referem-se à jurisdição das águas territoriais tratando-se de fiscalização da pesca local e do pequeno transporte em sampanas e embarcações motoras, pagamento de taxas e apresamentos, contrabando, roubo e pirataria, etc. Outros, mais esporádicos, derivam directamente da desordem política interna da China.

Por exemplo, em Julho-Agosto de 1920 dera-se o caso de dois navios de guerra chineses (a canhoneira *Kong-Tai* e o torpedeiro *Lui-Kin*), no quadro da guerra civil larvar existente no sul da China (contra os poderes do Norte), se terem refugiado em Macau, tendo as autoridades de Cantão pedido ao Governador de Macau a sua devolução. O cônsul em Cantão, Amadeu da Silva, confessa em ofício datado de 19 de Julho ao governador: «Receei que os agentes do Norte em Macau e Hong-Kong se lembrassem de aproveitar a sublevação naval, tomando-a como demonstração de lealdade ao Governo Central, e portanto solicitassem a intervenção de Peking para a entrega dos barcos às autoridades nordistas. Caso idêntico se deu em 1913 com a canhoneira rebelde *Tung-on*» – e felicita o Governo de Macau «e as valentes forças portuguesas sob o seu comando supremo, pela rápida e enérgica acção no incidente»³⁷⁸.

Mais frequentes eram casos como estes dois ocorridos em 1924. Um ofício do nosso cônsul de 24 de Abril para a Alfândega Chinesa de Cantão refere ter sido descoberto ópio a bordo do navio mercante português *Flores*, classificando o caso de contrabando. E um outro ofício do capitão-tenente César Gomes do Amaral, dos Serviços de Marinha de Macau para o consulado em Cantão, em 13 de Outubro, pede-lhe para que este reclame às autoridades chinesas contra os «actos de violência praticados por lanchas de guerra chinesas em embarcações de pesca matriculadas na nossa capitania. [... As] queixas apresentadas por patrões das embarcações de pesca, consistem em assaltos às mesmas, levando espingardas que as embarcações têm a bordo para a sua própria defesa, dinheiro, joias, etc. e têm lugar nas águas a SE das nossas ilhas da Taipa e Coloane, estendendo-se até à Ilha dos Ladrões, e ao sul até Sam-chau. As lanchas de guerra visadas são *Kong-son*, *Peng-Nan*, *Fei-Pang* e *Song-Hang*, empregadas pelas autoridades chinesas na fiscalização de contrabando de guerra e no do sal, sendo todas elas já antigas ao serviço desta fiscalização»³⁷⁹.

Como seria de esperar, durante a fase da guerra civil estes casos assumem uma gravidade maior, de que é exemplo o assalto feito pela lancha mandarina [i.e., do

³⁷⁷ Para o período entre 1908 e 1920, ver MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 290, Procº 12 e 311, S16 E59 P7 89.073.

³⁷⁸ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 290, Procº 12 e 311, S16 E59 P7 89.073.

³⁷⁹ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 293a, S16 E59 P7 89.076.

Mandarim de Cantão)] *Pak-Li* à embarcação de pesca *Kuong Fok-Li*, em 10 de Agosto de 1927. A respectiva participação foi entregue na capitania dos portos pelo patrão da embarcação prejudicada e enviada no dia 19 pelo governador Tamagnini Barbosa ao cônsul em Cantão, para que este desse parte ao «Governo de Cantão». O texto português leva tradução em caracteres chineses. O roubo consistiu no saque de mercadorias de arroz, peixe, sal, pólvora e balas, fatos e joias, e âncoras e chapas de ferro, uma vez que o patrão não tinha o dinheiro de \$600,00 [600 Patacas] exigido «sob o pretexto de fiscalização da taxa de fretamento de embarcações e sob o falso fundamento de apreensão de contrabandos» a que corresponderia aquela multa. Mas o valor da carga apreendida ascenderia a 1.601 [Patacas?]. O «Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo Nacionalista» responde ao cônsul em 2 de Setembro, dizendo ir averiguar junto das autoridades competentes, aparentemente sem consequências.³⁸⁰

Porém, em Abril de 1928 um novo caso semelhante ocorre, com a mesma lancha mandarina *Pak-Li*. Desta vez, foi abordada a lancha *Man-On*, que levava carga e passageiros, esclarecendo o processo que: a embarcação estaria «na área da nossa fiscalização», mas «perto da Lapa» (diz a Capitania, ouvidas várias testemunhas); que a lancha *Talone*, dos Serviços Marítimos de Macau, que estava de ronda, foi ao contacto para se informar do que sucedera e que os soldados que já ocupavam a *Man-On* não a deixaram atracar tendo antes «cruzado armas, ao passo que a lancha mandarina *Pak-Li*, que se aproximava, se preparava para fazer fogo»; que as autoridades chinesas se referem ao «navio de guerra *Pak-Lei*», cujo comandante sr. Cong Cuoc Leing foi depoente no processo chinês; que, segundo este, existia uma «ordem do Chefe da Direcção dos Serviços de Prevenção do Consumo de Ópio (Cam In Chii), do Ministério das Finanças, para cooperar com os funcionários e militares da Estação dos Serviços de Prevenção do Consumo de Ópio de Ch'in Sán, dando buscas e apreendendo contrabando de ópio, dentro das águas jurisdicionais chinesas»; que veio também prestar declarações à Capitania e ser acareado com outras testemunhas «o comandante da lancha *Pak-Li*, fardado de marítimo e com largos galões [...] intitulando-se comandante da lancha *Pak-Li* da fiscalização do ópio, etc. [...] O mesmo] desculpou-se dizendo que não estava a bordo nessa ocasião e que era costume os soldados tomarem essa atitude [...] desculpas que não podem de forma alguma justificar tal procedimento»; que «o patrão da lancha mandarina, que veio à Capitania, disse que assim tinha procedido, em conformidade com as instruções que recebera,

³⁸⁰ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 262, S16 E58 P5 89.023.

porque andava na fiscalização do ópio e tinha sabido que esta embarcação levava ópio, dizendo que, de facto, encontrara umas três latas com 3 litros de ópio cada uma. Os tripulantes da embarcação declararam que, de facto, o ópio tinha sido encontrado na bagagem de um passageiro (levava dezoito passageiros) mas que eles nada sabiam». E o oficial instrutor do processo, o capitão-tenente Almeida Pinheiro, conclui, em ar de desabafo: «Sempre a eterna questão das águas do porto interior, que não há meio de definir, o que nos causa a cada instante sensaborias semelhantes».

Na sua reclamação de 20 de Abril às autoridades de Cantão (sempre traduzida para chinês e enviada por via do consulado português naquela cidade vizinha), o governador de Macau refere ainda: «O comandante da *Pak-li* diz que passou de Malauchau por Usan-chai para ir a Chub-San por águas jurisdicionais chinesas. Sempre temos considerado todas as águas do porto interior como portuguesas e não podemos deixar de manter o nosso ponto de vista [...] para que se evitem casos semelhantes que podem prejudicar as boas relações que sempre temos mantido e desejamos continuar a manter entre Macau e Cantão». Na sua resposta, o Comissário dos Negócios Estrangeiros da Província de Kwangtung diz «ter dado instruções à delegação da Repartição de Proibição de Ópio em Chin-san para ordenar à lancha de ronda *Pak-Li* para, no futuro, exercer os actos de fiscalização dentro dos limites do nosso País, respeitando assim as relações de amizade entre os dois países».

Porém, tudo indica que a definição rigorosa desses limites continuou sem ser feita – para além das dificuldades inerentes ao “direito de perseguição”, etc. – e há notícia de que este género de incidentes, recorrentes desde há muito (e por isso justificando a permanência em Macau de meios navais de certa importância), continuou ainda ao longo de décadas³⁸¹.

Depois do período álgido da guerra civil (1925-1927), os incidentes não deixam de prosseguir. Do ano de 1929, ficaram registados os seguintes:

- As lanchas macaenses *Horta*, *Covilhã* e outras teriam sido “requisitadas” pelas tropas chinesas em Cantão.

- Ofício do governador interino de Macau ao cônsul em Cantão, em 9 de Maio, referindo «a luta que se está travando aqui no sul entre as forças de Kuangsi e as fiéis ao governo de Nanquim» e informando que «seguirá amanhã para o Rio de Oeste, com destino a Shiu Hing, a lancha-canhoneira *Macau*, a fim de prestar qualquer auxílio que lhe seja reclamado das importantes Missões do Padroado que ali temos».

³⁸¹ Todas estas citações provêm de MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 262, S16 E59 P5 89.023.

- E do mesmo para o mesmo, em 20 de Maio, pedindo protesto junto das autoridades chinesas por «no dia 13, cerca das 15 horas e 20 minutos, quando a *Macau* saía de Sam-Sui onde aportara no regresso de Shui-Hing, apesar de levar içada no mastro grande a bandeira nacional, foi alvejada, sem qualquer motivo, por cerca de 20 tiros de espingarda, um dos quais a atingiu na câmara do Comandante», referindo também «a situação de beligerância entre as facções dos dois Kuangs³⁸², no Rio de Oeste».

- Ofício (traduzido do chinês) da «Repartição do Comissário dos Negócios Estrangeiros da Província de Kuong-Tung» ao cônsul em Cantão em 18 de Maio: «Tendo começado combate na zona ao longo do Rio de Oeste; tornando-se necessário fechar imediatamente o tráfego ali, durante 14 dias aproximadamente, prazo este dentro do qual a nenhum barco, mercante ou de guerra de qualquer país que seja será permitido navegar no mesmo Rio de Oeste, determina-se que se dê disso conhecimento imediato a todos os cônsules [...] Aos barcos de guerra que porventura tenham que proteger a saída dos respectivos nacionais e transportá-los daquela fronteira, somente é permitido fazer uma viagem de ida e regresso [...]».

- E, já em 1930, há uma informação proveniente do «Comando Geral do Exército (8º Expedicionário) de Punição aos Rebeldes» de que, resolvendo «tomar precauções militares no curso superior do Rio de Oeste, decidiu, a partir de 21 de Novembro bloquear esse rio com minas e redes electrificadas, cortando por esta forma as comunicações»³⁸³.

Os tufões

Outra ocorrência típica dos mares do Sul da China eram as tempestades tropicais, ligadas ao regime das monções. De entre estes acontecimentos registados durante o período em estudo podem aqui citar-se três, porventura mais importantes, todos eles ocorridos em 1926.

Em 21 de Julho, registou-se um que varreu Macau e afectou a *Pátria* e o cruzador *República* ali fundeados, porém sem danos de maior em ambos os navios. Ivens Ferraz registou no seu livro: «O *República* [...] pegou no lódo do fundo, por ter garrado com a força do vento. Como, porém, o tufão passasse longe e o vento não excedesse 70 a 80 quilómetros, levantando pouco mar, não houve consequências do encalhe»³⁸⁴.

³⁸² Na realidade, era o exército nacionalista de Chiang Kai-Sheck que atacava as tropas comunistas rebeldes da província de Kuangsi.

³⁸³ Todas estas transcrições provêm de MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 42, S16 E59 P3 89.056.

³⁸⁴ Ferraz, *op. cit.*: 250.

A 27 de Setembro um novo tufão passa sobre Macau, que fez encalhar o *República* «sem avaria no lódo para as bandas da Lapa», levando o seu comandante a comunicar para Lisboa alguns dias depois: «Devia talvez fazer agora referência a esse acontecimento, mas como ainda se está procedendo a vagarosa dragagem para desencalhe do navio, julgo que o assunto deve ser tratado com maior desenvolvimento depois de concluídos esses trabalhos. Devo no entanto informar V.Ex.^a de que este tufão foi anormal, surpreendendo os observatórios de Hong-Kong e Macau, os quais só poucas horas antes da passagem do meteoro anunciaram a sua aproximação à região. O navio continua sem a menor avaria, devendo fazer-se a primeira experiência de o flutuar no próximo dia 12 de Outubro»³⁸⁵.

Acerca deste temporal, escreveu Jaime do Inso um relatório descrevendo a forma como a canhoneira *Pátria* o enfrentou: «[...] Na noite de 26 para 27 começou a refrescar o vento, do NNE, que era do tufão que há dias vinha sendo anunciado e que se aproximava com velocidade inesperada.

Contudo, enquanto soprou do NNE a E, um tanto ao abrigo da ponta Sheng-Ma-Kok, o navio aguentou-se bem só com um ferro, apesar das rajadas fortes de força 10, mas logo que rondou mais para o SE e começou a levantar-se vaga, o navio começou garrando, pelo que às 11h40 se largou o ferro de EB, ficando o navio amarrado com 45 bb de amarra de cada ferro.

A mínima leitura do barómetro foi de 744m/m, cerca das 10h30, e o vento tempestuoso, de rajadas fortíssimas [...] Entetanto, o navio continuou garrando muito lentamente, não sendo possível ajudar as amarras com a máquina a vante devagar se não muito raramente [...]. Por isso e para evitar cair sobre a outra margem, às 16h45, sendo o vento já menos tempestuoso, mudou-se de fundeadouro, sob ferros, suspendendo um e andando com as máquinas a largá-lo novamente, para depois voltar a suspender o outro, até que o navio ficou fundeado a meio do rio [...] tendo-se mantido durante a noite uma vigilância contínua porque o tempo ainda não estava seguro.

O centro do tufão, classificado de *severo* e *full typhoon* nos comunicados recebidos pela TSF, devia ter passado a umas 25 milhas ao sul, não se tendo felizmente registado nenhuma avaria a bordo, e apenas partido a cruzeta do mastaréu de vante. Mais tarde, verificou-se que o cepo do ferro de EB ficou um pouco torcido e que alguns elos das amarras apresentam os estais aluídos, pelo que precisam ser reparados na primeira docagem. [...]

³⁸⁵ Ferraz, *op. cit.*: 291.

Durante o tufão, passaram à vista, sobre embarcações destroçadas, alguns naufragos que subiam o rio com o vento e a enchente e que, devido à muita vaga e vento, não puderam ser socorridos, mas um deles, que vinha na direcção do navio, agarrou-se à amarra e foi recolhido a bordo, tendo vindo para Macau [...]»³⁸⁶.

Pelo relato, percebe-se que esta já idosa mas forte canhoneira aguentou melhor o temporal do que o cruzador *República* (de facto, um *sloop*, ou aviso, na nossa terminologia), que garrou logo no início apesar de estar amarrado a uma boia cuidadosamente fundeada. Mas o comandante do cruzador felicita-se da sorte de ter encajado em lodo mole, «pois que, se não fosse isso, teria ido parar às pedras da praia, na ilha da Lapa»³⁸⁷.

Por último, duas semanas depois, em 9 de Outubro, uma nova tempestade assola o território, desta vez com efeitos benignos sobre o cruzador, pois que a enchente das águas o ajudou a libertar-se do lodo em que estava assente, levando o governador a telegrafar pressuroso para o seu ministro: «*República* desencalhado»³⁸⁸. E o comandante Ivens Ferraz escreveu: «[...] logo pensei que este novo tufão poderia trazer, com a maré própria, a mais simples e económica maneira de desencalhar o navio. Prevendo isso, mandei fundear o ferro de BB com 75 braças de amarra, direito pela proa fora, e o ferro de EB com a mesma porção de amarra pela amura respectiva, ambos nos maiores fundos. [...] Às 10h30m do dia 9, como eu esperava, com a maré do tufão o navio começou a dar uns quase imperceptíveis balanços, que indicavam uma tendência para a flutuação. Mandei imediatamente aprontar a máquina e o guincho. [...] Às 11 horas [...] com a máquina e o guincho a trabalhar, em poucos minutos estava completamente desencalhado [...]. Devo, porém, dizer que no dia 9 a maré atingiu 4,05m, o que quer dizer que, mesmo sem dragagem alguma, o cruzador *República* teria desencalhado na maré desse dia»³⁸⁹. É caso para pensar que, além de *gentleman*, o comandante era também um excelente marinheiro.

Naturalmente, estas tempestades não eram só um perigo para a navegação, como provocavam geralmente vítimas entre a população mais desprotegida (mormente os que trabalhavam ou viviam em muito pequenas embarcações) e danos materiais em estruturas terrestres ou em trabalhos de engenharia que estivessem em curso. Por exemplo, um «Relatório da Direcção das Obras dos Portos sobre o Tufão de 20 de

³⁸⁶ BCM-AH, Doc. Av. (CGA, 1927) Cx. 8.038.

³⁸⁷ Ferraz, *op. cit.*: 302.

³⁸⁸ MNE-ID, China Legação Pequim, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2, Procº 51.

³⁸⁹ Ferraz, *op. cit.*: 303-304.

Agosto de 1927»³⁹⁰ (com desenhos, e data de 30 de Novembro seguinte), dá conta desses prejuízos. E também o cruzador *República* «sofreu várias amolgadelas no casco quando embateu com o molhe exterior do porto e partiu as pontas da pá do hélice»³⁹¹.

Os navios vindos de Lisboa

Se a estadia de navios da Armada portuguesa em Macau era corrente na segunda metade do século XIX³⁹², a insuficiente renovação dos meios navais que veio com o final da “época das corvetas e canhoneiras mistas” reduziu durante alguns anos em Macau a presença dos navios oceânicos de maior porte e valor militar. Ainda assim, o remodelado cruzador-couraçado *Vasco da Gama* passou por Macau duas vezes, em 1904³⁹³ e em 1910³⁹⁴; o cruzador *Adamastor* ali esteve em 1900-1901, 1904-1905 e 1912-1913; o cruzador *Rainha D. Amélia* permaneceu em Macau mais de um ano, em 1909-1911³⁹⁵; e o pequeno cruzador *S. Gabriel*, comandado pelo capitão-de-fragata António Jervis de Atouguia Pinto Basto, no decurso da sua inaugural viagem de circum-navegação, lançou ferro frente a Macau (e Hong-Kong) em Agosto-Setembro de 1910, de onde o autor desenhou também mais algumas belas imagens de embarcações chinesas³⁹⁶.

Apesar da limitação de meios então existente, é pois no quadro da grande crise chinesa de 1925-28 que Portugal volta a ter no Extremo-Oriente navios de guerra oceânicos em comissão, constituindo uma força naval, perante as eventuais ameaças à soberania que exercia em Macau e pelas necessidades da política externa de Lisboa de afirmar os seus interesses e posições ao lado das restantes Potências estrangeiras, numa China revoltada contra elas e, simultaneamente, em gravíssima desordem interna.

Vejamos, seguidamente, os principais tópicos que caracterizaram a ida desde Lisboa dos cruzadores ligeiros *República* e *Adamastor*, e dos transportes-de-guerra *Gil Eanes* e *Pero de Alenquer*.

³⁹⁰ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau) Cx. 206.

³⁹¹ Esparteiro, *op. cit.*, Vol. 30: 147.

³⁹² Vide o levantamento feito por Adelino Rodrigues da Costa em *A Marinha Portuguesa em Macau*, 1999: 39-42.

³⁹³ Um ofício do nosso cônsul em Changai para o MNE, a 5.Mar.1904, dá conta da chegada do navio àquele porto, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Vasco de Carvalho (MNE-ID, China Consulados Cantão e Changai, Cx. 574).

³⁹⁴ Segundo Maurício de Oliveira, dali o navio foi a Port Arthur, às festividades com que os japoneses assinalaram a posse desta importante posição estratégica, decorrente da guerra ganha contra a Rússia (in *Duas Naus e Um Cruzador*, 1945: 62-64).

³⁹⁵ Dados de Adelino Rodrigues da Costa, in *A Marinha Portuguesa em Macau*, 1999: 44-45.

³⁹⁶ Ver A. J. Pinto Basto, *Cruzador S. Gabriel: Viagem de circum-navegação*, 1912: 267-286.

O cruzador *República*

Desde 8 de Abril de 1925 que, em officio para o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha solicita a concessão de passaporte diplomático para o capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Ivens Ferraz, tendo em vista a missão internacional que já se previa ele fosse desempenhar no Extremo-Oriente³⁹⁷.

No dia 25 de Junho de 1925, o Estado-Maior Naval entrega ao comando do cruzador *República* umas «Instruções Especiais nº 22» do seguinte teor:

«Situação

1º - Um movimento dirigido contra os europeus nasceu e tem alastrado por toda a costa da China, pondo em risco a tranquilidade das possessões das potências europeias naquela região e as vidas e os haveres dos estrangeiros residentes nas Concessões e nos diversos portos do litoral chinês. A esse movimento conserva-se aparentemente alheio o Governo central da China. Boletins de informações serão oportunamente enviados se houver novas e mais detalhadas informações.

Missão

2º - Cooperar com as forças nacionais que se venham a concentrar no Extremo-Oriente, na defesa dos interesses e prestígio do Estado e dos particulares que possam vir a ser affectados pelo movimento, obrando sempre de acordo com as autoridades portuguesas (Governador da província de Macau e agentes diplomáticos e consulares portugueses) e com o Comandante-em-Chefe das forças navais internacionais, se tal comando se vier a constituir, e assumir o Comando-em-Chefe efectivo das forças navais portuguesas reunidas na China, sendo o official de marinha mais graduado ou mais antigo que lá se encontre, se assim for julgado mais conveniente, depois de prévio acordo com o Governo da Província de Macau, ou collocando-se sob as ordens de outro official de marinha mais antigo, se outro houver nestas condições exercendo comando no mar.

3º - Procurar por todas as formas atingir Macau o mais rapidamente possível, sem contudo prejudicar com isso a eficiência militar do navio.

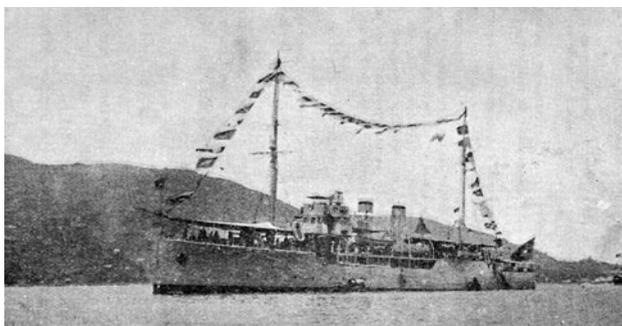
Execução

4º - O cruzador *República* largará para Macau em ocasião oportunamente indicada, fazendo a viagem para aquele porto com a maior rapidez. Para esse fim tocará nos seguintes portos de escala: Port-Said, Aden e Singapura [...].

5º - Caso encontre, como é natural, muito forte a monção de SW no mar da Índia, poderá tocar em Colombo, Penang ou Pulo-wai [...].

³⁹⁷ Ver BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), nº 80 a 85.

6º - Chegado a Macau, que ficará sendo o seu porto de estacionamento, combinará com o Governador daquela colónia as medidas a tomar para garantir completo êxito à missão de que está encarregado, mas terá em vista: 1º Que todas as operações a realizar



46 – Cruzador *República* em Macau, em dia festivo.

em terra por forças de marinha só se poderão efectuar mediante combinações entre o comando das forças navais ou navio e o Governador da província, e por ordem do primeiro; 2º Que o referido Governador não tem interferência a bordo.

7º - Nos portos do Extremo-Oriente em que tocar, prestará todo o auxílio às autoridades diplomáticas e consulares portuguesas [...].

8º - Conduzirá para Macau o material de guerra que lhe for entregue pelo Ministério das Colónias [...].

10º - Comunicará telegraficamente para o Comando-Geral da Armada todas as informações que julgue convenientes [...]»³⁹⁸.

Munido desta carta-de-missão, o comandante Ivens Ferraz larga de Lisboa com o *República* no dia 28 de Junho, cumpre o plano de viagem e chega a Macau a 15 de Agosto. Entretanto, largara também do Tejo a 10 de Julho o navio-transporte *Gil Eanes*, com reforços de tropas e material de guerra para o território.

Quanto ao encargo financeiro desta missão, um ofício do chefe de gabinete do Ministro da Marinha para o seu homólogo das Colónias em data de 26 de Junho esclarece que o cruzador *República* vai partir amanhã para o Extremo-Oriente e que, por um decreto de 1919, «as guarnições dos navios de guerra em serviço de soberania nas colónias têm direito



47 – Capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Ivens Ferraz, comandante do *República*.

³⁹⁸ BCM-AH, Núcleo 419 (Documentação confidencial) nº 346B.

a perceber, além dos vencimentos que lhes compitam pelas tabelas desse decreto e respectivas alterações, a percentagem de 50% sobre todos os seus vencimentos, a qual será encargo do Ministério das Colónias. Consequentemente, quando o navio se encontrar prestando serviço nas colónias do Oriente terá a respectiva guarnição os vencimentos na moeda do país, que neste caso é a Pataca, acrescidos de 50%, sendo os encargos deste acréscimo satisfeitos pelo Ministério das Colónias»³⁹⁹.

Da guarnição faziam parte o capitão-tenente Eduardo Vilarinho, o imediato, e tenentes como Eugénio Conceição Silva, Albano de Oliveira ou Frederico Cruz. O *República* era um *sloop* inglês (ex-*Gladiolus*) que Portugal recebeu em 1920 aproveitando as sobras de guerra, ao qual foi atribuída a classificação de cruzador (certamente um cruzador “muito ligeiro”), e posteriormente reclassificado como “aviso de 2ª classe”, mais conforme às suas características náuticas e militares. Mas era um bom navio com casco de aço, de 1.250t, com 78m de comprimento, duas caldeiras a carvão (duas chaminés), máquina alternativa a vapor e um hélice, com uma autonomia de 4.500 milhas e 16 nós de velocidade máxima, dispondo de TSF e armado com 2 peças *Vickers* de 101mm (em caça e em retirada), 2 *Vickers* de 76mm e 2 *Hotchkiss* de 47mm. A sua lotação era de 7 oficiais e 142 sargentos e praças.

A viagem até Macau, longa de 8.900 milhas e 29 dias (a uma velocidade média de 12,5 nós), com diversas beneficiações oficiais pelo meio que não tinham podido ser feitas em Lisboa, decorreu sem problemas. E a actividade do cruzador no Extremo-Oriente foi intensa e importante, apesar da relativa escassez de meios do navio. Deixamos, abaixo, alguns apontamentos dos passos mais significativos ou singulares dessa sua actuação.

- Telegrama recebido a 17 de Agosto no Ministério da Marinha vindo do comando do cruzador *República* informa: «Macau em 17, às 13h 45m – Nos termos das instruções dadas assumi o comando da força naval China. (a) *República*»⁴⁰⁰.

- Extracto do Ofício nº 50 do comando do *República*, de 19 de Agosto, acabado de chegar a Macau: «[...] Já fiz uma viagem de reconhecimento ao campo provável das operações no Rio de Oeste e do lado de Chin-San, e vou nomear uma comissão composta por oficiais de marinha que melhor conhecem a situação para elaborarmos o plano de defesa naval que será depois discutido com os oficiais do quartel-general das forças de terra. Devo finalmente informar V.Ex^a. que não há entendimento algum com os comandos estrangeiros sobre a nossa acção militar nas várias hipóteses a prever, designadamente no caso especial de ter de se recorrer às hostilidades.

³⁹⁹ BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min.Mar.), nº 80 a 85.

⁴⁰⁰ BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), nº 80 a 85.

Ligados à Inglaterra por uma aliança de séculos e ainda dadas as circunstâncias actuais em que a China se manifesta contra todos os estrangeiros, a nossa política há-de naturalmente acompanhar também no Extremo-Oriente a política dessa nação e, portanto, no caso de guerra, estender-se-á o nosso *front* pelo Rio de Oeste, Lapa e Chin-San.

Pelo que tenho observado nestes poucos dias, não julgo provável ter de se recorrer desde já às hostilidades porque os próprios ingleses parecem estar a encher-se de razão e a ganhar tempo com o fim de preparar uma acção decisiva. Nessa acção é indispensável, a meu ver, a nossa colaboração.

No entanto, é indispensável que estejamos preparados para qualquer eventualidade porque, se os chinas tomarem por medo esta posição hesitante dos europeus, são capazes de tentar *raids* mais audaciosos do que aqueles que há poucos dias efectuaram em território inglês perto de Hong-Kong.

Na ilha da Lapa os chinas construíram uma torre com uma peça sem grande valor virada para o porto [de Macau] e, segundo me informam, estão lá aquartelados cadetes da escola militar revolucionária de Wampo (exército vermelho china), comandados por oficiais russos.

Contra estes actos manifestos de ocupação, o governo português não esboçou o mais leve protesto, mas os chinas, por seu lado, não perdem o ensejo de firmar os seus direitos, tendo até proibido mais de uma vez os mainatas de Macau de irem lavar roupa à Lapa, e até têm ameaçado proibir que aí se vá buscar água para abastecimento da cidade de Macau.

Aparentemente, Macau está na mais perfeita tranquilidade mas os próprios chinas da cidade dizem na sua língua pitoresca que a questão é agora com os gigantes, e que depois serão esmagados os mosquitos [...]»⁴⁰¹.

- Em boa inteligência com o governador interino e com o chefe do estado-maior das forças terrestres, o comandante Ivens Ferraz conta no seu livro ter elaborado logo no início de Setembro um plano de defesa marítima de Macau envolvendo os três navios da Forças Navais do Oriente (o *República*, a *Pátria* e a *Macau*), onze lanchas armadas da capitania dos portos, duas vedetas torpedeiras, quatro embarcações motoras, os rebocadores das Obras do Porto e os batelões e outros dispositivos não-autónomos ali existentes. Em caso de alarme, estas unidades deveriam concentrar-se em seis zonas previamente escolhidas, incluindo todo o leste da península de Macau (A), o canal norte da Taipa e a defesa exterior das ilhas (B), na linha de barragens a norte da Ilha Verde (C), em prontidão para um contra-ataque rápido com torpedos (D), no porto

⁴⁰¹ BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), nº 80 a 85.

interior em posição defensiva abrigada (E) e junto às ilhas da Taipa e Coloane (F). O armamento e municiamento destas posições estavam contemplados, bem como o regime de prevenção do pessoal, o fornecimento de mantimentos, a mobilização militar do serviço radiotelegráfico, a previsão de um campo de concentração de prisioneiros na Taipa e de um parque de recolha para as embarcações apresadas⁴⁰². Na sua complementaridade com as forças do Exército, tentava-se montar um dispositivo bélico capaz de resistir a uma tentativa de invasão por mar de forças chinesas adversárias, previstas serem de armamento e eficácia rudimentares, sem artilharia pesada nem aviação.

- Telegrama de Macau em 10 de Outubro de 1925 para o Ministério das Colónias informa: «Cruzador *República* está Hong-Kong desde oito correntes»⁴⁰³. De facto, depois de sofrer algumas beneficiações de que carecia, o *República* trouxe de Hong-Kong para Macau no dia 18 o novo governador, tenente-coronel Maia Magalhães, indo em seguida realizar exercícios de tiro da artilharia principal (com tubo reduzido) a sul de Coloane, com bons resultados. Dias depois, exercitou também a sua força de desembarque, uma companhia de 120 homens, com secção de quartéis a assegurar o abastecimento.⁴⁰⁴

- No início de Novembro, o *República* colabora na localização de dois missionários americanos capturados por bandidos em St. John Island, 80 milhas a sudoeste de Macau, acção pela qual virá a ser agradecido pelo *USA State Department* em seu ofício de 25 de Janeiro de 1926 para o Ministro de Portugal em Washington⁴⁰⁵.

- Ainda em Novembro, o cruzador fez nova visita a Hong-Kong, desta vez em representação oficial, para apresentação de cumprimentos ao novo governador da colónia, Sr. Cecil Clementi, e que incluiu uma cerimónia no dia 11 de celebração aos mortos da Grande Guerra, com a participação de destacamentos dos navios presentes. Mas, na sua ausência de Macau, logo incidentes ali aconteceram, com o apresamento de uma barca de água por chineses da Lapa, a instalação de dois *blockhouses* artilhados naquela ilha impedindo qualquer aproximação e a acção intimidatória do vapor português *Guarda* desde há tempo tomado pelos comunistas de Cantão e transformado em navio de guerra.⁴⁰⁶

- No início de Dezembro, correu a notícia de que os estrangeiros residentes em Hoihow, na ilha de Hainan, ao sul da China e no caminho do golfo de Tonkin, poderiam estar em perigo devido aos conflitos sobre o comércio externo, pelo que o

⁴⁰² Ver Ferraz, *op. cit.*: 65-68.

⁴⁰³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

⁴⁰⁴ Ver Ferraz, *op. cit.*: 94-95 e 101.

⁴⁰⁵ Ver MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

⁴⁰⁶ Ver Ferraz, *op. cit.*: 107-110 e 115-116.

República ali se deslocou, conferenciando com o comissário das alfândegas Sr. José Nolasco e contribuindo para repôr o sossego naquela comunidade.⁴⁰⁷

No Verão de 1926 dá-se um daqueles *qui-pro-quo* em que a política e a acção institucional são férteis, com novo governo militar em Lisboa a ordenar o regresso do cruzador, este a empreender tal derrota mas, chegado a Singapura, o primeiro porto de escala, a receber contra-ordem para voltar para Macau e Mar da China, onde permaneceria mais um ano. Veja-se a seguinte troca de comunicações:

- Ofício de 15 de Junho de 1926 do novo Ministro da Marinha, Jaime Afreixo, para o Ministro das Colónias: «Em referência ao ofício nº 84, de ontem, da 2ª Repartição da Direcção-Geral das Colónias, tenho a honra de informar V.Ex^a. que concordo com o parecer de V.Ex^a. para que o cruzador *República* se conserve nas águas de Macau até ulterior resolução e nesse sentido vão ser transmitidas instruções ao Comando do referido navio. Saúde e Fraternidade»⁴⁰⁸.

- Porém, no mesmo mês de Agosto, o cruzador recebe ordem de Lisboa para regressar à Metrópole. Estava em Hong-Kong, abastece-se, vai a Macau e larga no dia 16 para uma primeira escala em Singapura, donde porém retornou devido a contra-ordem.⁴⁰⁹

- Telegrama do novo Ministro das Colónias, João Belo, para Macau em 20 de Agosto: «*República* está Singapura recebeu ordem regressar Macau. Depois chegada *República* e após primeira agressão proceder energicamente destruindo construções terreno neutro comunicando previamente nosso cônsul Cantão decisão enérgica estamos resolvidos tomar custe que custar sendo necessário seguirá *Adamastor*. Informar total praças precisa completar efectivo. Evitar sempre auxílio inglês Hong-Kong. (ass.) Ministro»⁴¹⁰.

De facto, em Agosto-Setembro, a situação agravara-se na China, no que toca ao relacionamento com as Potências, com um incidente na zona de Hankow em que se registaram 7 mortos e 15 feridos da *Royal Navy* (incluindo um capitão-de-fragata). E em Macau crescera a ansiedade, face às ameaças dos agitadores junto às Portas do Cerco, que terão justificado o regresso do cruzador, como também se percebe de um ofício de Ivens Ferraz ao governador interino em 8 de Setembro, no qual solicita um melhor esclarecimento da sua missão nas actuais circunstâncias.⁴¹¹

⁴⁰⁷ Ver Ferraz, *op. cit.*: 121-128.

⁴⁰⁸ BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), nº 80 a 85.

⁴⁰⁹ Ver Ferraz, *op. cit.*: 259-260 e 265-266.

⁴¹⁰ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

⁴¹¹ BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), nº 80 a 85; e Ferraz, *op. cit.*: 271-279.

O cruzador *República* continuou baseado em Macau no resto do ano de 1926 e inícios de 1927, com as indispensáveis idas a Hong-Kong para reabastecimentos, docagens e reparações.

Em capítulo posterior será referida com algum detalhe a missão desempenhada por este navio no porto de Changai entre Março e Julho de 1927, quando desembarcou uma força que permaneceu em terra durante três meses, integrada no esquema de segurança da Concessão Internacional, quando o exército nacionalista de Chiang Kai-Shek tomou a cidade e nela impôs a sua ordem política. O navio chegou ali ainda no Inverno, com frio e neve, sendo necessário recorrer ao “vestir capotes” para proteger minimamente a marinagem de tais rigores climáticos. É também nesta época que, verificando-se que o alcance da TSF do navio, de 800 a 1.300 milhas, não lhe permitia comunicar com Macau, o tenente Gabriel Prior foi capaz, com os recursos de bordo, de adaptar os equipamentos para transmissão em onda curta, assegurando-se as ligações diárias com o governo de Macau e com os NRP *Adamastor* e (em breve) o *Pero de Alenquer*.

O último relatório do comandante Ivens Ferraz de bordo do *República* foi expedido de Singapura em 7 de Setembro de 1927, já no regresso definitivo do navio à Europa e no meio de mais um conjunto de decisões mal planeadas respeitantes à rendição de guarnições e transporte de reforços para o Exército em pessoal e materiais (mal)-articulados com a viagem do transporte *Pero de Alenquer*. Com a notícia da sua promoção por distinção a contra-almirante e o necessário desembarque do cruzador, para regressar a Lisboa em paquete, concluía-se um notável repositório de informações sobre os agitados últimos anos vividos no Extremo-Oriente, captados pelo olhar atento deste oficial e vertidos em boa linguagem para o enorme acervo de relatórios por ele despachados para Lisboa, recolhidos na sua maior parte nas páginas do livro *O Cruzador ‘República’ na China*, aqui já tantas vezes citado. De resto, é o próprio autor que escreve: «É este o último relatório que eu mandarei a V.Ex^a. sobre os acontecimentos da China, terminando assim para V.Ex^a. o incómodo da leitura dos meus fastidiosos escritos. Visto eu ter feito a descrição, o mais minuciosa que me tem sido possível, das diferentes fases da guerra da China, julgo meu dever completar essa descrição até ao dia da minha saída, para que fique registado, ao menos nos arquivos do cruzador *República*, o que se passou na China desde o incidente de Shameen até à resignação de Chiang Kai-Shek, dois anos mais tarde [...]»⁴¹².

O *República*, agora sob o comando do oficial imediato, capitão-de-fragata Eduardo Vilarinho, prosseguiu a sua derrota para Lisboa, com escalas em Colombo,

⁴¹² BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), n° 80 a 85; e Ferraz, *op. cit.*: 641.

Port-Louis (Ilhas Maurícias), Lourenço Marques e Luanda, onde chegou a 2 de Dezembro. Aqui houve transmissão de comando, que passou para o capitão-de-fragata Sales Henriques. O navio demorou-se ainda algum tempo em Angola, regressando finalmente a Lisboa a 18 de Abril de 1928.

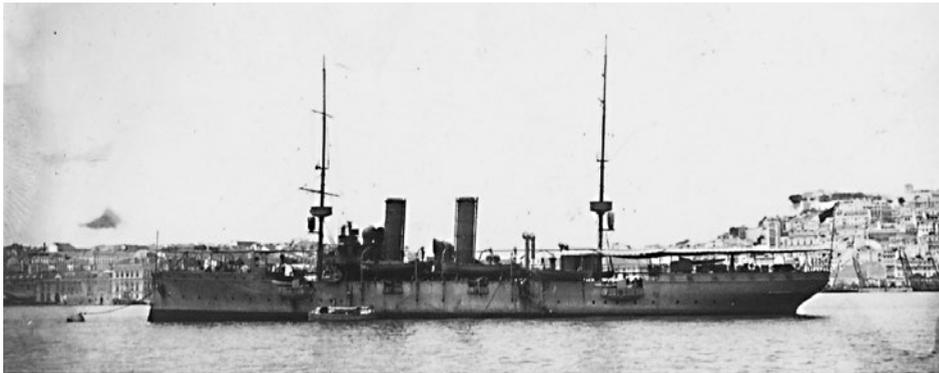
O cruzador *Adamastor*

O cruzador *Adamastor* – ainda outro dos “navios do ultimato” – era, de facto, um modesto cruzador ligeiro, construído em Livorno, Itália, e que havia entrado ao serviço em 1897. Levava já cerca de trinta anos de serviço, limite de vida então geralmente considerado, o que fazia dele um “navio velho”. Tinha um casco em aço de apenas 74m de comprimento, deslocava 1.750t, era propulsionado por quatro caldeiras aquitubulares alimentadas a carvão (com duas chaminés) e máquinas alternativas accionando dois hélices que deitavam uma velocidade de 18 nós e permitiam uma autonomia de 5.500 milhas marítimas. Dispunha de TSF e de uma boa artilharia com 2 peças de 120mm *Schneider-Cannet* (no castelo e no tombadilho) e 4 de 105mm *Krupp* (em embonos às amuradas), além de várias *Hotchkiss*, metralhadoras *Nordenfeld* e tubos lança-torpedos submersos. A guarnição normal compunha-se de 14 oficiais e 192 sargentos e praças.

Em 1926, era comandado pelo capitão-de-fragata Jorge Parry Pereira (com o capitão-tenente Francisco Rebelo como imediato e o tenente Gabriel Prior como encarregado da pilotagem) quando em 7 de Julho largou do Tejo para ir representar o país na Exposição de Internacional de Filadélfia.⁴¹³ Depois, voltou a Lisboa e em Outubro seguiu para o Brasil, a fim de estar presente em nome de Portugal na cerimónia de posse do novo Presidente da República. Estacionou no Rio de Janeiro de 11 de Novembro até 1 de Dezembro. O cronista naval Maurício de Oliveira, possivelmente baseado em relatos orais, conta um episódio de pancadaria que se teria passado entre os oficiais do navio e os redactores ou funcionários de um jornal carioca que havia maliciosamente exagerado o número de marujos que haviam desertado do cruzador, mas esta terá sido uma ocorrência que não beliscou as relações diplomáticas bilaterais nem entrou em qualquer registo disciplinar dos intervenientes.

Depois de ter tocado a Baía e estado quase um mês em Luanda e duas semanas em Lourenço Marques, o *Adamastor* largou para o Extremo-Oriente a 5 de Março de 1927 com escalas em Mahé (nas Seychelles) e Singapura, atingindo Macau em 11 de Abril.

⁴¹³ Ver ofício do Ministério da Marinha para os Negócios Estrangeiros em BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), nº 80 a 85.



48 – Cruzador *Adamastor*.

Permaneceu em estação durante pouco mais de dois meses na colônia⁴¹⁴. No dia 3 de Julho o cruzador soltou rumo para o norte chegando ao porto de Changai no dia 6, para render o *República* nessa missão.

A partir de 19 de Julho manteve desembarcado em terra um pelotão de 30 praças sob o comando de um segundo-tenente, a pedido do coronel inglês Gordon e por indicação do cônsul de Portugal. Como já acontecera com a *Pátria* em 1924 e com o *República* nos meses antecedentes, a força de desembarque do *Adamastor* ficou aboletada no Club Lusitano.

Em 3 de Setembro do mesmo ano, em Hong-Kong, o comandante Parry Pereira recebeu de Ivens Ferraz o encargo do comando-em-chefe das Forças Navais portuguesas no Oriente, despedindo-se o *República* para regressar à Europa.

O cruzador *Adamastor* permaneceu em Changai nos meses seguintes (nove, no total). Finalmente, o comandante Parry Pereira anuncia ao nosso cônsul em Cantão a saída do seu navio no dia 3 de Março de 1928, para regressar a Lisboa. Idêntica despedida terá sido feita ao Comando Militar Britânico de Changai, já que, em ofício da mesma data, este escreve ao cônsul Paula Brito dizendo. «*I much regret that*



49 – Capitão-de-fragata Jorge Parry Pereira, comandante do *Adamastor*.

⁴¹⁴ Em Agosto de 1927, o *Adamastor* pede autorização para comprar um escaler a gasolina por 3.500 Patacas, por ter o seu avariado e ir devolver o que tinha de empréstimo do *Pero de Alenquer* (BCM-AH, Doc. Av., (CGA), Cx. 8.038).

I was unable to see Captain Parry Pereira before he left Shanghai. I trust, however, that you will convey to him and the officers and men of the Cruiser Adamastor our great appreciation of the help and friendly co-operation they have always afforded the troops under my command, and to express our best wishes for the future»⁴¹⁵.

Em Março de 1928, em Hong-Kong, Parry Pereira entregou o comando da força naval ao comandante da canhoneira *Pátria*. Com efeito, num papel timbrado «Forças Navais do Oriente» - Ordem nº 11, a bordo do *Adamastor*, em Hong-Kong, aos 8 de Março de 1928, pode ler-se: «Retirando hoje para a Metrópole, por ordem superior, o cruzador *Adamastor*, assume nesta data o cargo de Comandante das Forças Navais do Oriente o capitão-tenente Jaime Correia do Inso, cargo que lhe foi entregue pelo capitão-de-fragata Jorge Parry Pereira»⁴¹⁶. Nesse momento encontraram-se em Hong-Kong, além do *Adamastor* e da *Pátria*, também o transporte *Pero de Alenquer*.

Posto isto, o *Adamastor* empreendeu a viagem de regresso, tocando Sabang, Colombo, Perim (à entrada do Mar Vermelho), Suez e Port-Said, e entrando no Tejo a 14 de Abril, sempre sob o comando do mesmo oficial.

O serviço dos navios-transporte da Armada para o Extremo-Oriente

Na década de 1920 não existiam carreiras regulares de navios portugueses para o Oriente. O envio de funcionários, cargas e mesmo correio era feito por navios estrangeiros. Por motivo da situação na China, o governo de Lisboa decidiu reforçar a presença militar em Macau e naqueles mares, também com o envio de dois navios-transporte da Armada, o *Gil Eanes* em 1925 (e depois em 1932) e o *Pero de Alenquer* em 1927, ambos apreendidos aos alemães em 1916 e que agora içavam a bandeira portuguesa e a flâmula da Armada⁴¹⁷.

A primeira viagem do *Gil Eanes*

O *Gil Eanes* (ex-*Lahneck*) era um bom navio construído em 1914 que deslocava até 4.400t, de 88m de comprimento, uma máquina propulsora a vapor de tríplice expansão

⁴¹⁵ Tudo provém de MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 8, S3 E126 P2 40.332.

⁴¹⁶ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau) Cx. 207.

⁴¹⁷ Apesar disso, só o primeiro deles é referido de forma breve na obra do comandante Sousa Mendes intitulada *Setenta e Cinco Anos no Mar, 1910-1985* (14º Vol., de 2004, p. 181-208), e por Adelino Rodrigues da Costa no seu *Dicionário de Navios e Relação de Efemérides*, de 2006, a p. 145-146. Por tal razão, as nossas fontes de informação fundamentais sobre os movimentos destes navios no Oriente, além do já citado livro de Freitas Morna, foram os respectivos Diários Náuticos, sempre omissos em outras matérias que não as da navegação (BCM-AH, Núcleo 63, nº 1 para o *Gil Eanes*; e Núcleo 241, nº 1 para o *Pero de Alenquer*).

(com um hélice) alimentada por duas caldeiras a carvão, que tinha 2 peças *Hotchkiss* de 47mm como armamento e uma guarnição de 8 oficiais e 99 sargentos e praças. Entre 1916 e 1918 aparelhou como cruzador-auxiliar ao serviço da Armada portuguesa. Depois foi desarmado e reintegrado no efectivo apenas em 1924, já como navio-transporte.

Era comandado pelo capitão-tenente António Afonso de Carvalho quando foi mandado em missão ao Extremo-Oriente com reforços militares, em pessoal e material. Um ofício do chefe de gabinete do Ministro da Marinha para o Secretário-Geral do MNE de 9 de Julho de 1925 informa a saída no dia seguinte do transporte *Gil Eanes*, com destino a Macau⁴¹⁸.

Na mesma data de 9 de Julho o Estado-Maior Naval despacha estas «Instruções especiais nº 24 ao Comando do transporte *Gil Eanes*:

Situação

1 - É necessário conduzir forças militares e material de guerra à província de Macau o mais rapidamente possível.

Missão

2 - Transportar para Macau as tropas que devem incorporar-se na guarnição daquela província, e o pessoal da Armada que for substituir o da Marinha Colonial de Macau e reforçar a guarnição do cruzador *República*, segundo as ordens especiais que nesse sentido lhe forem dadas.

Execução

3 - Largará para Macau no próximo dia 10 de Julho.

4 - Fará escala por Aden ou Colombo, para meter carvão [...].

6 - Regressará a Lisboa logo que tenha desembarcado o pessoal e material que conduz para Macau, e embarcado o pessoal que deva ser repatriado.

7 - No regresso tocará em Singapura para meter carvão e deste porto navegará directamente para Lisboa»⁴¹⁹.

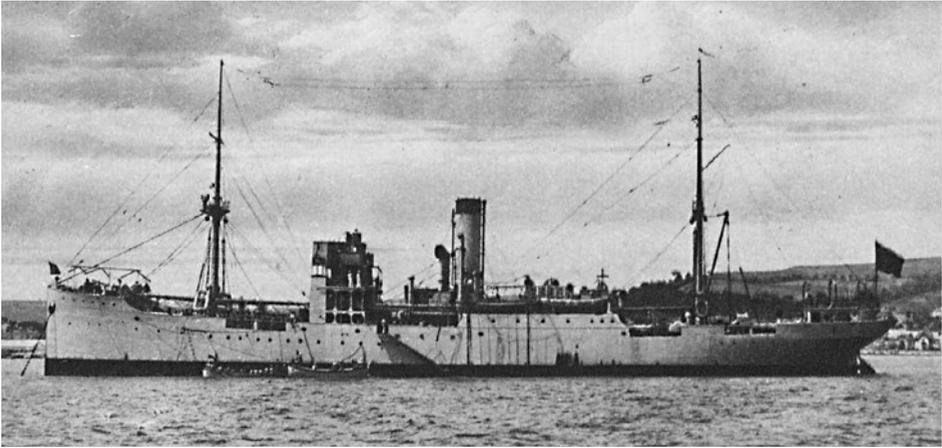
Estas instruções⁴²⁰ foram assinados pelo capitão-de-mar-e-guerra Salazar Moscoso, em nome do Chefe do Estado-Maior Naval e no seguimento de ordens dimanadas do Comandante-Geral da Armada; delas foram enviadas na hora cópias ao Ministro das Colónias.

Segundo o seu diário náutico, o navio acabou por sair de Lisboa a 11 de Julho de 1925, navegando pelo Mediterrâneo, Port-Said, Colombo e Singapura, para aterrar em Macau no dia 24 de Agosto. Depois de uma docagem prolongada (com fabricos) em

⁴¹⁸ BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min.Mar.), nº 80 a 85.

⁴¹⁹ BCM-AH, Núcleo 419 (Documentação confidencial), nº 346B.

⁴²⁰ Que actualmente seriam chamadas “OrdMov”.



50 – Transporte *Gil Eanes*.

Hong-Kong e cumprida a missão de entrega do que levava para Macau, larga a 14 de Outubro para Makassar (na Indonésia) e atinge Dili no dia 29, com novos transbordos de pessoal e material. Foi a Baucau e a Oekussi e, já em viagem de regresso, chegou a Batavia (capital da Indonésia holandesa) a 16 de Novembro, seguindo-se uma derrota por Port-Louis (Maurícias), Lourenço Marques (onde completou as transferências de soldados africanos e se demorou até Março de 1926), Cap Town, colónias da costa ocidental e finalmente Lisboa, onde amarrou à boia apenas em 11 de Junho de 1926.



51 – Capitão-de-fragata António Afonso de Carvalho, comandante do *Gil Eanes*.

Como para atestar o esforço financeiro dos adiantamentos feitos para esta missão, em Outubro de 1925 um ofício do Ministro da Marinha ao Director-Geral da Direcção Militar do Ministério das Colónias solicita, com a possível brevidade, o pagamento do custo do repatriamento de tropas de Macau e Timor para Moçambique. Houve nova insistência, directamente ao Ministro, em 24 de Fevereiro de 1926; outra em 5 de Março. E não ficou por aqui... Em finais de Abril continuam a pedir.⁴²¹ Depois, caiu o governo e as contas terão sido acertadas de outro modo.

⁴²¹ BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.), nº 80 a 85.

A difícil viagem do *Pero de Alenquer*

Este outro “Transporte de Guerra” (ex-alemão *Antares*, ex-*Coimbra*) era um grande cargueiro (com quatro porões de carga geral e respectivas cobertas), construído em 1913, de 2.600t de arqueação bruta⁴²², com 105m de comprimento, duas caldeiras a carvão e uma máquina alternativa a vapor de tríplice expansão (e um hélice), permitindo uma velocidade de 11 nós. A lotação atribuída era de 9 oficiais e 81 sargentos e praças.

O *Pero de Alenquer* integrou o efectivo dos navios da Armada em 1925. Já sob o comando do capitão-de-fragata Jaime Heitor da Silva Costa, entra na doca seca da Rocha do Conde de Óbidos em Março de 1927 (quando embarca um escaler a vapor do Arsenal, por ter cedido o seu ao *Adamastor*, quando este teve de seguir para o Brasil e China⁴²³), aprontando-se já para aquela que foi, praticamente, a única missão militar que o navio desempenhou ao serviço da Armada: a viagem ao Extremo-Oriente em 1927-28.

A ordem de movimentos recebida em Lisboa prescrevia ao seu comandante que: 1-levasse para Timor 87 “legionários vermelhos”⁴²⁴, parte dos quais deveria recolher em Bissau; 2-conduzisse 156 “vadios” para Luanda; 3-transferisse de Moçambique para Macau 2 companhias de Landins; 4-levasse para os navios e serviços em Macau 13 oficiais, 40 sargentos e 295 praças da Armada, para rotação das guarnições; 5-fizesse o transporte de 3 hidroaviões *Fairey*, e respectivo material e pessoal, para montar um centro de aviação naval em Macau; 6-carregasse 2 mil toneladas de carvão, para consumo próprio e cedência a outros; 7-transportasse 400 toneladas de material de guerra⁴²⁵ e outras cargas e mantimentos; 8- e no retorno, deixados os presos políticos em Timor, trouxesse para Lisboa o pessoal de Marinha rendido.

O navio largou de Lisboa a 14 de Abril de 1927. No Diário Náutico quase não há referências aos presos e outros deportados. Apenas no quarto inicial, das 6h da tarde à faina de largada de Belém, onde estava fundeado e cujo toque foi dado às 19,20, ficou registado: «Ao pôr do sol, os presos recolheram à coberta». Chegou

⁴²² E 4.500t de capacidade de carga (ou porte bruto), correspondente a 7.360m²

⁴²³ BCM-AH, Doc. Av., (CGA), Cx. 8.038.

⁴²⁴ Alguns deles teriam pertencido à Legião Vermelha que praticara vários atentados políticos, mas outros eram apenas membros aguerridos da Federação das Juventudes Sindicalistas, incluindo o seu secretário-geral Manuel Viegas Carrascalão, que acabou por constituir família e larga descendência em Timor. Os processos vinham de anteriormente mas a revolta “reviralista” vencida de 3-8 de Fevereiro de 1927 terá acelerado a sua deportação.

⁴²⁵ Por exemplo, uma nota de serviço indica que o *Pero de Alenquer* leva para Timor uma peça *Hotchkiss* e 500 tiros (BCM-AH, Doc. Av., (CGA) Cx. 8.038).

a Bissau no dia 17, onde terá embarcado alguns presos (não registado), largando a 30 para Luanda. Apenas no quarto das 6 às 10h de 1 de Maio o oficial de quarto regista: «Houve banho aos presos». Apertou a Luanda a 10 de Maio (onde ficaram os “vadios”⁴²⁶) e saiu a 28, fazendo escala no Lobito e atingindo Lourenço Marques a 13 de Junho.

Aqui, algo de importante se terá passado pois o comando do navio é removido, viajando para esta colónia o capitão-tenente Álvaro de Freitas Morna para o substituir, acompanhado do primeiro-tenente Zolá da Silva, que ocuparia a função de imediato. Desde logo, o novo comandante agiu para uma “tomada em mãos” dos passageiros, que haviam entretendo construído na coberta tarimbas, tabiques e outros artefactos de madeira e se apresentavam em más condições de higiene e limpeza: tudo foi esvaziado, arrazado e limpo a criolina, com lavagem geral de corpos e desinfecção, fardas novas e “máquina zero” para os recalitrantes que se exibiam com compridas cabeleiras. Mesas, bancos, macas, jarras e cozinhas “de campanha” foram instalados mas, devido à falta de espaço e ventilação das cobertas, grande parte do pessoal passava o dia no convés. É o próprio Freitas Morna que confessa: «É certo que o *Pero de Alenquer*, pelas suas deficiências de habitabilidade, não é nem pode ser navio recomendado para missões desta natureza. Falta-lhe tudo para esse fim. É um belo barco, de sólida construção, com soberbas condições de resistência, dotado de excelentes qualidades náuticas, mercê das quais se comporta admiravelmente debaixo de tempo. É sem dúvida um magnífico navio, económico, com bom andamento, mas sem mais qualidades que as que competem a um bom navio de carga – para o que possui óptimos porões e cobertas. Como Transporte de Guerra, para condução de tropas, é mau»⁴²⁷.

Tendo saído de Lourenço Marques a 2 de Agosto, a travessia do Índico fez-se em condições bonançosas e sem especiais dificuldades de navegação, fazendo escalas na Ilha de Moçambique (onde embarcaram as duas companhias de infantaria indígena), em Colombo, Pulo Pisang (aliás, Keppel Harbour, em Singapura), Dili (onde ficaram os deportados políticos), Zamboanga (ilha de Mindanao, nas Filipinas), Manila e finalmente atingindo Macau na data de 22 de Outubro de 1927, onde descarregou toda a carga que lhe era destinada, incluindo os hidroaviões. Em Singapura, onde esteve de 8 a 17 de Setembro, encontrou-se com o cruzador *República*, tendo havido rendição de guarnições. Mas o pessoal rendido acabou por chegar ao Tejo (no *Pero de Alenquer*) a 16 Junho de 1928 – isto é, mais tarde do que

⁴²⁶ Que eram deportados por meras medidas administrativas.

⁴²⁷ Morna, *op. cit.*: 2.



52 – Transporte *Pero de Alenquer*.

aqueles que tinham ido render (no *República*, chegado a 18 de Abril desse ano), o que mostra péssimo planeamento do Estado-Maior Naval ou decisões incoerentes de “quem de direito”.

A propósito da (inutilmente contestada) troca de guarnições em Singapura, em Setembro de 1927, escreve Ivens Ferraz, sobre as péssimas condições do transporte, que: «à falta de alojamentos, vão dois oficiais do exército a dormir em escaleres e 430 soldados das duas companhias de landins vêm quase todos desde Moçambique no convés, sob toldos abarracados, sem outro abrigo contra o sol, o frio, o vento, a chuva e o mar. Talvez por isso morressem três soldados em viagem, e hoje morreu mais um. Contando com um sargento que se suicidou neste porto, são já cinco casos de morte a bordo do *Pero de Alenquer*, desde que este transporte saiu de Moçambique. Seguem encafuados em porões, sem condições higiénicas, 250 praças da Armada, penalizando-me saber como passam a viver – pior do que emigrantes *coolies* – os homens já depauperados que me acompanharam em tantos e tão penosos trabalhos. Creia V.Ex^a. que não exagero. A situação dos passageiros a bordo do *Pero de Alenquer* é tão precária que o próprio capitão do porto de Singapura me disse que, se se tratasse de um navio mercante, não o



53 – Capitão-tenente Álvaro Freitas Morna, comandante do *Pero de Alenquer*.

deixaria sair [...]»⁴²⁸. O autor refere-se aqui ao não acolhimento por Lisboa da proposta feita pelos dois comandantes para a guarnição rendida do *República* regressar à Europa num navio mercante holandês: «fez-se, bem a meu pesar, a troca de 99 homens do *República*, por 129 homens que vinham de Lisboa no *Pero de Alenquer* com destino ao cruzador. Digo *bem a meu pesar*, e sem quebra de respeito o faço, porque o nosso improvisado transporte não passa de um carvoeiro guindado àquela categoria para se lhe meterem dentro, na maior promiscuidade, cerca de 900 homens [...]»⁴²⁹.

A viagem de regresso iniciou-se, a partir de Macau, em 3 de Maio de 1928. Mas antes disso o *Pero de Alenquer* foi até Changai onde chegou a 12 de Dezembro de 1927, amarrando-se de-braço-dado ao cruzador *Adamastor* que ali se encontrava. A 11 de Janeiro saiu de Changai para Hong-Kong, onde aterrou no dia 15 (entrando nas *Kowloon Docks*, para limpeza do fundo e fabricos)⁴³⁰. Mudou-se para Macau apenas em 18 de Abril de 1928, onde recebe ordem de Lisboa para regressar por Lourenço Marques, levando os soldados africanos rendidos. Mas, por meio de umas «Instruções Especiais nº 35 de 25 de Abril de 1928»⁴³¹, o Estado-Maior Naval ordenou ao transporte *Pero de Alenquer*, surto em Macau, que regressasse a Lisboa, por Colombo, Perim (à entrada do Mar Vermelho) e Port-Said, o mais rápido possível (seguindo os landins em navio mercante). Finalmente, o navio largou de Macau a 3 de Maio fazendo rota de regresso por Singapura, Colombo, Suez, Port Said e Lisboa, onde chegou a 16 de Junho de 1928.

No entanto, vale a pena lembrar mais um episódio pouco abonatório para os decisores que recaiu sobre os executantes, os marinheiros do *Pero de Alenquer* e os dos Serviços de Marinha de Macau. Referimo-nos à ordem de reembarque para Lisboa da esquadilha de hidroaviões *Fairey* (e todo o material e pessoal que lhe estavam associados), que começou a ser cumprida a 20 de Abril e ficou terminada a 28, para depois chegar a contra-ordem de que afinal a aviação naval continuaria na colónia!... – havendo que desembarcar tudo de novo em três dias, para que o navio pudesse sair na data prevista. No último capítulo voltaremos a este assunto, com mais detalhe.

Se a navegação oceânica correu sem novidades (com o segundo-tenente Sarmiento Rodrigues a exercer a função de encarregado da pilotagem durante boa

⁴²⁸ Ivens Ferraz, *op. cit.*: 652.

⁴²⁹ *Ibidem*: 651.

⁴³⁰ E aqui lhe desertou o marinheiro clarim.

⁴³¹ BCM-AH, Núcleo 320 (Confidenciais - Comando-Geral da Armada) nº 5.

parte da viagem, e o segundo-tenente Henrique Tenreiro a coadjuvar o oficial imediato em inúmeras tarefas da vida a bordo, com mais de 850 homens e ao longo das 27.000 milhas singradas), algo de muito grave ficou associado a esta viagem, por causa da triste ocorrência de seis casos mortais, uns por acidente, outros por doença e decerto também favorecidos pelas más condições de habitabilidade do navio.

Os mortos

No quarto das 6 às 10h do dia 12 de Agosto de 1927, navegando no Oceano Índico, o primeiro-tenente Zolá da Silva regista: «Às 9 h, durante o render da guarda, o marº artº 5743 disparou imprevidentemente a arma atingindo o soldado landim nº 4689 I. Zaqueu Ô Tatin, que recolheu em estado grave à enfermaria e veio a morrer cerca das 9h,30m, facto este que foi participado ao oficial de quarto pelo médico do navio⁴³². O marº artº 5743 ficou sob prisão até 2ª ordem. Foi feita, desta ocorrência, a respectiva participação ao Comando do navio». No dia seguinte, no quarto das 10 à 14h escreveu-se: «às 12,18 parou-se a máquina. Às 12,20 tocou a sentido sendo lançado ao mar o cadáver do soldado landim que havia morrido ontem, às 12,30 tocou à-vontade, pondo-se a máquina novamente AV»⁴³³.

Naturalmente, por estar o navio fundeado em Singapura, não há registo no Diário Náutico de duas mortes ocorridas a 12 de Setembro: o sargento artífice José Miguel, que se suicidou a bordo; e o cabo landim nº 1.121 L. Uachibo, por doença, ficando ambos enterrados no cemitério da cidade. Durante a paragem em Manila, morreram mais dois soldados landins, por doença: nº 4.415 L. Uachelene, e nº 4.540 Z. Chodocorro Chelene, que ali ficaram sepultados. E em Hong-Kong, a 14 de Abril de 1928, faleceu ainda o sargento telegrafista Casimiro Cruz – seis mortos no total, factos que foram também registados no livro de Freitas Morna, sem outros comentários⁴³⁴.

A despeito destes acontecimentos funestos, o *Pero de Alenquer* cumpriu o mais importante da sua missão: transporte da aviação naval para Macau; reforço da guarnição militar do território em pessoal e material de guerra; e recompletamento dos efectivos das unidades de terra e mar. E a sua parte mais negativa (o número de passageiros, as suas condições a bordo, os mortos, o repatriamento das guarnições e

⁴³² Era o tenente médico naval Telmo Correia.

⁴³³ BCM-AH, Núcleo 63 (*Gil Eanes*) nº 1.

⁴³⁴ No seu livro, Ivens Ferraz só refere cinco, dado que o sexto morreu posteriormente.

as hesitações acerca do destino dos hidroaviões) caberá antes à responsabilidade dos ordenantes, e não à dos marinheiros que lhe deram execução⁴³⁵.

A segunda viagem do *Gil Eanes*

Depois do seu regresso do Oriente em Junho de 1926, o navio-transporte *Gil Eanes* esteve sobretudo envolvido no apoio à frota bacalhoeira na Terra Nova e Gronelândia (que haveria de ser a sua missão própria nas duas décadas seguintes), mas fez também uma viagem à Guiné para levar presos políticos, indo depois até Angola. Porém, em 1931, é-lhe ordenado que fizesse uma nova longada até aos territórios portugueses do Oriente-Extremo: tratava-se, outra vez, da rendição de parte da guarnição do cruzador *Adamastor*, surto em Macau, bem como de levar pessoal de recompletamento, equipamentos e material de guerra para várias das colónias que iriam ser visitadas. Mas tratava-se igualmente de transportar 64 presos políticos deportados para Timor, parte dos quais devido à sua participação na recente “revolta da Madeira”, em Abril desse ano⁴³⁶.

Sob o comando do capitão-de-fragata José Luís Teixeira Marinho, o navio saiu de Lisboa a 28 de Junho, seguindo pelas colónias do Atlântico e Moçambique, tocando em Port-Louis e Batavia, atingindo a capital de Timor a 21 de Outubro e Macau a 12 de Novembro desse ano de 1931.

O *Gil Eanes* fez depois a habitual entrada em doca seca em Hong-Kong, a que se seguiram reparações que ali o retiveram até meados de Janeiro de 1932. Em Macau, fez a rendição do pessoal do *Adamastor* e carregou os dois hidroaviões *Fairey* e outro material do centro de aviação naval, que fora por fim mandado encerrar. Subiu ainda até Changai (de onde viera um sinal de alarme, não concretizado), voltou mais de uma vez a Hong-Kong e, finalmente, largou deste porto a 24 de Março, de regresso à pátria.

Fez a torna-viagem por Singapura, Colombo, Mormugão, Bombaim, Áden, Suez e Port-Said, chegando ao Tejo a 4 de Junho de 1932. A sua segunda missão de transporte a longa distância estava cumprida.

⁴³⁵ O navio ficou no Tejo até 1929 (discutindo-se mesmo se poderia ser transformado em porta-aviões), quando foi abatido ao efectivo da Armada e vendido à Companhia dos Carregadores Açoreanos, de novo sob o nome *Coimbra*, prestando serviço até à década de 1950.

⁴³⁶ Segundo a historiadora Luisa Tiago de Oliveira, entre outros, seguiam o advogado portuense Carlos Cal Brandão, o médico Raul Madeira, o comunista Grácio Ribeiro e o anarquista Raul dos Santos. Na mesma altura largou o transporte *Pedro Gomes* que levava os chefes da revolta de 26 de Agosto de 1931, coronel António Dias Antunes e tenente-coronel Fernando Utra Machado, além do professor republicano José Simões Raposo e outros cerca de 400 presos políticos (*in* António Monteiro Cardoso, *Timor na 2ª Guerra Mundial: o diário do tenente Pires*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, 2007: 37-40)

Uma última nota: com exceção de Ivens Ferraz, comandante do cruzador *República* e das Forças Navais do Oriente em 1925-27, nenhum dos outros oficiais que comandaram os navios mandados à China nesta época de crise foi louvado ou agraciado pelo cumprimento das suas delicadas missões. E aconteceu mesmo que o capitão-de-fragata Teixeira Marinho, que fez a segunda viagem do *Gil Eanes*, mal chegou a Lisboa foi submetido a Conselho Superior de Disciplina da Armada, o qual, em sessão secreta de 18 de Agosto de 1932, acabou por deliberar unanimamente não ter ele infringido qualquer dos deveres militares inscritos no Artº 4º do RDM⁴³⁷, negando assim razão ao processo disciplinar que lhe fora instaurado.

⁴³⁷ Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pelo Decreto nº 16.963 de 15 de Junho de 1929 (que alterou o texto-base de 1925).

3.5 CHANGAI, 1924: PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO NRP *PÁTRIA*

Cumprindo a missão de que fora incumbida pelo governador, a canhoneira *Pátria*, sob o comando do capitão-tenente Jerónimo Weinholtz Bivar, largou de Macau a 12 de Setembro de 1924 à noite, com destino a Changai. Segundo o Diário Náutico, fez navegação geralmente à vista da costa, com velocidades de 10 a 12 nós, rumos geralmente NE. Demandou a barra de Yang-Tze Kiang na manhã do dia 16 de Setembro, metendo piloto, e amarrou com dois ferros no porto de Changai pelas 18h.⁴³⁸

Nada mais consta do Diário Náutico até ao dia 28 de Outubro, sendo decerto essa a razão da ausência de referência a esta missão no livro de António Marques Esparteiro⁴³⁹, e em autores que o tomaram como fonte.

Do relatório do comandante, datado de 10 de Fevereiro de 1925 – agora encontrado e que é aqui tornado público provavelmente pela primeira vez –, extraímos as passagens que se seguem.

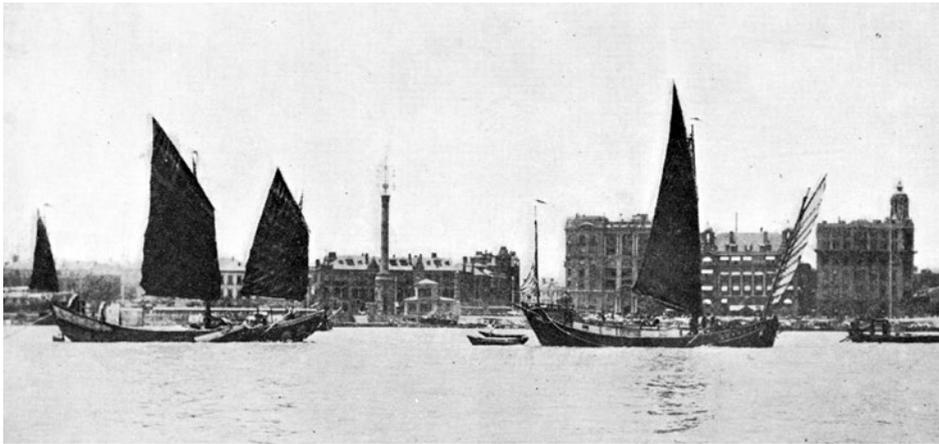
«Na manhã de 17 de Setembro visitei o nosso cônsul-geral [Alfredo Casanova], cumprimentos que no mesmo dia pelas 15 horas foram retribuídos, combinando para o dia seguinte a visita ao contra-almirante D. M. Anderson, comandante-em-chefe das forças navais internacionais, em companhia do nosso representante. [...]

Sobre as condições do desembarque, posições a ocupar e instruções, o contra-almirante Anderson indicou o coronel Gordon (CM, DSO), comandante do *Shanghai Volunteer Corps* [...].

O sector que nos foi entregue ficava no cruzamento de três linhas férreas que penetram em Shanghai: 1) linha férrea de Hangchow; 2) linha férrea de Nanking; 3) linha férrea de Woosung, posição naturalmente atingida por forças chinesas em debandada. Pelo coronel Gordon, foi nomeado o tenente Fernando Leitão, da companhia de Voluntários Portugueses. De bordo, foi o imediato, que nessa mesma tarde me informou que o destacamento poderia desembarcar, que lhe estava destinado alojamento no Clube Lusitano, restando fixar a questão do rancho que, provavelmente, podia ser confeccionado no próprio Clube pelo cozinheiro deste, arranjo vantajoso sob o ponto de vista de disciplina, higiene e economia. Isto foi assente pelo conselho administrativo do navio e contratado o fornecimento de rancho nas seguintes condições: três refeições por dia a \$1,90 por pessoa – 2 sargentos e 32

⁴³⁸ BCM-AH, Núcleo 136, nº 83 e 84.

⁴³⁹ *Três Séculos no Mar*, Vol. 28: 56-93.



54 – Changai, Concessão Internacional vista do rio.

praças. [...]». E o segundo-tenente João Azevedo e Silva foi nomeado comandante do destacamento de desembarque,

Mais adiante, o relatório de Weinholtz Bívar tece interessantes considerações sobre o quadro político-militar em que os seus homens estavam agora envolvidos: «Quando a canhoneira *Pátria* chegou a Shanghai tinha começado havia cerca de um mês a guerra civil entre Chekiang e Kiangsu. Segundo o *China Press*, as forças de Shekiang compunham-se de 78.000 homens, com as que o general Ho Fenglim tinha em Shanghai perfaziam um total de 95.000 homens; e as do Kiangsu, de 40.000 homens, isto é, na proporção de mais de dois para um, respectivamente sob o comando dos generais Lu e Chi. Ambas as forças possuíam artilharia e aviões, sendo o Chekiang superior nestas. As forças de Kiangsu eram apoiadas por Wu Pei-fu e as do Chekiang partidárias de Chang Tso-lin – estas na opinião corrente combatendo pela democracia e aquelas pela autocracia, regimes que Chan e Wu, respectivamente, defendem. [...]



55 – Capitão-tenente Jerónimo Weinholtz Bívar, comandante da *Pátria*.

Durante as operações militares que tiveram lugar desde Agosto até Outubro as forças de Kiangsu venceram as do Chekiang, tendo o general Lu fugido para o Japão com o general Ho Feng-lin, na última fase da luta. Foi esta ocasião a mais crítica para Shanghai e também a mais difícil para

a defesa do *Settlement* porque era então que podia haver o embate com qualquer facção do Chekiang que, derrotada ou perseguida pelas forças de Kiangsu, pretendesse entrar em Shanghai.

Em 22 de Outubro, numa conferência havida com o contra-almirante Anderson, foi resolvido retirar os contingentes dos navios que estavam defendendo o *Settlement* [...].

Durante a nossa permanência em Shanghai tomei parte nas reuniões havidas sob a presidência do contra-almirante Anderson com os contra-almirantes americano, francês, japonês e comandante italiano. [...] Estando normalizada a situação, o nosso cônsul comunicou-me que podia dispensar o navio e regressar a Macau quando julgasse conveniente. [...] No dia 28 às 10 horas (a.m.) o contra-almirante Anderson esteve a bordo da *Pátria*, gentileza que muito me penhorou. [...].

O navio suspendeu pelas 11 horas do dia 28, descendo os rios «sem piloto, sob as indicações das cartas. [...] Saiu-se a barra do Yang-Tze às 16h,35m com bom tempo e vento NNW fresco [...] chegando à rada de Macau às 23h30m» do dia 31 de Outubro⁴⁴⁰.

Estava cumprida, correctamente e sem falhas, esta primeira missão da *Pátria* com desembarque de uma força para defesa e controlo de uma Concessão internacional em território chinês urbano-portuário, em cooperação com outras marinhas aliadas. Foi uma operação que se repetiria nos anos seguintes, ali mesmo e também em outros portos, com a participação de navios portugueses em outras duas ocasiões, como veremos mais adiante. Neste caso, desenrolava-se uma guerra civil regional entre “senhores” do Nordeste e do Noroeste, situação a que já aludimos citando uma correspondência da nossa Legação em Pekin para Lisboa⁴⁴¹. Mas o modelo da intervenção das Potências estrangeiras e a que Portugal adere está já standardizado: navios de guerra no porto; desembarque de forças de marinheiros que se instalam precariamente em terra e coordenam com eventuais unidades do exército, polícias de confiança e milícias de residentes voluntários; estabelecimento de perímetros urbanos de protecção das Concessões ameaçadas ou criados para refúgio dos cidadãos estrangeiros; proclamação do estado-de-sítio com horas de recolher obrigatório; postos de vigilância e controlo, eventualmente armados com metralhadoras, em pontos cruciais da cidade; patrulhas móveis circulando nas ruas; e, em caso de manifestação popular agressiva ou ataque com armas de fogo, resposta imediata e proporcionada, mas se necessário admitindo o uso da metralhadora.

⁴⁴⁰ BCM-AH, Doc. Av. Cx. 516/A.

⁴⁴¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

Posteriormente, em Fevereiro de 1925, regista-se uma troca de correspondência em Macau onde é questão da «força de desembarque da canhoneira *Pátria*» em Changai, a sua cooperação com o Corpo de Voluntários da Companhia Portuguesa ‘Coronel Mesquita’ (do comando de António Maria Diniz) e com o Clube Lusitano, mas censu-



56 – Changai, ruas.

rando-se a forma como teria sido contratado o fornecimento de refeições, apenas por acordo do imediato do navio (primeiro-tenente Manuel Armando Ferraz) com o cozinheiro do Clube. Na realidade, como esclarece o relatório do comandante Bívar visto acima, o conselho administrativo do navio assumiu essa decisão e, num ofício, Bívar complementa a explicação, referindo que o desembarque foi feito a requisição do cônsul Casanova e em acordo com o Quartel-General das *Defense Forces* da cidade, e que de tudo o navio se mostra agradecido pelos apoios obtidos⁴⁴².

⁴⁴² MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 5, S3 E126 P2 40.329.

3.6 CANTÃO, 1925, COM A PÁTRIA NO TURBILHÃO REVOLUCIONÁRIO

Cantão era o mais importante porto da China do Sul e parceiro comercial incontornável de Macau. De Hong-Kong, era simultaneamente parceiro e concorrente, embora cada qual tivesse os seus mercados próprios. Mas a presença estrangeira manifestava-se igualmente na própria cidade de Cantão pela maneira como ingleses e franceses tinham organizado os seus negócios através da Concessão territorial ali existente, em Shameen, do outro lado da cidade china, e também pela presença de seus nacionais aos comandos de instituições importantes da cidade como as portuárias e as aduaneiras. A título de exemplo, cite-se o documento impresso em inglês e chinês «*Harbour Regulations for the Port of Canton*» assinado por «*F. W. Maze, Commissioner of Customs*» e feito em «*Custom House, Canton, 10th February 1914*», que inclui em anexos dois mapas muito explicativos: «*Canton Harbour 1923*»; e «*Whampoa Anchorage 1923*»; ou ainda outro documento impresso, este só em inglês: «*Canton Customs – Regulation for Guaranteed River Steamers*», destinado aos vapores navegando entre Cantão, Hong-Kong e Macau «*under special extra-treaty privileges*», assinado por A. H. Harris, «*Comissioner of Customs*», em 1 de Julho de 1922.⁴⁴³

O choque violento: primeiras notícias do acontecimento

É aqui, em Cantão, que verdadeiramente arranca o fortíssimo movimento de contestação “anti-imperialista” que vai incendiar a China litoral durante mais de dois anos, por efeito da comoção gerada com o “massacre de Shameen” de 23 de Junho.

Eis uma selecção das primeiras comunicações trocadas referentes a estes acontecimentos:

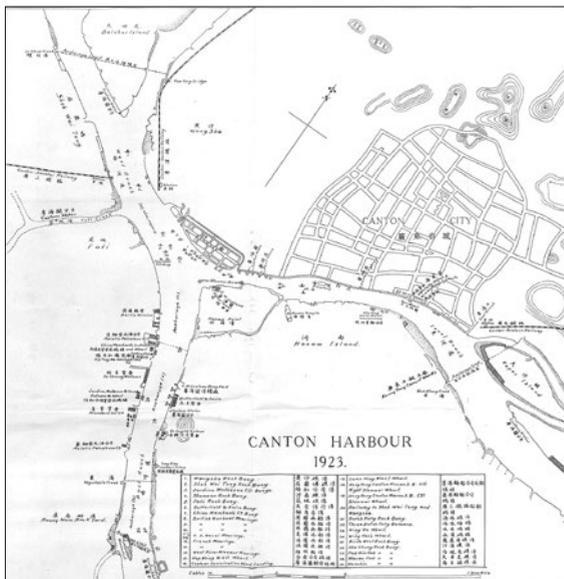
- Telegrama de governador de Macau de 10 de Junho de 1925 para o Ministro das Colónias informa que a situação bélica em Cantão se mantém indecisa e que a «*Pátria* seguiu com 21 praças infantaria duas metralhadoras pesadas».

- Telegrama do governador interino de Macau de 26 de Junho para o Ministro das Colónias e retransmitido ao MNE no dia seguinte: «Recebi agora telegrama cónsul Cantão sobre os acontecimentos 23 corrente [...]. Comunistas Cantão agitando povo com afirmações *Pátria* iniciou fogo, causando acontecimentos [...]. De facto, comunicações agora recebidas comandante *Pátria* e oficiais serviço afirmam *Pátria* não fez tiro

⁴⁴³ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Procº 40, S16 E59 P3 89.056.

algum. Macau continua sossego sem greve mas creio difícil evitar pois continua pressão sobre trabalhadores [...]».

- Telegrama cifrado do MNE para o cônsul em Cantão de 27 de Junho: «Governador de Macau informou Governo de que resolvera mandar retirar *Pátria* caso não tivesse entrado fogo com receio agravamento súbito situação colónia sendo *Pátria* elemento essencial defesa. Governador Macau mandou explicar esta resolução ao comandante geral forças Cantão. Queira informar Corpo



57 – Canton Harbour 1923.

Consular e comandante que *Pátria*, se saiu para Macau, regressará aí para continuar cooperação forças internacionais logo que chegue cruzador *República* que parte hoje. Para reforçar e completar guarnição Macau segue dentro de poucos dias transporte *Gil Eanes* levando forças e material de guerra. Ministro Colónias deu ordem para que seguissem de Moçambique para guarnição Macau tropas indígenas».

- Em telegrama vindo de Macau a 28 de Junho, segundo informes cônsul Horta em Cantão, diz-se: «[...] navio de guerra francês fez três tiros peça sem bala depois ataque chineses. Foram estes tiros que Governador Cantão disse ter sido feitos *Pátria*. Atitude Governo Cantão acerca portugueses está mudando favoravelmente pois jornal órgão Governo Cantão publicando uma proclamação da comissão central executiva do Kuminton [Kuomintang] sobre acontecimentos Cantão diz integral: “Ainda que América Portugal Holanda não tenham ainda abolido tratado desigual, não tomaram directamente parte massacre chineses Shameen, fazendo claro não serão tornados responsáveis massacre, mas deverá continuar-se trabalhar no movimento para abolição tratado desigual; os ingleses e franceses são quem cometeram massacre”. Situação Macau ainda sossegada julgando já vencido melindroso momento criado boatos *Pátria* tinha iniciado fogo tomando parte activa acontecimentos»⁴⁴⁴.

⁴⁴⁴ Todas provêm de MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

Os factos só começariam a esclarecer-se com os relatórios dos dois principais observadores/intervenientes portugueses: o cônsul e o comandante da *Pátria*. Começemos pelo último.

O relatório do comandante Bivar

De acordo com as ordens recebidas, a canhoneira *Pátria*, do comando do capitão-tenente Bivar, seguiu de Macau para Cantão, a pedido do cônsul Medeiros da Horta, na noite de 9 de Junho de 1926. Na manhã seguinte, seguindo as indicações do piloto da alfândega, fundeou no extremo ocidental de Shameen, entre as lanchas-canhoneiras *Argus* e *Vigilante*, em frente da Concessão francesa. O pedido do cônsul era motivado pela «luta que se estava travando entre Yunanenses e Cantonenses, possivelmente para proteger os nossos nacionais, e também porque sendo o dia 19 de Junho aniversário do atentado em Shameen contra o Governador-Geral Merlin⁴⁴⁵, a comunidade francesa desejava manifestar-se, prevenendo-se da parte de certos elementos comunistas chinas de Cantão contra-manifestações, o que poderia originar um conflito. Ao passo que os franceses saudosamente recordavam as suas vítimas, na sepultura do anamita autor do atentado diz-se que era feita em china uma inscrição que, traduzida em inglês, significava o seguinte: “*To the memory and in honour of a great and glorious martyr who died to help exterminate the hateful foreigner*”⁴⁴⁶.

Estas palavras constam do «Relatório da Comissão a Cantão de 9-6-925 a 29-6-925 – Canhoneira *Pátria*» elaborado pelo comandante Bivar em Julho seguinte. Dele passamos seguidamente a fazer alguns extractos porque, sendo um documento inédito, completa (diferenciando-se porém em alguns aspectos) aquele que o nosso cônsul em Cantão tão circunstanciadamente elaborou, do qual já citámos algumas passagens em diversos pontos deste trabalho e que iremos considerar em seguida.⁴⁴⁷

Escreve Bivar: «A luta prosseguiu entre Yunanenses e Cantonenses até que em 12, com a intervenção da *Mosquite fleet* e depois dum intenso tiroteio, aqueles foram vencidos e retiraram de Cantão, que retomou o seu aspecto normal, restabelecendo-se os negócios com Shameen. [...]

A defesa da Concessão de Shameen foi por decisão do Corpo Consular, em 22 de Junho, confiada aos comandantes inglês e francês, os quais elaboraram,

⁴⁴⁵ Já por nós referido no Cap. 3.3.

⁴⁴⁶ BCM-AH, Doc. Av., Cx. 516/A.

⁴⁴⁷ Ver BCM-AH, Doc. Av., Cx. 516/A.

respectivamente, as convenientes instruções, conforme o seu objectivo. Delas não tive conhecimento, nem tão-pouco das decisões do Corpo Consular, o que não compreendi, tanto mais podendo o navio ter de cooperar na defesa.

Entretanto, dizia-se que os chinas preparavam a greve geral em Hong-Kong e Cantão, como protesto pelos acontecimentos de Changai, e outras manifestações anti-estrangeiros. Esta atitude sugeriu as providências de defesa militar adoptadas em Shameen.

Em 21 encontravam-se, da parte da Concessão francesa, somente a lancha-canhoneira *Argus* e a *Pátria*. Às 23h esteve a bordo o comandante Lafargue solicitando a cooperação da *Pátria* em caso de necessidade, para essa noite. Acedi e estivemos preparados, visto a *Argus* estar só, mas sob a condição expressa do comandante Lafargue fazer o pedido ao nosso cônsul e este, por sua vez, a requisição a este comando. No dia seguinte chegaram a *Vigilante* e o ‘sloop’ *Altair*.

No dia 23 teve lugar a procissão em redor de Shameen [...]. Cerca das 11 horas recebi o seguinte comunicado do comandante Wewerberg (francês): “*L’avis du commandant français est que le ‘Pátria’ ne tire que s’il est attaqué ou si on le lui demande. Dans ce cas, le commandant français pense qu’il serait utile d’employer tous les moyens disponibles jusqu’à ce que l’attaque cesse*”».

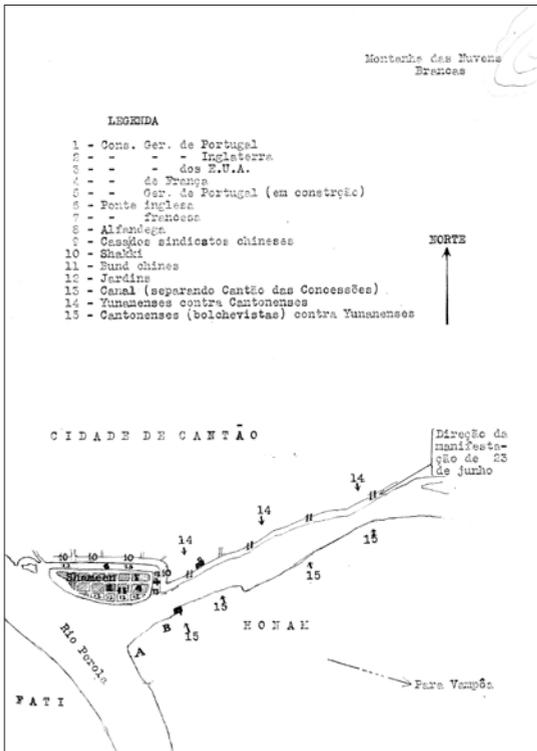
Bívar não se pronuncia aqui sobre a fuzilaria do dia 23 e as baixas que provocou. Mas refere com algum detalhe as medidas de protecção militar tomadas a bordo: «Fez-se com as macas uma protecção para as guarnições das peças de 47 e outra com os toldos e passadeiras para as de 10cm do tombadilho. Distribuiu-se o pessoal para o municimento da artilharia. A metralhadora foi montada à amurada de EB, por ante-a-ré da ponte. [...] Carregaram-se as peças de 47 n° 1 e 2, e espoletaram-se e escorvaram-se algumas cargas de 10cm.

Às 13h30m começaram a embarcar neste navio alguns refugiados da comunidade portuguesa, tendo estado recolhidos a bordo 34 pessoas, as quais desembarcaram cerca de 18 horas, tendo pernoitado a bordo apenas duas pessoas. [...]

Ao anoitecer mudaram-se as munições para os pavimentos inferiores e retiraram-se as escorvas e espoletas que se haviam colocado. Noite sem novidade. Todo o pessoal a quartos. [...]

No dia 26, o comandante convocou, nos termos da ‘Ordenança’, o conselho de oficiais⁴⁴⁸, o qual se terá pronunciado, por razões de segurança, em favor de uma mudança de fundeadouro do navio, com a qual concordou o cônsul Horta.

⁴⁴⁸ Na altura designada por Regulamento Geral para o Serviço dos Navios da Armada, artº 527º.



58 – Esboço da cidade de Cantão e Concessão de Shameen, 1925.

E prossegue o relatório: «Em 28 recebi instruções, por intermédio do nosso cônsul, para retirar para Macau. A nossa saída foi justamente considerada como uma necessidade militar e de defesa de Macau, tendo ficado em Shameen, além das forças que em terra defendiam a Concessão, 5 navios de guerra franceses (*Altair, Algol, Marne, Argus e Vigilante*), 4 ingleses (*Tarantula, Cicala, Moth e Robin*), 2 americanos (*Helena e Ashville*) e 2 *destroyers* japoneses».

A *Pátria* largou de Cantão na tarde do dia 28, navegou a descer o rio, sem novidade, amarrando à boia no porto interior de Macau na manhã seguinte. Estava assim terminada esta sua segunda comissão em águas chinesas sob

condições de violência devidas à guerra civil e à agitação anti-estrangeiros. Discreto em absoluto em toda a matéria política, o comandante Bívar não deixa porém, a finalizar o seu relatório, de referir um telegrama inserto em jornal de Hong-Kong por onde se vê que «a Inglaterra, tendo sempre uma concepção firme de defesa dos seus direitos, considera também os direitos dos outros. [...] O referido telegrama, fazendo uma boa afirmação de princípios, deixa ver... que a China não é, positivamente, um país conquistado»⁴⁴⁹.

Após o regresso da *Pátria* a Macau, o seu comandante recebe o seguinte louvor: «O Governador interino da Província de Macau, tendo apreciado pelas notas de serviço e relatório do Comando da Canhoneira *Pátria*, e pela informação fornecida pelo Quartel-General das Forças Navais, os serviços que a mesma Canhoneira prestou em Cantão, sobretudo por ocasião da última comissão que desempenhou de 9 a 28 de Junho próximo passado em que assistiu, primeiro, à luta entre as forças

⁴⁴⁹ Tudo citado do referido relatório, em BCM-AH, Doc. Av., Cx. 516/A.



59 – Cantão, ponte de Shameen, ligando a Concessão Internacional à cidade chinesa.

yunanenses e cantonenses, depois aos grandes acontecimentos que se desenrolaram no Sul da China e em especial naquela cidade, louva:

O seu comandante, capitão-tenente Jerónimo Weinholtz Bívar, pela maneira criteriosa, sensata e inteligente com que agiu naquela difícil situação, dando com firmeza e brio cabal cumprimento ao que lhe fora determinado nas instruções gerais que lhe foram dadas para a sua missão, para que com o seu bom-senso, inteligência e amor pátrio dignificasse mais uma vez a marinha de guerra e procedesse com proveito para o país»⁴⁵⁰.

O relatório circunstanciado do cônsul Medeiros Horta

Este é um relatório dactilografado, muito completo, redigido por Félix Borges Medeiros da Horta, que era ao tempo gerente do consulado de Cantão (na ausência do cônsul titular Amadeu da Silva). Comportava 74 páginas, foi dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e datado de 30 de Julho de 1925.

Eis alguns largos extractos do mesmo:

- «Começaram a chegar ao porto navios de guerra de todos os países com interesses na China. Apenas Portugal que tinha uma colónia a seis horas de viagem não

⁴⁵⁰ BCM-AH, Livro-Mestre I/138.

mandava um navio de guerra ou uma simples lancha armada. Telegrafei, radiografei, officiei, escrevi, pedindo que viesse a canhoneira *Pátria* para erguer o nosso pavilhão entre os das mais Potências.

Chegou finalmente a *Pátria*, que ancorou em frente da Concessão francesa. Dia e noite prolongavam-se os combates e em Shameen os estrangeiros temiam a vitória dos Cantonenses, que era a vitória dos bolchevistas. [...]

– *Il paraît que les cantonnais sont en train de passer la rivière... Ça va être beau!*
[...]

No mar os navios redobram de prevenção e em terra dispõem-se as primeiras metralhadoras, escolhem-se os primeiros abrigos.

O assalto a Shameen estava, porém, guardado para mais tarde. Durante dois dias os Cantonenses iam cevar os seus ódios, a maldade das suas almas, dar vida e forma à sua crueldade instintiva. Era a matança!

[...] A canhoneira *Pátria* ainda recolheu três desgraçados que ali chegaram com vida. A grande alma do Dr. Pires, médico de bordo, salvou dois; mas o último, um oficial Yunanense, sucumbiu. Tinham-lhe batido tanto, tanto, que só uma autópsia lhe poderia constatar as lesões internas. O rio foi durante dias um mar de cadáveres horrorosamente mutilados!».

- «No dia 21 de Junho às seis horas da manhã o meu criado de quarto vinha acordar-me dizendo: – Acabamos de receber ordem do Governo para nos pôr em greve. Eu – toda a gente – já o esperava. Numa hora, criados, cozinheiro, cúlis, lavadeira, desapareceu tudo. Os empregados chineses da chancelaria não vieram.

Às entradas das pontes, grupos de grevistas, de bandeiras brancas e pistola à cinta, saudavam os que saíam, maltratando aqueles que pretendiam entrar.

As ameaças redobram, fala-se na invasão da Concessão por forças armadas, como *révanche* dos acontecimentos de Xangai⁴⁵¹. Sabe-se que entre os estudantes se tirou à sorte quem seriam os primeiros sacrificados para forçar as pontes. [...]

É morto um japonês, são maltratados europeus e americanos. Chega, porém, a certeza insofismável de que no dia 23 ia dar-se o ataque a Shameen, sob a aparência de uma manifestação popular.

No dia 22, reuniu às 10 horas da manhã o Corpo Consular de Cantão para resolver sobre os meios de defesa a empregar, dada a possibilidade de um ataque de forças armadas chinesas a Shameen, decidindo-se, por voto unânime de todo o Corpo,

⁴⁵¹ Os choques de estudantes contra forças de segurança da Concessão Internacional de 30 de Maio e a repressão que estas desencadearam.

composto pelos cônsules de Inglaterra, Portugal, América, Alemanha, Bélgica, França, Japão e Itália, o seguinte:

- a) Os comandantes-chefes dos navios franceses e ingleses tomariam a direcção da defesa fluvial e terrestre das respectivas Concessões dos seus países⁴⁵²;
- b) Os outros navios estrangeiros surtos no porto prestariam, dentro das suas possibilidades, o concurso necessário e pedido por qualquer comandante-chefe inglês ou francês (*to assist them*), quer desembarcando homens e material, quer abrindo fogo com as suas peças ou metralhadoras para os alvos que lhes fossem indicados;
- c) Só no caso extremo dos chineses abrirem fogo sobre Shameen, ou tentarem atravessar violentamente o canal que separa as Concessões da cidade chinesa, é que se lhes responderia com fogo da terra e, na insuficiência deste, os navios abririam fogo por sua vez;
- d) Os comandos francês e inglês estariam ligados entre si.

Estavam as resoluções do Corpo Consular em perfeito acordo com os fins para que eu pedira a canhoneira *Pátria* a S.Ex^a. o Governador de Macau, pois disse textualmente no meu telegrama que era para “desembarcar forças protecção Shameen caso pedido Cônsul Concessão ou desempenhar outro serviço harmonia dignidade prestígio nacional e compatibilidade canhoneira”. [...]

Comunico verbalmente, primeiro, e depois por escrito a decisão do Corpo Consular ao comandante da *Pátria* e, em virtude dela, o comandante-chefe francês conferencia com o comandante Bívar, pedindo o auxílio do navio português, caso indispensável, porque os franceses apenas tinham no porto duas canhoneiras pequenas, a *Argus* e a *Vigilante*. O cônsul de França, por sua vez, vem procurar-me e expor-me a pouca gente de que dispunha em terra para a defesa de Shameen, pedindo que desembarcasse os guardas que estivessem a bordo das embarcações [mercantes] portuguesas. Chamei o chefe destes serviços e [...] numa hora tinha em terra mais de setenta homens armados, equipados e municados com cem balas cada um.

Nessa noite todos os navios se puseram em postos de combate, marcaram-se alvos, protegeram-se as guarnições das peças e das metralhadoras com sacos de areia, prepararam-se as tropas de desembarque, caso necessárias. Nas Concessões fizeram-se abrigos, empilharam-se sacos de areia, levantaram-se barricadas, organizaram-se nichos de metralhadoras. Foi uma noite de febre, como só se sente na guerra ao saber-se que o

⁴⁵² Esta deliberação foi tomada em virtude de o oficial mais graduado que se encontrava em Cantão ser americano e os americanos não serem Concessionários em Cantão. Se o fossem – ou se Shameen fosse Concessão Internacional, como Xangai, por exemplo – haveria um comando único, que seria entregue ao oficial americano.

inimigo vai atacar em massa. Por sua vez, os chineses montavam discretamente nas casas de Shaki metralhadoras e um pequeno canhão-revólver. De Shameen ouvia-se falar russo na fronteira cidade chinesa. Moscovo preparava a sua obra.

Como medida de precaução, eu reunira a comunidade dois dias antes, convidando as mulheres, crianças e inválidos a sair de Shameen e propus-lhes a organização de uma ‘mess’ [...] vantagens de uma cozinha comum, mais económica portanto e com um ou dois guardas das embarcações [...]. A quase totalidade da comunidade aceitou bem a ideia [...].

Ao romper da alva do dia 23 Shameen parecia um campo de manobras: capacetes, camisas das campanhas coloniais, calções, grevas, espingardas ao ombro, baionetas caladas, cartucheiras prenhes de munições. No rio, os navios, o mesmo: balastradas abatidas, sacos de areia, peças descapadas, culatras rebrilhando ao sol nascente, munições prontas a servir. Ao sinal de aviso, a *Pátria* devia desembarcar duas metralhadoras que, com os guardas das embarcações portuguesas e com secções de marinheiros, acorreriam ao sítio aonde porventura os chinas forçassem as Concessões. [...]

Na cidade, os alunos da Escola Militar Revolucionária dos Cadetes de Vampoa continuavam a distribuição, iniciada na véspera, do seguinte manifesto:

“Aviso aos nossos irmãos sobre a matança de Xangai.

Irmãos!

As matanças premeditadas pelos Imperialistas começaram em Xangai a 30 de Maio, continuaram em Hankao e em Tsingtao. Agora vai ser em Cantão, a cidade do movimento revolucionário chinês.

[...]

Nós todos, povo de toda a China, levantamo-nos à uma para abolirmos sem demora os tratados injustos e derrubarmos o Imperialismo!

Irmãos! Levantai-vos! Levantai-vos! Levantai-vos!”

[...]

À medida que se aproximavam, os impropérios cresciam. Vinham primeiro os estudantes, depois os sindicatos, seguiam-se as crianças das escolas, atrás malta de cúlis, a tanto por cabeça, e finalmente os cadetes de Vampoa, precedendo a tropa, cinco mil homens, talvez. [...]

Ao começar o desfile dos cadetes de Vampoa, comandados por oficiais bolchevistas russos, a barulheira dos insultos é indescritível.

Súbito, um tiro parte na direcção de Sir James⁴⁵³. A bala vai cravar-se na parede; outra a seguir quebra a rótula do joelho do Director da Alfândega. Mais um tiro passa

⁴⁵³ O cônsul inglês em Cantão.

miraculosamente entre a minha cabeça e a do cônsul da França, indo matar instantaneamente Mr. Pasquier, na nossa retaguarda. Tudo isto é obra de dois segundos.

A canhoneira francesa *Vigilante* faz dois tiros de pólvora seca, o ‘aviso’ para o rio, e as metralhadoras de Shameen abrem fogo. Da canhoneira *Pátria* desembarcam as metralhadoras, os guardas das embarcações portuguesas tomam posições e os marinheiros americanos formam a bordo para desembarcar, enquanto os japoneses saltam em terra. São dez minutos de combate intensíssimo, terminados pela fuga desordenada dos chineses. Balanço do fogo: um europeu morto, vários feridos; do campo chinês, calculam-se as baixas entre 400 a 500, entre mortos e feridos.

Nesse dia, espera-se novo ataque, que não chega. [...]

Em dez minutos de fogo nunca militares chineses tinham perdido tanta gente. De noite desembarca-se artilharia, metralhadoras, munições, abrem-se trincheiras, levantam-se barricadas, mandam-se para bordo do navio de guerra americano *Ashville* as senhoras que ainda estavam em Shameen. No dia imediato chega o cruzador francês *Altair*. [...]

No dia 24, os jornais chineses, mentindo com descaro inacreditável, acusam os europeus da *carnificina* de Shakki. Sir James é atacado com uma violência inaudita. Chamam-lhe sem rodeios bêbedo, criminoso, assassino; acusam a *Pátria* de ter feito fogo sem que o navio disparasse um único tiro! [...] fazem, à guisa de *ultimatum*, cinco exigências:

- 1 - Todas as nações envolvidas neste incidente nomearão altas personalidades para apresentar desculpas ao Governo do Kuangtung⁴⁵⁴;
- 2 - As autoridades de Shameen serão castigadas;
- 3 - Todos os navios de guerra serão reenviados de Cantão com as suas guarnições, excepto dois, especialmente encarregados das comunicações;
- 4- Entrega de Shameen ao Governo do Kuanhtung;
- 5 - Indemnização às vítimas chinesas (mortos e feridos) dos acontecimentos do dia 23. [...]

Ouvidas as Legações e naturalmente os Ministérios, os cônsules de Inglaterra e França respondiam que “os pedidos do Governo do Kuangtung nem eram de considerar”.

Entretanto, chegavam mais navios de guerra. Os franceses *Algol* e *Marne*, com o almirante Frochot, e *Helena*, americano. E a canhoneira *Pátria*, que desde o início foi a única guarda verdadeira da Concessão francesa (que é entrada das duas Concessões), fazendo tremular alto a nossa bandeira de Portugal, retirava para Macau sem que nada o justificasse [...].

⁴⁵⁴ Da facção nacionalista (cantonense/comunista), agora dominante em Cantão.

O nosso contacto com as forças francesas e inglesas foi e continua, porém, a ser mantido pelos guardas das embarcações portuguesas, admiráveis de coragem, sacrifício de dedicação»⁴⁵⁵.

O autor relata em seguida a grande greve e os tumultos lançados em Changai durante o mês de Junho, chegando-se aos 250 mil grevistas, e transcreve a proclamação de 3 de Julho de 1925 do Comintern dirigida aos chineses, nestes termos:

«Trabalhadores da China! A vossa luta árdua contra o imperialismo mundial, luta feita para a libertação de um povo de 400 milhões, está constantemente envolvendo novas massas de oprimidos e abalando os próprios alicerces do capitalismo internacional. [...]

Reuni os Sindicatos em massas! Obtende a legislação dos Sindicatos Operários! Fazei tudo o que seja possível com o fim de educar as massas lutadoras num espírito de disciplina revolucionária, prontas a bater-se.

Milhões de proletários do mundo estão convosco na vossa luta heróica – luta que pode mesmo servir de modelo aos velhos e experimentados Sindicatos Operários da Europa.

Viva o Proletariado Chinês!»⁴⁵⁶

O autor transcreve também passagens de jornais com estes inflamados discursos anti-imperialistas que referem igualmente Portugal e Macau. Por exemplo, do *Canton Gazette*, de 23 de Julho de 1925, sob o título «*Portuguese again encroach upon Chinese territory*», certo artigo termina com um: «*Portuguese Imperialists of Macao. Keep your 'Hand Off' Chine now!*». Mais adiante, Horta prossegue:

«Se a luta resulta pois mais violenta contra os ingleses e os japoneses é pela simples razão deles serem os mais numerosos e os mais fortes: os que mais dão nas vistas.

Da situação trágica em que os estrangeiros se encontram na China só poderá sair-se diplomaticamente, em conferências, ou pela guerra. Permita-me V.Ex.^a porém a ousadia de analisar as consequências destas duas soluções [...]

E o cônsul Horta entra no seu tema mais delicado: «[...] Eis-me chegado à última parte deste relatório, e que propositamente deixei para o fim, por se tratar da situação difícilíssima que me tem criado o Governo de Macau e que, à custa de prodígios de equilíbrio, nem sempre airosos para a minha dignidade, tenho conseguido manter de forma a, em obediência ao telegrama de V.Ex.^a n.º 9 de 19 de Julho, “seguir as indicações do Governo de Macau” e “agir de acordo com o Corpo Consular” seguindo

⁴⁵⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁵⁶ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁵⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

a política internacional que tinha assente com o antigo Governador de Macau Dr. Rodrigo Rodrigues e que se resumia em duas frases: - Evitar sempre conflitos entre Cantão e Macau, mas nunca perder a ocasião de colaborar *inter pares*, imediatamente, com os outros e não atrás dos outros, num conflito internacional ao lado dos aliados – a única maneira de resolvermos os vários *diferendi* que temos com a China, ou mais verdadeiramente com o Governo de Cantão. Foi para saber se esta política merecia ainda a sanção do Ministério dos Negócios Estrangeiros [...] que tive a honra de enviar a V.Ex^a. o meu telegrama confidencial, urgente e reservado de 17 de Junho.

Já anteriormente, quando rebentou a guerra entre Cantonenses e Yunanenses, eu estava informado de que, sendo aqueles vitoriosos, haveria tumultos contra os europeus. Por isso, em telegrama urgente do dia 8 pedi ao Exmo. Governador interino de Macau “o favor de mandar seguir imediatamente Cantão canhoneira *Pátria* com guarnição reforçada caso seja possível para proteger comboiar transporte portugueses evacuados caso seja necessário virgula desembarcar forças protecção Shameen caso pedido côsul Concessão ou desembarcar outro serviço harmonia dignidade prestígio nacional e compatibilidade canhoneira *Pátria*”.

A 11 recebi uma carta de S.Ex^a. o Governador interino de Macau confirmando-me um rádio que eu aliás não recebera e que dizia assim: “Recebi a carta e telegrama de V. hoje de manhã. Canhoneira *Pátria* deverá chegar ali amanhã cerca do meio dia, levando duas metralhadoras pesadas e respectivas guarnições como reforço. Transmitti informações Legação de Portugal em Pekin e Ministério dos Negócios Estrangeiros por via do Ministério das Colónias” [...]»⁴⁵⁸.

O autor refere em seguida que, embora a *Pátria* não tivesse disparado um único tiro no dia 23 em Cantão, «[...] a eterna má-fé, a eterna mentira dos chineses logo inventou que a *Pátria* metralhara a multidão quando esta já fugia desordenada! O boato chegou a Macau e, naturalmente, na mesma mala em que seguiu, seguia também o boato-irmão de que os chineses se iam revoltar ali [...]»⁴⁵⁹. Isto, Medeiros Horta considera coisa impossível depois do repúdio que os agitadores sofreram pelos chineses de Macau há três anos, e graças à boa orientação do então governador Rodrigo Rodrigues.

Mas o autor prossegue:

«[...] A *Pátria* tinha sido requisitada para uma missão especial, mas clara, e foi nessa que veio.

⁴⁵⁸ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁵⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

Entretanto e apesar da clareza do Regulamento Geral da Armada, parece que o Chefe do Estado-Maior Naval tinha ainda o direito de lhe dar ordens estando ela em operações cujo comando superior pertencia a outrem. O mais grave, porém, é que não o fazia oficialmente. Escrevia cartas particulares! Aplaudia o comandante da *Pátria* por não ter feito fogo (quando ele afinal o não fizera pela simples razão de não ter sido necessário) e dizia-lhe ainda que o evitasse... estando ao lado de aliados numa base de operações! Pedia-lhe que procurasse um pretexto para voltar a Macau.

O comandante Bívar, a começo não quis falar-me destas cartas; mas na véspera de um dia em que se esperava novo assalto a Shameen veio procurar-me ao consulado e expor-me a mais do que crítica situação em que estava, porque estas cartas eram, se a memória não me falha, a expressão da vontade do Governador de Macau! Tivemos uma discussão acaloradíssima porque o comandante da *Pátria* afirmava-me: “O meu chefe pode dar-me ordens verbais; ora, as cartas que eu recebi são mais do que isso: são indicações, ordens escritas e assinadas. Em face delas, se o Comando Naval [aliado] me pedir auxílio, baseando-se nas decisões do Corpo Consular; me pedir que faça fogo, caso amanhã tenhamos outro conflito em que seja necessário a artilharia de bordo, eu tenho que esquivar-me a fazê-lo em face destas cartas”.

Respondi ao comandante Bívar que cartas de carácter particular escritas no Grémio, no intervalo de dois *robbers* de *bridge*, não podiam revogar o que oficialmente estava escrito em nome do Governador, nas instruções que trouxera.

Fiz-lhe ver a situação miserável em que ficaria a primeira bandeira estrangeira que veio a Cantão há séculos se o único navio de guerra que tínhamos aqui não honrasse o compromisso que muito pensadamente o representante de Portugal tinha tomado perante o Corpo Consular e que era igual ao de todos os seus colegas. [...]

– “Se faço fogo dizem-me [...] Se não faço [...] repetia ainda o comandante da *Pátria*, saindo do consulado pálido como cera, enquanto eu ficava rubro de vergonha e de cólera, porque não dizê-lo? – apesar de estar certo de que o capitão-tenente Jerónimo Bívar, arcava com a responsabilidade inteira do seu gesto, mas não desonrava os seus galões de oficial [...]. Conheço suficientemente o comandante da *Pátria* para ter a certeza que, se de novo houvesse no rio o sinal de aviso, as granadas apareceriam junto às peças e, ao sinal de fogo, ao lado dos navios franceses, ingleses, americanos e japoneses, a canhoneira portuguesa *Pátria* cumpriria o seu dever [...]»⁴⁶⁰.

⁴⁶⁰ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

Começa então, a 27 de Junho, uma inextricável sucessão de ordens e contra-ordens acerca do regresso da canhoneira a Macau, asperamente relatada pelo cônsul e que envolveu também o comandante francês Werwerberg que via assim enfraquecido o dispositivo militar do seu sector. Perante a hipótese de retirada da *Pátria*, exclamou incrédulo: «*Ah! Oui?!*!» E, percebendo que perderia também as suas metralhadoras e os guardas armados dos navios mercantes portugueses, terá retorquido: «*Ah! Ça non! Les gardes, non! Comment que je vais les substituer?*» – assentando-se, depois de larga discussão, que ficariam «para a defesa de Shameen 50 guardas, seguindo os restantes para Macau a bordo da *Pátria*»⁴⁶¹.

O autor relata em seguida: «[...] os guardas chegam a Macau e estiveram fechados a bordo durante um dia, só podendo sair à noite para a Boa-Vista⁴⁶² como se fossem criminosos e não homens mal alimentados e mal dormidos que tinham preparado heroicamente a defesa de Shameen durante dias; homens cobertos de cruces-de-guerra da Grande Guerra [...]»

E porque sofreram estes homens semelhante humilhação? Porquê?

Porque o Exmo. Governador não só não os tinha requisitado – fora erro no telegrama – mas porque o seu desembarque poderia parecer provocação aos chinas! Porque os chinas são bolchevistas e os guardas das embarcações (entre os quais iam portugueses) não o eram!

Este lamentável incidente é, porém, de ordem interna, dos que se lavam em família, mas as consequências da partida da *Pátria* não são do mesmo género [...]»⁴⁶³.

O autor queixa-se da completa ausência de instruções e mesmo de resposta aos seus telegramas por parte do governador de Macau, em cuja *entourage* vigoraria a ideia de que o cônsul era “intervencionista”, tal como já o fora na altura da Grande Guerra⁴⁶⁴. Porém, reproduz com visível satisfação o telegrama recebido do MNE, nº 6, de 28 de Junho de 1925, do seguinte teor: «Informar Corpo Consular e comandante que *Pátria*, se saiu para Macau, regressará aí para continuar cooperação força internacional logo que chegue cruzador *República* que parte hoje»⁴⁶⁵.

⁴⁶¹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁶² Mais tarde, o Ministério das Colónias informará o MNE (14.Out.1925) que, em Macau, os guardas russos vindos de Cantão terão ido para a ilha da Taipa (MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13).

⁴⁶³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁶⁴ O que mostra ser ele certamente um homem do PRP de Afonso Costa.

⁴⁶⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

Queixas ou desconfianças do governador interino de Macau parece ter também o cônsul português em Hong-Kong, Cerveira de Albuquerque, que em certo momento, a propósito dos bancos nativos chineses – instituições antigas e que continuariam a funcionar com as suas práticas peculiares, nos mesmos moldes de sempre⁴⁶⁶, a par da actividade bancária moderna dos ocidentais – escreve: «Teve sempre o Governo de Macau, e continua a ter, as mais secretas informações, informações que este Consulado transmite, na certeza de que Macau mais seguras e exactas doutro ponto não as pode ter [...]»⁴⁶⁷ – uma linguagem filtrada que pode querer dissimular tensões (pessoais, económicas ou políticas), sempre por aqui frequentes.

Insatisfeito com a situação, o cônsul Horta vai a Macau conferenciar com o governador e relata, dessa entrevista, a seguinte frase expressiva do coronel Joaquim Augusto dos Santos: «O *República* não sei o que vem cá fazer; eu cá não tenho dinheiro para lhe pagar, pela Colónia, e só quando receber ordens concretas do Ministério [das Colónias] é que tiro conclusões. Tudo isto é de grande responsabilidade! Eu cá, o que quero é sossego em Macau!»⁴⁶⁸. E Medeiros da Horta prossegue com outras acusações ao “oficial prático” que aquele seria, embora honesto, mas receoso de tudo, com atitudes desajustadas para com o governador inglês de Hong-Kong e rodeado por uma camarilha de «analfabetos e oficiais práticos, à volta do qual zumbem os homens de negócios com interesses ligados aos chineses [...]. É a bolsa, é o ópio, são mil misérias... e se por ali aparece alguém honesto, inteligente e são, é deitado ao mar. O último foi o Dr. Rodrigo Rodrigues e o penúltimo, curiosa coincidência, foi o comandante Correia da Silva»⁴⁶⁹. E lamenta-se o cônsul, ao encerrar este relatório no final do mês de Julho de 1925: «Com esta situação, encontro-me só no consulado!»⁴⁷⁰.

⁴⁶⁶ Aqui o cônsul não avança mais informações, mas pode pensar-se que se trataria de esquemas de usura, extorsão ou exigências de pagamento por-meios-violentos por parte dos mutuários.

⁴⁶⁷ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 2.

⁴⁶⁸ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁶⁹ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁷⁰ Todas estas citações provêm do «Relatório sobre os incidentes internos e internacionais no sul da China, desde a morte de Sun Yat Sen até ao dia 1 de Agosto de 1925. Por Felix B-M da Horta», depositado no MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900. Num dos relatórios enviados por Ivens Ferraz para Lisboa em 10 de Fevereiro de 1927 (inserido no seu livro como Cap. II), o comandante do *República* relata estes mesmos acontecimentos baseando-se muito neste relatório do cônsul Horta (BCM-AH, Núcleo 419 (Gab. Min.Mar.), nº 80 a 85.)

Mas o mesmo cônsul Medeiros da Horta redige um **segundo relatório**, menos denso e circunstanciado do que o anterior, com 31 páginas e datado de 1 de Setembro de 1925, que cobre o mês de Agosto antecedente. Nele encontramos passagens como as seguintes:

«[...] -12 de Agosto. Não caracterizaram os primeiros dias deste mês acontecimentos retumbantes. Gradualmente, porém, os grevistas foram crescendo no seu arrebanho revolucionário, os bolchevistas consolidando e alastrando a sua influência e o Governo enfeudando-se completamente a uns e a outros se não é, de facto, ele próprio quem os inspira. O poder de todos os Comissários vai centralizando-se em três personagens apenas: Liao Tchum Kai, o líder dos sindicatos operários; Hsu Sung Chi, comandante do exército vermelho cantonense; e Tchan Kai Shek, comandante da Escola dos Cadetes de Vampo. [...]

-20 de Agosto. Liao Tchum Kai ou Liu Chun Hoi, antigo governador civil de Cantão, comissário das finanças, alma danada e inspiradora dos sindicatos operários, expoente máximo do bolchevismo da terra, foi morto a tiro, às nove horas da manhã de hoje, por um homem que se evadiu. Eu conhecia pessoalmente Liao Tchum Kai. [...]

-23 de Agosto. Acabo de chegar de Macau. Dois assuntos da mais alta importância me levaram ali. Um respeita à vida económica da Colónia, outro à vida internacional do país. O primeiro refere-se à transferência do comércio das sedas de Shameen para a nossa província. [...] S.Ex^a. o Governador disse-me que, sobre sedas, ia conversar com o sr. almirante Hugo de Lacerda, director das obras dos portos, e que no dia seguinte nos entenderíamos os três. [...] Na manhã seguinte, S.Ex^a. convida-me a ir ao Palácio do Governo às duas horas. Quando ali me apresentei estava reunido o Conselho Executivo, mas não o sr. almirante Lacerda. S.Ex^a. o Governador deu-me a palavra para expor à assembleia o problema, o que fiz [...]. Nota final sobre as sedas: Ao conversar em Macau com alguém que muito vale em honestidade e talento [...] disse-me essa pessoa: “A vinda das sedas para Macau vai ser guerreada. Pois você não vê que, se ela se introduz aqui, acaba o ópio e os numerosos interesses que à sua volta giram? *Tableau!*”.

Mais me levou também à linda e malfadada província do Extremo-Oriente saber que o Sr. comandante do cruzador *República* tinha trazido instruções, esclarecendo a nossa situação internacional no actual conflito.

Como S.Ex^a. o Governador pouco ou nada me dissesse sobre a missão do *República*, fui visitar o capitão-de-mar-e-guerra Ivens Ferraz, seu comandante. Poucas vezes tenho visto “*The right man in the right place*” como o comandante superior da nossa marinha no Oriente. Trato finíssimo, que o berço dá e

a cova tira; falando com correcção igual francês, português e inglês, importantíssimo nestas paragens [...]. Eu não conhecia o comandante Ivens Ferraz, mas que consolação imensa invade a nossa alma nestas paragens longínquas, onde gozamos de tão triste fama, ao ver chegar um Ivens Ferraz a comandar navio português, trazendo como imediato um Vilarinho Correia! [...] A nossa conversa a bordo durou pouco. Apresentações, cumprimentos e uma rapidíssima troca de impressões. Compreendi que o comandante Ivens Ferraz não estava muito ao facto do que se passava na China, ou porque lho não tinham querido dizer, ou porque quem deveria fazê-lo não compreendia também o problema. Entretanto, ao argutíssimo comandante do *República* logo lhe feriu a retina o *isolamento* em que vivia Macau, apesar de situado onde a lava do vulcão chinês do Sul pode tombar de um momento ao outro. [...] Perante a integridade daquele carácter, a minha sinceridade não se conteve e disse-lhe: “Sr. comandante: eu vou pô-lo a par da situação, contar-lhe tudo”.

Entretanto ia distribuir-se o almoço a bordo. Era tarde para continuarmos a conversa, que seria longa. Ivens Ferraz ficou de vir visitar-me no dia seguinte e continuaríamos. Nesta terra em que toda a gente tem automóvel – só o Governador, dois ou três – o comandante-chefe dos nossos navios de guerra apareceu na casa onde eu estava hospedado num *rickshaw*, como o mais simples mortal da terra...

“Contar-lhe tudo” foi dizer-lhe o que do meu relatório de 31 de Julho consta. Conversámos horas longas. Despedimo-nos. Tínhamo-nos compreendido. Que tristeza! [...]

- 28 de Agosto. O assassinato de Liao Tchung Kai está produzindo trágicos efeitos que atingem a culminância com a prisão de Hu Han Min, Comissário dos Estrangeiros. Sob a indicação dos bolchevistas de Moscovo, Cantão assiste à repetição das cenas que ensanguentaram mortalmente a Rússia. Buscas domiciliárias, sequestros, fuzilamentos, assassinatos. [...]

- 30 de Agosto. A fisionomia de Shameen apresenta um aspecto novo, cansado. Os nervos trabalharam-se demais. A gente loura e alegre do Norte da Europa tornou-se taciturna. Abusa-se do álcool e do tabaco. Há mesmo quem fume ópio. Qualquer conversa se transforma numa discussão que se irrita e produz a zanga.

Os franceses estão fartos desta paralisação enervante. Os seus oficiais tratam com mil cuidados os marujos que se embebedam frequentemente e chegam a praticar distúrbios. [...] Os ingleses, perdendo milhares de dólares diariamente, perguntam-se o que faz o Governo Britânico? [...] Eu mesmo estou extenuado, doente, por causa da comida e de um formidável excesso de trabalho sem ninguém que me ajude na Chancelaria. [...]

Entretanto, do outro lado do canal, os bolchevistas esfregam as mãos de contentes. Borodine, cônsul dos Soviets, já é alto-comissário para o Sul da China e tem o controlo completo sobre o que os governantes fazem [...]»⁴⁷¹.

Esta visão é corroborada meses mais tarde por Ivens Ferraz quando visita esta cidade acompanhando o governador Maia Magalhães em Janeiro de 1926: «Desembarcámos em Shameen, formosa vila europeia transportada para essa pequena ilha do rio Chu-Kiang. O seu aspecto é porém agora desolador: a erva cresce nas ruas desertas, as casas abandonadas têm os vidros partidos e as janelas esburacadas pelas balas de 23 de Junho; nas varandas elegantes vêem-se vasos com plantas secas, mortas de sede; pilhas de sacos de areia fazem redutos e parapeitos; nos pontos mais estratégicos estão *blockhouses* para defesa das pontes francesa e inglesa; por toda a parte, arames farpados; nem uma única embarcação estaciona no estreito canal que separa Shameen de Cantão; num pequeno cemitério estão as campas dos europeus que morreram na defesa de Shameen...

Quem domina é o Comité Grevista, comodamente instalado no melhor edifício da cidade [...]»⁴⁷².

O caso dos guardas russos

Episódio interessante e revelador do difícil relacionamento entre o cônsul de Cantão e o governador interino de Macau é o caso dos guardas contratados pelo consulado para velar pela segurança armada das embarcações de comércio com bandeira portuguesa que frequentavam aquele porto. Os guardas eram, quase todos, russos ali imigrados (russos “brancos”, certamente, na sua maioria), e isso acabou por cair mal nos meios governamentais de Lisboa. Vejamos este conjunto de mensagens trocadas:

- Telegrama do MNE para a Legação em Pekin a 25 de Junho de 1925: «[...] acontecimentos graves Cantão causou péssimo efeito Consulado de Portugal em Cantão ter guarda própria soldados russos [...]».

- De facto, em posterior telegrama vindo de Macau (para o Ministro das Colónias e retransmitido ao MNE) em 30 de Junho, diz-se que: «[...] *Pátria* chegou hoje manhã tendo ficado Cantão apenas cônsul vice-cônsul. Cônsul mandou pela *Pátria*

⁴⁷¹ Todo este segundo conjunto de transcrições provém do «Relatório sobre os incidentes internos e internacionais no sul da China, desde ao dia 1 de Agosto ao dia 1 de Setembro de 1925. Por Félix B-M da Horta» depositado no MNE-ID, Legação em Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900.

⁴⁷² Ferraz, *op. cit.*: 159.



60 – Posto de guardas russos do consulado português em Cantão.

65 russos pertencentes polícia consulado [...]», explicando ter havido erro de interpretação ou na decifração das mensagens.

- Nesta sequência, o Ministro das Colónias expede para Macau o seguinte telegrama a 1 de Julho: «Surpreendido existência polícia russa também desconhecida Ministério Estrangeiros rogo informar se tem constituído encargo Macau», ao qual o governador responde no dia 4 que «consulado Cantão tem há bastante tempo seu serviço como polícia privativa para guarda lanchas matriculadas consulado alguns indivíduos nacionalidade russa. Macau não tem qualquer encargo nisso apenas desde Janeiro 1924 emprestou armas munições sob caução monetária».

- Telegrama de 26 de Julho do consulado de Cantão para o MNE esclarece que «guardas embarcações portuguesas que a pedido cônsul e comandante da esquadra estão prestando óptimo serviço Shameen eram pagos proprietários navios. Devido greve geral contra estrangeiros Cantão navios portugueses parados proprietários navios portugueses não pagam guardas. Cônsul de França prontificou-se pagar guardas devido seus magníficos serviços e serem indispensáveis actualmente Shameen. Ouso porém julgar conveniente governo português manter esses guardas visto não ter aqui nenhum navio de guerra ou outra força portuguesa. Despesa aproximada relativamente pouca: cem patacas diárias para cinquenta guardas que aqui estão. Rogo a V.Ex^a. o favor de telegrafar se autoriza despesa. Horta».



61 – Guardas russos entrincheirados no consulado português de Cantão.

- Resposta do MNE a 30 de Julho em telegrama cifrado: «[...] se guardas prestam serviço Cônsul França pode V.Ex^a. dispensá-los. Se prestam serviço Consulado de Portugal ou interesse geral nações aliadas autorizo despesa»⁴⁷³.

Como se vê, a questão política, eventualmente desaconselhada no plano diplomático, dobrava-se (uma vez mais) de prosaicas preocupações orçamentais (o habitual “Quem paga?”).

Mas o assunto não ficou logo encerrado. Depois de ter dado conta a Lisboa da existência de um Livro-mapa impresso, preenchido à mão, com o «Registo das Embarcações Portuguesas – Mapa de registo dos Guardas»⁴⁷⁴ desde Maio de 1924 a Julho de 25, que justificava cabalmente o controlo de toda a despesa feita, o cônsul Horta vem mais tarde (9.Março.1926) a receber um pouco agradável telegrama do MNE dizendo: «Referência telegrama V.Ex^a. 3 queira cessar imediatamente pagamento guardas russos dispensando seus serviços»⁴⁷⁵; ao qual responde da maneira seguinte em 6 de Abril: «[...] não tendo recebido ordens de V.Ex^a. em contrário, saquei sobre Ministério Negócios Estrangeiros por intermédio de *Hong-Kong Shangai Bank* catorze mil patacas para pagamento compromissos que contraí para poder cumprir as ordens de V.Ex^a. e mais três patacas para manutenção guarda

⁴⁷³ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200, S16 E10 P2 86.900, Maço 13.

⁴⁷⁴ MNE-ID, Arq. Consul. Cantão, Maço 39-49, Proc^o 42, S16 E59 P3 89.056.

⁴⁷⁵ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 1.

corrente mês [...]. Vinte guardas pediram demissão. Julgo actualmente passado perigo novo ataque Shameen parecendo-me desnecessária permanência guardas aqui. [...] continuar a manter ligação Inglaterra França basta que eu me comprometa perante respectivos Cônsules mandar vir de Macau navios de guerra caso perturbação grave [...].»⁴⁷⁶

Finalmente, deixamos aqui um complemento de informação sobre este caso que nos é dado pelo comandante Bívar no seu relatório, já citado: «Em 28 de Junho pela manhã, o nosso cônsul em Cantão solicitou a minha comparência no consulado para me comunicar que recebera dois telegramas de Macau, um deles quase incompreensível [...] para fazer seguir na canhoneira *Pátria* [...] o reforço de guardas do consulado com o seu armamento. [...]

Tendo comunicado esta sua resolução ao comandante da defesa da Concessão francesa, este pediu-lhe para deixar metade – os russos eram utilizados pelo comando francês –, pois eram bons elementos e não tinha gente para os substituir, enquanto não chegassem mais navios franceses. Esta proposta foi aceite pelo nosso cônsul que imediatamente requisitou o transporte para Macau, na canhoneira *Pátria*, desse pessoal e respectivas bagagens. Pelas 15 horas apresentaram-se a bordo 64 russos armados e comandados, com uma guia do consulado-Geral de Portugal requisitando o seu transporte para Macau, o que satisfiz»⁴⁷⁷.

⁴⁷⁶ MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 201, S16 E10 P3 86.901, Maço 1.

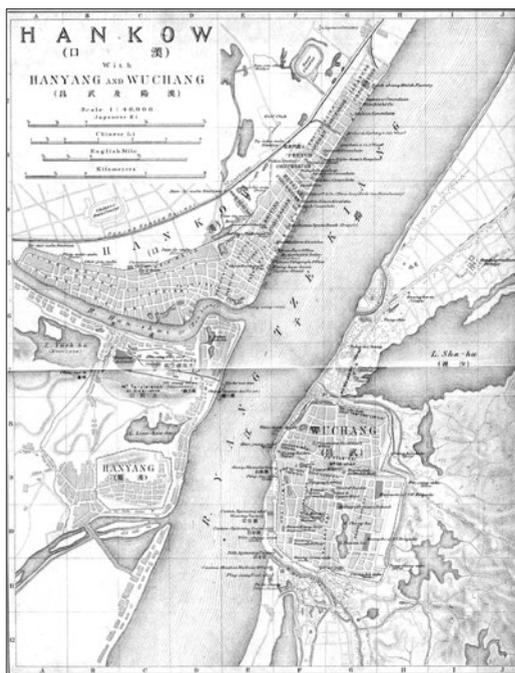
⁴⁷⁷ Do relatório do comandante Bívar de Julho de 1925, já referido (BCM-AH, Doc. Av. Cx. 516/A).

3.7 CHANGAI, 1927: O TOPE DA CRISE E AS INTERVENÇÕES DO REPÚBLICA E DO ADAMASTOR

A **Expedição ao Norte** prosseguia e os exércitos nacionalistas de Chiang Kai-Shek aproximavam-se de Changai no dealbar de 1927.

O cônsul-geral de Portugal nesta cidade, Francisco de Paula Brito, envia em 12 de Janeiro deste ano o seguinte telegrama para o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros

(António Bettencourt Rodrigues): «Confidencial reservado. População estrangeira Shanghai alarmada acontecimentos graves Hankow que determinaram evacuação sobre Shanghai mulheres e crianças após ocupação Concessão inglesa e graves desordens Concessão francesa e japonesa. Colónia portuguesa Hankow parte evacuada Shanghai, restantes encontram-se bem aguardando transporte. Movimento nitidamente xenófobo, erro considerar somente anti-britânico. Colónia Portuguesa Shanghai pediu insistência obter V.Ex.^a vinda imediata cruzador *República* este porto, o que julgo maior conveniência [...]. Recebi seguinte telegrama Governador de Macau “Peço informe sobre situação anormal exige ida

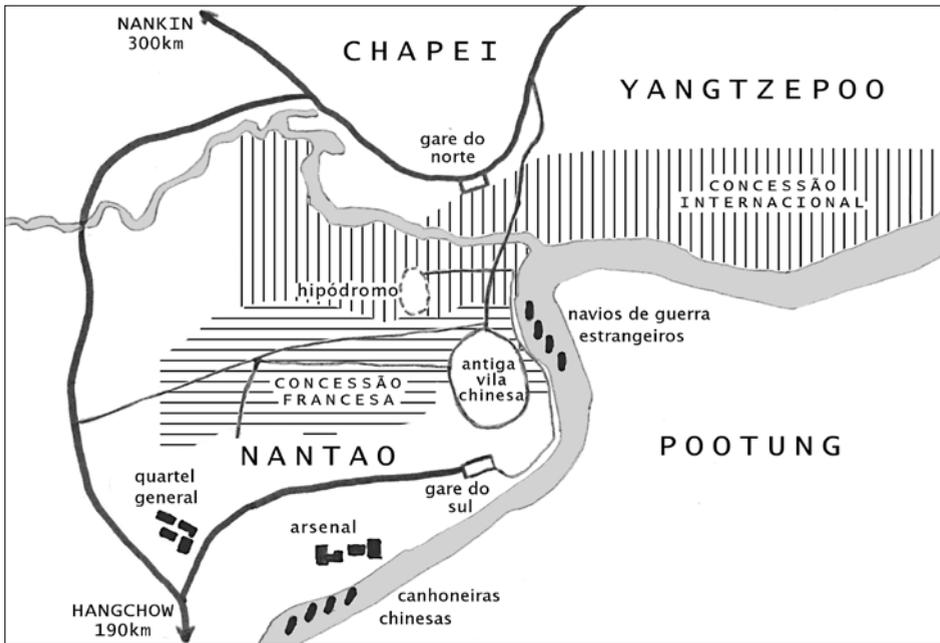


62 – Mapa de Hankow, 1915.

qualquer navio de guerra português.” [...] Presidente Conselho Municipal Shanghai assistiu reunião Corpo Consular ontem tendo exposto situação crítica defesa Concessão Internacional apelando potências cooperar defesa. Rogo a V.Ex.^a que, ouvida Legação de Portugal em Pekin, seja autorizada vinda este porto cruzador *República*»⁴⁷⁸.

No dia seguinte, 13 de Janeiro, o Governador de Macau telegrafia para o Ministro das Colónias (João Belo): «Cônsul Shangai atendendo situação cidade informa telegrafou Ministro de Portugal em Pequim pedindo ida imediata cruzador *República*,

⁴⁷⁸ MNE-ID Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.



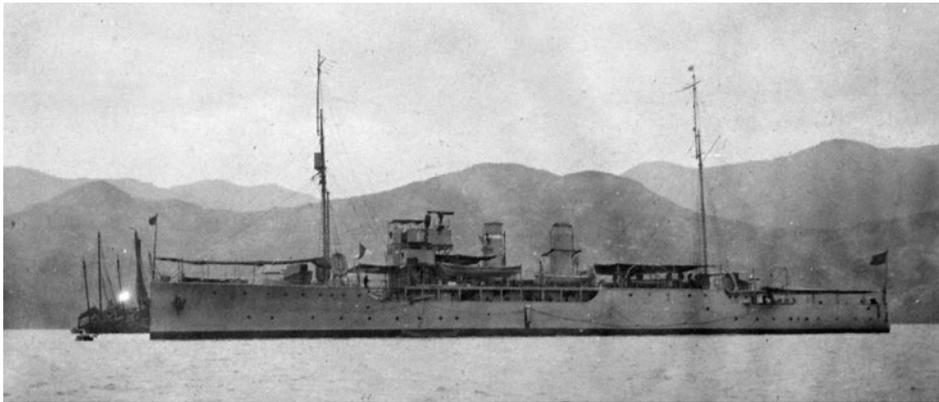
63 – Mapa simplificado de Changai, c. 1927.

que não dispensa desde que não saia águas China. Macau continua sossego absoluto não obstante arredores perturbações constantes desrespeito grevistas autoridades Cantão com quem aliás estamos em boas relações. Governador Hong-Kong anunciou-me visita em aeroplano na semana próxima. [...] informar vinda *Adamastor*. (ass.) Governador»⁴⁷⁹.

Por seu lado, o comandante Ivens Ferraz pressiona no mesmo sentido, com linguagem cirúrgica, em seu telegrama de 22 de Fevereiro para o Comando-Geral da Armada: «Governador da Província informa *Adamastor* estacionar em Moçambique. Vermelhos estão próximo Shanghai onde se encontram 100.000 operários greve. Situação muito grave. É da maior conveniência nesta ocasião estar ali navio de guerra proteger nacionais portugueses. Provável greve geral Cantão, Hong-Kong, Macau. Consta ter chegado Singapura com destino para Shanghai navio de guerra espanhol. *República*»⁴⁸⁰. De facto, como já tivemos ocasião de referir, viviam em Changai mais de mil portugueses (que animavam a existência de um Clube Lusitano), essencialmente dedicados às actividades comerciais, com ou sem ligação com Macau, incluindo também capitães de navios mercantes que bordejavam aqueles mares.

⁴⁷⁹ BCM-AH, Núcleo 419 (Documentação - Confidenciais recebidas em 1927), nº 346.

⁴⁸⁰ Ferraz, *op. cit.*: 419.



64 – Cruzador *República*, no Oriente.

Contudo, em Lisboa, esta gestão de meios militares (ou então diferenças de avaliação entre ministros) revela-se difícil, pois é ainda o cônsul Paula Brito que, de Changai, pressiona em 3 de Março a Legação em Pekin, dizendo: «Em resposta ao telegrama V.Ex^a. acho muito conveniente vinda maior brevidade *República* a fim de que comandante cruzador possa participar conferências plano defesa Shanghai. Parece-me boa política Portugal partilhar defesa Shanghai, pelo menos com o mesmo contingente Holanda, que garante pequeno sector com o efectivo aproximado cem homens infantaria marinha»⁴⁸¹. Mas deve ter sido decisiva a opinião do embaixador Bianchi, em Pekin, que comunica para o Governador de Macau em 5 de Março: «Recebi telegrama V.Ex^a. 32 officios confidentiais [...]. Oportuno vinda Shanghai sem demora *República* trazendo alguns soldados de infantaria europeus partida deve efectuar-se sem espalhamento acentuando bem o único objectivo protecção eventual pessoas bens nacionais»⁴⁸².

Finalmente, a seguinte troca de mensagens revela que a decisão de envio do navio foi finalmente tomada:

- Telegrama do cônsul Brito para «Commodore Ivens Ferraz Cruzador *República* Macau» em 5 de Março: «Confidencial e reservado. Parece-me que estão finalmente sanadas as dificuldades vinda *República* cuja presença aqui tenho solicitado há muito tempo (PONTO) Rogo a V.Ex^a. o favor de comunicar-me data partida logo que haja instruções cruzador seguir viagem para Shanghai»;

- Telegrama em 10 de Março para «Portuguese Cônsul Shanghai: Muitos agradecimentos conto chegar entrada cerca catorze horas peço favor encomendar para sexta-feira 84 libras pão 82 libras carne. Cumprimentos. *República*»;

⁴⁸¹ MNE-ID Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

⁴⁸² Ferraz, *op. cit.*: 425.

- E este do cônsul para MNE na mesma data: «*República* chega Shangai esta tarde Colónia Portuguesa pede que agradeça Governo satisfação seu pedido envio cruzador. Presença de forças navais e corpo expedicionário britânico levantou moral população estrangeira. Situação agora normal»⁴⁸³.

De facto, no início da Primavera de 1927 encontram-se em Changai para cima de 60 navios de guerra de 8 países estrangeiros, com 4 almirantes ali embarcados, e uns 20.000 soldados prontos em terra.⁴⁸⁴

Nos seus relatos, Ivens Ferraz descreve que «os navios de guerra desembarcaram ontem mesmo os seus contingentes de defesa interna, dos quais fazem parte 1.500 *marines*. Os voluntários foram também mobilizados, ficando antes do anoitecer devidamente guarnecidas todas as trincheiras e *blackhouses* dentro e fora da cidade. Como V.Ex.^a sabe, nós tínhamos um destacamento de 28 homens de infantaria; esse destacamento recolheu a ocupar na cidade a área cuja defesa lhe está destinada, juntamente com um contingente de 50 praças do cruzador *República*, que a ele se foi juntar. O aquartelamento dos portugueses é no Grémio Lusitano, obsequiosamente cedido para esse fim. As tropas do Sul estão já tão próximas de Shanghai que se ouve distintamente o tiroteio para as bandas de Lunghwa. [...] A defesa do rio a montante ficará a cargo do *República*, do *Blas de Lezo*, da canhoneira americana *Ashville*, da canhoneira francesa *Marne* e de um *destroyer* americano, sob o comando superior do signatário. [...] Apesar de terem ficado a bordo do *República* apenas 53 homens, incluindo os dispensados, a guarnição mantém-se em postos de combate à vontade»⁴⁸⁵.

De facto, sucessivos telegramas do cônsul Paula Brito para o seu ministro⁴⁸⁶ dão conta do evoluir da situação:

- Em 21 de Março: «Exército nacionalista entrou hoje parte chinesa Shangai tendo havido escaramuças limites Concessão Internacional⁴⁸⁷ resultando morte e ferimentos alguns soldados ingleses e polícia internacional. Cruzador *República* desembarcou sessenta homens que foram ocupar posição conjuntamente força infantaria portuguesa defesa exterior Concessão»;

- No dia 22: «Comandante Ivens Ferraz foi nomeado comandante superior defesa fluvial a montante cidade (PONTO) Consolida-se ocupação nacionalista em volta

⁴⁸³ Todos de MNE-ID Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

⁴⁸⁴ Ver Ferraz, *op. cit.*: 438-439.

⁴⁸⁵ Ferraz, *op. cit.*: 448-449.

⁴⁸⁶ Geralmente com cópia para a Legação em Pekin.

⁴⁸⁷ Assim se chamava à zona urbana que integrava as Concessões inglesa e americana. A Concessão francesa era-lhe contígua, mas mais próxima da cidade china.

Concessão continuando incidentes postos avançados tendo sido repelida primeira tentativa de invasão quatro horas tarde hoje. Foi declarada greve geral reinando maior terror»;

- Outro telegrama posterior⁴⁸⁸: «Pessoal cruzador *República* tropas em terra voluntários e colônia portuguesa bem (PONTO) Foi estabelecido regime Comunista parte chinesa Shangai (PONTO) Confirma-se notícia massacre estrangeiros Nankim, única família portuguesa residente essa cidade retirou Shangai véspera acontecimentos»;

- Em 3 de Abril: «Continuam chegando contingentes britânicos, americanos e japoneses defesa Shanghai elevando força defesa 20.000 homens e ainda cruzadores. [...] Espero amanhã chegada vinte e cinco homens duas metralhadoras reforço destacamento português. Cessou greve geral e situação actual tendendo normalidade dentro Concessão»;

- Telegrama s/d (de Abril): «Chegaram ontem 26 praças infantaria elevando nosso contingente em terra 106 homens, aproximadamente igual contingentes holandês e espanhol. Continuamos encarregados sector próprio lado ingleses».⁴⁸⁹

A acção dos marinheiros portugueses em terra

O comandante Ivens Ferraz relatou com precisão o dispositivo montado em terra pelos seus homens:

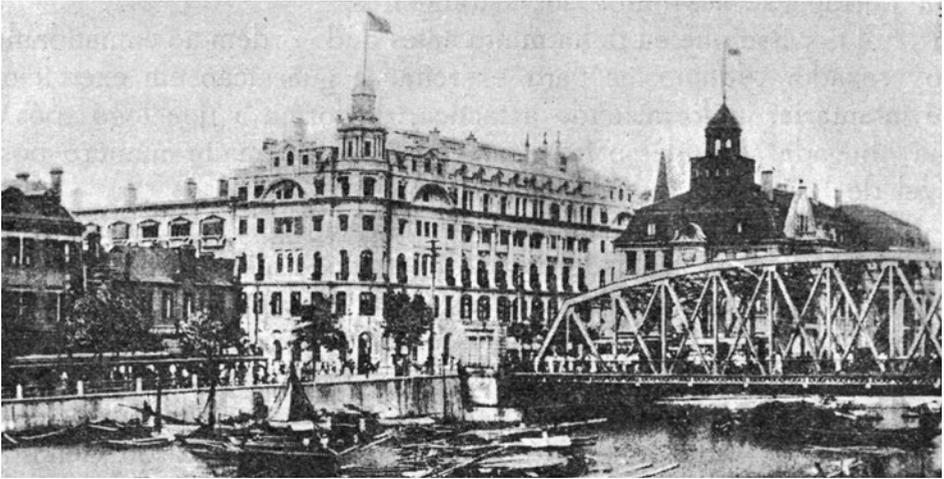
«Dia 21 de Março – Em consequência do aspecto perigoso que assumiu a situação, o Conselho Municipal publicou neste dia uma proclamação declarando suspensas as garantias e ordenando a mobilização do *Shanghai Volunteer Corps* e da Polícia Municipal. Na mesma data o Conselho do Corpo Consular solicitou o desembarque imediato das Forças Internacionais, para a defesa do *Settlement*.

O nosso contingente de marinha é composto de 1 tenente, 3 sargentos e 43 praças, indo ocupar quatro postos em terra na área que lhe estava determinada, juntamente com o destacamento de infantaria que trouxemos de Macau. Acompanhou a força uma ambulância com um enfermeiro e um ajudante. O tenente de marinha foi o segundo-tenente Manuel Augusto dos Santos Botelho⁴⁹⁰. O destacamento de infantaria é comandado pelo tenente Filipe Augusto Ó Costa que, por ser o mais antigo, assumiu o comando do grupo misto de infantaria e marinha.

⁴⁸⁸ Sem data mas ainda em Março.

⁴⁸⁹ Todas estas transcrições provêm de MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

⁴⁹⁰ Maurício de Oliveira (in *Os Cruzadores na marinha Portuguesa*, 1966: 87) diz ter sido o segundo-tenente José Conceição da Rocha, mas este pode também ter executado a missão, em alternância.



65 – Changai, Concessão Internacional: Grande Hotel ‘Astor House’ e Consulado Russo.

Os postos ocupados são os seguintes:

1º posto – Haven Road. Guarnecido por duas praças de marinha e duas do exército. Neste posto há também soldados índios⁴⁹¹, ingleses, sendo defendido por um parapeito de sacos de areia.

2º posto – Woosung Road. Guarnecido por quatro praças de marinha e três do exército. Este posto é também defendido por um parapeito de sacos de areia e por uma sebe de arames farpados. Nele se encontram igualmente soldados índios, cujo quartel fica próximo, numa estação de incêndios.

3º posto – Kashing Road Bridge. Guarnecido por um sargento, um cabo e oito praças de marinha com uma metralhadora *Hotchkiss*. A defesa do posto é constituída por sacos de areia e sebes de arame farpado. Neste posto está também uma força de marinheiros italianos com uma metralhadora. O quartel desta última força fica muito próximo duma estação de polícia.

4º posto – Yalu Road Bridge. Guarnecido por duas praças de marinha e quatro do exército com uma metralhadora *Lewis*.

Um serviço de patrulhas, na força de seis praças de marinha e quatro do exército sob o comando de um sargento, está estabelecido no intervalo da rendição dos postos. Como o serviço de postos é de quatro horas, o pessoal tem apenas três horas e meia de folga. À rendição dos postos assiste sempre um oficial, que comanda a força que vai nesse serviço. A nossa gente ocupou os postos às 21 horas. [...] Na noite

⁴⁹¹ Indianos.

deste dia ficou montado todo o serviço de defesa externa e interna do *Settlement* e da Concessão francesa»⁴⁹².

Este dispositivo manteve-se até finais de Junho – mais de três meses –, quando a situação de segurança na cidade pareceu melhorar. Mas, logo em Abril, uma comunicação do cônsul Paula Brito informa: «Conselho Municipal Concessão Internacional em virtude de resolução unanimemente aprovada eleitores pediu-me oficialmente apresentar Governo Português expressões sua gratidão valioso auxílio Portugal defesa Concessão»⁴⁹³. E, de facto, um novo telegrama do cônsul de Changai para a Legação em Pekin, em 22 de Junho, diz: «Comando defesa Shanghai conta com destacamento português qualquer eventualidade. [...] Todavia política estrita economia aconselha dispensar metade destacamento podendo praças do exército dispensadas seguir bordo *República* conservando aqui apenas 25 homens guarnição metralhadoras pesadas. Cruzador *Adamastor* chega Shanghai princípios Julho render *República* que segue Macau levando comandante Ivens Ferraz que vai instalar serviços aviação após chegada Macau»⁴⁹⁴. O mesmo é confirmado pelo rádio expedido de Changai no dia 28 por Ivens Ferraz para Lisboa: «Comandante da força internacional ordenar desguarnecer posto defesa interna Concessões, possível indicio tendência melhorar situação. Recolher contingente marinha. Ficar aquartelamento 25 soldados (PONTO) Restante seguir brevemente Macau cruzador *República* substituído cruzador *Adamastor* tornou-se muito necessária minha presença organizar aviação troca pessoal descarga [do transporte *Pero*] *Alenquer*. (a) Comodoro»⁴⁹⁵.



66 – Posto português de controlo de rua em Changai. In Ivens Ferraz, O Cruzador *República* na China, 1932, p. 447.

66 – Posto português de controlo de rua em Changai. In Ivens Ferraz, O Cruzador *República* na China, 1932, p. 447.

⁴⁹² Ferraz, *op. cit.*: 451-453.

⁴⁹³ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

⁴⁹⁴ MNE-ID Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

⁴⁹⁵ BCM-AH, Doc. Av. (Forç. Nav. Macau), Cx. 1.379.

Sempre os pagamentos atrasados e o “jogo do empurra”

Em Junho-Julho de 1927 há uma troca de correspondência em Lisboa entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Marinha sobre questão de pagamentos, com o cônsul em Changai a queixar-se desde 11 de Maio da «urgentíssima necessidade de pagamento à força de infantaria ali estacionada» e em telegrama de 11 de Julho a dizer: «*República* seguiu para Macau hoje de manhã levando metade do efectivo infantaria, restantes 25 homens devem seguir primeira oportunidade bordo paquete em vista de falta de alojamentos cruzador. Não tendo ainda recebido fundos Macau, liquidei subvenções Maio disponibilidade cofre do consulado a fim de praças pagarem as dívidas antes da partida»⁴⁹⁶.

De facto, sobre este assunto, típico das nossas deficiências, eis um relatório que Ivens Ferraz enviara para Lisboa a 3 de Julho, não incluído no seu livro mas que aqui transcrevemos integralmente:

«Quando em 7 de Março de 1927 saí de Macau para Shanghai, tinha antes recebido de Sua Excelência o Governador um ofício confidencial sobre qualquer auxílio financeiro que porventura fosse necessário prestar às praças da diligência de infantaria embarcadas no *República*, para aumentar o efectivo das forças de desembarque. Esse ofício é do teor seguinte:

“Confidencial nº 15 - Excelentíssimo Senhor. Tenho a honra de comunicar a V.Ex.^a o seguinte telegrama que acabo de receber de S.Ex.^a o Ministro de Portugal em Pequim:

‘Governador Macau - Recebi telegrama V.Ex.^a. 32 ofícios confidenciais 16 corrente – oportuno vinda Shanghai sem demora cruzador *República* trazendo alguns soldados de infantaria europeus partida deve efectuar-se sem espalhafato acentuando bem único objectivo protecção eventual pessoas bens nacionais. (a) Bianchi’.

Em consequência deste telegrama deve seguir sem demora o cruzador *República* para Shanghai.

Solicito a V.Ex.^a o transporte de um destacamento no referido cruzador composto por um oficial, um sargento e 26 praças de infantaria, que segue em conformidade com exarado no mesmo telegrama.

Entendo que todas as despesas feitas com o mesmo destacamento, exceptuando aquelas que normalmente são feitas por esta Província com esse pessoal, devem constituir encargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pois trata-se incontesteavelmente de despesas de soberania. Todavia, no caso do nosso Cônsul não estar

⁴⁹⁶ BCM-AH, Doc. Av. (Consul. China), Cx. 1.363.

ainda devidamente habilitado com os fundos para ocorrer às despesas extraordinárias resultantes do serviço incumbido a esse destacamento, solicito de V.Ex^a. se digne abonar, por adiantamento, as importâncias requisitadas pelo Comandante da força e que constituam abonos extraordinários.

Esses abonos deverão, depois, ser restituídos pelo referido Cônsul, conforme instruções que vou pedir ao Senhor Ministro de Portugal em Pequim. No caso de dúvida e até que o Senhor Ministro das Colónias resolva, será então V.Ex^a. reembolsado por esta Colónia. Saúde e Fraternidade. Palácio do Governo em Macau, 7 de Março de 1927. O Governador, (a) Artur Tamagnini de Sousa Barbosa.”

Quando no mês de Maio o Senhor Cônsul-Geral me participou que tinha esgotado os fundos do cofre consular no pagamento das ajudas de custo ao pessoal do dito destacamento não pude deixar de adiantar o dinheiro necessário para a alimentação dos soldados, tanto mais que não tendo eles recebido pagamento algum, nem ao menos poderiam comprar um pão para matar a fome. E fi-lo escudado na garantia do Senhor Governador me reembolsar de todas as despesas.

Em data oportuna recebi do Senhor Cônsul-Geral a cópia de um telegrama de 17 de Junho de 1927 do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros que diz o seguinte: “Cônsul Portugal Shangai. Sendo por Ministro Colónias ordenado telegraficamente Macau adiantar pagamento soldados, peço telegrafar este Ministério dos Negócios Estrangeiros soma necessária custeio mensal soldados. Ministro.”

Em vista disto, continuei a abonar géneros e dinheiro para o rancho dos soldados, certo de que não haveria a menor dificuldade no reembolso em Macau. Todavia, telegrafei ao Senhor Governador nos seguintes termos: “18-6-1927, Governador Macau - Cônsul-Geral informar ter recebido comunicação Lisboa para ajudas de custo soldados serem pagamento Província. Comodoro”, obtendo a seguinte resposta: “19-6-1927 *República* Shangai - Ajudas de custo não devem constituir encargo Colónia que não pode manter tal despesa própria soberania. Governador”.

Sobre o assunto, ainda se trocaram mais os seguintes telegramas.

“20-6-1927 n° 70, Governador, Macau - Devida subvenção soldados desde primeiro Maio (PONTO) *República* já despendeu 3.788,44 patacas alimento mesmos continuando abonar rancho termos confidencial V.Ex^a. n° 15 (PONTO) Ser absolutamente indispensável liquidar débito soldados já endividados. Comodoro”.

“30-6-1928, Governador, Macau - Sem resposta rádio 70 (PONTO) Esperar seguir 7 débito diligência infantaria nessa data cerca 7.000 patacas importância dispendida alimentação (PONTO). Caso V.Ex^a. não mande dinheiro antes partida difícil liquidação, por pagamento dever ser feito desconto ajudas de custo soldados. Comodoro”.

“2-7-1927, *República*, Shangai - Virtude ordens categóricas Ministro Colónias nada posso resolver sobre diligência Shangai (PONTO) Telegrafei a pedir instruções com urgência. Governador.”

Como V.Ex.^a. vê⁴⁹⁷, há uma grave contradição entre as duas comunicações que sobre o assunto me foram feitas quanto à determinação de S.Ex.^a. o Ministro das



67 – Patrulha portuguesa nas ruas de Changai. In Ivens Ferraz, O Cruzador ‘*República*’ na China, 1932, p. 452.

Colónias sobre o abono das ajudas de custo ao pessoal da diligência do Grupo Misto de Infantaria e Metralhadoras.

Como não posso deixar à fome os soldados portugueses na cidade de Shangai, continuarei a abonar-lhes o rancho até ao dia da minha partida deste porto. Depois, não sei o que sucederá por

não ter conhecimento de quaisquer instruções que sobre o caso tenham sido dadas ao Comandante do cruzador *Adamastor*.

À minha chegada a Macau tratarei de procurar a restituição dos abonos que tiver feito adiantadamente na boa fé da validade do prometido no ofício confidencial nº 15 de 7 de Março de 1927 de S.Ex.^a. o Governador da Província acima transcrito.

No entanto, fica V.Ex.^a. conhecedor deste caso cuja solução eu não sei ainda qual será»⁴⁹⁸.

Porém, dificuldades logísticas e de pagamentos continuaram a ensombrar o cumprimento desta missão, como se vê pela troca de mensagens, que prossegue:

- Telegrama s/d de Bianchi, ministro de Portugal em Pekin para cônsul em Changai: «De ordem de S.Ex.^a. o Ministro Negócios Estrangeiros, deverão ficar Shangai apenas 25 homens metralhadoras».

- Telegrama de 7 de Julho de 1927 deste cônsul para o MNE: «Chegou ontem tarde cruzador *Adamastor*»⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ A comunicação era dirigida ao Comando-Geral da Armada mas, de imediato, chegava às mãos do Ministro da Marinha.

⁴⁹⁸ BCM-AH, Doc. Av. (Forç. Nav. Macau), Cx. 1.379.

⁴⁹⁹ O qual terá trazido de Macau soldados para rendição do pessoal destacado do Grupo Misto de Infantaria e Metralhadoras.

- Novo telegrama a 7 de Julho do cônsul de Changai para o embaixador em Pekin: «[...] Comandante Parry Pereira informou não poder fornecer rancho soldados visto não estar superiormente autorizado (PONTO) Nestas condições, impossível manter aqui 25 homens destacamento infantaria cujas subvenções estão dois meses atrasadas e até agora recebiam do cruzador *República* (PONTO) Ministro Negócios Estrangeiros informou-me Governo Macau ter sido autorizado Ministério Colónias adiantar fundos necessários pagar subvenções. Todavia, referido Governo Macau, instado remeter fundos, enviou seguinte telegrama: “Virtude ordens categóricas Ministro Colónias não posso resolver sobre diligência Shanghai (PONTO) telegrafei pedir instruções com urgência. Governador”. Em face manifesta



68 – Changai, Concessão Internacional. In Freitas Morna, *Viagem ao Extremo-Oriente*, 1931, p. 162

contradição estes telegramas solicito instruções V.Ex^a. a fim poder resolver permanência ou retirada destacamento».

-Telegrama de Bianchi para o cônsul em 8 de Julho: «[...] aconselho regressar Macau todo destacamento [...]».

-Telegrama de 11 de Julho do cônsul para o MNE: «*República* seguiu para Macau hoje de manhã levando metade do efectivo destacamento infantaria, restantes 25 homens devendo seguir primeira oportunidade bordo paquete [...]».

-Telegrama do mesmo cônsul para o governador de Macau em 19 de Julho: «Diligência infantaria seguiu para Macau hoje à tarde bordo *Macedónia*».

-Telegrama do cônsul Brito para MNE no mesmo dia 19: «Diligência infantaria seguiu para Macau hoje à tarde tendo cruzador *Adamastor* desembarcado tropas em

virtude prevenção geral receio distúrbios motivados recusa contribuintes chineses pagar contribuição adicional imposta pelo Município [...]»⁵⁰⁰.

A missão em terra tinha terminado em 11 de Julho para o *República* e os soldados que este levava para Changai. Mas a saga burocrática-administrativa ainda não parara:

-Telegrama do MNE para o cônsul em 1 de Outubro de 1927: «Governador de Macau pede reembolso 13.500 patacas abonadas despesa destacamento infantaria Shanghai. Queira informar por telegrama se tem em seu poder conta dessa despesa. Ministro».

-Telegrama de resposta do cônsul Brito em 3 de Outubro: «[...] tenho em meu poder conta débito destacamento infantaria portuguesa patacas 13.460»⁵⁰¹.

Se no final de Junho a situação estava calma em Changai, um mês depois tudo parece precipitar-se de novo. A 10 de Julho, nos relvados do *Race Course* da cidade havia-se realizado uma parada militar com todos os portugueses ali em armas que estivessem disponíveis. Um batalhão a 9 pelotões comandado pelo capitão-tenente Vilarinho (imediate do *República*) e integrando marinheiros dos dois cruzadores, soldados do destacamento vindo de Macau e voluntários da Companhia ‘Coronel Mesquita’ formaram, foram passados em revista pelo comando inglês/internacional, prestaram honras ao estandarte nacional e desfilaram por fim sob os aplausos da comunidade portuguesa residente, como outras nações estrangeiras já haviam feito anteriormente, a última das quais no dia 3, celebrando o aniversário do rei de Inglaterra. Porém, a 19, sob alarme de que uma nova revolta dos chineses podia rebentar, o *Adamastor* pôs em terra a sua força de desembarque, sob o comando do tenente Augusto Castro Rodrigues⁵⁰² (por vezes alternando com o segundo-tenente Aristides de Moraes Serrão), ficando de novo aquartelados no Clube Lusitano e estabelecendo um serviço de vigilância e segurança idêntico aos anteriores, enquanto todos os navios de guerra estrangeiros entravam de prevenção. Foi esta a ordem inicial dada pelo comandante Parry Pereira e publicada no respectivo livro de registo diário nº 132 de 19 de Julho de 1927: «[...] Destacamento: A fim de cooperar com as forças internacionais de defesa interna de Shanghai desembarca hoje depois da ceia, sob o comando do 2º tenente Augusto César de Oliveira

⁵⁰⁰ Tudo em MNE-ID Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

⁵⁰¹ Tudo em MNE-ID Arq. Consul. Changai, Maço 7, S3 E126 P2 40.331.

⁵⁰² Que, curiosamente, terá a bordo um familiar (talvez irmão, ou primo), o também segundo-tenente Eugénio Costa e Castro Rodrigues

e Castro Rodrigues, composto das seguintes praças: [...]», seguindo-se os nomes de um sargento e de 30 praças do Corpo de Marinheiros⁵⁰³. Com rotações do pessoal geralmente de quinze em quinze dias, esta força permaneceu em terra pelo menos até Outubro, segundo a citada fonte documental.

Em Agosto o sistema de alerta da Concessão, através dessas mesmas unidades navais, passou a estender a sua acção de fiscalização aos navios e embarcações mercantes estacionados no porto, para controlo dos modos de aplicação das taxas aduaneiras negociadas (ou impostas).

Porém, como era normal acontecer nestas circunstâncias, também aqui ocorriam desordens e bebedeiras da marujada de licença em terra, sobretudo causadas por

cenas de assédio e concorrência com mulheres prostitutas. Nas vésperas de uma modesta celebração de mais um aniversário da revolução republicana do 5 de Outubro, a Ordem do Dia (nº 196, de 1 de Outubro de 1927) ao *Adamastor* fez esta prevenção aos homens: «[...] Tendo-se dado ultimamente factos de certa gravidade entre praças da guarnição deste navio e soldados e marinheiros doutras nações que têm concorrido para desprestigiar o nome português e em especial a corporação a que pertencem e devendo todo o militar, em qualquer local em que se encontre, ser um elemento de ordem e não um perturbador da mesma; recomenda-se a toda a guarnição o rigoroso cumprimento dos seus deveres militares, conduzindo-se por forma a tornar engrandecido e respeitado o nome do País a que pertencem. É expressamente



69 – Cruzador *Adamastor* entrando na doca seca de Kowloon (Hong-Kong).

⁵⁰³ BCM-AH, Núcleo 42 (*Adamastor* - Livro Ordens) nº 136.

proibido sair do território das Concessões Internacional e francesa, assim como se deve evitar os *cabarets* onde usualmente tem havido perturbações de ordem»⁵⁰⁴.

Em todo o caso, encontrou-se pouca informação arquivada sobre esta longa estadia do *Adamastor* em Changai mas Maurício de Oliveira relata uma curiosa confraternização (que possivelmente lhe foi contada de viva voz) em que terá participado o comandante Parry Pereira, por ocasião da posse de um novo almirante da força naval japonesa ali ancorada, em data não especificada⁵⁰⁵. Porém o mesmo comandante já não pôde assistir à cerimónia para a qual convidava um ofício do «*Headquarters – Japanese First Foreign Service Squadron*» de 16 de Março de 1928 chegado ao consul Paula Brito, onde se dizia que o «*Fleet-Admiral Takeshita, Special Naval Inspector ordered by H.I.J.N. the Emperor, is to arrive off Woosung on board H.I.J.M.S. 'Manshoo' on April 17th and come up to Shanghai the next day by a gunboat. He is to inspect my squadron [...]*»⁵⁰⁶. Com efeito, o *Adamastor* deixara Changai no dia 3, a caminho de Hong-Kong onde, no dia 8, entregou o comando da força naval portuguesa ao comandante da canhoneira *Pátria* e encetou a viagem de regresso a Lisboa.

⁵⁰⁴ BCM-AH, Núcleo 42 (*Adamastor* - Livro Ordens) nº 136.

⁵⁰⁵ *Os Navios do Ultimato*: 72-73.

⁵⁰⁶ MNE-ID, Arq. Consul. Changai, Maço 8, S3 E126 P2 40.332.

3.8 A CHEGADA DA AVIAÇÃO NAVAL: NECESSÁRIA MAS TARDIA

O final da Grande Guerra tinha deixado sem utilidade e em excesso uma enorme quantidade de aeroplanos militares das potências beligerantes. Também existiam engenheiros e mecânicos aeronáuticos disponíveis, empresas especializadas no fornecimento de óleos e combustíveis líquidos, máquinas, material oficinal, hangares e sobressalentes de aviação em grande quantidade. Tudo isto suscitou o rápido surgimento de uma actividade económica lucrativa baseada no transporte aéreo, sobretudo de correio, mas também de ligação, vigilância e fotografia, evacuação rápida de feridos ou doentes, etc. Criaram-se inúmeras pequenas firmas para este novo sector de actividade, sobretudo de ingleses e americanos, que compravam barato os excedentes bélicos dos seus governos. Este movimento chegou também à América Latina, mas sobretudo à África, Ásia e Extremo-Oriente, a partir dos territórios coloniais aí possuídos pelas potências europeias.

Em Macau, sob a governação do comandante Correia da Silva, desde 1920 que já opera uma «*Macao Aerial Transport Cy Ltd*» (cujo gerente é o sr. Charles Ricou) que, além de aviões, dispõe de hangar, oficina e plano inclinado, tendo para isso recebido alguns apoios do governo da província. Em 1921 a empresa pretende vender ao governo três (ou quatro?) aparelhos hidroaviões *Aero-Marine* (com motores *Curtiss*), para fins de observação, transporte e eventualmente militares, podendo também utilizar aquela mesma sua infraestrutura aeronáutica. A comissão nomeada para verificar o estado do material é composta pelo primeiro-tenente Barbosa Carmona e pelo capitão Alexandre Vasconcelos e Sá, mas, depois de inspeccionar os equipamentos e fazer testes de voo, põe reservas quanto ao estado dos aparelhos e sua incapacidade para usar metralhadoras ou máquina de largar bombas.

Além do transporte aéreo, o governador de Macau projectava dispor de um Serviço de Aviação Militar próprio, com uma esquadilha para «serviço de polícia e operações militares» e escola de aviação, para a qual chega a seleccionar quatro oficiais candidatos a alunos-pilotos e a regulamentar as condições profissionais para o pessoal das diferentes especialidades: pilotos-aviadores, montadores-de-aviões, mecânicos-aviadores e observadores.

Apesar de haverem sido formulados sucessivos «Projectos de contrato entre o Governo e *Macao Aerial Transport*» – observando já as normas fixadas pela «Convenção relativa à navegação aérea internacional» que saiu da Conferência da Paz, de Versalhes, em 1919 –, as negociações acabaram por se romper, com a

companhia a recriminar o governo por faltar ao prometido, e este a dizer não poder estender aquelas actividades para a ilha da Taipa.

Gorado este projecto, iniciado quando era capitão dos portos Magalhães Correia, em 1922 considera-se ainda a possibilidade de criação de um «Serviço de Aviação Marítima, que ficará dependente da Repartição dos Serviços de Marinha»⁵⁰⁷. Porém, este processo sofre uma total paralisação, que dura até ao rebentar e ao agravamento da crise na China a partir de 1925.

A despeito da não concretização destes projectos iniciais, parte da população da colónia anima-se com a realização e a feliz chegada do Raide aéreo Lisboa-Macau por Brito Pais, Sarmento de Beires e Manuel Gouveia em 1924. Naturalmente com menos expressividade, idêntica animação rodeou a chegada à colónia dos aviadores espanhóis do Raide Madrid-Manila, em 1926, a que já fizemos referência. E a vinda ocasional de aparelhos britânicos de Hong-Kong gerava sempre uma natural curiosidade na colónia.



70 – Centro de aviação naval na Ilha da Taipa.

Desencadeada a crise na China com os seus episódios de violência interna e “anti-imperialista”, o primeiro sinal da necessidade de aviação militar para a presença portuguesa no Oriente surge talvez através da pena do cônsul português em Cantão (Medeiros da Horta) que, no seu relatório de 30 de Julho de 1925, fala da importância que está tomando a interferência de aeronaves nos conflitos da China: «Os aeroplanos chineses visitam-nos bastas vezes, voando horas sem conto sobre nós, como se viessem a reconhecimento. [...] Já vieram de Hong-Kong máscaras contra os gases, mas a mim custa-me a crer no bombardeamento e mais ainda no ataque com gases»⁵⁰⁸. Também as autoridades de Macau vão fazendo fugidias referências ao uso destes instrumentos voadores. Por exemplo, no âmbito das relações bilaterais de Macau com a colónia inglesa vizinha, anota o responsável português: «Governador Hong-Kong anunciou-me visita em aeroplano na semana próxima»⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 205 – onde se contém abundante documentação sobre esta matéria.

⁵⁰⁸ MNE-ID, China - Legação Pequim 1925-1927 Cx. 200, S16 E10 P2 86900.

⁵⁰⁹ BCM-AH Núcleo 419 (documentação confidencial 1927) n° 346.

Estas notícias, sugestões ou pedidos chegam a Lisboa, onde finalmente é tomada a decisão, técnica e política, do envio de aparelhos da Aviação Naval para a província de Macau. Serão hidroaviões *Fairey*, de entre os que estavam atribuídos ao Centro do Bom Sucesso, em Lisboa, semelhantes àqueles usados por Sacadura Cabral e Gago Coutinho na sua viagem ao Brasil em 1922.

Vejam-se os seguintes extractos de correspondência relativos a este assunto:

- Um telegrama do governador de Macau em 13 de Janeiro de 1927 para o Ministro das Colónias diz: «[...] Previdência aconselha apressar vinda *Pero Alenquer* trazendo também dois hidro-aeroplanos e bons tripulantes para serviço exploração [...]. (ass.) Governador» – sendo a mesma mensagem retransmitida ao Ministro da Marinha.⁵¹⁰

- O comandante Ivens Ferraz transcreve no seu livro *O Cruzador República na China* um telegrama recebido do Comando-Geral da Armada a 31 de Janeiro do mesmo ano: «Diga a sua opinião sobre ida dois aviões pedidos no caso de haver conflito. Generalmar.». A resposta seguiu no mesmo dia nos seguintes termos: «No caso de haver conflito é da maior conveniência hidro-aviões. É urgente remeter material guerra pedido Governo da província. *República*»⁵¹¹.

- Ainda em Janeiro de 1927 circula entre os serviços centrais da Armada uma «relação do pessoal e material necessário para 2 *Fairey* para serviço militar» seguirem para Macau. E em Março há nova referência aos «abonos ao pessoal» que irá⁵¹².

- Uma nota interna datada de 10 de Março da Superintendência para o Comando-Geral da Armada referindo o crédito autorizado pelo Ministro da Marinha de 600.000\$00 «para acorrer à aquisição de material para os dois aviões que vão para Macau»⁵¹³.

- E em Abril de 1927 o segundo-tenente piloto-aviador José das Neves Ferreira passa ao transporte *Pero de Alenquer*, bem como outro pessoal mecânico de aviação, para irem cuidando da preparação e estiva a bordo desse material.⁵¹⁴

Finalmente, foram três, e não dois, os hidroaviões *Fairey* que embarcaram no transporte *Pero de Alenquer* com destino a Macau, o qual largou de Lisboa a 14 de Abril de 1927 e iria conhecer uma atribulada viagem, da qual já demos conta e que ficou bem registada nas páginas do livro *Viagem ao Extremo-Oriente*, do comandante

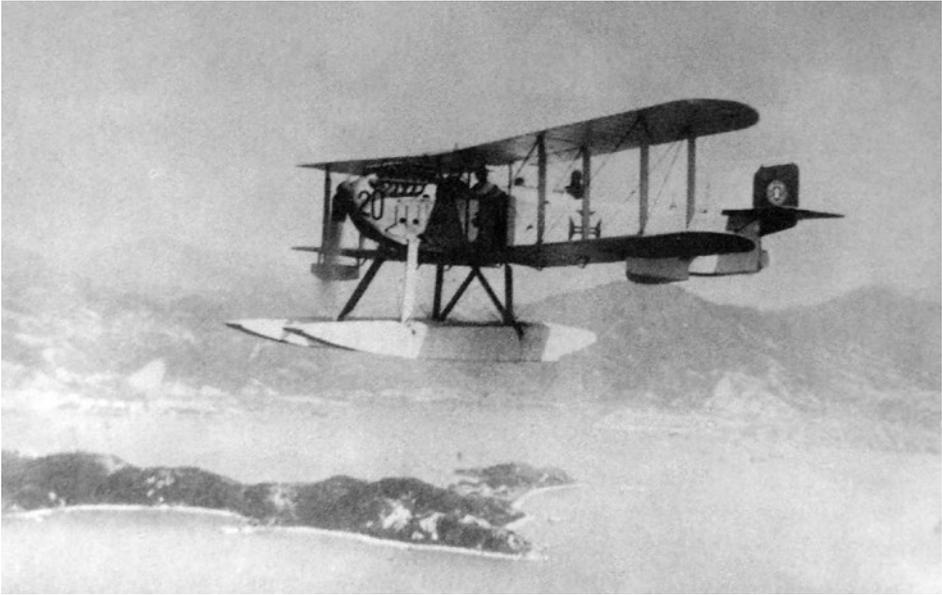
⁵¹⁰ BCM-AH, Núcleo 419 (documentação confidencial 1927) n.º 346.

⁵¹¹ Ferraz, *op. cit.*: 393.

⁵¹² BCM-AH, Índice 31 (Dir. Aeronáut. Nav.), livro correp.^a. n.º 4.146.

⁵¹³ BCM-AH, Doc. Av. (CGA) Cx. 8.038.

⁵¹⁴ BCM-AH, Índice 31 (Dir. Aeron. Nav.) n.º 4.146.



70 – Hidroavião *Fairey* 20 sobrevoando Macau.

Freitas Morna. E o comando desta nova unidade aero-naval foi atribuído ao primeiro-tenente aviador José Cabral, um jovem mas já experiente piloto, cujo *curriculum* parece indicar uma forte apetência para aventuras e grandes desafios profissionais.

Com efeito, apesar dos seus registos de voo assinalarem ter tido um «desastre aéreo [...] no *Fairey*-18» em Agosto de 1925⁵¹⁵, o certo é que em Maio do ano seguinte Cabral declara ser voluntário (juntamente com o segundo-tenente Mário Costa) para a «projectada viagem aérea às colónias»⁵¹⁶; e ainda, logo a 7 de Junho seguinte, uma nota da Direcção da Aeronáutica Naval refere que o primeiro-tenente José Cabral se ofereceu para fazer parte da equipa que o major Sarmento de Beires chefiaria numa viagem de circum-navegação aérea (incluindo também o capitão Jorge de Castilho e o alferes mecânico Manuel Gouveia)⁵¹⁷, cujo ante-projecto chegara a ser aprovado em conselho de ministros da República⁵¹⁸ – viagem que, tal como a anterior, não chegou a ter concretização.

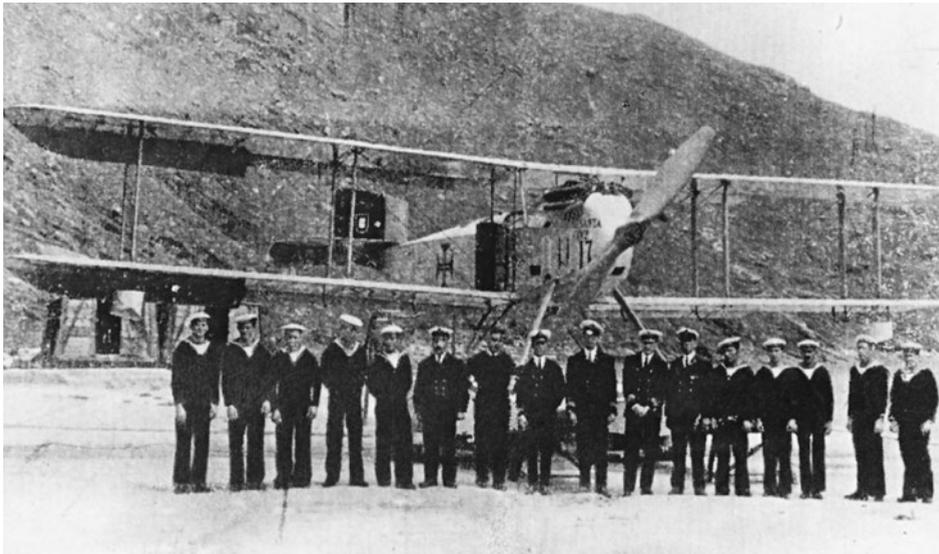
Talvez que para este intrépido aviador a ida para Macau fosse apenas um substituto pobre de outras aventuras sonhadas, mas é verdade que foi lá que ele descolou

⁵¹⁵ BCM-AH, Índice 31 (Dir. Aeron. Nav.) nº 4.145.

⁵¹⁶ BCM-AH, Índice 31 (Dir. Aeron. Nav.) nº 4.146.

⁵¹⁷ Ou seja, a equipa que em 1924 realizara o Raide Lisboa-Macau.

⁵¹⁸ BCM-AH, Doc. Av. (CGA) atado 8.035.



71 – Guarnição do centro de aviação naval e o F17 *Santa Cruz*.

para uma interessante carreira de piloto aeronáutico, associada a bom critério de comandante militar e organizador consciencioso dos serviços da sua especialidade.

Os aparelhos, material de apoio e sobressalentes, bem como o pessoal destacado, chegaram a Macau a 22 de Outubro de 1927, sendo descarregados do *Pero de Alenquer* no dia 26 e iniciada logo após a sua instalação no Centro que havia sido criado na ilha da Taipa. As aeronaves eram os *Fairey* nº 17, 19 e 20, o primeiro dos quais era – singular circunstância – o *Santa Cruz*⁵¹⁹, no qual Sacadura e Coutinho haviam concluído a sua travessia trans-atlântica. E, curiosamente, os registos de material conservados em arquivo mostram que um dos motores *Rolls Royce* que foram deslocados para o Oriente era o que pertencera ao primeiro aparelho da viagem histórica ao Brasil (o *Lusitânia*) e que naufragara junto aos Penedos de S. Pedro e S. Paulo mas pudera ser recuperado pelos marinheiros do navio de apoio, precisamente o cruzador *República*⁵²⁰. Atente-se no que consta do Livrete preenchido à mão do motor *Rolls-Royce (Engine Log Book)* do hidroavião *Fairey* 16, recebido por Sacadura Cabral em 1920 em Inglaterra, estando ali registado: que «No *Fairey* 16 caiu ao mar junto dos penedos de S. Pedro e S. Paulo (Brasil) e foi salvo sendo enviado p^a Lisboa»; «Revistado na oficina de motores e montado no F [*Fairey*] 20.

⁵¹⁹ Número de registo do fabricante F402.

⁵²⁰ Ver Mário Canongia Lopes, *Os Aviões da Cruz de Cristo*, 2000: 49-51. O livro de Edgar Cardoso, *Aeronaves Militares Portuguesas*, 2009, confirma todas estas informações.

Preparou o *Fairey* 20 para seguir para Macau, levando montado este motor»; «Macau 5 de Novembro de 1927 este motor foi convenientemente revistado sobre o aparelho desarmando-se os carburadores e magnetos sendo tudo limpo, experimentado no ar dando bom resultado atingido o máximo de rotações 1700»; «Macau, 14 Novembro 1927 (sobre o aparelho) Foram substituídos os cilindros nº 1 e 3 direitos e respectivas válvulas completas por estarem furadas nas camisas»; «Macau, 14 de Março de 1928. Desarmou o aparelho para seguir para Lisboa». No entanto em Dezembro de 1928 (como veremos já adiante), ainda estava em Macau.⁵²¹

Voltando ao comandante da Aviação Naval de Macau José Cabral, são muito esclarecedores três dos relatórios de sua autoria que foram enviados para Lisboa e aos seus superiores hierárquicos. O primeiro, logo à chegada, datado de 9 de Outubro de 1927, informa que «o material de Aviação existente na Capitania dos Portos e pertencente à Província não poderá ter aplicação nos serviços de Aviação que estou montando. Os aparelhos poderiam ser postos a voar, mas isso implicaria um dispêndio superior ao seu valor. Em Lisboa, o material nestas condições costuma ser vendido como inútil, tendo sido vendido na Aeronáutica Naval material em melhor estado de conservação. [...] Os motores parecem estar em bom estado mas não se podem adaptar aos *Fairey* por terem pouca potência [...]»⁵²².

O segundo relatório dá conta da instalação da esquadilha na ilha da Taipa, da sua organização e meios, e dos seus problemas. Datado de 12 de Dezembro do mesmo ano, esclarece que o Centro de Aviação Naval se situa junto à praia da Igreja e compõe-se de «três casas, um hangar, uma barraca de lona, um plano inclinado e um muro suporte». Refere ainda: a presença do primeiro-tenente aviador Marcos Vieira Garin⁵²³; os «aparelhos vindos no *Pero de Alenquer*»; que «a guarnição actual é constituída por 3 oficiais, 1 sargento montador, 1 operário e 2 mecânicos, que constituem o pessoal especializado da Aviação; 1 sargento artilheiro e 8 praças, 4 das quais estão em diligência da canhoneira *Pátria*; 2 locais chinas cedidos pelo Governo da Província, 2 cozinheiros chinas e 3 criados [...]. Para a guarda, a guarnição militar da Taipa cede diariamente uma guarda de 6 africanos e um cabo. [...] S.Ex^a. o Almirante Ivens Ferraz, antes de deixar o Oriente, disse-me que esperava que o navio-chefe viesse a Macau para verificar e resolver o problema do pessoal da Aviação. Lamento que isso não tivesse sido possível

⁵²¹ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 206.

⁵²² BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 207.

⁵²³ Com José Cabral e o agora já primeiro-tenente José Neves Ferreira, constituíam o quadro de oficiais pilotos desta unidade aero-naval.

para que S.Ex^a. o actual comandante-em-chefe pudesse verificar que não é exagerado o pessoal pedido [...]. O *wing commander* Mande, da RAF, que veio com 3 aparelhos do HMS *Argus* em visita à Aviação de Macau, quando viu o número de homens com que se fazia a manobra, ficou de tal forma surpreendido que chamou a atenção dos seus oficiais [...]. O material de Aviação é constituído por 3 aparelhos tipo *Fairey III D* com motor RR [*Rolls-Royce*] *Eagle 8*, havendo 2 motores sobresalentes e flutuadores com abundância. Para rebocar os aparelhos, há um gasolina com motor *Hudson* com velocidade de cerca de 14 nós, demandando 1,5 pés de água [...]. Satisfaz mas não serve para prestar socorro [...]. O armamento consta de 4 metralhadoras *Lewis Savage* e municiamento respectivo e de 50 bombas de 112 lbs carregadas com TNT. Foi adquirida pela Direcção de Aeronáutica uma máquina fotográfica que ainda não chegou. [...]». E termina exprimindo uma opinião: «é convicção minha que a defesa da Colónia é incompleta sem o auxílio da Aviação»⁵²⁴.

De facto, depois de uma residência já algo prolongada no território, José Cabral pode exprimir-se com propriedade num outro relatório que elabora mais tarde (13 de Fevereiro de 1928), de natureza militar e classificado como confidencial, onde diz: «O desenvolvimento da Aviação e o seu uso na última guerra criaram para a província de Macau um problema novo: a sua defesa aérea. Dando-se a coincidência de ser a única colónia portuguesa cujo inimigo provável tem Aviação própria e, segundo informações colhidas na Aviação Inglesa, construído já aparelhos seus, julgo-me, como actual encarregado dos serviços de Aviação, com o dever de chamar a atenção de V.Ex^a. para a defesa anti-aérea da Colónia. O Exército e a Marinha poderiam auxiliar um pouco essa defesa por meio de baterias anti-aéreas, contudo o seu uso é muito limitado [...] uma esquadrilha de bombardeamento pode destruir uma cidade como Lisboa em algumas horas e basta um só aparelho de Cantão com algumas bombas para lançar pânico na população china e destruir os meios de defesa actualmente existentes [...]. A defesa anti-aérea da Colónia nunca poderá ser confiada exclusivamente às esquadrilhas de Hong-Kong [...]. Além da defesa contra a Aviação inimiga, a Aviação, na situação especial de Macau, é a única arma que pode eficientemente fazer reconhecimentos em território inimigo [...]»⁵²⁵.

Isto ocorre depois de um novo caso de hesitações institucionais, que relataremos já a seguir. Mas, entretanto, queremos referir que, segundo Rodrigues da Costa no

⁵²⁴ BCM-AH Núcleo 916 (Macau), Cx. 206.

⁵²⁵ BCM-AH Núcleo 916 (Macau), Cx. 206.

seu livro *A Marinha Portuguesa em Macau*, entre instalação, ensaios técnicos e outros procedimentos preparatórios, os três *Fairey* vindos de Lisboa só realizaram o seu primeiro voo a 5 de Março de 1928: terão então feito operações de reconhecimento aéreo, operações marítimas de busca e salvamento⁵²⁶, e várias acções em colaboração com os ingleses de Hong-Kong. Em particular, o *Fairey-17* (o *Santa Cruz*) terá voado muito pouco⁵²⁷. Possivelmente, começavam a levantar-se vozes recomendando o seu regresso a Lisboa para ser preservado com intuítos museológicos, como veio a acontecer, anos mais tarde.



72 – Primeiro-tenente aviador José Cabral, comandante do centro de aviação naval.

Aconteceu então mais um destes lastimáveis casos de ordens e contra-ordens – entre Lisboa e Macau, ministério contra ministério, serviço *versus* serviço – que já referimos aquando da descrição da viagem do transporte *Pero de Alenquer*, mas que vale a pena aqui completar. Socorremo-nos agora do relato e das considerações de Freitas Morna, comandante daquele navio, que estaria longe de se poder considerar um crítico da Ditadura que governava o país. Escreve ele:

«No mesmo dia da chegada a Macau [a 18 de Abril de 1928], tratei com o Chefe dos Serviços de Marinha do embarque do material da Aviação Marítima [...].

Nestes termos, telegrafei ao Comando-Geral em 21 de Abril sugerindo a viagem por Suez com partida imediata de Macau. Respondeu-me o Comando-Geral em 24, mandando preparar o navio para seguir via Suez. [...]

Três dias depois, em 27 de Abril, recebia do Comando-Geral ordem de regressar a Lisboa [...].

Recebido o telegrama de 24 mandando-me seguir por Suez, preparei-me para sair no dia 30 de Abril, em que calculava ter o material da Aviação Marítima e a carga embarcados e feito o abastecimento para a viagem. O embarque do material da Aviação terminou no dia 28, tendo no dia 26 recolhido a bordo do *Pero* o respectivo pessoal que regressava a Lisboa.

⁵²⁶ À procura de aviões franceses e americanos perdidos no oceano.

⁵²⁷ Ver Costa, *A Marinha Portuguesa em Macau*: 49-51

No dia 29, foi-me comunicado pela Secretaria dos Serviços de Marinha que a Aviação já não seguia para Lisboa. Telegrafei imediatamente ao Comando-Geral pedindo instruções. No mesmo dia, recebi ordem para desembarcar o material e o pessoal da Aviação, que passavam à Colónia, ficando a constituir seu encargo.

Desembarquei em 30 o material e mandei dar guia para a Secretaria dos Serviços de Marinha ao primeiro-tenente José Cabral, 2 mecânicos, 1 operário mecânico, 1 primeiro-sargento e 1 grumete de manobra. Não desembarcaram o primeiro-tenente Marcos Garin e o restante pessoal, que seguiram no navio para Lisboa.

Marquei então a partida para o dia 3 de Maio»⁵²⁸.

O comandante Morna não se alonga aqui sobre a inusitada alteração de intenções quanto ao destino da aeronáutica naval. Mas mostra-se magoado por, de Lisboa, lhe pedirem expressamente a maior economia de gastos de combustível e outros aprestos na viagem de regresso, não sendo difícil imaginar que tais recomendações pudessem constituir uma censura velada a algum aspecto do seu comportamento recente. Eis as palavras empregues por Freitas Morna: «Conhece-se pormenorizadamente, pelos meus relatórios, todos os factos ocorridos a bordo nos últimos dias da estada deste navio em Hong-Kong, germinados sem meu conhecimento durante perto de três meses»⁵²⁹. Estou certo que a mesma honra e brio pessoal e militar que me atiraram para a frente das misérias morais que os assuntos desses relatórios encerram, fazendo-as vir à supuração, esse mesmo tipo de brio me teria levado a pedir a minha exoneração do comando após a falta de confiança que aquela ordem traduzia, se ele ao mesmo tempo me não impusesse, nas circunstâncias especiais que se davam, o dever de concluir a viagem até Lisboa»⁵³⁰. Coincidentes no tempo e em algumas das suas implicações práticas, os dois assuntos indispunham visivelmente o comandante do *Pero de Alenquer* contra o processo de execuções que se via obrigado a cumprir.

Pruridos morais à parte, o certo é que, havendo instruções do alto-comando da Armada para o regresso da esquadilha – que afinal estivera ali operacional pouco mais de um mês –, os aparelhos chegaram a estar encaixotados e estivados a bordo do *Pero de Alenquer* para regressar a Lisboa à ordem da Direcção da Aeronáutica Naval. E surpreendentemente, por pressão local e à última hora, eles foram de

⁵²⁸ Morna, *op. cit.*:117-119.

⁵²⁹ Embora não explicitado, depreende-se que alguém tenha dado notícia para Lisboa de algum tipo de irregularidades praticadas no *Pero de Alenquer*, levando o Comandante-Geral da Armada a enfatizar as referidas recomendações, quando é certo que todos os relatórios do comando enviados para Lisboa denotavam sempre grande preocupação com a economia de meios (escolha das rotas e dos portos de reabastecimentos, preços de mercado dos carvões, contabilidade comparada das despesas, etc.) para o cumprimento das missões que lhe eram determinadas.

⁵³⁰ Morna, *op. cit.*:118.

novo desembarcados, e só o 17 (o *Santa Cruz*) é que regressou efectivamente, mas em navio mercante, depois de algum tempo de espera em Hong-Kong.

Acontecera que, com a opinião favorável do tenente José Cabral, as autoridades da colónia acabaram por negociar com a Marinha a cedência daquele material aeronáutico, que passou a integrar o património do governo local e a ser pago regularmente pelo seu orçamento.

Com efeito, o *Boletim Oficial da Colónia de Macau*, nº 24, de 16 de Junho de 1928, insere o Diploma Legislativo nº 22 (de 14 de Junho, do governador Artur Tamagnini Barbosa) criando o «Centro de Aviação Marítima», que passou em 1 de Maio da Armada para a «Marinha Privativa de Macau» e ficou dependente dos Serviços de Marinha da colónia.⁵³¹

É o seguinte o teor do referido diploma:

«Tendo o Poder Executivo autorizado que os Serviços da Aviação passassem, desde 1 de Maio último, da Marinha de Guerra para a Marinha Privativa da Colónia, correndo todos os seus encargos e despesas por conta da Província de Macau [...]:

Artigo 1º - É criado em Macau um Centro da Aviação Marítima cujo comandante será um primeiro-tenente aviador com prática bastante dos Serviços de Aviação.

Artigo 2º - Este Centro constituirá uma unidade naval dependente do Chefe dos Serviços de Marinha [...].

Artigo 3º - O quadro do pessoal que faz parte do Centro de Aviação Marítima de Macau será constituído da forma seguinte:

- 1 primeiro-tenente aviador, primeiro comandante do Centro;
- 1 segundo-tenente aviador, segundo comandante do Centro;
- 1 primeiro-sargento artífice carpinteiro especializado;
- 1 serralheiro mecânico especializado;
- 2 marinheiros mecânicos especializados;
- 1 grumete de manobra;
- 1 cozinheiro indígena para a guarnição. [...]

Artigo 5º - Os vencimentos do pessoal de Marinha do Centro de Aviação Marítima de Macau serão os mesmos que estão consignados ao pessoal da Marinha Privativa das mesmas graduações acrescidos de uma gratificação de *especialidade e risco de voo*, fixada pela Colónia. [...]⁵³².

A título complementar, saiba-se o comandante vencia 11.424\$ (Patacas anuais, supõe-se), incluindo soldo e gratificação, subsídio de embarque, acréscimo de 25%

⁵³¹ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 207.

⁵³² Publicado no *Boletim Oficial de Macau* nº 24/16.Jun.1928.

e gratificação de especialidade e risco de voo; o marinheiro, em segunda recondução e com risco de voo ganhava 5.719\$; e o cozinheiro china 240\$.⁵³³

Apesar da pequeníssima dimensão desta unidade aero-naval – com apenas dois aparelhos e um piloto – o Centro de Aviação Marítima manteve-se sempre activo entre 1928 e 1932, como comprova a volumosa documentação administrativa e operacional conservada. Nela se encontram relatórios e referências, por exemplo, aos «exercícios de voo militar realizados na ilha da Taipa em Novembro de 1928», sendo então Chefe dos Serviços de Marinha o capitão-tenente Almeida Pinheiro⁵³⁴; ou, já entrados na década de 1930, às operações de salvamento de um piloto francês caído no norte da Indochina em que colaborou o tenente José Cabral e que as autoridades francesas agradeceram⁵³⁵. Também em 1930, uma informação inglesa dá-nos conta da ida do *Fairey-19* a Hong-Kong para fazer testes com a nova «metralhadora fotográfica» de que fora dotado.⁵³⁶

Quanto à parte administrativa, percebe-se que o Centro trocava abundantes informações técnicas com empresas fornecedoras de equipamentos aeronáuticos, sobretudo inglesas e americanas sediadas em Hong-Kong, sendo o seu comandante o principal interlocutor de tais relações (visível em cartas que começam com «My dear Cabral», etc.⁵³⁷). E a burocracia nacional mantém-se no mesmo seu padrão habitual, com os impressos de registo da «Folha de vencimentos» do pessoal da «Aviação Naval» (que orçam por 1 sargento e 4 praças da Armada e 1 cozinheiro chinês, em 1929-1931⁵³⁸; e 2 mecânicos de aviação, 1 grumete de manobra e 1 cozinheiro chinês em 1931-32⁵³⁹), os livros de «Inventário do Material Fixo da Aviação Naval de Macau» e dos consumíveis, a correspondência, a documentação técnica aeronáutica, etc.⁵⁴⁰, bem como os mapas do detalhe do pessoal, onde sempre figura o primeiro-tenente José Cabral e uma «guarda» do Centro na ilha da Lapa, inevitavelmente constituída por soldados africanos da Companhia Indígena ali destacada⁵⁴¹.

⁵³³ Tabela apensa ao mesmo diploma.

⁵³⁴ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 208.

⁵³⁵ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 207.

⁵³⁶ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 208.

⁵³⁷ É possível pensar que esta sua comissão de cerca de 5 anos em Macau, com as relações aeronáuticas externas que só a ele competiam, tenha sido decisiva para o prosseguimento de uma carreira de piloto e de director de operações de voo de companhias de transporte aéreo civis (nomeadamente, a TWA), já que aquele oficial deixou cedo o serviço activo na Marinha, passando à reserva com o posto de capitão-de-fragata.

⁵³⁸ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 206.

⁵³⁹ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 209.

⁵⁴⁰ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 208.

⁵⁴¹ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 206.

Finalmente, a política definida pelo governo da Ditadura Militar (com o rigor financeiro exigido por Oliveira Salazar) levou a que fosse decidido em Lisboa o encerramento definitivo da Aviação Naval em Macau, em 1931-32. De novo se ergueram vozes contrárias na colónia, e os próprios órgãos de governo de Macau, então com o capitão-de-mar-e-guerra Mata Oliveira à cabeça (embora por muito pouco tempo⁵⁴²), suscitam uma intensa discussão e troca de argumentos com Lisboa acerca da necessidade desses meios aéreos e de quem paga a respectiva factura. Provavelmente, tratava-se já não apenas da inscrição orçamental das verbas para a rotina de manutenção do Centro, mas sobretudo também de despesas de investimento para a substituição do material voador, com outra escala económica. E é curioso lembrar que quem, à época, desempenha as funções de Ministro da Marinha é o almirante Magalhães Correia, que tão bem conhecia a situação da província e fora mesmo o primeiro entusiasta defensor da necessidade daquela arma aérea. Porém, escudado em pareceres do Estado-Maior Naval (que possivelmente argumentavam que na nova esquadra em construção figuravam “avisos” para o ultramar equipados de hidro-aeroplanos e mesmo um navio porta-aviões que, em caso de necessidade, acorreriam ao Extremo-Oriente⁵⁴³), a decisão não foi desta vez revertida. Como vimos ao falar da segunda viagem do transporte *Gil Eanes*, em Fevereiro de 1932 o material do Centro de Aviação Marítima é embarcado por fim, chegando a Lisboa no Verão seguinte.

Estava encerrado um capítulo, mas não ainda definitivamente a história dos meios aero-navais em Macau.

Sequências posteriores

Aconteceram a guerra sino-japonesa a partir de 1937, a Segunda Guerra Mundial de 1939 em diante, com um formidável avanço das forças do Japão por todo o Sueste Asiático, com os dolorosos episódios de Hong-Kong e Singapura e a quase-milagrosa sobrevivência de Macau. E depois veio ainda o recobrar da guerra civil chinesa, até à vitória final dos comunistas em 1949. Talvez com a influência de sucessivos governadores que eram oficiais de marinha com prestígio local e algum peso nacional – casos de Gabriel Teixeira, Albano de Oliveira, Joaquim Marques Esparteiro ou mesmo Pedro Correia de Barros (com Sarmiento Rodrigues ministro de tutela) – a

⁵⁴² Parece legítima a interrogação sobre as razões do curtíssimo mandato governativo deste oficial da Armada.

⁵⁴³ Em Abril-Maio de 1931 tinha havido a experiência do uso de hidroaviões de combate na operação contra os revoltosos na Madeira, meramente transportados em navio cargueiro, postos e tirados da água por paus-de-carga.

Armada voltou a ter uma significativa presença física e simbólica naquelas águas do Oriente, antes e depois do interregno de 1942-45. Voltaram os navios oceânicos em estação ou de passagem (agora os “avisos”, de 1ª ou 2ª classe, de risco britânico ou português); e corrigindo (pelos vistos) uma má decisão anterior, mercê de um decreto publicado em Lisboa em Dezembro de 1937 voltou mesmo a funcionar o Centro da Aviação Naval na ilha da Taipa, onde se mantinha o hangar e outras instalações da fase anterior.⁵⁴⁴

A documentação conservada em arquivo sobre este último período da Aviação Naval em Macau é abundante mas cai fora dos objectivos deste estudo. Ainda assim, podemos referir os nomes dos primeiros-tenentes aviadores José de Alcobia Freitas Ribeiro e Pedro Correia de Barros que sucessivamente comandaram a esquadilha de hidroaviões *Ospray*⁵⁴⁵ que ali se constituiu⁵⁴⁶. E não devemos deixar de assinalar os relatórios que fazem referência aos ataques aéreos feitos por forças “Aliadas” (US) a 5 de Janeiro, 7 de Abril e 11 de Julho de 1945 que visavam alvos japoneses mas atingiram Macau e muito danificaram os equipamentos do Centro, relatórios esses assinados por uma comissão composta pelo capitão dos portos capitão-tenente António Andrade e Silva, o primeiro-tenente Correia de Barros e um oficial do exército⁵⁴⁷. Foi decerto um período de grandes dificuldades materiais, de incerteza e de melindrosas relações externas⁵⁴⁸ mas que, felizmente, pôde poupar o território à violência de uma ocupação militar nipónica.

Nesta altura, entre 1940 e 1951, os governadores de Macau são dois oficiais da Armada, sucessivamente o capitão-de-fragata Gabriel Maurício Teixeira, que depois transitou para governador-geral de Moçambique, e a partir de 1947 o capitão-tenente Albano de Oliveira (que entendia o idioma nativo), ambos enfrentando delicadíssimas situações, de natureza diferente, sob a ameaça de guerra japonesa, o primeiro; e face à vitória dos comunistas em todo o território chinês em 1949, o segundo.

É curioso saber que, segundo o embaixador José Calvet de Magalhães que no Verão de 1946 assumiu o cargo no reaberto consulado português em Cantão, onde se focava a principal agitação reclamando a entrega à China de Hong-Kong e

⁵⁴⁴ Isto está suficientemente apresentado no livro de Rodrigues da Costa *A Marinha Portuguesa em Macau*: 45-53.

⁵⁴⁵ Os mesmos que pertenciam à dotação orgânica dos “avisos” de 1ª classe *Bartolomeu Dias* e *Afonso de Albuquerque*.

⁵⁴⁶ Ver BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 207.

⁵⁴⁷ BCM-AH, Núcleo 916 (Macau), Cx. 219.

⁵⁴⁸ Pense-se, sobretudo, nas relações diplomáticas entre Portugal e o Japão, em especial depois da ocupação de Timor.

Macau, «o presidente do Conselho estava muito céptico sobre as possibilidades de nos mantermos por muito tempo em Macau»⁵⁴⁹. Mas é interessante constatar que, para além do proverbial atentismo de Salazar, das ameaças das forças japonesas cercando Macau (e com as quais foi decerto necessário transigir) e dos erros da aviação americana bombardeando a colónia, a neutralidade perante a guerra e a soberania portuguesas foram respeitadas pelo Japão no caso de Macau. Mas, por precaução ou exigência externa, o estacionamento de nossos navios de guerra foi suspenso por decisão do governo de Lisboa nos primeiros meses de 1942⁵⁵⁰, quando a ofensiva japonesa se desenvolvia no Extremo-Oriente de maneira imparável: Pearl Harbour bombardeada a 7 de Dezembro de 1941; afundamento, dias depois, do *Repulse* e do *Prince of Wales* deixando a *Royal Navy* sem unidades pesadas naquela área; queda de Hong-Kong ainda nesse Dezembro, e da praça-forte de Singapura em Fevereiro, após furiosos combates; entrada em força na Birmânia no início do ano, forçando os ingleses à retirada até à fronteira indiana; batalha do Mar de Java em Março com derrota da esquadra anglo-holandesa (perdendo esta as suas melhores unidades, os cruzadores *De Ruyter* e *Java*, etc.); ocupação militar japonesa das Filipinas e da Indonésia, com domínio aero-naval de toda a zona; e finalmente – com significado para nós, portugueses – o desembarque em Fevereiro de 42 das tropas nipónicas no Timor português⁵⁵¹, tendo em visão estratégica a Austrália, próxima e sua adversária.

⁵⁴⁹ Calvet de Magalhães, *op. cit.*: 1.

⁵⁵⁰ Segundo as pesquisas de Adelino R. Costa (*op. cit.*: 46), o aviso de 2ª classe *João de Lisboa* ali permanecera de Abril a Novembro de 1939, o *Gonçalo Velho* de Junho de 40 a Março de 41, e de novo o *João de Lisboa* de Maio de 41 a Maio de 1942. O *Gonçalo Velho* foi o primeiro navio a retornar a Macau depois da guerra terminada, em Outubro de 1945.

⁵⁵¹ O pretexto para a violação da neutralidade portuguesa fora o desembarque em Dezembro de uma pequena força australiana-holandesa, visto o estado de quase-desarmamento da colónia. Interessante ler o livro do governador Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2003.

NOTAS FINAIS

Numa interpretação de amplo espectro sobre todo este conjunto de acontecimentos, acrescido dos processos que mais proximamente a eles conduziram e das suas mais próximas consequências, seríamos tentados a sintetizar da seguinte forma o objecto de estudo que aqui nos mobilizou.

1. É incontroversa a primazia da chegada dos Portugueses ao Extremo-Oriente no século XVI, embora rapidamente acoçados por Espanhóis e Holandeses, e pouco depois por exploradores ingleses e franceses. As singulares motivações dos lusos eram essencialmente comerciais, de engrandecimento do poder Real e de expansão religiosa, esta sobretudo estimulada pelo espírito da Contra-Reforma. Mas encontraram no conhecimento científico então acessível (sobretudo astronómico, geo-cartográfico e náutico) uma ferramenta prática indispensável para tais navegações longínquas; e em gente-de-armas da pequena nobreza a “mão-de-obra” necessária para cumprir essa missão e, fixando-se por lá, assegurar as bases fixas de um novo império marítimo-colonial.

Como antes acontecera em Goa (mas não em outras posições na costa do Malabar, mais tarde Timor e Solor, e durante um tempo Ormuz, Ceilão ou Malaca, cada qual com a sua especificidade), Macau resultou de um feliz encontro entre os poderes e interesses reinantes no Sul da China com a nossa capacidade de convivência e transacção mercantil, suportada embora por uma potencial ameaça bélica. Esta, contudo (apesar da missão cristã), não surgia aos olhos exóticos como dominadora ou castradora das culturas locais. E por isso Macau se manteve nos séculos seguintes como pequena porta comercial entre a Europa e o Oriente, daí recebendo sobretudo produtos apreciados pelas classes altas, como as porcelanas, as sedas ou as madeiras lacadas.

2. O comércio de longo curso, trans-oceânico, era já bem mais antigo mas foi por meados do século XIX que as nações industrializadas do Ocidente – sobretudo a Inglaterra e a França – se lançaram na procura de novos mercados para certas mercadorias por elas fabricadas, sobretudo na área da metalurgia, da mecânica, dos têxteis e de outros bens já produzidos em série (manufacturados ou maquinofacturados). Simultaneamente, trataram de obter acesso fácil e a bom preço a matérias-primas necessárias para essas ou outras indústrias (incluindo a química), como era o caso já mais antigo do algodão, a que agora se juntavam as oleaginosas, a borracha, as madeiras, certos minerais e outros produtos exóticos. O próprio consumo das populações

metropolitanas evoluía e aumentava, exigindo agora grandes remessas de cacau, café e até de alguns frutos e legumes tropicais susceptíveis de transporte ou conservação. Com algum atraso, outras nações como os Estados Unidos, a Bélgica, a Alemanha, a Itália, a Rússia ou o Japão lançaram-se em idêntico processo. Mas a história e o controlo estratégico de grandes parcelas do mundo impunham barreiras geográficas dificilmente ultrapassáveis, acabando por configurar formas políticas diferentes para a obtenção dos mesmos fins: os colonizadores da primeira vaga (Renascentista) constituíram e garantiram um modelo de *colonialismo moderno*, sem escravatura mas com “ocupação efectiva” (embora sempre com violência, aberta ou discreta), fenómeno de que também beneficiaram os pioneiros da descoberta mundial mas que haviam perdido a oportunidade da “revolução industrial”, casos de Portugal, da Espanha e da Holanda; os outros, “neo-industrializados”, desenvolveram estratégias de penetração económica sem assenhoreamento político obrigatório, as quais passaram pelo estabelecimento de tratados de livre comércio marítimo com as autoridades locais, contratos de concessão (mais ou menos leoninos) para a construção e exploração de caminhos-de-ferro, lançamento de linhas telegráficas, equipamentos portuários, largas facilidades consulares para os seus empresários, comerciantes e emigrantes, mais tarde o fornecimento de equipamentos e serviços urbanos (de abastecimento de águas, electricidade, etc.), a abertura de estradas e a introdução de novas técnicas para a grande plantação agrícola ou a extracção mineral – ao mesmo tempo que, uns e outros, aproveitavam estas vantagens para aí introduzirem elementos da sua própria cultura e superior desenvolvimento social (no sentido de maior complexidade e diferenciação), nomeadamente nos domínios da missionação religiosa, da escolarização e da protecção sanitária, bem como através da imposição de certas noções do direito ocidental. Também em alguns casos (incluindo Portugal), esses territórios longínquos e por desbravar em termos modernos constituíram “válvulas de escape” para os excedentes populacionais dos países em vias de industrialização, onde contudo o novo proletariado urbano não era suficiente para absorver os fluxos migratórios provenientes do sector agrícola.

3. Na primeira metade do século XIX e depois da aventura napoleónica, a Inglaterra encontra-se sobretudo fixada em aproveitar todas as potencialidades entrevistas na Índia, enquanto a França só mais tarde se lança na conquista da Indochina. Mas o comércio inglês no Extremo-Oriente acaba por descobrir no transporte do ópio das plantações indústânicas para os centros populacionais costeiros da China um veículo de penetração apetecível para vencer o isolacionismo chinês, tanto mais que este império, gerido pela dinastia Qing, apresentava agora sinais claros de decadência e perda daquela que fora a sua característica secular: um poder centralizado, servido

por uma burocracia eficiente, que não coartava as capacidades negociais existentes na população. As “guerras do ópio” (iniciadas em 1839 e depois em 1856), foram então aproveitadas pelo governo de Londres para, pelos tratados de Nankin (em 1842) e de Tientsin (em 1860) que lhes puseram termo, obter largas vantagens no plano económico para a Inglaterra, logo seguida de várias outras potências ocidentais, incluindo Portugal, que passou a reivindicar uma posse soberana definitiva sobre Macau, tal como os britânicos o lograram relativamente a Hong-Kong, agora a sua base firme estratégica (a sua Gibraltar) para o Extremo-Oriente. E note-se que essas vantagens comerciais incluíam a abertura dos portos chineses à navegação de longo curso, liberdade de acesso fluvial ao *hinterland* através dos principais cursos de água (incluindo o seu controlo policial-militar para impedir a pirataria), amplas prerrogativas consulares protectoras dos seus cidadãos e mesmo a cedência (por aluguer, venda ou beneplácito) de certas zonas urbanas nas mais importantes cidades portuárias – as polémicas “Concessões” – com administração municipal e policiamento próprios.

4. A autoridade imperial dos Qing encontrava-se no século XIX em grandes dificuldades internas para se fazer obedecer nas regiões mais periféricas, a saber: a Mongólia exterior, o Nepal, o Tonkin/Indochina, a Coreia e a Formosa, já que a Manchúria era sustida à custa de privilégios decorrentes da própria origem da família reinante em Pekin. O que aliás não impediu que a partir de meados do século esta província fosse cada vez mais ambicionada pelas Potências vizinhas que eram o Japão e a Rússia. Aproveitando as derrotas militares sofridas contra os ingleses nas “Guerras do Ópio” e o estado de maior fraqueza de Pekin daí decorrente, a França investiu fortemente e conquistou a Indochina a partir de 1858, pela força ou pela negociação/imposição de Protectorados (casos do Cambodja, do Laos, etc.) e chegou mesmo a assenhorear-se de uma parcela da província do Kwangtung por via de guerra vencedora contra a China em 1883-85. Logo a seguir, em 1893-95, é mediante outra guerra, agora sino-japonesa, que são perdidas a Coreia e a Formosa (Taiwan), onde os nipónicos instalaram umas repúblicas fantoches por eles controladas (e que durariam até 1945).

5. De facto, os “Tratados Desiguais” (expressão que vingou na retórica política) selaram estas guerras perdidas e permitiram às Potências ocidentais estender e consolidar as vantagens comerciais obtidas em cidades portuárias como Changai, Hankow, Cantão e outras, nomeadamente através de Concessões territoriais em certas parcelas do seu solo urbano, transformando-as em poucas décadas em grandes metrópoles de estilo ocidental. A Inglaterra construiu em Hong-Kong uma nova cidade, bem equipada em termos modernos e devidamente defendida em termos militares. Mas todas

as demais nações industriais (ou de presença colonial mais antiga na região, como Portugal, a Espanha ou a Holanda) procuraram aproveitar essas vantagens para incrementar o seu comércio com a China.

6. Esta situação de grande dependência e exploração económica foi sendo vivida de forma cada vez mais traumática pelos chineses. Logo a partir de 1851 rebenta o movimento Taiping de rebelião camponesa – de tipo “milenarista” como haviam existido na Europa na Idade Média – conduzido por líderes carismáticos (“santificados”) que se levantam contra a suposta subserviência de Pekin face aos poderes estrangeiros e se saldou numa repressão impiedosa com milhões de vítimas. Depois, são as novas elites chinesas, já escolarizadas, ocidentalizadas e muitas delas cristianizadas, que começam a aspirar a uma renovação profunda do seu país, abrindo-se mais ao exterior e procurando compatibilizar o seu genuíno fundo cultural com uma modernização da economia e das instituições. Finalmente, num terceiro momento, irrompe um outro movimento popular de *hostilização xenófoba* que teve a sua melhor expressão na revolta dos Boxers de 1899 e anos seguintes, a qual justificou uma intervenção militar de oito países do Ocidente (mas não de Portugal) levando as suas tropas até Pekin, coisa inaudita que constituiu o último acto de humilhação ocidental e decidiu a prazo a queda da monarquia. Estavam maduras as condições políticas e psicológicas para a emergência de um movimento nacionalista, moderado nos seus objectivos mas veemente nas suas convicções, como aquele que veio a ser liderado por Sun Yat-Sen tendo como programa ideológico os “Três Princípios do Povo” por ele formulados: a China, em primeiro lugar; um governo constitucional eleito mas prudente; e um entendimento entre agricultores e proprietários fundiários. Mas deve também dizer-se que, sendo a China um país essencialmente agrário, com a sua enorme população camponesa dependendo sobretudo da cultura do arroz, esta teria de esperar ainda mais umas décadas até que o comunismo nativo (o Maoísmo) pusesse em prática o seu modo de resolução da “questão agrária”, inspirado do marxismo-leninismo mas diferente do experimentado na Rússia e da outra grande “reforma agrária” coeva, a que ocorreu no México a partir de 1910.

7. Devemos talvez relembrar que o vizinho Japão da “era Meidji” entrou a partir de 1860 num processo de rápida modernização da economia, pondo de pé uma indústria competitiva e realizadora, ao mesmo tempo que investia na educação técnica da sua juventude, incluindo o envio dos seus melhores para as escolas do Ocidente. Contudo, ao nível da elite política, duas tendências rivais alternaram na definição da política externa do país: uma, mais “tecnocrática”, defendia a negociação, a compra ou o arrendamento junto dos poderes chineses para lograr aí uma penetração económica garantidora de

mercados e o acesso a reservas minerais de que o Japão carecia; outra, animada pelo que restava do Shogunato militarista, propugnava com desenvoltura as soluções de força, animada que estava pelas vitórias obtidas nas curtas guerras com a China e a Rússia por volta do virar do século. Nestes termos, o Japão apresentava-se no dealbar do século XX como o vizinho mais ameaçador de uma China que parecia não ser capaz de sair do seu torpor de séculos e de superar as suas contradições internas (corrupção, violência, definhamento rácico), nem mesmo com o advento da República em 1911.

8. Quanto a Portugal, eram negligenciáveis os interesses económicos que o país retirava da sua presença em Macau e das relações comerciais com o “império do meio”. Porém, quer os últimos governos da Monarquia constitucional, quer os republicanos que lhes sucederam, estavam de acordo e perfeitamente empenhados na preservação do império colonial restante e, no caso do Extremo-Oriente, na importância de Macau e das suas especiais ligações com Cantão e Hong-Kong para que Portugal integrasse o grupo das “Potências ocidentais” liderado pela Inglaterra que aí se afirmavam, pelo estatuto que isso lhe conferia no plano das relações internacionais. Além disso, havia o efeito simbólico da primazia da chegada por mar de europeus ao Extremo-Oriente e (apesar do argumento ser menos valorizado pela República) do lugar que ocupava a Igreja Católica e a acção missionária por ela desenvolvida em vários pontos de toda aquela extensa região (sem esquecer que a rival Espanha não estava longe, com a influência de que disfrutava nas Filipinas).

9. A partir de 1919 e do movimento do “4 de Maio”, a conflitualidade interna dentro das fronteiras do Estado Chinês orienta-se e é instrumentalizada sobretudo contra a presença e o domínio económico das potências ocidentais (*maxime* a Inglaterra) e do Japão, com particulares fixações nas manifestações simbólicas, industriais e militares que se exibiam sobretudo ao logo das bacias hidrográficas e nas embocaduras dos Rios Amarelo, Yang-Tze e das Pérolas. O movimento nacionalista e modernizador ganhou um novo e poderoso impulso. Mas o detonador maior terá sido, a partir de 1923, o investimento político feito pela URSS naquele país do Oriente, visto como teatro-de-operações de uma estratégia mundial de ofensiva contra o capitalismo internacional e os seus mais importantes bastiões no Ocidente.

10. No rescaldo da guerra europeia (e no Mediterrâneo oriental) de 1914-18, amplifica-se e ganha força institucional o *multilateralismo diplomático* desencadeado pela Conferência da Paz de Versalhes e a criação da Sociedade das Nações. Para além da boa intenção de redução dos níveis armamentistas navais, de um geral apaziguamento

em toda a bacia do Pacífico e da liquidação do espólio colonial alemão, a Conferência de Washington (1921-22) constituiu um momento importante neste processo ao debruçar-se também, expressamente, sobre a “questão chinesa”, nos aspectos mais evidentes do seu relacionamento económico com o exterior. Daqui se seguiram as conferências realizadas em Peking em 1925-1926 sobre as tarifas alfandegárias e as questões da extra-territorialidade, que permitiram boas aproximações negociais entre as partes, com o horizonte do fim da década para a aquisição plena da autonomia tarifária e soberania territorial por parte da China. Portugal participou inteiramente neste processo.

11. O fortalecimento do movimento nacionalista chinês não foi ao ponto de abafar ou subsumir a importância dos conflitos domésticos, protagonizados agora por “senhores da guerra” que capitalizavam em seu favor os restos da burocracia imperial sobrevivente nos seus territórios, a corrupção endémica que grassava na sociedade chinesa e o uso da força militar de que dispunham, onde as armas se traficavam a bom preço de pós-guerra e os soldados se arregimentavam por quem os vestisse e alimentasse, e pouco mais. Nestas condições, o poder político residente em Peking resultou sempre frágil e fraco, embora as grandes potências o tivessem reconhecido como o governo legítimo até mais não ser possível, por actos de guerra interna, constituindo talvez este facto o seu melhor crédito para uso caseiro.

12. Como se compreende, as dissidências domésticas entrelaçaram-se com a reivindicação anti-imperialista, ao longo de sucessivas curtas conjunturas políticas. Primeiro, desde o início da República até 1924, com uma notória fragmentação regional do Estado. Em seguida e desde os últimos dias de vida de Sun Yat-Sen, o movimento nacionalista reforçou-se com a dinâmica agregadora do Kuomintang em aliança com os comunistas soviéticos, os estudantes politizados e os sindicatos de trabalhadores por eles controlados, polarizando-se nos momentos das *agudas crises de Cantão, Hong-Kong, Hankow e Changai*, focadas contra os interesses económicos estrangeiros (sobretudo por meio de greves, manifestações, boicotes e actos de violência devidamente aproveitados). Depois, em 1926, com o arranque da “Expedição ao Norte”, já sob o comando do general Chiang Kai-Shek. Ocorre em sequência, no ano de 1927, o golpe-de-teatro (que já se anunciava) destes nacionalistas contra os seus aliados “vermelhos”, decapitando todo este importante movimento, que se repercutiu imediatamente em Moscovo na luta interna pelo poder no seio dos *bolcheviks*, com o afastamento de Trotsky e o início do consulado indisputado de Estaline. Apesar desta “clarificação” na paisagem política chinesa, alguns poderes castrenses regionais sobreviveram, obrigando o Kuomintang a contentar-se com a fixação em Nankin da

capital do seu Governo Nacional da República da China, o qual a partir de 1928 passou a ser reconhecido pela generalidade da comunidade internacional como o representante legítimo do país, e com ele renegociando vários tratados bilaterais de incidência económica (inclusive com Portugal, nesse mesmo ano de 1928).

13. A acção diplomática-consular portuguesa na China durante esta década de 1920 foi de grande importância e apreciável consistência. Os consulados de Cantão e Changai tiveram à sua frente personalidades fortes, credíveis localmente e eficazes nas suas acções, sempre bem articuladas com a Legação em Pekin e com o próprio ministério em Lisboa. O nosso representante diplomático actuou com prudência e efectividade, em especial nas reuniões tarifárias de 1925 e na negociação do acordo luso-chinês de 1928. Em geral, houve a preocupação de manter pontes com as diversas autoridades chinesas e seguir a par da política britânica nesta difícil conjuntura. As relações com os comandos da Armada foram fáceis e cordiais. Mas os desempenhos de alguns destes funcionários e sobretudo as relações com o governo de Macau passaram por diversos momentos de tensão e de menor compreensão-mútua da pressão a que cada um estava sujeito. Deve ainda realçar-se a importante actividade desenvolvida pelo nosso embaixador em Londres (até ao Verão de 1926) e a do ministro plenipotenciário em Washington, profundo conhecedor dos meios políticos norte-americanos.

14. Como síntese ultra-simplificada da *guerra civil chinesa* deste período, podemos deixar o seguinte esboço temporal-geográfico-político-militar do que foram os principais confrontos bélicos entre “senhores da guerra”, nacionalistas e comunistas:

- depois da morte do Presidente Yuan Shi-Kai em 1916, no Norte batem-se principalmente pelo controlo da capital uma aliança entre as cliques “Fengtien” (liderada pelo marechal Zhang Zuoli, manchú) e “Zhili” (onde já pontificam os generais Feng Xuxiang, cristão, e Wu Pei-fu, referido como bom bebedor mas com reputação de “filósofo”) contra a “clique Anhui” aí dominante e o seu primeiro-ministro Duan Qirui, impondo-se militarmente a estes no Verão de 1920 e ficando Cao Kun (dos “Zhili”) à frente do governo. Porém, logo em 1922 estes aliados se desentendem, e Feng vem a assenhorear-se do poder após uma nova curta guerra contra os “Fengtien” no Outono de 1924 e um “golpe” contra os seus próprios amigos “Zhili”, que só durou até Abril de 1925, pois Zhang Zuoli veio com tropas de novo da Manchúria restabelecer o *statu quo ante* em Pekin. Enquanto isto, o general Wu Pei-fu navegava mais ou menos por conta própria e acabou por assentar arraiais na China central até sofrer a pressão dos exércitos do Kuomintang e ser forçado a retirar mais para o noroeste, recusando mais tarde qualquer apoio aos japoneses (e, ao que parece, tendo sido por eles envenenado);

- no Sul, onde a influência pessoal de Sun Yat-Sen foi sempre grande, os “senhores da guerra” também se fizeram sentir, embora com menos impacto externo. Em 1920 dá-se uma campanha militar entre forças Kwangtung (progressistas) e do Kwansi (conservadoras), com novos enfrentamentos bélicos em 1925 entre Cantonenses e Yunanenses (com posturas equivalentes às anteriores), dos quais sem vencedores os primeiros que, como tivemos oportunidade de seguir mais em detalhe, agrupavam agora o sector nacionalista radical do Kuomintang e os comunistas;

- por último, a partir do Verão de 1926 e até 1928, a “Expedição ao Norte” dos exércitos de Chiang Kai-Shek polarizou a maior parte dos recursos e das atenções do processo interno chinês – incluindo o sangrento rompimento da aliança entre o KMT e o PCC – mas conseguindo (ao menos na aparência e perante a comunidade internacional) a tão almejada “unificação da China” sob a égide de um governo nacional dirigido pelo jovem marechal, apesar de, na sua retaguarda e nas periferias, ainda subsistir muito para pacificar ou conquistar.

15. Em Macau, este período foi vivido com compreensíveis apreensões e alguns momentos de perturbação mas, apesar de vários incidentes ou provocações, nunca esteve verdadeiramente em causa a segurança do território e da população, continuando a colónia a desfrutar do seu estilo de vida habitual, com um ou outro melhoramento infraestrutural entre os quais se devem destacar as obras de modernização do porto exterior. A defesa militar do território (com infantaria, artilharia e metralhadoras, então a arma mais letal para este tipo de confrontos) manteve sempre um nível de efectividade acima do que era comum nos restantes territórios do nosso império ultramarino. E a economia não viu alterado neste período o seu padrão tradicional, baseado no comércio e em certas actividades na fronteira do legal/ilícito. Os sucessivos governadores tomaram por vezes medidas que a comunidade política activa local (geralmente consubstanciada no Leal Senado da Câmara da cidade) teria desaconselhado mas, sobretudo, caracterizaram a sua acção por um excessivo receio das consequências dos seus actos ajuizados desde Lisboa, envolvendo-se também em disputas pessoais que em nada beneficiavam a colónia e muito diziam sobre as suas próprias personalidades, desígnios e interesses. Mas sempre terão tido a inteligência e a prudente atitude de preservar a melhor relação possível com as autoridades de Hong-Kong e, sobretudo, com as chinesas de Cantão.

16. O governo de Portugal – em particular os ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Colónias, um pouco menos o da Marinha – conheceu nestes anos uma forte instabilidade dos seus titulares. Também a continuidade das suas políticas foi interrompida sensivelmente a meio do período de crise aguda no Oriente (1925-1927) pela queda do

regime parlamentar e a irrupção (ainda algo caótica) da Ditadura Militar. Isto afectou necessariamente não apenas os gabinetes ministeriais e as altas-chefias administrativas e militares do Estado, mas igualmente os principais responsáveis pelas execuções no terreno, como foi o caso de certos embaixadores (nomeadamente em Londres e em Paris) e dos governadores coloniais, mormente no caso de Macau. Contudo, é apreciável que, no tocante às orientações fornecidas para a actuação dos agentes portugueses no Extremo-Oriente (governador, representantes diplomáticos e consulares, comando-chefe das forças navais) e para aqueles que lhes deviam fornecer os meios e a logística (a partir de Lisboa ou de Moçambique, etc.), elas praticamente nada sofreram com as consequências do golpe-de-Estado do 28 de Maio de 1926, mantendo-se na mesma linha dos anos precedentes. Em franco contraste com esta *continuidade nacional* (que evidenciava um consenso alargado quanto à importância da preservação da herança ultramarina), registaram-se não poucos casos, por vezes patéticos, de ineficácia burocrática, de disputas de competência institucionais e de evidente miopia orçamental, que não podem ser silenciados, como geralmente se fazia nas abas da glorificação de alguns actos heróicos – que neste caso nem tiveram a oportunidade de surgir.

17. Durante toda esta alongada e complexa conjuntura, a Armada demonstrou ser um instrumento indispensável para a acção externa do Estado português, quer na defesa dos cidadãos e interesses nacionais ali presentes (fossem particulares ou públicos), quer no alinhamento com os seus aliados tradicionais, no âmbito da ordem internacional. Apesar das limitações dos meios navais então existentes, a orientação da política nacional utilizou a fundo os recursos que a Marinha podia proporcionar na região, conseguindo quase sempre ter dois, por vezes três, navios oceânicos com alguma capacidade bélica em operações, a despeito da chegada tardia da aviação naval e das hesitações quanto à sua justificação em Macau. Sem ser um facto inédito, a crise obrigou por três vezes a que desses navios desembarcassem forças para acções de polícia em terra durante semanas ou meses, nas duas principais cidades portuárias onde residiam cidadãos portugueses com os seus respectivos interesses económicos e direitos cívicos. O comportamento desses elementos da Armada nacional terá sido positivo e de molde a suscitar o reconhecimento dos comandos internacionais ali criados pela emergência. Mas não levaram, a não ser excepcionalmente, à atribuição de recompensas militares (louvores ou condecorações) pelas altas chefias da colónia de Macau, da Marinha ou do governo nacional: apenas o comandante Bívar foi louvado pela sua acção em Cantão em 1925 e o capitão-de-mar-e-guerra Ivens Ferraz promovido por distinção, pelo cumprimento global da missão em 1925-27 (mas este era já uma “personalidade de Lisboa”, de anteriormente condecorado com a Torre e Espada).

18. Cerca de 1928, fechava-se o período da *primeira guerra civil chinesa* – habitualmente designada como tendo-se situado entre 1925 e 1927 –, decorrendo em seguida uma fase de alguma estabilidade (no seio da precariedade política reinante), embora marcada por conflitos bélicos de mais pequena dimensão entre poderes militares regionais (por exemplo, na região de Cantão) e por sucessivas derrotas e recuos das forças comunistas, agora afastadas dos grandes centros urbanos e tentando mobilizar os camponeses miseráveis do país para uma luta pela “reforma agrária”. Embora pelos caminhos ínvios da violência e dos processos guerreiros (ideológicos e internacionais), a China caminhava e conseguiria a prazo conquistar o direito ao lugar de equidade de que estava excluída no plano das relações inter-estatais, particularmente no domínio das relações económicas e comerciais.

19. Em Setembro de 1931 rompeu-se o *statu quo*, com o Japão a ocupar militarmente a Manchúria, aí estabelecendo um Estado-fantoches (Manchukuo) com o último imperador Pu-Yi à cabeça. Entretanto, os afrontamentos bélicos internos continuaram e em 1934 Mao Tse-Tung, pressionado pelas tropas de Chiang, vê-se obrigado a uma retirada estratégica, a “Longa Marcha”, que o levou até às inhóspitas paragens do Shensi, bem no interior do país. Porém, em 1937, sob indicações de Estaline, realiza-se uma “segunda aliança táctica” entre o PCC e o Kuomintang no âmbito da “libertação nacional” contra os japoneses que estavam ocupando a quase-totalidade da China, aliança que veio a contar com uma ajuda militar dos Aliados durante o segundo conflito mundial. A *guerra civil* ficava congelada até 1945, e seria depois curta, até à vitória comunista-maoísta em 1949.

20. Neste quadro de grande instabilidade, com o expansionismo japonês a dominar avassaladoramente todo o Extremo-Oriente, em que nem a possessão inglesa de Hong-Kong foi poupada (caindo em Dezembro de 1941, após uma desesperada batalha defensiva dos britânicos), Macau permaneceu praticamente incólume e sempre arvorando a bandeira portuguesa. Naturalmente que isso terá obrigado a vênias e subserviências diplomáticas, de Lisboa e do governo da colónia. Mas a sobrevivência do seu estatuto ter-se-á devido sobretudo à agora nula importância económica ou militar da sua posição e à conveniência para diversas partes chinesas da existência desta “terra-de-ninguém”, uma espécie de “oásis suíço” num Extremo-Oriente sujeito às mais devastadoras violências e depredações. E a Marinha portuguesa, na sua pequeníssima expressão local, havia contribuído com a participação que se lhe pedia para a realização desse “milagre”.

FONTES

BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA – ARQUIVO HISTÓRICO

Núcleo 42 (Cruz. *Adamastor*) nº 136 e 137.

Núcleo 63 (Transp. *Gil Eanes*).

Núcleo 136 (Canhon. *Pátria*) nº 83 e 84.

Núcleo 241 (Transp. *Pero de Alenquer*).

Núcleo 320 (Com.-Ger. Arm.) nº 4 e 5.

Núcleo 419 (Gab. Min. Mar.) nº 80 a 85, e (Doc. confid.) nº 346, 346A e 346B.

Núcleo 916 (Macau, incl. av. nav.) nº 205 a 209 e 219.

Índice 31 (Dir. Aeronáutica Naval) nº 4.145, 4.146 e 4.147.

Índice 43-A (Canhon. *Pátria*) nº 4/53 nº 19.

Documentação Avulsa: Cx. 516-A (Canhon. *Pátria*); Cx. 600 (Cruz. *Adamastor*); Cx. 1.355 (Centro Av. Nav. Macau); Cx. 1.357 (CGA); Cx. 1.363 (Consulados China); Cx. 1.379 (Forças Navais Macau); Latas 8.033 a 8.038 (Majoria/CGA).

Livros-Mestres: vários.

Arquivo Fotográfico: diversas fotografias.

Pesquisas em *Archevo*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – INSTITUTO DIPLOMÁTICO

Arquivo Diplomático:

China: Legação em Pequim (1902-1932) – Caixas 198 a 201, em especial a Cx. 200 S16 E10 P2 86.900 (1925-1927, diversos Maços) e Cx. 201 S16 E10 P3 86.901 (1926-1933, diversos Maços).

Legação de Portugal na China, Japão e Sião e Governo de Macau e Timor (1858-1902) – Caixa 952.

China: Consulados Cantão e Xangai (1890-1929) – Caixas 574 e 575.

Arquivo do Consulado-Geral de Portugal em Shangai (1924 a 1928) – Maços 4 (S3 E126 P2 40.328), 5 (S3 E126 P2 40.329), 6 (S3 E126 P2 40.330), 7 (S3 E126 P2 40.331), 8 (S3 E126 P2 40.332), 9 (S3 E126 P2 40.333) e 10 (S3 E126 P2 40.334).

Arquivo do Consulado de Portugal em Cantão – Proc^{os}. 2^a Série (nº 21, 40 e 42); Proc^o. 5^a Série (Maço 257 a 165, nº 262, S16 E58 P5 89.023); e Proc^{os}. Cons.Port.Cantão: Maço 24 a 38 (Proc^o. 21, S16 E59 P3 89.055); Maço 39 a 49 (Proc^o. 40, S16 E59 P3 89.056; e Proc^o 42, S16 E59 P3 89.056); Maço 290 (Proc^{os}. 12 e 311, S16 E59 P7 89.073); Maço 293a (S16 E59 P7 89.076); e Maço 293b (S16 E59 P7 89.076).

Correspondência recebida da Legação em Londres (1925-1932) – Caixa 68 (S16 E6 P5 86.810).

Arquivo da Legação/Embaixada de Portugal em Londres: Proc^o. nº 66 (Relações Luso-Chinesas) – Maço 124; Proc^o. F/7 (situação política Portugal, 1925-1928) – Maço 151; Proc^o. nº K/6 (China, revisão dos tratados, Macau 1925-1929) – Maço 162; e telegramas recebidos do MNE (1925-1928) – Maço 225.

Conferência de Washington (1921-22): Maço 136a, S13 E16 P1 82.888; e Maço 136b, S13 E16 P1 82.889, ex-1095.

Correspondência recebida da Legação da Grã-Bretanha em Lisboa (1925-1927) – Caixa 447.

Conferências de Peking, 1925-26: Relatório final Comissão Extraterritorialidade 1926 – S13 E16 P5 82.920.

Tratados: Registos de Acordos concluídos sob auspícios da SDN-Procº. SDN – S1 E29 P1 84.691.

Conferência de Xangai sobre revisão de tarifas aduaneiras – 2º piso Armário 40, Maço 224, S5 E8 P9 49.064.

Assuntos Diversos - Docs. Confª Washington – Cx. 1.095.

Relatório final Confª extraterritorialidade – S13 E16 P5 82.920.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

Mns. 1830. Res. 3 - 18. Álbum com anotações da viagem canhoneira *Diu* ao Oriente em 1903, da autoria do oficial imediato do navio, primeiro-tenente Filipe Emídio da Silva.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

MU – DGM – Proc. Militares – J. A. Santos – 1J – 1092 – Pasta 20, Proc. 7.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Pesquisas em *Archeevo* e Procº. PT/AHM/DIV/3/7/1216.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Ana Maria & MARTINS, Dora (2005), *Estudos sobre a China VII*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2 vols.
- BARRENTO, António (2005), “Yan Xishan e o Estado fragmentado: Pluralidade e unidade política e ideológica”, in Amaro & Martins, *Estudos sobre a China VII*, 2005, Vol. I: 65-290.
- BARRETO, Luís Filipe (2000), *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia - c. 1480-c.1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- BARRETO, Luís Filipe (2006), *Macau: Poder e Saber - Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Presença.
- BASTO, A. J. [António Jervis de Atouguia] Pinto (1912), *Cruzador ‘S. Gabriel’: Viagem de circum-navegação*, Lisboa, Livraria Ferreira (a Academia de Marinha fez uma reedição *fac-simile* desta obra em 2018).
- CARDOSO, Adelino (2009), *Aeronaves Militares Portuguesas: Cem Anos de Aviação em Portugal*, Lisboa, coord. ed. Bernardo Ayala.
- CARDOSO, António Monteiro (2007), *Timor na 2ª Guerra Mundial: o diário do tenente Pires*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa/ISCTE.
- CARMONA, Artur Leonel Barbosa (1990), *Lorchas, Juncos e Outros Barcos Usados no Sul da China: A pesca em Macau e arredores*, 3ª ed., Macau, Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau (ed. orig. 1953. Desenhos de Eurico da Fonseca.)
- COSTA, Adelino Rodrigues da (2006), *Dicionário de Navios & Relação de Efemérides*, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2ª ed.
- COSTA, Adelino Rodrigues da (1999), *A Marinha Portuguesa em Macau: Uma relação muito singular*, Macau, Capitania dos Portos de Macau.
- ESPARTEIRO, António Marques (1974-1985), *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, Lisboa, Marinha, 32 v.
- FAIRBANK, John King (1992), *China. A New History*, Cambridge, Mass. & London, The Belknap Press of Harvard University.
- FAIRBANK, John King (1989), *La grande révolution chinoise, 1800-1989*, Paris Flammarion (ed. orig. amer. 1986, trad. Sylvie Dreyfus).
- FARINHA, Luís (1998), *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa.
- FERNANDES, Moisés Silva (2006), *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*; Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FERRAZ, (Comodoro) Guilherme Ivens (1932), *O Cruzador ‘República’ na China em 1925, 1926 e 1927: Subsídios para a história da guerra civil na China e dos conflitos com as potências*, Lisboa, Ministério da Marinha/Imprensa da Armada (livro reeditado pela Academia de Marinha em 2006).
- FERREIRA, Patrícia Drumond Borges (1999), *A História Luso-Britânica na China Medieval (Século XVII)*, (Diss. Mestrado orient. Dias Farinha), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- INSO, Jaime do (1936-38), *China*, Lisboa, Ed. Europa.
- ISAACS, Harold (1967), *La Tragédie de la Révolution Chinoise, 1925-1927*, Paris, Gallimard (ed. orig. ingl. 1951-52)

- LEANDRO, Garcia (2011), *Macau nos Anos da Revolução Portuguesa, 1974-1979*, Lisboa, Gradiva.
- LOPES, Mário Canongia (2000), *Os Aviões da Cruz de Cristo* (ed. bilingue port.-ingl.), Lisboa, Dinalivro.
- MA, Debin & ZHAO, Liuyan (2019), “*A Silver Transformation: Chinese monetary integration in times of political disintegration during 1898-1933*”, Discussion Paper nº 13501, London, Centre for Economic Policy Research (c/ London School of Economics & Peking University).
- MAGALHÃES, José Calvet de (1992), *Macau e a China no Após-Guerra*, sl, Instituto Português do Oriente.
- MALRAUX, André (ed. org. fr. 1928), *Os Conquistadores*, Lisboa, Livros do Brasil.
- MALRAUX, André (ed. orig. fr. 1933), *A Condição Humana*, Lisboa, Livros do Brasil.
- MENDES, José Agostinho de Sousa (1989-2006), *Setenta e Cinco Anos no Mar (1910-1985)*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 17 v.
- MORNA, (Capitão-tenente) Álvaro de Freitas (1931), *Transporte de Guerra ‘Pero de Alenquer’: Viagem ao Extremo-Oriente, 1927-1928*, Lisboa, Imprensa da Armada.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Coleccção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais Potências*, Nova Série, Vol. V, 1924-1925, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.
- OLIVEIRA, Maurício de (1966), *Os Cruzadores na Marinha Portuguesa*, Lisboa, se.
- OLIVEIRA, Maurício de (1945), *Duas Naus e Um Cruzador: O nome de Vasco da Gama na Armada Nacional*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial (livro reeditado, e acrescentado, em 2016, pelas Ed. Revista de Marinha, com coordenação de Orlando Temes de Oliveira).
- OLIVEIRA, Maurício de (1946), *Os Navios do Ultimato*, Lisboa, Edª Marítimo-Colonial.
- PEREIRA, Francisco Gonçalves (1995), *Portugal, a China e a ‘Questão de Macau’*, sl, Instituto Português do Oriente.
- POMERANZ, Kenneth (2013), *A Grande Divergência: A China, A Europa e a construção da economia mundial moderna* (com estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo), Lisboa, Ed. 70 (ed. orig. amer. 2000).
- RAMOS, João de Deus (2012), *Portugal e a Ásia Oriental*, Lisboa, Fundação Oriente.
- SILVA, Henrique Nolasco (1936), *Macau entreposto commercial entre a Metrópole e a China e outros países do Extremo Oriente*, in Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português - Colónia de Macau - 1ª Comissão. Separata. Lisboa, República Portuguesa, Ministério das Colónias.
- VALTIN, Jan (1944), *Do Fundo da Noite: Memórias de um famoso espião e agitador alemão*, S. Paulo, J. Olympio Edª.
- Van de VEN, Hans (2014), *Breaking with the Past: The Maritime Customs Service and the Global Origins of Modernity in China*, New-York, Columbia University Press.
- Publicações periódicas:
- Anuário de Macau*: diversos anos.
- Anuário Diplomático e Consular*: diversos anos.
- Boletim Oficial de Macau*: diversos anos.
- Lista da Armada*: diversos anos.
- Ordem da Armada*: diversos anos.
- Jornal O Século*, de Lisboa: diversos anos.
- Jornal Diário de Notícias*, de Lisboa: diversos anos.
- Jornais e revistas de Macau: diversos títulos.

CRÉDITOS

relativos às imagens publicadas:

1 – Mapa antigo do Oriente, 1808. “Asia” from The General Gazetteer; or Compendious Geographical Dictionary by R. Brookes. Eighth Edition. Dublin, 1808; retirado de https://legacy.lib.utexas.edu/maps/historical/asia_1808.jpg

2 – Filme ‘55 Dias em Pequim’, 1963.

Autor: Incorporates artwork by Howard Terpning;

retirado de <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:55-Days-Peking.jpg>.

3 – Mapa de Macau, 1889. “Planta da Península de Macau”, por Sociedade de Geografia de Lisboa, cartoteca 33J4 - com autorização da SGL;

retirado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Macau_1889.jpg.

4 – Monumento à Amizade Luso-Chinesa, 1955. P/obséquio Comte. João Bougarth Loureiro Barbosa.

5 – Vista de Macau c. 1925. In Ivens Ferraz, *O Cruzador ‘República’ na China*, 1932, p. 51.

6 – Sun Yat-Sen, em Cantão, 1924. Autor desconhecido;

retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sun_Yat-sen_1924_Guangzhou.jpg.

7 – Manifestação do 4 de Maio de 1919 em Pekin. Autor desconhecido;

retirado de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:May_Fourth_Movement_students.jpg.

8 – Mikhail Borodin. Autor desconhecido;

retirado de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:borodin_in_Wuhan.png.

9 – Mapa simplificado da China, c. 1927. J. C.

10 – Hong-Kong, vista do porto, 1910. In Pinto Basto, *Viagem de Circum-navegação*, 1912, p. 283.

11 – *Whampoa Anchorage 1923*. MNE-ID, Arq. Consul. Port. Cantão, Maço 293a.

12 – Cartaz anti-imperialista. In Ivens Ferraz, *O Cruzador ‘República’ na China*, 1932, p. 347.

13 – Marechal Chiang Kai-Shek c. 1926, comandante-em-chefe do Exército Nacionalista Revolucionário. In Ivens Ferraz, *O Cruzador ‘República’ na China*, 1932, p. 256.

14 – Expedição ao Norte, 1926-27. J. C.

15 – General Norton de Matos, embaixador em Londres (1924-1926). Capa do 1º vol. do seu livro *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 1944.

16 – Capitão-tenente Henrique Correia da Silva, governador de Macau (1919-1922). BCM-AH, AO 16 31 4847.

17 – Macau, baía. In Freitas Morna, *Viagem ao Extremo-Oriente*, 1931, p. 72.

18 – Macau, Rua da Praia Grande. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 52, com autorização da SGL.

19 – Desenho do *ferry* de ligação entre Hong-Kong e Macau, 1910, por A. J. Pinto Basto. In Pinto Basto, *Viagem de Circum-navegação*, 1912, p. 273.

20 – Macau, Obras Públicas: reservatório de água na colina da Guia. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 88, com autorização da SGL.

- 21 – Macau, procissão chinesa. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 94, com autorização da SGL.
- 22 – Macau, Liceu Central. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 108, com autorização da SGL.
- 23 – Macau, Escola da República, na Taipa. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 122, com autorização da SGL.
- 24 – Macau, Escola Chinesa. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 122, com autorização da SGL.
- 25 – Macau, crianças do *Macao English College*. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 122, com autorização da SGL.
- 26 – Macau. Orfanato, aprendizes de tipografia. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 120, com autorização da SGL.
- 27 – Macau. Hospital da Misericórdia, enfermaria de mulheres. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 144, com autorização da SGL.
- 28 – Macau, fábrica de panchões. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 78, com autorização da SGL.
- 29 – Macau, Rua de S. Domingos. In *Anuário de Macau - 1927*, p. 260, com autorização da SGL.
- 30 – João António de Bianchi, embaixador em Pekin (1925-1930). MNE-ID, Cx. 16.
- 31 – Félix Borges Medeiros da Horta, cônsul em Cantão (1923-1926). MNE-ID, Livro 442.
- 32 – Francisco de Paula Brito Júnior, cônsul em Changai (1925-1931). MNE-ID, Livro 442.
- 33 – Capitão-tenente Luís Magalhães Correia, capitão dos portos (1917-1924). BCM-AH, AO 7 4 1173.
- 34 – Capitão-tenente César Gomes do Amaral, capitão dos portos (1925-1927). BCM-AH, AO 15 44 4325.
- 35 – Capitão-tenente Joaquim Almeida Pinheiro, capitão dos portos (1927-1933). BCM-AH, AO 12 67 2659.
- 36 – Capitão-tenente Artur Barbosa Carmona, Serviços de Marinha. BCM-AH, AO 16 94 5227.
- 37 – Desenho da rada de Macau, 1910, por A. J. Pinto Basto. In Pinto Basto, *Viagem de Circum-navegação*, 1912, p. 267.
- 38 – Capitania dos portos, em dia de festa, 1929. BCM-AH, FG 604 1.
- 39 – Mapa de Macau e porto. In Ivens Ferraz, *O Cruzador 'República' na China*, 1932, p. 60.
- 40 – Vice-almirante Ref. Hugo de Carvalho Lacerda Castelo Branco. BCM-AH, AO 15 27 4226.
- 41 – Macau, obras do porto artificial. In *Anuário de Macau - 1927*, pág. sg. a 106, com autorização da SGL.
- 42 – Canhoneira *Pátria*. BCM-AH FG 001 06 24 003.
- 43 – Capitão-tenente Jaime do Inso, comandante da *Pátria*. BCM-AH, AO 12 73 2693.
- 44 – Lancha-canhoneira *Macau*. BCM-AH FG 001 07 11 001.
- 45 – Primeiro-tenente António Santos Pedro, comandante da *Macau*. BCM-AH, AO 14 74 3908.
- 46 – Cruzador *República*, em Macau, em dia festivo. In Ivens Ferraz, *O Cruzador 'República' na China*, 1932, p. 89.
- 47 – Capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Ivens Ferraz, comandante do *República*. BCM-AH, AO 12 73 2692.
- 48 – Cruzador *Adamastor*. BCM-AH, FG 001 13 01 015.
- 49 – Capitão-de-fragata Jorge Parry Pereira, comandante do *Adamastor*. BCM-AH, AO 14 78 3930.
- 50 – Transporte *Gil Eanes*. BCM-AH, FG 001 31 03 001.
- 51 – Capitão-de-fragata António Afonso de Carvalho, comandante do *Gil Eanes*. BCM-AH, AO 14 65 3853.
- 52 – Transporte *Pero de Alenquer*. BCM-AH, FG 001 31 07 001.

- 53 – Capitão-tenente Álvaro Freitas Morna, comandante do *Pero de Alenquer*. BCM-AH, AO 14 17 3565.
- 54 – Changai, Concessão Internacional vista do rio. In Freitas Morna. *Viagem ao Extremo-Oriente*, 1931, p. 134.
- 55 – Capitão-tenente Jerónimo Weinholtz Bivar, comandante da *Pátria*. BCM-AH, AO 15 14 4148.
- 56 – Changai, ruas. In Freitas Morna. *Viagem ao Extremo-Oriente*, 1931, p. 92.
- 57 – *Canton Harbour 1923*. MNE-ID, Arq. Consul. Port. Cantão, Maço 293a.
- 58 – Esboço da cidade de Cantão e Concessão de Shameen, 1925. MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200.
- 59 – Cantão, ponte de Shameen, ligando a Concessão Internacional à cidade chinesa. SGL, Mns. 1830. Res. 3 - 18. Álbum c/ anotações viagem canhoneira *Diu Oriente* 1903 autoria do oficial imediato primeiro-tenente Filipe Emídio da Silva.
- 60 – Posto de guardas russos do consulado português em Cantão. MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200.
- 61 – Guardas russos entrincheirados no consulado português de Cantão. MNE-ID, Legação Pekin, Cx. 200.
- 62 – Mapa de Hankow, 1915.
- “Hankow with Hanyang and Wuchang 1915”. From An Official Guide to Eastern Asia, Volume IV: China. Published by The Imperial Japanese Government Railways. Tokyo, 1915;
retirado de https://legacy.lib.utexas.edu/maps/historical/hankow_1915.jpg.
- 63 – Mapa simplificado de Changai, c. 1927. J. C.
- 64 – Cruzador *República*, no Oriente. BCM-AH, FG 001 13 07 003.
- 65 – Changai, Concessão Internacional: Grande Hotel ‘Astor House’ e Consulado Russo. In Ivens Ferraz, *O Cruzador ‘República’ na China*, 1932, p. 565.
- 66 – Posto português de controlo de rua em Changai. In Ivens Ferraz, *O Cruzador ‘República’ na China*, 1932, p. 447.
- 67 – Patrulha portuguesa nas ruas de Changai. In Ivens Ferraz, *O Cruzador ‘República’ na China*, 1932, p. 452.
- 68 – Changai, Concessão Internacional. In Freitas Morna, *Viagem ao Extremo-Oriente*, 1931, p. 162.
- 69 – Cruzador *Adamastor* entrando na doca seca de Kawloon (Hong-Kong). BCM-AH, FG 001 13 01 013.
- 70 – Centro de aviação naval na Ilha da Taipa. In Ivens Ferraz, *O Cruzador ‘República’ na China*, 1932, p. 577.
- 71 – Hidroavião *Fairey 20* sobrevoando Macau. Museu de Marinha, Imagens do M.M., Álbum 110 “Centro de Aviação Naval” Macau, 1928 – 1942.
- 72 – Guarnição do centro de aviação naval e o F17 *Santa Cruz*. BCM-AH, FG 006 05 001.
- 73 – Primeiro-tenente aviador José Cabral, comandante do centro de aviação naval. BCM-AH, AO 16 94 5230.
- Capa** – NRP *Pátria* em Hong-Kong, visita do governador de Macau, 1925. BCM-AH, FG 001 06 24 002.

